ISSN 1677-2865

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei

Volume XIII

Edição comemorativa dos 40 anos do IHG (1970-2010)
e dos 300 anos de São João del-Rei (1713-2013)

2011

Ano de 2011

Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei

41º aniversário (01 de março de 1970)

Tiradentes

265º aniversário do batismo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (12 de novembro de 1746)
219 anos de sua execução (21 de abril de 1792)

São João del-Rei

307 anos do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar (1704)
298 anos de Elevação a Vila (08 de dezembro de 1713)
173 anos de elevação a Cidade (06 de março de 1838)

Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei

Fundado em 1º de março de 1970

DIRETORIA 2009-2012

Artur Cláudio da Costa Moreira (Presidente)
Bruno Nascimento Campos (Vice-Presidente)
José Alberto Ferreira (Primeiro Secretário)
Messias Neves (Primeiro Tesoureiro)
Otávio Félix Pereira da Silveira (Segundo Tesoureiro)
Paulo Chaves Filho (Secretaria de Informática)
Adenor Luiz Simões Coelho (Secretaria de Projetos)
José Roberto Câmara Vitral (Secretaria de Projetos)

CONSELHO FISCAL

José de Carvalho Teixeira
Wainer de Carvalho Ávila
Betânia Maria Monteiro Guimarães
Benito Mussolini Grassi de Lellis
Ana Maria de Oliveira Cintra

COMISSÃO EDITORIAL

Adenor Luiz Simões Coelho
Artur Cláudio da Costa Moreira
Betânia Maria Monteiro Guimarães
Bruno Nascimento Campos
José Alberto Ferreira
José Antônio de Ávila Sacramento

Endereço: Rua Santa Teresa, 127 – Centro Caixa Postal 141
CEP 36.300-114 – Minas Gerais

Revista reeditada e republicada em 2021

PRESIDÊNCIA ATUAL (20018 a 2020)
Presidente: Paulo Roberto de Sousa Lima
Vice-Presidente: Maria Lúcia Monteiro Guimarães
Secretário: Luiz Antônio Miranda Sacramento
Tesoureiro: Mário Lacerda Soares Neto
2º Tesoureiro: José Passos de Carvalho

SECRETÁRIOS ESPECIAIS
Relações Institucionais: Francisco José dos Santos Braga
Informática: Paulo Chaves Filho
Coordenador da Biblioteca "Geraldo Guimarães": Prof. Antônio Gaio Sobrinho

CONSELHO FISCAL
Efetivos:
Evandro de A. Coelho; Neudon Bosco Barbosa; Betânia M. M. Guimarães
Suplentes:
Terezinha de Jesus da Silva; Murilo G. de S. Cabral; Paulo Roberto F. A. Varejão

COMISSÃO EDITORIAL
Alex Lombello Amaral
Betânia Maria Monteiro Guimarães
Bruno Nascimento Campos
Maria Lúcia Monteiro Guimarães
Suely Campos Franco

Web: www.ihgsaojoaodelrei.org.br

Sumário

Apresentações de 2011 e 2021 8
Fazenda do Pombal
Adalberto Guimarães Menezes 11
Presente para São João del-Rei nos 296 anos de elevação a Vila
Artur Cláudio da Costa Moreira 21
A Simbologia da Semana Santa Tradicional (Segunda Parte)
Messias Neves 25
Pinturas Rupestres do Sítio Arqueológico A Toca do Índio
Roberto Câmara Vitral 42
Os vestígios da Expedição de Pamplona
Murilo Geraldo de Souza Cabral 63
Breves notícias sobre o Ensino Superior em São João del-Rei
Bruno Nascimento Campos 79
Introdução às Ordenações Filipinas: subsídios para a História das Instituições do Brasil Colônia e Império
Bruno Nascimento Campos 85
Reflexões sobre a noção de Cultura Material
Bruno Nascimento Campos 99
Escravidão, trabalho e liberdade nas páginas da Gazeta Mineira (São João del-Rei, Minas Gerais, segunda metade do século XIX)
Denilson de Cássio Silva 106
Centenário da Academia Mineira de Letras
Eugênio Ferraz 142
Centenário de nascimento de Tancredo Neves
Eugênio Ferraz 144
Ilustres Imortais em Mariana e Ouro Preto
Eugênio Ferraz 146
Atividades empreendedoras da família Faleiro em São João del-Rei
José Adalberto Ferreira e Maria Lucia Monteiro Guimarães 153

Algumas elucubrações sobre o distrito de São Sebastião da Vitória, sobre a falta de documentos, sobre a Memória Oral e a necessidade de "Falarmos do nosso Quintal"
José Antônio da Ávila Sacramento 159
Légua e meia rumo ao Norte
Murilo Geraldo de Souza Cabral 194
A música popular pelas ruas e teatros de São João del-Rei no final do Século XIX e início do XX
Marcelo Crisafuli Nascimento Almeida 197
Sobre o livro de Guiomar de Grammont: Aleijadinho e o Aeroplano: O paraiso barroco e a construção do herói colonial
Oyama Ramalho 229
Um breve passeio pelo universo cultural são-joanense e cataguasense: o Barroco, o Ecletismo e o Modernismo
Vânia Roseli Vilela de Ávila 244
Quanto custa não fazer?
Wainer de Carvalho Ávila 267
A festa do Divino em Magé
Antônio Seixas 286
Minas e o século de ouro
Sérgio Amaral Silva 290
Alfredo Pereira de Carvalho, o "seu Alfredinho"e a Linguagem dos sinos de nossa São João del-Rei
Arthur Cláudio da Costa Moreira 293
A Linguagem dos sinos de nossa São João del-Rei
Alfredo Pereira de Carvalho 297
As entradas dos Comissários Visitadores das Ordens Terceiras nas Minas setecentistas
Adriana Sampaio Evangelista 306
Basílio de Magalhães: considerações acerca de suas origens
Wellington José Tibério da Silva 331

"Maestro" e literato Abgar Campos Tirado, glória de São João del-Rei
Francisco José dos Santos Braga 356
CADEIRAS E SÓCIOS EFETIVOS - 2011 378
SÓCIOS CORRESPONDENTES 379
SÓCIOS HONORÁRIOS 380
SÓCIOS EFETIVOS LICENCIADOS 380
Edital 381

Apresentação de 2011

É claro que meus filhos terão computadores, mas antes terão livros. (Bill Gates)

Minas não é palavra montanhosa. É palavra abissal. Minas é dentro. E fundo! (Carlos Drummond de Andrade)

Ao alcançar os seus 40 anos de caminhada, o Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei mostra uma posição consolidada no âmbito cultural de nossa cidade. É com grande prazer que lançamos a 13ª edição da nossa já consagrada Revista.

Sem dúvida alguma esta edição não teria sido possível sem a efetiva colaboração da Universidade Federal de São João del-Rei, através de seu Reitor, Helvécio Luiz Reis, e dos servidores da gráfica da UFSJ, em especial Cláudia Maria Menezes Machado, além da colaboração do Deputado Federal Reginaldo Lopes.

Nesta apresentação da Revista, agradecemos àquelas pessoas que, nos idos de 1970, ousaram fundar esta instituição, tendo como elemento mobilizador a tentativa de abortar a demolição da Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Aos fundadores do IHG devemos nossa gratidão e reverência.

Aos atuais sócios, agradecemos por terem acorrido ao nosso chamado, escrevendo seus artigos a fim de efetivarmos mais esta edição. Agradecemos às pessoas convidadas para que dela participassem, também. A trajetória do IHG, nestes 41 anos, foi sempre pontuada de lutas ininterruptas com vistas à

preservação geral das tradições, cultura, patrimônio e defesa dos mais altos valores da fiel e briosa cidade de São João del-Rei, bem como das belas terras das Minas Gerais.

A publicação que ora apresentamos é mais uma fruto dessas lutas das quais nossos sócios, amigos, sempre houveram por bem participar.

Bom passeio com seus olhos por esta revista Paz e bem!

Artur Cláudio da Costa Moreira
Bruno Nascimento Campos

Volume XIII

Este número da Revista foi publicado em 2011, no 41º aniversário do IHG. Edição comemorativa dos 50 anos do IHG (1970-2010) e dos 300 anos de São João del-Rei (1713-2013)

O Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, fundado em 1º de março de 1970, é uma associação civil e científica de duração ilimitada, sem finalidade lucrativa, que tem por fim promover o estudo, a pesquisa e a divulgação da história, da geografia e das ciências conexas, em geral e, particularmente, do município de São João del-Rei. Mas o Instituto não é uma abstração, lembra Antonio Gaio Sobrinho: são, antes, os seus sócios: fundadores, efetivos, correspondentes, beneméritos e honorários.

Esta é uma reedição revisada pela Comissão Editorial para que fossem aplicadas as atuais normas editoriais, visando uma apresentação mais uniforme e conforme as regras editoriais vigentes. A Revista nº XIII apresenta artigos, resenhas e relatos de autoria dos sócios titulares, correspondentes do IHG, bem como historiadores convidados.

Suely Franco Campos

Fazenda do Pombal

Adalberto Guimarães Menezes

Minas Gerais é um estado privilegiado, por ter sido cenário do primeiro movimento cívico-político-militar que se formou para concretizar o sonho de liberdade que nutria o sentimento nativista latente em todos os brasileiros, e também naqueles que, nascidos no exterior, para o Brasil vieram e o entronizaram em seus corações. Sua finalidade precípua era tornar concreto o conceito que etereamente, apenas como aspiração, foi sintetizado no vocábulo PÁTRIA, que apareceu pela primeira vez no Brasil grafado em proclamação de um pacto de honra, firmado pelos três grupos de povos formadoras de nosso povo, reunidas nos Guararapes em 1645. Privilegiadas também são as Minas Gerais por possuírem, encravado em seu território, um pequeno torrão conhecido por Fazenda do Pombal, situado no Campo das Vertentes, onde nasceu o Patrono Cívico da Nação Brasileira, local que eu chamo de Berço da Pátria e o historiador Fábio Nelson Guimarães de Belém Cívica do Brasil.

A Fazenda do Pombal tinha originariamente grande extensão, e foi em certa ocasião desmembrada em três outras, denominadas Ouro Fino, Magnólia e Roça Grande. O sítio cívico permaneceu dentro do perímetro da primeira e manteve a designação que era do todo original, Fazenda do Pombal; é também referido como Sítio do Pombal. Sua área mede 89,50ha; privilegiadamente banhada pelo Rio das Mortes, ou "funéreo rio", e pelo seu afluente Rio Santo Antônio.

Ao tempo do nascimento de Joaquim José da Silva

Xavier, futuro Alferes, a fazenda era de propriedade de seu pai, Domingos da Silva dos Santos, bastante produtiva, com 35 escravos empregados na mineração de ouro e produção de açúcar; tinha uma casa de moradia com dois pavimentos, senzala, engenho e condutos de água. As ruínas agora existentes, do engenho, da senzala e de muros, atestam a robustez das construções em blocos de pedra e, consoante a representação social do proprietário e a religiosidade própria daqueles tempos setecentistas, havia uma capela, e os documentos mostram o curioso fato de ela ter dois oragos, São Sebastião e Nossa Senhora d'Ajuda.

O tempo correu, as atividades econômicas mudaram, novos titulares daquelas terras se sucederam e aquelas construções e benfeitorias foram perdendo funcionalidade e interesse. As instalações ficaram abandonadas, se deterioraram pela ação do tempo e destruída pelo homem, com a remoção para emprego em outros lugares, de telhas, madeiras e pedras.

Verdadeiro golpe de misericórdia ao contrário foi desfechado contra aquelas centenárias edificações pelo Bispo de Mariana, D. Benevides, quando, em 1880, autorizou a demolição da ermida de Nossa Senhora d'Ajuda. Logo após, em 1884, o Coronel Emydgio de Mendonça adquiriu a fazenda Ouro Fino e a demoliu, para aplicar na sua sede, distante 3 km, o que restava das edificações, e também a capela, que ainda estava em relativo bom estado porque, como templo que era, fora protegida por um escudo formado pela religiosidade da população, evitando depredações e saques. O altar, portais, imagens, sino e tudo que ela continha foi guardado em um cômodo da fazenda. Devemos ser gratos ao Cel Emydgio pelo seu zelo.

A Fazenda Ouro Fino passou por vários proprietários, e nenhum deles teve a preocupação de preservar o "berço da pátria", até porque possivelmente não sabiam quem fora Tiradentes; se sabiam, desconheciam que ele ali nascera. Há de se acrescentar que Tiradentes era considerado um traidor do Rei, um rebelde, e disso posso dar testemunho. Eu sou tido como descendente do Protomártir, e uma prima, falecida há pouco tempo com 96 anos de idade, me contava que quando era bem menina, nos municípios de Dores do Indaiá e Quartel Geral, onde sua família residia e o parentesco com Tiradentes nunca era posto em dúvida, seus pais e avós, quando falavam no referido parentesco, o faziam em tom baixo de voz, como se ainda tivessem medo.

No caso particular do Protomártir, a Inconfidência e Tiradentes eram desconhecidos do grande público, pouco estudados pelos historiadores e às vezes nem mesmo citados em publicações sobre a História do Brasil. Essa importante página de nossa história somente nos meados do século XIX, com o início da propaganda republicana, começou a ser lida, embora ainda em ambientes restritos. Basta dizer que os Autos de Devassa, que registraram o julgamento dos inconfidentes e é a peça máter no estudo do primeiro movimento libertário brasileiro, teve seus originais largados por aí e encontrados por acaso. Acreditava-se que eles estivessem em algum arquivo ou repartição governamental portuguesa, mas eis que, em torno do ano de 1870, o historiador Mello Moraes Silva, Diretor do Arquivo Público, conversando com um funcionário da Secretaria do Império sobre a Inconfidência, soube por ele que naquela repartição havia "um saco verde" com documentos sobre ela. Examinou-os e verificou que eram os originais dos

Autos de Devassa, mas sem os processos referentes aos clérigos; junto estava um exemplar da Constituição dos Estados Unidos escrito em francês e que pertencera a Tiradentes. Este exemplar Mello Moraes deu para um parente ou amigo que trabalhava na Biblioteca de Florianópolis (obs.: o Estado de Santa Catarina há poucas décadas, o devolveu a Minas Gerais e ele hoje se encontra no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto), e os Autos publicou na Revista do Arquivo Público do Distrito Federal, por partes e ao longo de vários anos.

Esse parto dos Autos, que o dava à luz do conhecimento público, ficou quase ignorado e nenhuma repercussão teve nos meios culturais brasileiros. Eles somente começaram a nutrir nossa história com o bálsamo extirpador da ignorância sobre a Inconfidência quando, na década de 1930, um pequeno grupo de historiadores, brilhantemente liderado pelo historiador Augusto de Lima Júnior, então Chefe de Gabinete do Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação, conseguiu sensibilizar o Presidente Getúlio Vargas, e obter dele todos os recursos para repatriar as cinzas dos heróis inconfidentes mortos no degredo, bem como a construção do Museu da Inconfidência e a publicação dos Autos de Devassa pela Biblioteca Nacional entre os anos de 1936/1938, em sete volumes. Posteriormente, em 1976, o Estado de Minas Gerais e a Câmara de Deputados fizeram em conjunto nova edição dos Autos, agora ampliada para dez volumes e enriquecida com novos dados encontrados em bibliotecas públicas e particulares portuguesas e brasileiras, e principalmente com a parte que faltava para inteirar a coleção processual, a relativa ao processo dos sacerdotes inconfidentes. O interessante é que, assim como por acaso a parte primeira fora encontrada dentro de um “saco

verde" na Secretaria do Império, a segunda, dos padres, também do mesmo modo o foi. Seu paradeiro era totalmente desconhecido até 1950, ano em que apareceu em uma casa de leilões de Londres e o Brasil, por intermédio do Banco do Brasil, a arrematou.

É interessante também observar que a descoberta dos originais do processo instaurado pela Corte Portuguesa contra os inconfidentes leigos ocorreu oito longas décadas depois de sua feitura; e mais oito décadas decorreram até vir a lume a que dizia respeito aos sacerdotes. As trajetórias dessas duas partes nada têm de rocambolesca: a da primeira já descrevi; a da segunda: a Corte determinara que o processo dos sacerdotes não recebesse sentença e fosse remetido em segredo à Rainha D. Maria Primeira; recebendo-o, o Príncipe Regente determinou que fosse estendido sobre ele um manto de silêncio; o Ministro Martinho de Melo e Castro então levou os autos para sua casa onde "dormiram" por cento e cinquenta anos, até que um seu descendente, vendo a oportunidade de ganhar dinheiro com aqueles documentos que sabia terem grande valor histórico, resolveu colocá-los em leilão.

Voltemos à Fazenda do Pombal. Com a admirável campanha cívica encetada por Augusto de Lima Júnior na década de 1930, um dos atos mais importantes foi uma nova edição dos Autos de Devassa, e uma das consequências a retomada, ou melhor dizendo, o despertar do mundo cultural para o estudo do movimento inconfidentista. Foi assim que se obteve uma percepção maior da importância da Fazenda do Pombal, por ter sido nela que nasceu o Herói Tutelar do Brasil, por ser ela o Berço da Pátria, por ser ela a Belém Cívica do Brasil. Ainda no bojo das providências cívicas tomadas, Getúlio

Vargas declarou-a objeto de tombamento no Dec-Lei n° 25, de 30-11-37, dando-lhe o número 433 como sendo de inscrição para futura concretização do previsto no decreto-lei.

Ao longo do tempo a primitiva Fazenda do Pombal sofreu subdivisões com sucessivos proprietários. Já esteve sob a jurisdição das antigas Vilas de São José del-Rei (Tiradentes) e de São João del-Rei. À época do nascimento do Alferes aquele torrão sacro-cívico lhe pertencia. Quando da proclamação da República ela integrava o território da primeira, razão por que o Governo Provisório de Minas Gerais apressou-se a rebatizá-la de Tiradentes com o Decreto n°3, de 06-12-1889. Em 1963, com a criação do Município de Ritápolis, passou a integrá-lo.

Ainda na sequência da intenção manifestada pelo Governo Vargas, em 1948, o Ministério da Agricultura adquiriu-a por compra de Geraldo Andrade de Resende, já então com a área de apenas 89,50 ha, distribuídos em torno das ruínas centenárias, como se quisesse protegê-las. Era administrada pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), que ali instalou uma EFLEX (Estação Florestal de Experimentação de Ritápolis). Ao IBDF sucedeu o IBAMA, que por sua vez o foi pela FLONA (Floresta Nacional Ritápolis), e o é pelo Instituto Chico Mendes. O atual Diretor, Engenheiro Florestal José Nivaldo de Menezes Machado, que está na função há mais de vinte anos, contou-me que, quando chegou, não havia um só funcionário e seu escritório era na área urbana de São João del-Rei; que até de caminhão iam pessoas da região arrancar e levar para si os blocos de pedra das construções, sendo obrigado a mais de uma vez solicitar a intervenção policial para coibir a depredação e roubo de material; que muitas vezes, preocupado, chegou a

dormir no local. Com muita dificuldade conseguiu recursos para construir alguns imóveis para sua administração e a nomeação de funcionários; alguns deles hoje residem na Fazenda e colaboram na sua segurança.

A área é de preservação ambiental, com espécimes arbóreas e florais raros, e sua fauna conta com lobos-guarás, jaguatiricas, capivaras, lontras e outros.

O objetivo colimado pelo já referido Dec.-Lei n° 25, de 1937, foi finalmente alcançado em 21-09-71, quando o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de acordo com o Processo n°832-70, e n° de inscrição 433, de 1937, efetivou o tombamento da Fazenda do Pombal. Infelizmente, esta medida não trouxe nenhuma providência visando à incolumidade daquelas ruínas, e não fora o interesse dos administradores daquele sítio histórico, Engenheiros Adherbal Malta, Nivaldo Machado e outros que os antecederam, todos do quadro do Ministério da Agricultura ou dos ministérios em que se desdobrou, talvez nem mesmo as ruínas existissem mais. Até mesmo os trilhos de uma estrada de ferro, a antiga Ferrovia do Aço, cortam o terreno, ofendendo a memória do Protomártir.

Felizmente, desde a proclamação da República, apesar de todas as falhas que se verificam, alguns atos cívicos têm mostrado que o civismo existe. Aquele local tem sido alvo de manifestações e palco de demonstrações de reconhecimento popular pela grandeza de Tiradentes e da Inconfidência. É interessante uma foto , hoje quase apagada, de uma homenagem a Tiradentes em 1903, (Não me lembro de quem ma forneceu) com a seguinte explicação nela escrita: “Berço de Tiradentes. Fazenda do Pombal – 21 de abril de 1903”. Visitando a

Fazenda, vemos também muitas placas apostas em uma parte das ruínas reservada para recebê-las, como testemunho do culto de entidades e caravanas que a visitam e fazem questão de deixar gravado seu culto ao Herói.

Há outras demonstrações de quão profundo sentimento cívico aquele torrão desperta no âmago de todos nós. A Revista n° XV do IHG-MG transcreve uma ata de 25-03-1972 que registra uma cerimônia nele realizada, com a assistência de representantes de várias entidades cívicas e culturais e a presença de autoridades de um destacamento do Regimento Tiradentes (Exército) e pessoas outras. Naquela ocasião foi retirada do solo, próximo às ruínas, uma porção de terra que seria enviada à cidade de Ponta Grossa – PR para ser colocada na base de um monumento que aquela comuna erigira em homenagem ao Patrono Cívico da Nação; outra porção que seria remetida à Diretoria da Liga de Defesa Nacional sediada em Porto Alegre – RS; e uma terceira que seria encerrada em uma urna especial a ser levada para o México, atendendo a uma solicitação feita por via diplomática, para figurar nas festividades comemorativas do Ano de Juarez, que também morreu pela liberdade de sua pátria. Outra emocionante prova de reconhecimento da grande importância da Fazenda do Pombal em nossa história é que nela foi plantado um pé de pau brasil, em data que não consegui precisar, e em cuja cova foram colocadas porções de terras extraídas do solo de todos os estados brasileiros.

Procurando saber o destino das peças retiradas da

capela de N. Sra. d Ajuda – São Sebastião, o Dr. Wainer Carvalho Ávila levou-me ao encontro do Pároco da Catedral de N. Sra. do Pilar e Curador do Museu de Arte Sacra de São João del-Rei, Monsenhor Sebastião Raimundo de Paiva, admirável promotor do sentimento religioso da cidade de São João del-Rei e cioso guardião do patrimônio sacro-artístico da cidade.

Contou-me ele que o acervo artístico-religioso-histórico da Fazenda do Pombal, que estava em poder de familiares do falecido Sr. Francisco Resende, conhecido como Chico Brabo, foi colocado à venda há algumas décadas pela senhora D. Julieta Resende Coelho. Pretendeu ele, na ocasião, adquiri-lo por meio de doação, tendo pedido a intercessão do Dr. Juscelino Kubitschek, sem sucesso; e uma carta à UNESCO ficou sem resposta. Anos depois conversou sobre o assunto com D. Andréa Neves, que se sensibilizou com a pretensão do Monsenhor Paiva, toda ela voltada para o enriquecimento cultural de sua cidade, e prometeu pedir a interferência de seu irmão, Aécio Neves, então deputado federal.

O Dep. Aécio Neves, também sensibilizado, ainda mais que na ocasião realizavam-se as comemorações que lembravam o bicentenário do sacrifício de Tiradentes, empenhou-se e conseguiu que a Construtora OAS, com grandes obras no Brasil e no exterior, adquirisse o ambicionado acervo e o doasse à Fundação Museu de Arte Sacra de São João del-Rei.

A vitória fora conquistada, mas faltava um local adequado para receber as peças doadas. Outra grande batalha deveria ser travada. A sala do Museu onde essas peças foram abrigadas era pequena e foi necessário construir uma outra sala, protegida por grades, mas isto foi considerado inadequado. Resolveu-se então construir uma capela em uma parte livre do

terreno do Museu. Construída, Monsenhor Paiva foi à fazenda e trouxe o trono e o altar. As outras peças já estavam sob sua guarda. As de maior porte, de madeira, tinham sofrido alguns danos, mas já foram restauradas.

A capela está agora, janeiro de 2009, em fase final de construção, esperando-se que em breve ela já possa ser inaugurada, com todas as peças em seus devidos lugares. Tudo está sendo obrado com o valiosíssimo patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

A capela da Fazenda do Pombal, testemunha muda da juventude do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, está sendo quase que totalmente transplantada para junto da igreja à qual pertencia, e muito em breve, graças à OAS, à FIEMG, ao incansável sacerdote Monsenhor Paiva, Sra. Andréa Neves, Dr. Aécio Neves e muitos outros agora não nomeados, mas também credores dos agradecimentos de todos nós brasileiros, poderemos visitar aquele pequeno templo e nos transportar para o ambiente em que o Protomártir viveu. Poderemos admirar o seguinte: imagens de N. Sra. d'Ajuda, N. Sra. do Carmo, São José de Botas e São Francisco, missal, altar, portais, cômoda, trono, sino, castiçais e galhetas.

O historiador Oiliam José, em um de seus livros, disse que gostaria de ver edificado na Fazenda do Pombal um monumento ou memorial dedicado ao Alferes, e com esse pensamento os Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais e São João del-Rei estão envidando os maiores esforços para emoldurar aquelas ruínas com um monumental Parque Histórico Nacional, onde cada unidade da federação se representará fisicamente, porque Tiradentes é Patrono, não de Minas Gerais, porém de toda a Nação Brasileira.

Presente para São João del-Rei nos 296 anos de elevação a Vila

Artur Cláudio da Costa Moreira

Estamos às vésperas de cantar os parabéns para nossa São João del-Rei, que completará 297 anos de sua elevação à vila. À guisa de esclarecimento, saibamos o que é uma vila nos tempos atuais.

> Uma vila é um aglomerado populacional de tamanho intermédio entre o povoado, o arraial aglomeração urbana entre a cidade, dotado de uma economia em que o sector terciário (comércio e serviços) tem uma importância relevante.

Nos tempos coloniais, um arraial era o prenúncio de elevação à vila e quando esta promoção ocorria era motivo de alegria da população, pois significava que aquele espaço ganharia foros privilegiados de ação e autoridade junto à coroa portuguesa. Hoje, teríamos, assim, a transição de distrito para cidade.

A 8 de dezembro de 1713, com a presença do Desembargador Gonçalo de Freitas Baracho, cria-se a Vila de São João del-Rei. Tomando apontamento do livro Efemérides de São João del-Rei, Cintra (1967), temos lá o auto de levantamento da Vila de São João del-Rei (a certidão de nascimento) do qual pinçamos alguns trechos.

> ...aos oito dias do mez de Dezembro do dito anno

> neste Arraial do Rio das Mortes, onde viu por ordem de sua Magestade, ... Dom Braz Balthazar da Silveira, Mestre de Campo General dos seus exércitos, Governador e Capitão General da Cidade de São Paulo, e Minas, para effeito de levantar Villa o dito Arraial...levantando o Pelourinho no lugar, que escolheu párea a dita Villa a contento, e com a aprovação dos moradores della, a saber na Xapada do morro que fica da outra parte do córrego para a parte do Nascente do dito Arraial, por ser o cito mais capaz de conveniente para se continuar a dita Villa, a qual elle dito Mestre de Campo general, Governador
> general appelidou com o nome São João d'l-Rey, e mandou, que com este título fosse de todo nomiado em memória de El-Rey Nosso Senhor por ser a primeira Villa que nestas Minas elle dito Governador, e Capitão general...e se levantou com effeito o dito Pelourinho… creando nella os Officiaes necessários, assim como Milícias, como de Justiça...mandou-se se procedesse a eleicção de pelouros para os Officiaes da Câmara na forma da Ley. Assinaram o Auto o Desembargador Ouvidor geral, o escrivão Miguel Machado de Avelar, dom Braz Baltazar da Silveira e Gonçalo de Freitas Baracho.

Após mais de trezentos anos da fundação do arraial e nos aproximando dos 300 anos de elevação à Vila, pensamos que São João del-Rei, terra gentil que fulgura no regaço das terras das Minas Gerais, um poema de glórias escrito, precisa de ganhar alguns presentes (tomado do Hino a São João del-Rei,

de Bento Ernesto Júnior e Carlos dos Passos Andrade – quantas pessoas o conhecem e sabem?). Como sói acontecer em aniversários, presentes são costumeiros. Aqui vai uma lista de 10 presentes que este humilde escriba pensa merecer nossa del-Rei, a "São João dos Queijos":

1 – Comemorar com intensidade todos os dias 8 de dezembro, dia da cidade e o dia 12 de novembro, data do batizado do maior herói nacional, o são-joanense Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

2 – Olhar atento e carinhoso para preservação, conservação, proteção e renascimento das minas e bicas d'água, uma vez que água é mais preciosa que petróleo. Se assim não o fosse, a Copasa não estaria como um gavião querendo o DAMAE e tratar a água de 100% dos municípios de Minas.

3 – Uma reedição das Efemérides de São João del-Rei, do saudoso Sebastião Cintra e com este ponto de partida, uma maneira de levar a rica história de nossa cidade a todos os rincões: escolas, internet etc.

4 – Uma Câmara Municipal que trabalhe em favor do município e que cargos públicos sejam ocupados por pessoas que amem nossa terra.

5 – Além do asfalto, que árvores sejam plantadas para reduzir o imenso calor que nos assola. A temperatura média subiu, nos últimos 40 anos, cerca de 5 graus, aqui em del-Rei.

6 – Promova uma "caça" e punição aos pichadores e destruidores de bens e monumentos públicos, placas indicativas, casas, monumentos, chafarizes, igrejas, lixeiras e outros, nada escapa à sanha desta turma de baderneiros.

7 – Um centro cultural composto de biblioteca, pequeno palco e salas para artes em cada bairro.

8 – Um novo prédio para a Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida (a primeira Biblioteca Pública de Minas Gerais)

9 – Reconstrução dos trilhos da Estrada de Ferro Oeste de Minas até o sítio Histórico da Fazenda do Pombal, tombamento do complexo ferroviário, bem como sua conservação, que se encontra em completo abandono, sob a direção desastrosa da Ferrovia Centro-Atlântica.

10- Reordenação de ambientes urbanos, com retorno ao funcionamento de chafarizes (onde estão os que foram demolidos?), praças, coretos, jardins, tornando a cidade para as pessoas e não para veículos automotores.

Eu teria outros tantos presentes para pedir às autoridades, mas a lista se estenderia. Convido aos leitores a entrarem no site do IHG de São João del-Rei e lá deixarem suas sugestões de presentes. Nossa São João del-Rei, terra onde os sinos falam, terra da cultura, de homens ilustres e gente boa , honesta e trabalhadeira, merece.

Parabéns, São João del-Rei! Muitas felicidades e muitos anos de vida.

A Simbologia da Semana Santa Tradicional (Segunda Parte)

Messias Neves

Um número significativo de historiadores da Arte no Velho Mundo foi influenciado pela escola pós-colonial (distante da Idade Média que não tivemos) na caminhada até ao formato definitivo do Brasil que, mal grado seu momento latifundiário, rural e escravista, pode, com avidez intuitiva, assimilar e livrar-se da europeização.

Entre 1700, 1750, 1800, a visão brasileira foi encontrando a transposição tardia e a prática do Barroco (Arquitetura, Literatura, Pintura, Teatro, Música, etc.), que perpassara o arcadismo e o renascentismo. No sec. XVII, adiantava-se o seu transplante cultural da Europa para a Colônia, com o conceptista Gregório de Matos. Em 1768, inicia-se o Neoclassicismo, que termina em 1836, dando início ao Romantismo. No séc.XIX, chegamos ao Nativismo.

Perceba nos anexos o elemento incontestável de que, aqui, a Igreja incorporou e propagou a Arte nos caminhos iluminados pelo Mistério Pascal, fato primordial e centro de todas as celebrações, cuja realização começou no primeiro século.

ARTE NA IGREJA

Em 1500, já havia manifestação plástica no Brasil. Os nativos (não Índios) praticavam a pintura ritual do próprio corpo, eram exímios artesãos trabalhando em madeira, plumas, fibras vegetais, cerâmica com

decoração geométrica.
(...)
Para defender a Colônia da ambição dos corsários e edificá-la, a primeira arte surgida foi a Arquitetura com dois tipos de construção: as fortalezas e as edificações religiosas.
As formas da arquitetura barroca têm origem renascentista, exibindo um movimento teatral, ar festivo, esplendoroso. O famoso arquiteto Bernini, Gian Lorenzo (Nápoles, 1598-1680) definiu uma justificativa da visão da arquitetura teatral – o mundo da luz. E indagou: por que o arquiteto não tem o direito de transmitir ideias de pompa e glória para nos lembrar o Céu? E garantia: altares dourados a ouro suscitam a visão de glória celestial.
A opulência do ouro poderia parecer muito mundana. Mas, a Igreja Católica da época pensava diferente. Quanto mais os protestantes pregavam contra, mais se empenhava a Igreja Romana em recrutar o poder dos artistas e a imaginária social e artística.
O mundo católico descobrira que a arte podia servir à religião de modo a superar a simples tarefa que lhe fora atribuída nos começos da Idade Média, a de ensinar a doutrina a pessoas que não sabiam ler. A arte ajudaria a persuadir.
Na interação, importava o efeito do conjunto. Só podemos entendê-lo se visualizarmos os efeitos do contexto do ritual eclesiástico. 'É quando as velas são acesas no altar-mor, quando o cheiro do incenso invade a nave e a melodia do coro e do órgão nos transportam para um mundo diferente. Assim, a arte sublime da decoração teatral fora concebida e desenvolvida por Bernini, que pertenceu à geração de

Van Dyck, de Velázquez e de Rembrandt.

IGREJA BARROCA

No Brasil, as primeiras edificações seguiram o processo de transposição das soluções eruditas europeias. Uma das mais antigas é a Fortaleza dos Reis Magos em Natal (RN), iniciada em 1598 e reconstruída em 1614. Em 1617, foi construído o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, uma das obras mais representativas do barroco.

Na arquitetura colonial brasileira, figuram a Igreja e Colégio de Nossa Senhora das Graças, em Olinda, Pernambuco (1580), em estilo maneirista (entre o renascentista e o barroco). Também em Olinda construiu-se o Convento de Nossa Senhora das Neves (1585), o primeiro convento da Ordem Franciscana no Brasil.

Entretanto, a arquitetura verdadeiramente brasileira nasceu em Minas Gerais, onde os paulistas encontraram ouro, metal que criou o ciclo econômico, superando o do açúcar nordestino e desenvolvendo uma sociedade de efervescente vida social a incentivar a artes e a construção de igrejas, incorporando parte dos recursos arquitetônicos europeus.

Aliás, nos arraiais de mineração recriou-se o barroco que deu ao Brasil a versão nacional de um estilo. Porém, com dificuldades, por não dispor de material nos grotões montanheses, falta de transporte, distante do litoral e do caminho marítimo, e estando as ordens religiosas proibidas de construir mosteiros e conventos, era permitida somente a construção de igrejas isoladas, ocorreu grande retardamento, daí

surgindo o “barroco tardio”, assim definido com o rococó francês e sua ornamentação. A igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto é um belo exemplo, entre outros nas cidades históricas mineiras.

SEMANA SANTA

Esta não é uma história, é uma resenha iniciada no número anterior para descrever os episódios do Drama da Paixão na vivência memorial e realidade profética, de natureza exegética. O ator principal da dramatização, revelado há milênios, é infinito, é mistério, é trino, é Jesus Cristo, o Deus Crucificado que assumiu a dor e a morte, elevado na cruz, atendendo ao Pai, elevado na glória suprema da ressurreição.

Naquela primeira parte da narrativa, enfatizamos a Festa dos Passos que, em São João del-Rei, desmembrada pela tradição, antecede à Semana Santa e compreende os passos de Jesus a caminho da cruz e o Seu encontro com a Mãe Santíssima, enriquecendo o período quaresmal, tempo de conversão para a Páscoa.

Da luta entre cristãos e mouros para a supremacia da religião, o auto simbólico na Península Ibérica teve influência na identificação cultural. Historiadores e analistas voltam a estudar as representações de transparência teológica da Semana Santa, instituição que continua sendo o ápice das celebrações religiosas de numerosas comunidades de formação colonial.

Celebrar uma festa é festejar de modo diferente a aprovação do mundo, que se faz permanentemente. São celebrações de acontecimentos recordados e atualizados em clima de ação de graça e de louvor, fatos culturais, portanto.

Rememorando a Primeira Missa ou revivendo a Semana Santa, festejamos o Mistério Pascal.

Ícone, do grego, significa genericamente 'imagem'. Grande parte dos ícones da Antiguidade deriva da Sagrada Escritura. Dela foi inspirada a Semana Santa que do barroquismo brasileiro (séc. XVII) tirou as cores, a beleza e a sensibilidade cristã; a Igreja utilizou da iconografia para veicular conceitos e dogmas (verdades divinas). Além das cores, a música gregoriana foi possível. Parte integrante, indispensável na liturgia cristã, lembrando: *Qui bene cantat*, bis orat ou quem canta bem, reza duas vezes.

No passado, as representações tiveram papel fundamental na vida das Missões e dos núcleos de colonização europeia, nem tanto nas esferas inglesas e norte-americanas. Na perspectiva ibérico latino-americana, desenvolveram-se como autos solenes e realisticamente comoventes de Cristo na Sua via-crúcis. Estudos das manifestações culturais da Semana Santa no Brasil não são recentes. Da tradição à qual se vincula a Academia Brasil-Europa, iniciaram-se em 1960, em observações e participações *in loco* de Irmandades tradicionais de São Paulo, São João del-Rei e Málaga, na Espanha.

É conhecido o grande significado da Semana Santa na vida de cidades ibéricas. O modelar museu de Málaga é um exemplo dos esforços de transmissão de conhecimentos. Em São João del-Rei, com grande trabalho de preservação, alcança-se a exaltação da Semana Santa, centenária e inseparável do tradicionalismo do patrimônio perenizado, ao qual se soma, revitalizado agora, o Museu de Arte Sacra, que ocupa um antigo prédio que foi cadeia pública, de 1740 a 1849; somam-se também antigas bandas de música e orquestras.

O centro histórico, com seis belas igrejas coloniais, sem suntuosidade, três das quais marcam mais nitidamente o barroco mineiro – Igreja de Nossa Senhora do Pilar (1721), Igreja de São Francisco (1742) e Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1787) e as outras, Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1719), Igreja de Nossa Senhora das Mercês (1751), Igreja de São Gonçalo Garcia (1772), formam o palco cenográfico que emoldura as representações em que a liturgia se realiza de modo sensível e visível na comunicação salvífica de Jesus pelos sinais no enredo dos fatos evangélicos, bem envolventes, da humanidade do Filho de Deus.

Procissões religiosas e sacerdotes ataviados, cânticos e música são motivos festivos, inspirados também no barroco, é uma constante no Brasil desde 1549; quando o governador Tomé de Souza tomou posse, o fez solenemente em préstito ao compasso militar, como romaria.

A partir da fundação (1711) da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Pilar, surgiu a celebração da Semana Santa em São João del-Rei, que é mantida ao longo dos anos, graças a um vigoroso trabalho e paciente determinação da paróquia central, alvo destas anotações e autora da tradição. A firmeza de sua realização impressiona os observadores, em particular a manutenção de sua programação durante séculos, praticamente intocada, salvo algumas adaptações, mas resguardando a dimensão 'igreja-comunidade', em comunhão com Deus para servir, para salvar.

A permanente programação é mostrada a seguir por uma publicação (na íntegra) de jornal do ano de 1899 e pode ser comparada com as mais recentes, da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, agora Catedral Basílica, sede da diocese de São João

del-Rei.

DOMINGO DE RAMOS

Às 11h. ofício do dia, bênção dos ramos e procissão, seguindo-se missa solene com textos da Paixão.

SEGUNDA-FEIRA SANTA

Missa com música às 9h e via-sacra às 5h da tarde.

TERÇA-FEIRA SANTA

Missa solene às 11h com textos da Paixão e às 5h da tarde via-sacra.

QUARTA-FEIRA SANTA

Às 11h missa solene com textos da Paixão e às 18h Ofício de Trevas.

QUINTA-FEIRA SANTA

Às 10h missa solene, pregando o Revmo. Pe. João Pereira Pimentel, terminando com a procissão, conduzindo o Santíssimo Sacramento ao sepulcro, onde permanecerá em exposição solene até o dia seguinte. Terminam as cerimônias da manhã pela desnudação dos altares. As 18h, tocante cerimônia do Lava-pés, pregando na ocasião o Revmo. Pe. João Martins de Almeida. Segue-se o Ofício de Trevas e visitação noutras igrejas.

SEXTA-FEIRA SANTA

Às 10h da manhã começará o ofício do dia, que consta de lições e textos da Paixão, orações por todo o mundo, adoração da cruz e missa dos pré-santificados, pregando no fim da função o Revmo. Pe. José Severiano de Resende. Às 17h, Ofício de Trevas. E terminando este, logo em seguida sairá da Igreja Carmelitana a majestosa procissão do Enterro.

SÁBADO DA ALELUIA

Começará o ofício às 10h pelas cerimônias da bênção

do fogo ha porta da igreja, bênção do Círio, profecias, bênção da Fonte Batismal e em seguida a missa d'Aleluia. Às 6h da tarde, matinas solenes e a cerimônia da coroação de Maria, pregando o Rev. Vigário João B. da Trindade.

DOMINGO DA RESSURREIÇÃO

Às 11h da manhã, missa solene, seguindo-se a procissão do Santíssimo Sacramento, pregando ha entrada o Rev. Padre João Martins de Almeida. Às 18h, para terminar, coroação de Nossa Senhora das Dres.

Regentes do coro
Vigários Francisco de Salles Torga e João Baptista da Trindade.

Leitores dos Textos
Padres João Baptista de Castro, João Pereira Pimentel, Francisco de Salles Torga e Ignácio de Oliveira Campos.

Orquestra Ribeiro Bastos
Regente: Martiniano Ribeiro Bastos.

Celebrações
Tomam parte os seguintes sacerdotes: João Pereira Pimentel, João José dos Passos, José J. Correa de Almeida, Chrispiniano Antonio de Souza, Joaquim das Neves Parreira, José Nunes, João Baptista Trindade, Heitor da Trindade, Francisco Torga, João Baptista de Castro, Theophilo Claudino dos Santos,

José Severiano de Rezende, Francisco Lopes Vigo, Ignácio de Oliveira Campos, Felix Mônaco, Odorico Dolabella, Gaudêncio Benício Terra e Pedro Ali Janidi

Organizadores
Cel. Bernardino Duque Maximo da Rocha, secretário - ten.cel. Aureliano Mendes da Silva Caldas, procurador – Custódio Lourenço de Oliveira, procurador – Anselmo Fioravante, tesoureiro.

Divulgamos todos os nomes em honrosa memória e reconhecimento do trabalho pundonoroso.

A SEMANA SANTA HOJE

Considerando que a programação resulta de uma estrutura estável e secular, historiar, por inteiro, a tradicional celebração é repetir as inúmeras releituras já feitas, o que pode se tornar enfadonho. Assim supondo, permitimo-nos destacar apenas dois dos mais importantes atos.

OFÍCIO DE TREVAS

Trata-se de uma das mais tradicionais e impressionantes solenidades da Semana Santa, realizada na Quarta-Feira Santa, na antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, hoje Basílica. É uma exclusividade de São João del-Rei, única no mundo.

Noturna, a solenidade é feita em horas de trevas, em

honra da última e terrível noite da vida terrena de Cristo. É cantada ao lado da Epístola e diante de um grande candelabro triangular, do tipo judaico, porém com 15 velas, acompanhada de orquestra. Trata-se, na realidade, de um memorial em gregoriano, descrevendo o sofrimento de Jesus no Jardim das Oliveiras e os sentimentos que O animaram em sua Paixão.

A cada salmo cantado, uma vela é apagada, até que reste apenas a do vértice do triângulo, que representa Jesus, Luz do Mundo. No final do ofício, quando o coro e orquestra iniciam o *chistus factus est*, a vela acesa é retirada do candelabro e colocada atrás do altar. Estando todas as luzes da igreja e do candelabro apagadas, ouve-se um forte ruído, representando a ressurreição de Jesus Cristo e todas as pessoas que assistem à cerimônia batem os pés no chão, simbolizando trovões, terremotos, ocorridos na hora da crucifixão, e proclamando a Paixão Redentora de Cristo!... E as luzes da Igreja são acesas.

Coro e a orquestra Ribeiro Bastos executam músicas que narram cenas da Paixão. Algumas peças apresentam um tom dorido que recebeu o nome de Lamentações. O original hebraico é um poema em acróstico. Além das Lamentações, são executados Responsórios, Noturnos, Matinas, Laudes, Antífonas e Salmos. Muitas das partituras são de autoria do Pe. José Maria Xavier (1819-1887), célebre compositor são-joanense, patrono de cadeira na Academia Brasileira de Música. As Laudes datam de 1860, de 1871 são os Responsórios.

Há anos, desde a primeira celebração do Ofício, permanece infalível a cuidadosa execução do milenar cantochão ou gregoriano (é do ano 1600), estilo monódico que se subordina às próprias palavras do texto e as segue com grande

sentimento e espiritualidade.

PROCISSÃO DO ENTERRO

"Só entende a Vida quem compreende o Mistério da Dor e do Sofrimento de Jesus. Comemorar a morte do Senhor é comprometer-se com o Cristo Verdade e Vida, sentido do Transcendente e do Eterno".

Precede a soleníssima procissão, na representação do Calvário (em aramaico Gólgota), na antiga Jerusalém, local de crucifixão, o ato do Descendimento da Cruz. Monta-se na escadaria da Igreja de Nossa Senhora das Mercês (1751) o cenário alusivo. Igreja e escadaria (5 patamares e 33 degraus), num outeiro atrás do qual se iniciou a mineração de ouro, base da economia colonial, ocupam parte do antigo Largo da Câmara que abriga também o Hospital Nossa Senhora das Mercês e, anexo, o largo homônimo do Pelourinho, do tempo da escravidão, em cuja coluna eram açoitados ou enforcados negros cativos. Para substituir o mais antigo, do Morro da Forca, o existente foi esculpido em pedra (1813) por Aniceto de Souza Lopes, mestre canteiro são-joanense, mulato, falecido em 1815.

Em frente à simpática Igreja, de grande efeito plástico, fica o palco a céu aberto. Sobre um tablado pendem de três cruzes os corpos de Jesus Crucificado e dos dois ladrões, Dimas e Gestas, amarrados, além das figuras bíblicas de Maria Madalena e São João Evangelista. É emblemática a presença de Maria, Mãe de Jesus, vestida como Senhora das Dores. Mostra-se a guarda romana, formada por pelotão de soldados caracterizados, com a presença do centurião (comandante).

No meio da grande praça, lotada pela audiência, ocupa o púlpito um orador sacro o qual apresenta de forma dramática a Morte de Jesus na cruz, fazendo alusão às Suas sete últimas palavras. Dois sacerdotes, vestindo uma túnica branca, configurados de Nicodemos e Arimateia (ambos membros do histórico Sinédrio), ajudam a despregar o Crucificado da cruz. Em simultaneidade com o pregador, tiram a coroa de espinhos, os cravos, segurando os braços e depois todo o corpo sacrossanto. Após o sermão do Descendimento da Cruz, o corpo de Jesus, simbolizado pela bela imagem em tamanho natural, é colocado no esquife funerário.

A Procissão do Enterro era, por determinação estatutária de 1696, obrigação da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, elevada à Ordem Terceira em 1746. Ficara prescrita a presença de figurados bíblicos, trajados a caráter, do Velho e Novo Testamento: Abraão, Moisés, Isaac, os Héus, Anjos da Paixão. Mais tarde, a Matriz do Pilar, hoje Catedral Basílica, assumiu o encargo, mantendo e ampliando em dezenas a presença dos figurantes, muitos carregando instrumentos do martírio de Nosso Senhor: estandartes, cartazes, insígnias, símbolos e emblemas das Cruzadas da Idade Média.

Desde tempos remotos e preservando a tradição, as irmandades observam e mantêm ordem de precedência, baseada em três elementos. Primeiro, as ordens terceiras com precedência absoluta. Segundo, as associações de brancos precedem as de negros. Terceiro, as mais antigas precedem as mais recentes. A precedência coloca a associação em lugar de maior honra e distinção.

Nas procissões, é mais honroso o lugar que fica na proximidade do pálio. Portanto, a que tem mais precedência

segue por último e a que tem menor precedência vai à frente, como: Irmandades que admitiam negros, Confraria de São Gonçalo Garcia (1759), Arquiconfraria de Nossa Senhora das Mercês (1750), Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte (1732) e Confraria de Nossa Senhora do Rosário (1708). Em seguida, as Irmandades que só admitiam brancos: Senhor Bom Jesus dos Passos (1733), São Miguel e Almas (1716), e Santíssimo Sacramento (1711). Por último, as Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo (1732).

Na formação da atual Procissão do Enterro, seguem organizadas duas enormes alas de acompanhantes do Pendão Romano ou Guião, símbolo da prepotência de Roma, grande estandarte roxo com as iniciais S.P.O.R. (*Senatus Populus Que Romanus* ou Senado e o Povo Romano) agora não em posição vertical, mas horizontal, sinalizando luto. Entre as duas alas de acompanhantes vão andores com imagens referenciais, os componentes de várias Irmandades com suas opas indicativas e coloridas, crianças vestidas de anjos, vários padres orientadores, havendo cânticos de dor e piedade; banda de música tocando a dolente Marcha da Paixão, de Ireno Baptista Lopes, antigo compositor são-joanense, e o som das matracas, no lugar dos sinos que foram silenciados.

A cidade é conhecida como a "Terra da Música". Além disso, não se encontra em nenhuma outra parte do Brasil uma riqueza de modalidade e significado no toque dos sinos, daí o cognome de 'Terra onde os Sinos Falam'. Um bem imaterial reconhecido e oficializado recentemente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Antigas são suas bandas de música e orquestras, com numerosos

instrumentistas.

À saída da Procissão, coro e orquestra executam uma melancólica peça musical; após, ouve-se o primeiro e emocionante canto, em nome da Senhora da Soledade, pela Verônica (no caso uma cantora lírica) que, vestida de preto, rosto coberto, sobre um tamborete, mostra uma toalha branca com a estampa do rosto do Crucificado, cena que se repetirá adiante, com o coro e a orquestra; as matracas medievais dão continuidade.

Depois do esquife, este sob pálio roxo ou dossel, levado por membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, uns ladeando com lanternas, outros portando varas de prata da hierarquia, o turiferário, acompanham o andor de Nossa Senhora das Dores. Próximos, vão Adão e Eva, João Evangelista, Maria Madalena, a Verônica, e as mulheres chamadas Beús, o coro e a orquestra e dezenas de figurantes bíblicos e os soldados da Guarda Romana, todos caracterizados. Um segundo pálio roxo abriga o presidente do préstito, o Sr. Bispo Diocesano ou o Rev. Pároco, conduzindo uma relíquia sagrada, e ladeado também por irmãos do Santíssimo Sacramento, carregando lanternas.

No percurso pelas velhas ruas centrais, iluminadas por lampiões, sobre artísticos tapetes moldados no calçamento, a Procissão prossegue. Para nos pontos cardeais a ouvir o canto plangente da Verônica, o coro e a orquestra sacros; depois são agitadas as matracas e retomada a caminhada. Chega-se ao final da Procissão e o ícone sacrossanto do corpo do Senhor Morto é recebido respeitosamente no adro, exposto e reverenciado aos beijos pelos fiéis à porta da Basílica do Pilar.

“Na noite em que a coluna luminosa as trevas do

pecado dissipou!" Depois das solenidades da Vigília Pascal na noite do Sábado Santo, das solenidades do Domingo da Ressurreição, notadamente a Missa Pontifical, a Bênção Papal, a Procissão do Santíssimo Sacramento e a Coroação de Nossa Senhora, procede-se ao encerramento da Semana Santa; ressalta-se o triunfo de Nosso Senhor Jesus Cristo, vencedor da morte, cantando-se solenemente o grandioso hino *Te Deum Laudamus*.

Não limitamos expressões para sublinhar, respeitosamente, o rico e tradicional ritual das solenes celebrações dos atos litúrgicos e paralitúrgicos da Semana Santa de São João del-Rei, seguramente resultado do trabalho, sem medidas, das autoridades eclesiásticas. Esse empenho não é notado apenas agora. Em 1856, aos 145 anos de ininterrupta realização, o evento atraía o interesse do sonho de uma cantora lírica internacional, a atriz italiana Augusta Candiani que, no dia 18 de março daquele ano, se oferecia, na íntegra da carta que transcrevemos, para representar a Verônica na Procissão do Enterro.

> Ilustríssimos charissimos senhores,
>
> A abaixo assinada, com o maior prazer, offerecer para Sexta-feira da Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, acompanhar a Procissão do Enterro e cantar em as todas as ruas em que a mesma parar, o solo da marcha funebre que foi expressamente composta para esse dia, e que tem de ser executada.
> Este offerecimento expontaneo é todo filho do meu coração, o qual consagro como sacrifício a tão sonhado dia.

Deus guarde as Vossas Charidades por muitos annos. Aos 18 de março de 1856. Augusta Candiani.

Aos Ilustrissimos e charrissimos Snrs. Prior e mais Mesarios da Veneravel Ordem 3ª de N. Senhora do Carmo.

Ao longo de ininterruptos 300 anos, não houve barreira intransponível aos esforços dos intrépidos responsáveis pela celebração da Semana Santa em São João del-Rei, numa estrutura estável, mantida sem alteração. Esta excepcionalidade comprova o acerto e o objetivo da tradicional realização, garantido sua continuidade secular.

Notas

1) Servia de Comissário da Ordem Terceira, em março de 1856, o Revmo. Cônego Francisco Amâncio de Assis.

2) O jornal local ”A Reforma”, edição de 5.8.1918, 62 anos depois, fez referência ao fato de a cantora italiana ter representado a Verônica na Procissão do Enterro, ganhando o cognome de ”Anjo de Luto”.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL Emília. *Português, Literatura e Gramática*. São Paulo: FTD.

NERI, Antony Claret de Moura, diretor do Conservatório Estadual de Música de S. João del-Rei e prior da Irmandade de N. Senhor dos Passos.

Arte Brasileira – . Abril, Círculo do Livro- SP.

BOFF, Leonardo. Paixão de Cristo. São Paulo: Vozes, 1978.

CARDOSO, Ricardo Júdice. História. Belo Horizonte:

Bernoulli.

GAIO SOBRNHO, Antônio. Visita à Colonial Cidade de São João del-Rei. São João del-Rei: SEGRA/UFSJ, 2001.

GUIMARÃES, Fábio Nélson. Padre José Maria Xavier: sesquicentenário de nascimento 1819-1969. São João del-Rei: mimeo,1969.

OLIVEIRA, Antônio Carlos. Vivenciando a Semana Santa. Santuário, 2007.

PAIVA, Sebastião Raimundo de. Piedosas e solenes tradições de nossa terra: a quaresma e a semana santa em São João del-Rei. 2. ed. São João del-Rei: Segrac, 1997.

RIBÓLA, José. Os Sacramentos. Santuário, 1990

SÁULO, José Alves. O Deus da Libertação. Centro Gráfico. 2007.

Revista Bibliográfica e História – PUC Campinas-SP

Jornais e Revistas, várias edições.

Pinturas Rupestres do Sítio Arqueológico A Toca do Índio

José Roberto Câmara Vitral

Utilizam-se as denominações de arte, pintura ou gravura rupestre para se referenciar às representações gráficas ou pictóricas gravadas em abrigos ou cavernas por habitantes que viveram em períodos remotos da pré-história.

No estudo do homem pré-histórico, a arqueologia se vale das fontes disponíveis e considera importante a pesquisa e a inter-relação de pinturas, objetos cerâmicos, líticos e outros vestígios possíveis de serem encontrados em escavações. As análises arqueológicas conduzem a interpretações e descobertas sobre os comportamentos, atividades, deslocamentos e permanências destas populações ao longo do tempo, investigando e relacionando os tipos de registros encontrados em cada localidade.

Sabe-se hoje que estes ancestrais eram caçadores e coletores, possuíam armas rudimentares para abate de suas presas e instrumentos para seu trabalho diário que podiam variar desde a preparação de uma caça, até a ilustração de uma parede ou mesmo a confecção de um adorno.

As características de algumas representações rupestres surpreendem o observador moderno porque podem apresentar traços bem delineados, colorações exuberantes, proporções adequadas, e ainda simetria e volume difíceis de serem imaginados, como nos caso de Lascaux na França com 15.000 anos AP e Altamira na Espanha com 18.000 anos AP **ilustrações 1 e 2** (AP - Antes do Presente, sendo 1950 o ano de

referência).

Nem toda arte pré-histórica é estática, também se incluem peças gravadas, pintadas ou esculpidas em suportes como ossos, marfim ou chifres. As pinturas rupestres apresentam frequentemente temas relacionados com animais, representações humanas e sinais. Não se conhecem desenhos de paisagens e os de vegetação são raros nos registros retratados neste período remoto. Os animais podem ser de pequeno ou médio portes, indicando possivelmente suas caças e fauna próxima de seus *habitats*.

São vários os critérios e métodos utilizados para efetuar a datação de um registro rupestre. Levam-se em conta, sempre, os vestígios encontrados no sítio, mas há de se estabelecer o elo entre o vestígio que pode estar soterrado e o registro que pode estar numa superfície rochosa.

Muitas também são as dificuldades, como em datações de imagens gravadas que não oferecem pigmentos, ou em sítios que tiveram mais de uma ocupação e apresentam registros sobrepostos de períodos diversos.

Desde 1949, o ganhador do prêmio Nobel de Química em 1960, Willard F Libby, publicou artigo sobre o método de datação com radiocarbônio, conhecido como método do Carbono 14, que mede a "idade" de amostra que contenha concentração razoável de carbono, sendo este método aconselhável para amostras biológicas, carvão de madeira e outras ricas em carbono.

Outro procedimento adotado para datação em cerâmicas é a termoluminescência, que submete a amostra ao aquecimento e depois se mede a pequena quantidade de luz observada (FERRAZ, 2006).

No Parque Nacional Serra da Capivara-PI, particularmente na Toca da Bastiana e na Toca do Antonião, Watanabe (WATANABE, 2004) utilizou amostras de calcita retiradas da superfície do registro rupestre, porque ocorreu a coincidência do suporte ser calcário, uma rocha solúvel em água, que sofreu ação de lixiviação onde solubilizou e depois cristalizou calcita sobre a superfície do desenho, e submeteu-as a análises por ressonância paramagnética eletrônica (EPR) que mede "a idade" do cristal formado. A mesma amostra poderia ter sido submetida à análise por termoluminescência (TL) ou por luminescência oticamente estimulada (OSL). Este procedimento acusa a idade da amostra analisada, mas não certifica a idade da pintura. Abre-se espaço para hipóteses que precisam ser verificadas e outras amostras que devem ser analisadas.

Os pigmentos utilizados nas pinturas rupestres, muitas vezes, servem como elemento de datação do sítio, pois podem ser encontrados no solo, próximo às pinturas. A variedade da flora brasileira ofereceu às populações antigas recursos variados de pigmentos, da mesma forma que dos minerais provêm colorações diversas, como indicado no quadro seguinte (DOLZAN, 2004):

Quadro 1 - Pigmentos

Pigmento	Coloração
Genipapo, Carvão vegetal, Manganês	Preto
Urucum, Óxido de ferro	Vermelho ou amarelo
Goetita	Amarelo
Caolinita ou Gipsita	Branco

Azurita	Azul
Malaquita	Verde

As pinturas rupestres são estudadas e analisadas quanto às formas gráficas, temáticas, técnicas de execução e frequência de ocorrência, com objetivo de se estabelecer parâmetros que permitam relacionar as diferentes pinturas com as populações que as produziram. Quando se completa um ciclo de estudos é possível atribuir o conjunto a uma Tradição Arqueológica, que encerra semelhanças de grafismos típicos das influências culturais a que estão sujeitos, devido à socialização, contato e seu próprio desenvolvimento. É possível que duas ou mais culturas tenham permanecido no mesmo local, em tempos diversos, resultando em registros complexos e superpostos, podendo ser complementares ou substitutivos.

Há de se ter cuidado na interpretação das pinturas rupestres e não devemos esquecer que grupos sociais diferentes podem ter as mesmas crenças e mesmos costumes, mas também podem e normalmente incorporam aspectos próprios de sua cultura, de forma que não é possível generalizar que se uma representação figurativa aparece em dois ou mais sítios diferentes, não implica necessariamente que sejam de mesma sociedade e o inverso também é válido, pois a mesma sociedade pode criar representações diferentes em tempos e lugares diferentes.

Segundo Prous (1992), o interesse científico pelos registros rupestres iniciou-se no século XIX, quando na caverna de Niaux, na França foram descobertas pinturas pré-históricas e daí passou-se a investigar suas origens.

Desde então estes estudos continuam a ser realizados e

para padronizar os trabalhos, uniformizar a linguagem e identificar as origens, adotou-se o critério de classificação das ocorrências em Unidades Estilísticas e para isso foi necessário estabelecer critérios de homogeneidade capazes de reunir diferentes ocorrências. Prous (1992) relata que desde o início da arqueologia, para fins de classificação de ossos, cerâmicas, pedras e materiais líticos, utilizou-se do critério de comparação de similaridades e diferenças. Em decorrência, surgiram as seguintes questões: - como evitar o anacronismo? Haveria alguma concordância entre a classificação atual e a interpretação que estes artistas dariam aos seus trabalhos? E esta classificação vai auxiliar a compreender este passado remoto?

A recomendação é que devemos considerar as diferenças culturais entre os povos. Seus conceitos de belo podem variar significativamente na arte, alimentação e costumes, porque esta idiossincrasia constitui elemento importante a ser considerado. Por isso não se deve considerar apenas um aspecto, como a iconografia para caracterizar uma unidade estilística.

Tradições e fácies

De acordo com as definições de Prous (1992), tradição são unidades descritivas mais abrangentes, implicando certas permanências de traços distintos, geralmente temáticos; ao passo que estilo constitui uma subdivisão definida a partir de critérios técnicos, ligando unidades com maior número de características comuns que se opõem a outras da mesma tradição. Em regiões mais complexas, fácies corresponde a um

menor número de unidades com base em critérios mais discretos, frequentemente de ordem temática (tratamento de detalhes anatômicos, por exemplo) ou qualitativa. Para Niéde Guidon, a expressão corresponde à "variedade".

Para Hetzel (2007), os grafismos são classificados em tradições, que são estabelecidas a partir do estudo dos estilos e das temáticas representadas pelos pintores. Na opinião de Martin (1996),

> o conceito de tradição compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes.

Martin ainda explica que

> as unidades de análise são válidas para toda uma região rupestre ou um mesmo horizonte cultural. Essas unidades de análise podem ser a técnica, a temática, os pigmentos utilizados, o suporte, a escolha dos sítios e o seu posicionamento espacial.

No segundo caso, essa autora

> identifica as unidades picturais rupestres existentes referindo-se a cada sítio em particular, no qual escolhem-se os conjuntos gráficos significativos e determinantes que filiam esse sítio a uma tradição determinada com as subtradições, estilo e variedades em que o registro rupestre convencionou-se dividir"

Prous (1992) relata em *Arqueologia Brasileira* as

grandes “regiões rupestres” através de nove Tradições : Planalto, Nordeste, São Francisco, Meridional, Litorânea Catarinense, Geométrica, Amazônica (Roraima e Guiana) e Agreste.

Os Sítios Rupestres em Minas Gerais

Hoje, Minas Gerais é um dos centros de estudos arqueológicos mais importantes do Brasil e isto se deve à riqueza e variedade de informações pré-históricas que têm sido analisadas e reveladas nas últimas décadas. As ocorrências se dispersam desde Lagoa Santa até o norte do estado. Na década de 1970 André Prous já constatava a existência de cemitério datado entre 8.000 e 12.000 anos AP, no Sítio Santana do Riacho, na Serra do Cipó – MG, enquanto a equipe de A. Laming-Emperaire encontrou um esqueleto, na mesma região, datado de 11.000 anos. Fatos desta natureza estimularam as pesquisas e desenvolveram grupos de pesquisa que vêm se empenhando na busca de mais informações sobre este passado longínquo.

Os avanços tecnológicos que permitem a datação de artefatos, fragmentos, resíduos, ossos ou pigmentos seguramente muito têm contribuído para a difícil análise cronológica dos acontecimentos, que cada vez desperta paixões e controvérsias sobre as conclusões e hipóteses apresentadas.

Nos últimos 30 anos, a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais através do Departamento de Arqueologia do Museu de História Natural vem trabalhando no sentido de aumentar o conhecimento acerca dos povoamentos localizados em Minas Gerais e que datam de períodos remotos de milhares

de anos. Os resultados até então documentados não são suficientes para elucidar quem eram esses povos, mas com técnicas adequadas da arqueologia e ciências afins, cada vez mais conhecemos sobre seus hábitos alimentares ao considerar as sementes encontradas e escavadas nos sítios estudados, seus utensílios líticos e cerâmicos nos revelam suas técnicas de confecção e domínio sobre a fabricação de objetos, por meio da investigação de cemitérios e urnas funerárias passamos a conhecer suas práticas religiosas e costumes tradicionais e também por meio dos registros gráficos deixados em paredões e costados rochosos podemos verificar o que consideravam importante documentar para a posteridade.

O estudo do período pré-histórico em Minas Gerais teve grande impulso em 1843 quando Peter Lund encontrou vestígios de grandes animais extintos misturados com restos humanos numa gruta próxima a Lagoa Santa. Esta descoberta somente foi aceita e confirmada cerca de 150 anos depois, quando as técnicas de datação permitiram comprovar a hipótese de Lund. A pesquisa continua com objetivo de caracterizar os diferentes grupos e estabelecer sua ordenação temporal, para se poder associar os grafismos aos demais testemunhos arqueológicos que compõem o sistema de assentamento.

Os estudos de datação podem indicar períodos diversos em cada sítio arqueológico de Minas Gerais, conforme indicado no quadro 2, sendo que revelam datações de 12.330 ± 230 anos, o que confirma a existência de grupos humanos em época muito recuada. (GASPAR, 2003).

As técnicas de datação recorrem a estratégias de relacionar objetos e fragmentos encontrados nas várias camadas estratigráficas, assim, blocos rochosos que se desprendem das

formações principais, podem ser encontrados soterrados por sedimentos e depois datados adequadamente, e desta forma o estudo do abrigo Santana do Riacho, na região de Lagoa Santa, revelou indicações que permitem relacionar os pigmentos do solo com os das pinturas na pedra, conduzindo a conclusões de datas próximas a 12 mil anos AP. (GASPAR, 2003).

QUADRO 2

Principais Sítios Mineiros e suas Respectivas Datações

Montalvânia - datações de 11 a 12 mil anos
Sítio Santana do Riacho, na Serra do Cipó, onde existem trançados com oito mil anos, com mais de duas mil pinturas rupestres realizadas entre quatro mil e oito mil anos
Lagoa Santa - Exibe pinturas de animais, conhecidas desde 1834 e sua datação está entre 2.000 a 10.000 anos
Tradição São Francisco: figuras mais recentes dessa tradição, na Lapa do Veado foram datadas em 2,8 mil anos.
Escavações no vale do Peruaçu, em Januária, recuperaram muitos corantes dispersos em níveis datados em torno de 8.000 anos AP
Vale do Rio Peruaçu exibe espetaculares desenhos geométricos, possui pinturas datadas de 2.000 a 10.000 anos

Principais Tradições Presentes Em Minas Gerais

Em Minas Gerais as pesquisas indicam a existência de três grandes tradições de arte rupestre, conforme indicado no Quadro 3, sendo que não ocorrem exclusivamente neste Estado, podendo ser encontradas em outras regiões do país, considerando o movimento migratório que havia entre as populações antigas, como indicado no quadro seguinte.

QUADRO 3 – Tradições E Suas Localizações

Tradição	Localização em Minas Gerais
Planalto	Em Lagoa Santa e Serra do Espinhaço*, o sítio típico é o de Santana do Riacho, datado com 4-8 mil anos. (*) Próximo a Lagoa Santa, outros sítios estão localizados em Matosinhos, e Serra do Espinhaço, incluindo Botumirim, Conceição do Mato Dentro, Diamantina, Santana do Riacho, Serra do Cabral e Serra do Cipó
São Francisco	No Vale do Rio São Francisco, no sítio Lapa do Veado, datado com 2,8 mil anos, encontram-se figuras típicas desta Tradição
Nordeste	No Norte de MG, em Januária e Montalvânia, a unidade estilística Piolho do Urubu rompe com as características do Vale do Peruaçu e apresenta pinturas naturalistas representando animais.
	Em Januária encontra-se também o Estilo Desenhos, com gravuras zoomorfas muito pequenas
	Em Montalvânia, no Vale do Rio Concha encontram-se pinturas antropomórficas e geométricas, além de gravuras em baixo relevo que apresentam figuras humanas e de armas
	No Vale do Rio Peruaçu, o Sitio do Boquete é o mais estudado

Prous atualmente estuda as pinturas do Alto São Francisco (Arcos, Doresópolis e Pains) e considera que talvez representem uma transição entre as duas tradições Planalto e São Francisco. Os temas são diferentes, regionais, mas a forma de tratamento lembra as outras tradições. Utilizavam cores distintas para contornar e preencher os desenhos.

Arte Rupestre na Toca do Índio

Em Andrelândia a pesquisa sobre a representação rupestre encontra-se em estado inicial, tanto no que diz respeito aos aspectos teóricos, como no desenvolvimento de métodos de registro e preservação. O sitio esteve abandonado e sofreu depredações. Há de se juntar as informações sobre cerâmica coletada na região e com as pinturas impressas na Toca do Índio para, através desta contextualização, adquirirmos algum conhecimento sobre a pré-história humana desta localidade.

As comunidades que habitaram esta região ocuparam uma dispersa distribuição geográfica, mantinham contatos com outras culturas e deixaram vestígios em períodos temporais distintos. Mesmo assim, os pesquisadores estabeleceram grupos similares a partir de características comuns que constituem as Tradições Arqueológicas.

Há casos como em Peruaçu e Montalvânia, em MG, onde foram identificadas pinturas e ou gravuras em sete ou oito momentos diferentes, mas nem sempre é possível estabelecer nem a duração, nem o intervalo decorrido entre estes momentos. (GASPAR, 2003).

Os estudos destas representações feitos em comparação de traços, temas abordados, elementos representados e técnicas comuns chegam a caracterizar diferentes Estilos de pinturas, que quando interpretadas isoladamente por critérios temáticos ou morfológicos constituem as Fácies (PROUS, 1992).

Os grafismos podem ser classificados quanto à possibilidade de reconhecimento como citado por Carvalho,

(2000), no Quadro a seguir:

Quadro 5 - Classificação dos Grafismos

Denominação	Descrição
PUROS	Figuras pintadas ou gravadas que não são correlacionadas facilmente, mas a ela são estabelecidas suposições como os grafismos geométricos e abstratos.
de COMPOSIÇÃO	Figuras que podem ser reconhecidas em sua relação análoga com o universo cultural humano (antropomorfos, zoomorfos ou fitomorfos).
de AÇÃO	Cenas que constituem um conjunto gráfico, onde os registros individualizados apresentam uma correlação que os associa

Análise das Pinturas

Muitas pinturas da Toca do Índio não possuem traços que permitem o reconhecimento temático e às vezes morfológico, dificultando assim, uma análise mais apurada e conclusões mais definitivas. Mesmo com estas dificuldades procuramos identificar dados com objetivo de descrever perfis gráficos semelhantes ou diferentes, quiçá, proporcionar argumentos para uma definição de padrão gráfico.

À medida que predominam as formas não reconhecíveis de grafismos puros torna-se menos assertivo o isolamento de partes dos desenhos porque não se conhecem os limites da representação nem a continuidade do traço. O mural de figuras da Toca do Índio está em ponto elevado, parcialmente protegido de intempéries, mas passível do

processo de lixiviação da camada pigmentada pela ação pluvial e interferência de excreções minerais ocasionadas por minérios ferruginosos que acabam por criar depósito que se confundem com as figuras originais (**ilustração 3**).

Há casos de o suporte rochoso ter sido eliminado por ação temporal, causando a descontinuidade do desenho e ocasionando a perda do pigmento ou apresentar rupturas parciais causando descontinuidade (**ilustração 4**). No trabalho de documentação foi considerada a "arqueologia de sítio" (VALLE, 2008) onde a unidade analítica constitui apenas um sítio. Optamos inicialmente por identificar painéis que contêm maiores ocorrências de figuras e destes identificamos, separamos e quantificamos as representações e seus elementos ordenadores. Com estas premissas fomos a campo coletar as imagens para a análise proposta. A primeira dificuldade se revelou após o primeiro registro fotográfico, que ao ser analisado revelou a falta de critério para relacionar as fotografias com o posicionamento real no mural, o que significou o retorno ao sítio para novo registro fotográfico, efetuado mediante critério de referenciamento físico das imagens em relação ao mural. Este artigo descreve as formas encontradas no painel denominado 2890 onde predominaram ou se destacaram:

Ilustrações

Ilustrações 5 A e 5B – Círculos concêntricos registrados após ruptura de suporte rochoso, aproveitando o relevo do suporte. Círculo único em suporte origina. A ilustração 5B é uma ocorrência de circulo com destaque no centro, no Piauí.

Ilustração 6 – Cìrculos dicromáticos – Podem indicar registros efetuados em tempos diferentes.

Ilustrações 7 A e 7B – Espirais. Também encontrada no vale do Peruaçu na Toca da Onça e na Toca da Laje, classificadas como predominantemente geométricas por Madu Gaspar.

Ilustrações 8A e 8B – Teias – Aparecem inicialmente numa das extremidades do mural, ao lado de representações triangulares. Ocorrem também no centro do mural a cerca de 6 metros do solo.

Ilustrações 8C, 8D e 8E – Ocorrências similares na Gruta do Janelão em Peruaçu, MG, ou na forma de gravura no Piauí.

Ilustrações 9 – Quadrados concêntricos tendo uma representações circular no centro.

Ilustrações 10A e 10B – Dois conjuntos de triângulos estão pintados nas extremidades do mural.

Ilustrações 11A, 11B, 11C e 11D – Linhas paralelas.

Ilustrações 12A, 12B e 12C – Zoomorfos.

Ilustrações 13A e 13B – Grafismos puros.

O Painel 2890, localizado no centro do mural, apresenta a maior concentração de pinturas, que vão desde 50 cm do solo até 6 m de altura. Notam-se duas cores predominantes: amarelo e vermelho. Entre as figuras observadas incluem-se:

- ilustrações geométricas dicromáticas (ilustração 14)
- ilustrações geométricas monocromáticas em vermelho com 4 linhas verticais paralelas em ziguezague (**ilustração 15**)
- ocorrência de círculos concêntricos (**ilustração 16**)
- zoomorfo em vermelho, na posição vertical (**ilustração 17**)

Painel 2890

- representação geométrica que mostra simetria vertical das linhas
- paralelas em ziguezague. Esta simetria é notável, pois mantém três linhas
- de cada lado, respeita um afastamento do eixo central e tende a se repetir à
- medida que o motivo se desenvolve na vertical. Lamentavelmente a figura
- está danificada pela ação antrópica de vândalos na parte baixa e o suporte
- rochoso de desprendeu na parte superior. (ilustração 18).
- linhas geométricas ordenadas e dicromáticas.e linhas que se
- alternam em amarelas e vermelhas, sempre paralelas e no mesmo sentido
- (ilustração 19)

- losangos consecutivos e verticais. (ilustração 20)
- Ilustrações de zoomorfos filiformes de tamanhos variados
- (ilustração 21)
- encontram-se muitos grafismos puros, constituídos de linhas curtas
- e finas, muitos locais com pigmento removido. (ilustração 22)
- pela proximidade dos temas, técnica de pintura, coloração do
- pigmento, a disposição espacial das representações sugere que formam um
- mesmo conjunto, complexo e com 3 representações distintas: uma à esquerda, um par de retângulos abaixo e uma ilustração elaborada. (ilustração 23) ilustrações separadas por duas linhas diagonais se cruzam no meio (ilustração 24) diversos grafismos puros, muito parecido existente na Lapa do Caboclo (ilustração 25A) pertencente à Tradição São Francisco (ilustração 25 B)

Conclusões Preliminares

Este estudo não é e nem pode ser conclusivo. Tratando-se de uma tentativa de identificação de grafismos e suas respectivas classificações por morfologia e temática, consideramos que ainda não foi possível chegar a uma classificação segura das gravuras rupestres da Toca do índio, com base no que aqui foi exposto. Sabemos que André Prous

(1992) classificou este sítio como sendo da Tradição São Francisco.

O objetivo é contribuir para a descrição das imagens registradas no sítio e alertar futuros pesquisadores para aspectos e condições que puderam ser verificadas.

Reconhecemos uma preferência por grafismos puros, seguida de representações geométricas, lineares, com simetria e repetição de representações.

Optamos por descrever somente as maiores e desconsideramos a possibilidade de haver representações menores que 10 cm. Segundo o NPA – Núcleo de Proteção Arqueológico do Alto Rio Grande, que administra o local através de uma RPPN – Reserva de Particular do Patrimônio Natural, há mais de 650 figuras sobre e justapostas neste mural, de forma que seria muita pretensão descrever todas elas de uma só vez e sem a colaboração de uma pequena equipe.

Mesmo assim acreditamos que será de alguma valia as informações aqui apresentadas.

Referências

CARVALHO, Fernando Lins. A Pré-História Sergipana, Aracaju, P 25, Editora da UFS, 2000

DOLZAN, Nina Teresa de Oliveira. Interpretação de Pinturas e Gravuras Rupestres: um estudo da estética simbólica de nossos ancestrais. 4to Congreso Virtual de Antropología y Arqueologia , Buenos Aires, item 3ª

FERRAZ, Gilberto Marcon et all. Termoluminescência e datação de peças. Arqueológicas.

GASPAR, Madu. A Arte Rupestre no Brasil, p 41, Ed Jorge Zahar ,2003

_____. A Arte Rupestre no Brasil , p 63-63, Ed Jorge Zahar ,2003

_____ A Arte Rupestre no Brasil, p 68 Ed Jorge Zahar – 2003

HETZEL, B e NEGREIROS. Pré-História do Brasil , p 69, Maniti, 2007

MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil, Recife, 2ª ed. UFPE, 1996

PROUS, André – Arqueologia Brasileira p 511, UNB, 1992

_____. Arqueologia Brasileira p 514-515, UNB, 1992

Fonte: Memória: Sob a poeira do tempo. Revista Ciência Hoje, n° 142, P 20 fev 1999 . Acessado por 50 http://www.ucs.br/ccet/defq/naeq/material_didatico/textos_interativos_29.htm em 18/09/09 1

PROUS, André.. Stylistic Units In Prehistoric Art Research: Archeofacts Or Realities? RUPESTREWEB, acessado em 18/09/09 1 idem 1 idem 1 PROUS, André. A fascinante pré-história de Minas Gerais

REVISTA INTEGRAÇÃO, São Paulo, nº 46 , p 285– jul/ago/set 2006

REVISTA FAPEMIG, acessado por http://revista.fapemig.br/materia.php?id=175 em 19/09/2009

VALLE, Raoni Bernardo Maranhão - Gravuras pré-históricas da área arqueológica do Seridó Potiguar\Paraibano: um estudo técnico e cenográfico – FUMDHAMentros VII, P 496, 2008

WATANABE, Sigueo. Comunicação apresentada no 1º Encontro de Física e Arqueologia – FUMDHAM IV -2004

Os vestígios da Expedição de Pamplona

Murilo Geraldo de Souza Cabral
Ana Maria de Oliveira Cintra

No amanhecer de terça-feira, 19 de agosto de 2009, o sol levantava-se preguiçoso abraçando com seu calor dois desbravadores da história em mais uma missão especial: percorrer o caminho da expedição de Pamplona há 240 anos atrás.

Naqueles tempos, São João del-Rei destacava-se na Comarca do Rio das Mortes como um importante entreposto comercial para abastecer a corte portuguesa no Rio de Janeiro. O jovem Inácio Corrêa Pamplona, nascido em 1731 na Ilha Terceira, bispado de Angra, recém-chegado de Portugal, ganhou a confiança da corte Real como próspero comerciante e passou a controlador das mercadorias que circulavam entre as duas cidades. Pela coragem e liderança demonstrada, em pouco tempo tornou-se Cobrador do Contrato das Entradas e Guarda-mor. Rapidamente ascendeu a Mestre de Campo de Provisão de Regente dos distritos de Piuí, Bambuí, Campo Grande e picada de Goiás, recebendo a incumbência, como chefe militar e civil, de desbravar e descobrir novas terras, domesticar indígenas e deter revoltosos e negros quilombolas com o objetivo de levar progresso para a Coroa Portuguesa.

E foi com o mesmo espírito e determinação que cruzamos a linha do tempo entre passado e futuro, ontem e hoje, rumo ao local do começo da expedição empreendida por Pamplona em 1769, a fazenda do Capote. Outrora os homens seguiam a pé e a cavalo pelos caminhos abertos na mata, hoje

munidos de GPS e mapa da região, seguimos de carro pelas estradas que ligam São João del-Rei ao nosso destino para um primeiro reconhecimento.

Ao passarmos pela ponte sob o córrego do Lenheiro, em direção à Avenida Leite de Castro, trouxemos para a nossa retina um descortinar sucessivo de imagens de tempos anteriores, quando no lugar da ponte de concreto armado havia uma ponte de viga metálica com trilhos em seu centro. A partir do final do século XIX era o prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), pelo ramal do sertão. Relembramos Antonio Francisco da Rocha, diretor da EFOM e outros nomes importantes na fundação da sociedade anônima que deu origem à mesma, como Joaquim Domingos Leite de Castro. A linha de trem possuía duas bifurcações a partir da estação, com o córrego do lenheiro no meio. De um lado, desde 1897, seguia até Oliveira e do outro, passando por Matosinhos, chegava a Sítio, hoje Antonio Carlos, estação fundada em 1878, depois de atravessar Tiradentes e Prados, linhas criadas em 1881, em direção a Barroso, inaugurada em 1880, trafegando até Campolide em Barbacena de 1923 a 1983. Desde 1984, com a extinção dos demais trechos, o percurso entre São João del-Rei e Tiradentes destaca-se como importante atração turística da região. À margem esquerda do córrego se formou a Rua dos Italianos, hoje Rua Cristóvão Colombo que desemboca no Terminal Rodoviário Prefeito Octávio de Almeida Neves, local onde antigamente funcionou o Curtume Bello & Tortoriello, fundado por André Bello em 1922.

E vemos uns poucos caminhantes aventurando-se a caminhar pela ciclovia arborizada às seis e meia da manhã, em meio a duas pistas asfaltadas, onde um dia havia trilhos por

onde seguiam alimentos e artigos diversos, passageiros e cargas. Passamos em frente à Fábrica Brasil criada em 1912, à Escola Aureliano Pimentel, datada de 1929, à Fábrica de Tecidos Sanjoanense, fundada em 1891, que inclusive tinha um ramal que fazia o trem chegar até seus pátios internos. Seguimos até o primeiro semáforo que cruza com a Rua Frei Cândido, em homenagem àquele que junto com a União Popular de São João del-Rei fundou o Albergue Santo Antônio em 1912, bem aos pés do Santuário Dom Bosco, cuja Paróquia foi criada em 1936 e recebeu os salesianos em 1939. Foram eles que inauguraram o Colégio São João em 1940 e o Instituto de Filosofia e Pedagogia em 1948. Inicialmente eram destinados para aspirantes ao sacerdócio, com posterior abertura a leigos após a criação da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras em 1954, onde desde 1987 tornou-se o Campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Seguimos adiante e do lado direito, ao lado do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Neves (credenciado para funcionar em 2000), a fábrica de estanhos John Somers marca o pioneirismo na área desde 1968. Logo depois o 38º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, inaugurado em 2005, divide parede com o Cemitério Municipal Quicumbi criado em 1898. Curiosamente, Quicumbi é uma espécie de congada, um ritual afro-católico em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Do lado esquerdo, a Escola Estadual Garcia de Lima, criada em 1966 e a APAE, em 1967, dividem vizinhança com o Clube América Recreativo de Futebol, com seu Estádio Ari Araújo, fundado em 1943, onde nos fundos o córrego do Lenheiro deságua no rio das mortes.

Na passagem do rio das Mortes um portal se abre e as

águas se pintam de vermelho sangue, daqueles que evitaram o Porto Real da Passagem, de dezenas de paulistas traídos no capão légua e meia no rumo do norte, de tantos outros homens intrépidos e valentes conquistadores das primeiras sesmarias. À medida que os emigrantes recém-chegados foram trabalhando a terra, o rio das Mortes foi tornando-se marrom, simbolizando a agricultura farta, que até os dias de hoje é base da subsistência dos habitantes das diversas colônias italianas, do Marçal, José Teodoro, Bengo e Recondengo. Todas elas tiveram o incentivo inicial da EFOM que afirmou em seu relatório de 1888, p.6:

> S. Ex.ª o Sñr. Conselheiro Rodrigo Silva, digno Ministro da Agricultura, vivamente interessado pelo desenvolvimento das estradas de ferro no Brazil e pelo povoamento de seu ubérrimo sólo, iniciou a fundação de um núcleo colonial proximo à cidade de S. João d'El-Rey, cometimento este já em via de execução. Este grande beneficio instantemente reclamado não só por esta Directoria como pelos poderes constituidos do municipio de S. João, muito contribuirá para o progresso daquella zona e creditos da emigração em virtude da uberdade do terreno e amenidade do clima (...) escolhida para a fundação da colonia.

E voltando ao presente, observamos que a Avenida 31 de Março abriga hotéis, restaurantes, postos de gasolina, pequenas indústrias, fábricas diversas, a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, a Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, o recuperado e modernizado Aeroporto Octávio de Almeida Neves, em frente à Companhia Industrial Fluminense que

produz óxido de tântalo e óxido de nióbio desde 1960.

O passado retorna ao passar ao lado da entrada para o Balneário das Águas Santas e ouvirmos o apito do trem vindo das décadas de 20 a 60 do século passado, quando carregado de passageiros atravessava o rio das Mortes, chácaras da Várzea do Marçal, desde a Estação das Chagas Dória até a pequena estação de César de Pina, cujos nomes homenageiam Francisco Chagas Dória e Augusto Cesar de Pina, ambos os engenheiros da EFOM. Por volta de 1912, Francisco Augusto de Ulhoa Cintra, pai de Sebastião de Oliveira Cintra, explorava "trollys" puxadas por cavalos, de diversos pontos da cidade até as Águas Santas, onde mantinha o Petit Hotel e Restaurante em sociedade com a família Cardozo.

E vamos seguindo pelo asfalto, cruzamos a ponte sob o rio Carandaí, vislumbramos os povoados transformados em cidades: Coronel Xavier Chaves, Prados, Resende Costa que guardam trilhas e caminhos, hoje dos Inconfidentes, da Estrada Real, e preservam suas tradições locais através do artesanato típico, da cultura musical, da arquitetura de seus casarões e fazendas. Cidades que conservam entre si estreitas ligações de outrora que nos fazem viajar mais uma vez no tempo que se foi. Coronel Xavier Chaves, antes São Francisco Xavier, localidade criada no povoado de Mosquito pertencente a Tiradentes, em 1911 incorporado ao município de Prados, passando a denominar-se Coroas em 1943, recebendo o nome atual quando se tornou independente em 1962. Prados surgiu quando em 1704, Manoel e Félix Mendes do Prado, vindos de Taubaté, iniciaram exploração de ouro naquelas paragens. De 1718 a 1890 pertenceu a Tiradentes, tornando-se vila autônoma em 1892. Resende Costa começou com um rancho para abrigar

tropeiros e viajantes na primeira metade do século XVIII, em um local chamado de Laje, onde foi erguida, em 1749, a capela Nossa Senhora da Penha de França e, em torno dela, algumas casas, entre elas a do inconfidente José de Resende Costa, o que levou o povoado a receber o nome atual quando alcançou sua autonomia em 1911.

Somos trazidos ao presente por Nossa Senhora do Rosário que nos recebe mais uma vez como caminheiros errantes, junto às lagoas douradas de ouro de outrora, substituído pelo famoso rocambole amarelo com seus recheios dourados, marrons e vermelhos, do doce de leite, do chocolate e da goiaba, despertando o paladar da nossa infância. Buscamos informações sobre a fazenda do Capote e a Fazenda dos Cataguás, esta última, a única conhecida pelos moradores. Entramos à direita, na rua da Prefeitura Municipal, consultamos o mapa e um informante nos dá a direção, deveremos seguir pela estrada de terra no rumo de Carandaí. Ligamos o GPS na ponte do córrego em frente ao Clube Figueira Velha no bairro Gamarra.

E vamos cruzando rios e córregos: do algodão, do tanque, até chegar à comunidade das Bandeirinhas, onde à direita chega-se à Fazenda de mesmo nome e à esquerda à Fazenda do Mendanha, construída por Pamplona. Atualmente, a fazenda pertence a Alaor Silva Junior, morador de Belo Horizonte, que a comprou de seu sogro José Walter Tavares de Resende, filho de José Saturnino de Resende, casado com a irmã de José Tavares Resende, último dono da atual Fazenda do Engenho Grande dos Cataguases onde a expedição de Pamplona fez seu pouso no final do primeiro dia.

A antiga fazenda do Mendanha pegou fogo no passado

e a pequena capela de Santo Antonio é praticamente a única, dentre as construções daquele tempo, que resistiu às chamas. A imagem do Santo foi vendida e em seu lugar foi colocada uma de Nossa Senhora do Rosário. Hoje, a fazenda pouco conserva do que foi um dia, tanto na parte arquitetônica, quanto na parte geográfica, não tendo mais as matas, lagoas e represas daqueles tempos. Está passando por uma grande reforma e perdendo ainda mais suas características originais. O empregado Magno Ferreira da Fonseca, que nos recebeu, nasceu na Fazenda do Engenho Grande dos Cataguases e certamente descende de escravos nascidos e criados naquelas terras. Nada sabe sobre Pamplona e seus feitos por aquelas bandas.

Rumamos para a Fazenda do Capote, passamos sob o rio que deságua no córrego do Cataguá, chegamos ao povoado do Arame, nome dado para marcar a chegada do arame na região. Remetemos-nos aos habitantes daquelas paragens ao chegar a um cruzamento no alto, em um divisor de águas, diante de uma placa indicando trilha dos inconfidentes, junto ao rio Carandaí. Eles deviam seguir a cavaleiro, como nós fazíamos pela estrada de terra, até chegar ao trevo dos dois coqueiros. Hoje a estrada é larga para o tráfego de carros, caminhões e ônibus, mas naquela época não devia passar de uma pequena trilha, suficiente apenas para pedestres e cavaleiros, cercada de mata fechada.

A vegetação em volta em nada lembra os tempos passados, muitos eucaliptos, grandes plantações de cenoura, batata, beterraba com mecanização e irrigação sofisticada, poucos trabalhadores nas terras: as máquinas substituem os antigos e inúmeros agricultores que formigavam pelas terras desbravadas no século XVIII. No meio da estrada encontramos

um imenso barracão de concreto utilizado para lavar os legumes colhidos antes de seguir para armazenamento e distribuição.

É o ponto final que nos separa da Fazenda do Capote avistada vagamente no horizonte. Os nossos corações batem fortes, o azul do céu traz o nosso destino para bem perto, podemos sentir a vibração do lugar ao cruzar o córrego junto à casa do ipê amarelo, onde pastam mansamente a égua rosilha e seu potro branco, e ao seguir morro acima e passar pela fazenda, hoje São Francisco e ontem, Pindaíba.

Após mais um córrego, diante da igrejinha azul destacada na vegetação, seguimos pela estrada a sua esquerda e encontramos centenas de carneiros e ovelhas, pretos, marrons, beges, pastando com seus filhotes. E após 33.800 km de Lagoa Dourada, às 10 horas, 39 minutos e 48 segundos do dia 18 de agosto de 2009 estávamos diante da fazenda do Capote, onde no dia 18 de agosto de 1769, Inácio Corrêa Pamplona saiu com sua expedição histórica. E, nós, Ana Cintra e Murilo Cabral, do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia de Letras de São João del-Rei, chegamos naquele local para lembrar do feito de Pamplona e concretizar o início de uma empreitada que irá resgatar todo o caminho percorrido por sua expedição.

Pássaros pretos nos receberam com seu canto característico, saltitando nos galhos secos da árvore que sobrevive à aridez daquelas terras descampadas e, ao longe, tico-ticos piavam nos dando as boasvindas. O sol estava quente com um ventinho gostoso de fins de inverno, despertando todos os nossos sentidos. A visão da lagoa grande e da casa velha nos emociona, o cheiro característico de curral misturado ao perfume das plantas nos leva a um tempo remoto, nos trazendo um gosto indefinido e um sentimento de nostalgia.

Fomos atraídos por um poste grande em forma de cruz mergulhado no infinito azul do céu, ampliando o silêncio peculiar das lajes frias e vazias de vida dos cemitérios. Fomos chamados ao presente pelo jovem Geraldo Barbosa Junior, o Juninho, atual proprietário da fazenda, que apressadamente veio ao nosso encontro. Não sabe nada de Pamplona e sua expedição. Conhece Francisco Pamplona, o Chico Jacu, nascido na região e morador no outro lado do morro, em frente à Fazenda do Capote. Entramos no carro e seguimos até lá e encontramos com o seu filho, José Carlos Correia Pamplona em sua plantação de beterraba, no local conhecido como Jacu, que nos mostrou a casa de seu pai.

Encontramos Francisco Correia Pamplona, vulgo Chico Jacu, em sua casa simples, com um de seus filhos, José Waldir Pamplona. É viúvo de Olinda Batista Pinto Pamplona, filha de Francisco Batista Pinto e Maria Arda. Sr. Francisco é filho de Herculano Correia Pamplona, falecido em 15 de agosto de 1932, com cerca de 42 anos, e de Maria Augusta da Glória Pamplona, filha do Hermillo Alves, do Zé do Pitico. Sempre moraram na Fazenda do Jacu, naquela região, nasceu em 02 de setembro de 1928, está com 81 anos. Morava com a mulher e filhos debaixo da figueira em uma fazenda com 14 cômodos que não existe mais. Ele próprio nos informou a respeito de seus irmãos:

1- Maria Correia Pamplona casou com família Barbosa de Ressaquinha

2- Ana Correia Pamplona casou com Canário também de Ressaquinha

3- Herculano Correia Pamplona Filho casou com

Dionísia de Souza filha do Luis de Souza na estrada 4 km de Carandaí

4- José Correia Pamplona casou com Soares do Hermillo Alves

5- Carmelita Correia Pamplona casou com Felisbino da Caveira

6- Amélia Correia Pamplona casada com Antonio Moreira Rodrigues filho de Nico Moreira. Amélia é a única irmã viva do Sr. Francisco.

7- João Correia Pamplona casado com a mulher de Barrosa do Djalma Cardoso

8- Cícero Correia Pamplona casou com família de Filisbina Caveira

9- Francisco Correia Pamplona (nosso informante)

10- Isa (morreu com cerca de um ano)

Filhos do Sr. Francisco, também através de informação do próprio:

1- José Francisco Pamplona casado com Maria Ilídia da Chácara

2- José Carlos Correia Pamplona casado com Maria de Lourdes Mateus da Chácara

3- Maria José Pamplona casada com José Faria da Silva

4- José Geraldo Pamplona casado com Geni de Souza da Chácara

5- José Waldir Pamplona separado de Maria José Ferreira da localidade de Souza

6- José Luciano Pamplona casado com Maria de Souza

da Silva da chácara irmã da Geni mulher do José Geraldo

7- Vera Lúcia Pamplona casada com Geraldo Souza Filho da ponte do Chaves em Carandaí

8- José Luis Pamplona casado com Maria Aparecida Barbosa da ponte do Chaves em Carandaí

9- Maria Lucinéia Pamplona casada com Reinaldo Moreira Queiróz de Carandaí

10- José Lucimar Pamplona, solteiro

11- Jacinto José Pamplona casado com Giovana Cirlene Mateus da Chácara

12- Antonio José Pamplona, solteiro

13- Marli Correia Pamplona casada com João Evangelista da Silva de Carandaí

14- Maria Aparecida Pamplona casada com Luis Antonio Rafael de Três Pontes perto da Chácara

Sr. Francisco nunca ouviu falar que algum Pamplona tenha sido o dono da Fazenda do Capote. Para ele a fazenda era de Antonio Moreira Rodrigues (casado com sua irmã Amélia, a única irmã ainda viva e moradora em Carandaí) filho de Nico Moreira. Quando Sr. Francisco era criança ouvia sua mãe contar que a Fazenda do Capote era de um tal Padre José Maria. Encontramos algumas referências sobre o Padre José Maria. Em uma delas, no livro de escritura, fls. 54, verso de 12 de fevereiro de 1820, o Padre Inácio Corrêa Pamplona Corte Real (filho de Pamplona), morando na sua Fazenda do Capote faz doação do sítio chamado Capão dos Porcos para José Maria Corrêa ordenar-se sacerdote secular.

O atual dono da Fazenda do Capote, o Juninho, é casado com bisneta do Capitão Nico Moreira. O avô dela é

Cristiano Moreira. O pai é Maurício Bertolin, família tradicional e com posses de Carandaí. Juninho contou algumas lendas do lugar, como haver um cemitério de escravos no local, muros de pedra que fazem supor centenas de escravos trabalhando na fazenda, já que a pedreira mais próxima fica a 26 km dali, uma quantidade grande de ouro enterrada por ali que levou a escavações de profundos túneis no entorno da fazenda, dentre outras histórias.

A sede da fazenda ainda tem grandes cômodos, paredes largas e pé direito bem alto, mas foi bastante modificada com o passar do tempo. O local nos pareceu isolado, perdido no tempo, sem vida, nada lembrando a época em que Pamplona com sua esposa, Eugênia Luiza da Silva, filha da preta forra Tereza Francisca Santarém e seus seis filhos: Teodósia, Rosa e Inácia (internadas no Recolhimento de Macaúbas), Bernardina casada com João José Corrêa Pamplona, Reverendo Inácio Correia Pamplona Corte Real e Simplícia (faleceu jovem), planejavam ampliar seus domínios geográficos, enchendo a fazenda de homens e escravos, cavalos e bestas, preparados para enfrentar longas caminhadas pelas matas, sem perder o ânimo, sendo alegrados por músicos, abençoados por padre, alimentados por cozinheiros experientes e cuidados por médico exclusivo.

A primeira expedição oficial aconteceu em 1765 no sertão em torno do Rio São Francisco, na serra da Marcela, cerca do desempenhado, próximo a Bambuí e não encontramos relatos da mesma.

Saímos da Fazenda do Capote na tentativa de seguir a mesma direção que Pamplona deveria ter tomado naquele 18 de agosto de 1769, em sua segunda expedição oficial que se tornou

famosa por ter sido toda registrada em diário de campo. O retorno à Fazenda do Capote ocorreu no dia 27 de novembro de 1769. Naquele primeiro dia, Pamplona, com 58 escravos armados de espingardas, clavinas, facões, patrona, pólvora, chumbo e bala, 52 bestas com provisões e remédios, cerca de 200 homens de diferentes partes da comarca do Rio das Mortes, a pé e a cavalo, um cirurgião, o capelão Padre Gabriel da Costa Resende, músicos (um branco e sete escravos), dois negros tocadores de tambores, andaram cerca de 3 léguas até a Fazenda dos Cataguases.

Ao longe avistamos a fazenda do Rincão do lado de lá do córrego do Convento, nos aproximamos outra vez da comunidade do Arame e seguimos em direção à serra das Virtudes, passamos pelo córrego da Onça, seguimos a cavalo, passamos por dentro de uma mata, seguimos um atalho, encontramos o córrego do Onça à direita e um outro pequeno córrego à esquerda. Descemos uma estrada de terra estreita e em precárias condições, parecendo ser muito pouco usada nos tempos atuais, mas que provavelmente foi o caminho seguido pela expedição de Pamplona. Em baixo encontramos uma entrada à direita com uma ponte de pedra, cruzamos o córrego Paiol Velho e chegamos à histórica fazenda do Engenho Grande dos Cataguases, que naqueles tempos pertencia ao Cel. João de Resende Costa, pai do Cel. Eduardo José de Resende criador da raça Pega, cuja única filha, Maria, casou-se com Dr. Tavares Filho que através de seus herdeiros tocaram a fazenda, até há cerca de cinco anos quando foi vendida. Seria um pouso confortável e especial para os frequentadores da Estrada Real e da Trilha dos Inconfidentes.

É impressionante a visão daquele largo imenso e a

imponente fazenda ao fundo. Dou a volta com o carro buscando a frente da fazenda, esperando uma recepção calorosa. A decepção foi tremenda diante do que encontramos: o muro de pedra parcialmente destruído, a fazenda fechada, completamente descuidada, com mato por todo canto.

A fazenda estava acabada, abandonada há mais de um ano pelo novo dono, que vendeu todos os cavalos e o gado, dilapidando um patrimônio de mais de duzentos anos. O local foi berço do jumento da raça Pega, cujo nome originou-se da marca a fogo com que eram assinalados esses animais, que parecia com a algema de prender escravos, chamada pega.

Ao cair da noite, dois caminheiros da história, sentem na pele, no coração, na alma, o impacto de 240 anos, nas lágrimas sentidas escorrendo pelas faces negras do descendente de escravos, Antonio Sérgio da Silva, desempregado do único local, onde trabalhou a vida toda, cujos pais nasceram naquela fazenda, a mesma onde também nasceu o trabalhador que encontramos no início do caminho, na Fazenda do Mendanha. Foi impactante! Profundo sentimento de desolação nos envolveu naquela fração de segundo: jamais esqueceremos daquela gota cristalina resplandecendo na pele negra daquele irmão. Estivemos em duas épocas, desde o início daquela região, passando pelos tempos de prosperidade até chegar aos tempos atuais de decadência e miséria. Saímos dali lentamente, deixando para trás um passado que lentamente agoniza.

Estávamos de volta a São João del-Rei às 18 horas e 48 minutos. O contato com a realidade fortaleceu a nossa obrigação em denunciar o descaso com a nossa herança histórica e com o nosso patrimônio, que sequestra nossa memória para um tempo cada vez mais distante de nós,

tornando a lembrança dos fatos cada vez mais tênue e difícil.

Terminamos o dia debaixo da noite escura, sentindo o corpo e a mente minguando como a lua daquele dia. E em um recolhimento silencioso selamos nosso compromisso de refazer todo o caminho da expedição de Pamplona para resgatar sua importância histórica como desbravador, destarte a marca que ficou impressa como denunciante dos inconfidentes.

Referências

AMANTINO, Marcia - Uma trajetória civilizadora: o Mestre de Campo Ignácio Correia de Pamplona e seu tempo. X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002.

BOMFIM, E. M. & ALBERGARIA, M. T. A. Origem e relevância de um laboratório de psicologia no Brasil na década de 1950. Memorandum, 7, 151-164, 2004. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/bomfalberg01.htm. Acessado em: 20 de agosto de 2009.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del-Rei. 2 volumes, 2. ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

_____. O sertanista e latifundiário Cel. Inácio Corrêa Pamplona. Crônica. Ponte da Cadeira, nº 230, p. 4, janeiro 1972.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_tronco/rmv_tronco.htm. Acessado em: 24 de agosto de 2009.

PRASS, Luciana. Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa: um reestudo etnomusicológico entre quilombolas

do sul do Brasil. Tese de doutorado. Pós-graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano de Obtenção: 2009.

Relatório da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), 1888, p.6.

Roteiro da Expedição Feita por Inácio Correia Pamplona de São João del-Rei a Patrocínio, no ano de 1769. Anais da Biblioteca Nacional, v. 18, 1988 p. 47-113.

Testamento de Ignácio Correia de Pamplona. Testamento 1821. Cx.100 IPHAN-São João del-Rei

Breves notícias sobre o Ensino Superior em São João del-Rei

Bruno Nascimento Campos

As primeiras notícias sobre o Ensino Superior em São João del-Rei datam do ano de 1827. Neste ano foi apresentado na Câmara dos Deputados um projeto pelo deputado geral Bernardo Pereira de Vasconcelos propondo a criação na então Vila de São João del-Rei de uma Escola de Medicina. No último quartel do século XIX, Severiano de Rezende apresentou na Assembleia Mineira projeto com o mesmo propósito. Porém, o primeiro curso superior em São João del-Rei só obteve autorização de funcionar em 1953. Estas linhas contemplaram o avanço do Ensino Superior em São João del-Rei até a criação da Universidade Federal de São João del-Rei, ocorrida em 2002.

Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras

Em 1953, a Inspetoria Salesiana Dom Bosco, criou, anexa ao Colégio São João, a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras com o objetivo de habilitar profissionalmente, de acordo com as exigências oficiais, os religiosos da Congregação mantenedora. A Faculdade Dom Bosco teve seus estatutos aprovados pelo Governo Federal, através do Decreto 34.392, de 27 de outubro daquele ano, assinado pelo Presidente Getúlio Dornelles Vargas, que tinha como Ministro da Justiça Tancredo de Almeida Neves. Instalada em março de 1954, somente após dois anos, abriu à educação externa, acrescentando Pedagogia. O curso de

psicologia passou a funcionar em 1971. Assim, a Faculdade Dom Bosco manteve até 1986 os cursos de Filosofia, Ciências, Pedagogia, Letras e Psicologia.

Segundo Milton Viegas (1996), o estabelecimento teve como Presidente da entidade mantenedora, o primeiro Diretor, Padre Irineu Leopoldino, auxiliado de perto pelo Padre Alcides Lanna, seguindo-lhe, sucessivamente, os Padres Virgílio Fistarol e Antônio de Paula, auxiliados no exercício do Vice-Diretorado, pelo Padre José Maria Telles. De 1959 a 1976, Padre Luiz Zver foi o Diretor de fato, embora ocupasse o cargo de Vice-Diretor. De 1976 a 1980, o Diretor foi o Prof. João Bosco de Castro Teixeira. Ainda ocuparam a Direção: Padre Décio Assunção Teixeira, Padre Pedro Prade, Padre Tertuliano de Almeida, Padre Ivo, Padre Oscar e o Padre João Duque dos Reis, seu último Diretor.

Mais uma tentativa frustrada

Em 1967, segundo Augusto Viegas, foi criada a Fundação Tiradentes de Educação e Cultura de São João del-Rei, que, além da manutenção da Escola Técnica de Comércio Tiradentes, cuidaria também de Escolas e Faculdades de Ensino Superior. Esta instituição chegou a solicitar autorização para funcionamento das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas ao Conselho Federal de Educação, mas, ao que parece, não foi logrado êxito.

Fundação Municipal de São João del-Rei

No início do segundo semestre de 1970, Milton Viegas, então prefeito de São João del-Rei, recebeu em seu

gabinete a visita do Frei Erardo Van Veen – OFM que viera comunicar que o Ginásio Santo Antônio havia sido transferido para Belo Horizonte e que deixaria de funcionar na cidade definitivamente no ano seguinte. O motivo de sua visita foi a doação dos terrenos e dos imóveis do Ginásio à Prefeitura de São João del-Rei, com a condição de esta arcar com as indenizações trabalhistas aos professores e empregados do Ginásio. Essas indenizações totalizavam cerca de Cr$300.000,00, quantia que a Prefeitura não dispunha. O então Prefeito buscou articulação com Tancredo Neves, que atuou junto ao então Governador Israel Pinheiro. Dois dias depois, Tancredo retornou telefonema ao Prefeito informando ter obtido os recursos necessários junto ao Estado. Houve necessidade dos trâmites legais, com a doação feita ao Estado de Minas Gerais pelos franciscanos de uma área de 41.690 m2 de terreno, aproximadamente e as benfeitorias onde funcionavam o antigo Ginásio, transação efetivada no dia 10 de março de 1970. A escritura em nome do Governo Estadual foi transferida para a Prefeitura de São João del-Rei, conforme Lei Estadual n° 5.694, de 1° de junho de 1971, quando já era governador Rondon Pacheco, sucessor de Israel Pinheiro. Milton Viegas, com a garantia que o prédio seria repassado ao município, encaminhou à Câmara Municipal Projeto de Lei instituindo a Fundação Universitária Municipal de São João del-Rei, criada pela Lei nº. 1.177, de 6 de outubro de 1970 e regulamentada pelo Decreto nº. 611, de 15 de outubro de 1970. Esta lei criava, inicialmente, quatro faculdades a saber: Medicina, Direito, Engenharia e Ciências Econômicas. O nome da Fundação foi alterado para Fundação Municipal de São João del-Rei pelo Decreto nº 779 de 1973.

A Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – FACEAC foi instalada e o início de suas atividades ocorreu em 1972, sendo que as primeiras turmas de Economia e Administração colaram grau em 16 de julho de 1976. A Faculdade de Engenharia Industrial – FAEIN teve seus cursos de Engenharia Industrial Elétrica e Engenharia Industrial Mecânica autorizados em 1975 e reconhecidos em 1978, sendo que em 1979 colaram grau os primeiros engenheiros.

Segundo Milton Viegas, Tancredo Neves e João Nogueira de Resende destinaram verbas federais, para a instalação dos laboratórios das Faculdades de Engenharia, bem como os Deputados estaduais José Luiz Baccarini e Nelson José Lombardi. O processo para a instalação das áreas de Engenharia exigia a instalação de laboratórios e bibliotecas e tudo o que fosse necessário à criação das duas áreas: elétrica e mecânica. Cid de Souza Rangel, então presidente da Fundação, em reunião no Conselho Curador, discutiu a possibilidade de se emprestar o dinheiro arrecadado para a Faculdade de Medicina à Faculdade de Engenharia, importância que seria reintegrada ao patrimônio da Faculdade de Medicina, tendo em vista que, para a implantação dos laboratórios de Engenharia Elétrica e Mecânica, o Governo Federal custearia 40% do valor total, cabendo à Fundação custear os 60% restantes. As Faculdades de Direito e Medicina não chegaram a se concretizar.

A criação da FUNREI

Após a morte de Tancredo Neves, iniciou-se, em sua homenagem, o processo de criação de uma fundação universitária federal na cidade. A Fundação Municipal de São João del-Rei e suas mantidas e a Faculdade Dom Bosco de

Filosofia, Ciências e Letras foram incorporadas ao patrimônio da União através da Lei Federal nº. 7.555 de 18 de dezembro de 1986. A Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei – FUNREI, foi então instalada simbolicamente em 21 de abril de 1987, mantendo todos os cursos herdados de suas entidades formadoras, sendo eles: Administração, Ciências, Ciências Econômicas, Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Industrial Mecânica, Filosofia, Pedagogia e Psicologia. As Faculdades mantiveram seu funcionamento até a aprovação do regimento da FUNREI pelo Ministério da Educação. Foram Diretores-Executivos da FUNREI: João Bosco de Castro Teixeira (de 1987 a 1990 Pro Tempore e eleito para mandato de 1990 a 1994), José Raimundo Facion (1994 a 1998) e Mário Neto Borges (1998 a 2002), sendo que este se tornou Reitor Pro Tempore, quando da transformação da FUNREI em Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.

Em 2001 foram criados e no ano seguinte iniciaram as atividades dos cursos de História, Matemática, Ciências Biológicas e aprovadas a cisão do curso de Ciências nos cursos de Física e Química. Em 2001 também foi recomendado o primeiro Mestrado da FUNREI, no âmbito do Programa Multidisciplinar em Física, Química e Neurociências. Em abril de 2002, próximo de seus 15 anos de instalação, a FUNREI foi transformada em Universidade Federal de São João del-Rei, através da lei 10.425, de 19 de abril de 2002.

O IPTAN

Em 2000 foi criado o Instituto Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN, autorizado a funcionar pela Portaria MEC 2.065, de 21 de dezembro de 2000. Nesta mesma portaria

foi autorizado o funcionamento do curso de Turismo, que iniciou suas atividades em 2001. Em 2002 foram autorizados os cursos de Geografia (Licenciatura Plena) e Direito.

Considerações Finais

O Ensino Superior demora um pouco a chegar à cidade de São João del-Rei, porém aos poucos foi se expandindo até culminar em 2002 com a criação da UFSJ, marco dessa modalidade de ensino na cidade e região.

Referências

CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del-Rei. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1982.

GAIO SOBRINHO, Antônio. História da Educação em São João del-Rei. São João del-Rei: FUNREI, 2000.

INEP – Portal eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acessado em 30/08/2009.

VIEGAS, Augusto. Notícia de São João del-Rei. 3. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969.

VIEGAS, Milton Resende. Raízes da Funrei. São João del-Rei: FUNREI, 1996.

Introdução às Ordenações Filipinas: subsídios para a História das Instituições do Brasil Colônia e Império

Bruno Nascimento Campos

> *O rei é a lei animada sobre a terra e pode fazer lei e revogá-la quando vir que convém fazer assim. (Ordenações Filipinas – Livro III, título 75, parágrafo I).*

Ordenações

Ordenações significam ordens, decisões ou normas jurídicas avulsas ou as coletâneas que dos mesmos preceitos se elaboraram, ao longo da história do direito português. Parte desta legislação se manteve em vigor no Brasil até 1916. As Ordenações regeram, portanto, toda nossa vida colonial, durou todo o Império e grande parte chegou ainda à República.

Pressupostos

Nas monarquias da época moderna e, mesmo sob o despotismo esclarecido, o soberano constituía o centro único e indissolúvel do poder e da ordenação social. (LARA, 1999, p. 19). O interesse público e doméstico se interligava, sendo considerados componentes harmônicos do bem comum. Não se trata da distinção (e oposição) entre público e privado, mas de hierarquia de poderes senhoriais: o rei sempre dominando tudo e todos em seu reino, delegando parte de seus poderes aos funcionários reais, encarregados de fazer com que suas ordens

chegassem a todos os lugares sob seu domínio; os senhores, do mesmo modo, exercendo seu poder sobre tudo e todos em suas casas, em seus domínios particulares.

Por isso, manter a paz e a justiça era algo fundamental no exercício do poder do soberano, que se distribuía e se fazia presente em todo Reino através de uma estrutura hierárquica de jurisdições e alçadas. (LARA, 1999, p. 20) O exercício da justiça seguia no mesmo caminho (da política, com cerimonial, festas e outros dispositivos simbólicos), fazendo privilegiar a vontade do monarca sobre a vingança particular, tornando pública a justiça penal. (LARA, 1999, p. 21) Punições afirmativas e exemplares (ritual punitivo): os castigos relacionavam com a posição do acusado na hierarquia social e o rigor da punição era proporcional à gravidade da falta, visando a expiar suas culpas e restaurar o poder real violado pelo crime em toda sua força e plenitude.

A Justiça era concebida como uma obrigação real, como um ato de poder, sempre praticada em nome do monarca, de seu poder e sua glória (LARA, 1999, p. 24). Os juízes ordinários e juízes de fora usavam insígnias na lapela que simbolizavam a presença do poder real. O Governador-Geral, além da governança político-administrativa, era também autoridade em assuntos judiciais. Símbolo da autoridade e da justiça régias, o pelourinho erguia-se sempre numa praça central das vilas e cidades em todo império português. (LARA, 1999, p. 25).

No âmbito senhorial, as relações entre os senhores e escravos trazem para o âmbito doméstico uma relação análoga à do rei e todo seu aparato de justiça. O castigo exemplar aplicado a um escravo era exemplar para os demais cativos,

além de ser uma demonstração de poder.

A condenação dos conjurados mineiros em 1792 retrata a execução em toda sua plenitude do ritual de mil mortes: por um lado, a clemência da rainha para com 11 condenados à morte e, por outro, a execução exemplar de um único réu; faces do mesmo ritual de afirmação da glória soberana. (LARA, 1999, p. 28).

Com relação ao amplo leque de ações que envolviam a justiça e a lei, o livro V era o mais importante. Neste contexto, as leis eram uma forma de afirmação real e não de limites ao poder real (isto ocorrerá somente nas monarquias constitucionais).

Contexto

É frequente na História a tentativa de consolidação de poderes instituídos. Portugal sentiu de modo especial a necessidade de uma ordenação legislativa no início do século XV, em consequência de seu amadurecimento histórico. É que na verdade, nos primeiros anos de formação do Estado Português (1140-1248), existe uma característica falta de Estado estruturado. A sociedade que surge logo após o desmembramento do Reino de Leão, não é mais que uma Sociedade Militar, em campanha permanente para a reconquista e consolidação territorial do seu Estado. Assim sendo, é compreensível que uma organização administrativa e produção legislativa não sejam as principais tarefas do Rei. Além disso, esta época poderá ter sido também influenciada por uma mentalidade Germânica (Código Visigótico ainda vigente em toda península), que História do Direito defendia o Rei-Juiz e não o Rei-Legislador, portanto o Rei deve observar o direito

criado e não criá-lo. Domina assim esta época o direito consuetudinário e progressivamente o direito foral nas terras reconquistadas. Após a conquista do Algarves (1249), logo no início do reinado de D. Afonso III (1248-1279), Portugal alcança sua definitiva extensão territorial. Encerrada a Reconquista, inicia-se o período de consolidação (1248-1495) caracterizado pela progressiva organização política do Estado Português e pela concentração do poder nas mãos do Rei. No campo jurídico este período se caracteriza pela influência crescente do direito comum, recebido num primeiro momento através da legislação castelhana das "Siete Partidas", e que ganha força mais tarde com os estudos realizados na recém-fundada Universidade de Coimbra (1289- 1354). O Direito Romano, com seu caráter centralizador, serviu muito bem aos propósitos de centralização política dos monarcas e ao desprendimento da Igreja, e por isso é privilegiado pela coroa portuguesa em detrimento dos direitos locais. As Leis Gerais, que vinham sendo promulgadas pelos Monarcas, multiplicam-se neste período. Por outro lado, nas Cortes Gerais, cada vez mais frequentes, promulgavam-se muitas respostas e decisões dos reis sobre questões a eles apresentadas pelo povo. Essas respostas, embora não tivessem forma de lei como passou a acontecer mais tarde, tinham força coercitiva.

Por outro lado, inúmeras disposições dos antigos forais tinham sido reformadas, diversos costumes mudados, muitas das primeiras Leis e Capítulos de Cortes alterados ou revogados por decisões posteriores. Chamado com frequência a desempenhar o papel de árbitro nos inevitáveis conflitos de regras, o Rei intensificou sua produção legislativa, ora a favor do costume local, ora, mas cada vez mais frequentemente, na

defesa da norma romano-canônica.

A multiplicidade de normas jurídicas (representada pelos foros e cartas de foral, pelas disposições do direito romano e canônico, pelos capítulos de Cortes, leis régias, etc.), e as contradições originadas dessa multiplicidade (dificultando sobremaneira a administração da Justiça), foram fatores de peso no surgimento das Ordenações portuguesas. Surgem assim, as Ordenações do Reino de Portugal que representam, considerando a Europa do século XV, esforço pioneiro de sistematização do que podemos propriamente chamar um direito nacional, fato este que ajuda a caracterizar Portugal como um dos primeiros Estados da época moderna.

Ordenações Afonsinas

Durante o reinado de D. João I (1385-1423) se iniciaram os trabalhos de compilação das primeiras Ordenações. Estas ordenações tiveram um longo período de preparação e só terão sido concluídas em 1446, já na menoridade de D. Afonso V, por isso a designação de Afonsinas. Quanto à sistemática da codificação, a obra, dividida em 5 livros:

- O Livro I ocupa-se de um direito tipicamente administrativo, e traz os regimentos dos cargos públicos, quer régios, quer municipais.

- O Livro II contempla a matéria relativa à Igreja, sobretudo quanto à jurisdição, pessoas e bens dos eclesiásticos. Trata também dos direitos régios, do estatuto dos fidalgos, da jurisdição dos donatários e do estatuto dos judeus e mouros.

- O Livro III cuida da ordem judiciária, da regulamentação dos termos do processo, dos recursos, das seguranças reais.

- O Livro IV regula o que chamaríamos hoje de Direito Civil em sentido amplo, por exemplo, contém determinações sobre contratos, sucessões, tutelas etc.

- O Livro V enumera os crimes e as penas, incluindo investigação dos crimes, prisão de delinquentes ou acusados, emprego da tortura nos processos etc., seria o que chamamos hoje de Direito Penal.

Quanto ao conteúdo, as Ordenações recolhem leis régias, geralmente reproduzidas na íntegra, mencionando o monarca que as promulgou, a data e o local da sua publicação. São, também, numerosas as respostas régias a artigos ou capítulos das Cortes. Nesses casos inclui-se breve notícia a respeito das circunstâncias em que se deram. A compilação mantém, ainda, normas consuetudinárias que passam a valer como lei. Aparecem, finalmente, regras do direito romano, interpretadas pelos glosadores (intérpretes) e adaptadas pelos compiladores, e textos do direito castelhano, notadamente das "Siete Partidas". Embora a maior parte das leis compiladas tivesse sido transcrita na íntegra, em forma narrativa, algumas, principalmente em quase todo o Livro I, tiveram seu texto reescrito, muitas vezes de forma resumida, no estilo legislatório ou decretório, ou seja, com forma imperativa, exprimindo a vontade do Rei.

O direito subsidiário ficou hierarquizado tendo o direito romano primazia sobre o direito canônico, exceto em matérias espirituais ou que envolvessem a noção de pecado.

O Direito Subsidiário na Época das Ordenações

Como em qualquer ordenação jurídica e não poderia ser diferente, nas Ordenações do Reino há sempre a

problemática da integração das lacunas da lei. O direito subsidiário era um sistema de normas jurídicas chamado para preencher lacunas em outro sistema de normas. Só quando não fosse possível "resolver" recorrendo às Ordenações ou demais leis extravagantes nacionais, dever-se-ia recorrer ao direito subsidiário, que hierarquicamente previstas funcionavam da seguinte forma:

a) Direito Romano em questões de matéria temporal.

b) Direito Canônico, em questões de matéria espiritual (pecado).

c) Glosa de Acúrcio e Opinião de Bartolo: a estes se recorria quando não fosse possível resolver o caso apenas com os textos do direito romano e do direito canônico.

d) Resolução do monarca. Esgotando todos os elementos acima descritos, impunha-se então uma consulta ao Rei, que ao resolver, impunha essa resolução para todos os casos futuros.

Nas Ordenações Filipinas, a problemática do direito subsidiário passou a ser disciplinado no Livro III (âmbito de processos), em vez de no livro II (como era nas antecessoras), que definia a relação entre o Estado e a Igreja. Assim rompeu-se a problemática anteriormente existente e que causava um conflito de jurisdição entre o poder temporal (Estado) e o poder espiritual (Igreja).

Ordenações Manuelinas

As Ordenações Afonsinas, pelas limitações técnicas da época (a imprensa de Gutenberg ainda não estava amplamente difundida no continente europeu), não foram amplamente difundidas e tiveram vida curta. D. Manuel (1495-1521) ensaia

uma nova publicação das Ordenações, sendo que fez uma revisão às Ordenações, antes de mandar imprimi-la. Esta revisão foi aproveitada para se introduzir a vasta lei extravagante que havia sido promulgada pelo seu antecessor D. João II e ainda por ele mesmo. Rui Boto, Chanceler-Mor da Casa da Suplicação foi encarregado de tal revisão. Em 17 de dezembro de 1512 é publicado o Livro I das novas Ordenações, intituladas de Ordenações Manuelinas. Dois anos mais tarde os restantes Livros são publicados.

Pretendia-se com esta nova compilação acabar com certos debates dos julgadores, decorrentes de algumas contradições, defeitos e regras desnecessárias que ainda vigoravam na legislação anterior. No entanto, o furor legislativo da época continuava em alta e imediatamente e enquanto as Ordenações Afonsinas eram revistas, importante legislação extravagante foi publicada e D. Manuel decidiu em 1521 publicar uma última edição revisada das novas Ordenações, esta chamada já definitiva. Quanto à sistematização e conteúdo, a sistemática das novas Ordenações é idêntica à das Ordenações Afonsinas. A matéria encontra-se dividida em cinco livros, subdivididos em títulos e parágrafos, seguindo os moldes anteriores. Quanto ao conteúdo, desaparece tanto a legislação relativa aos judeus em consequência de sua expulsão do Reino em 1496, quanto às normas relativas à fazenda real, que passaram a formar as autônomas Ordenações da Fazenda. A maior mudança nestas novas ordenações foi a forma ou o estilo da redação. Ao contrário das Afonsinas (excluindo o Livro I, como já visto), as Ordenações Manuelinas não são mera compilação de leis anteriores, transcritas na sua maior parte no teor original e indicando o monarca que as promulgara. Em

geral, todas as leis são reescritas, em estilo decretório, como se de leis novas se tratasse, embora não passando muitas vezes de nova forma dada a leis já vigentes. Fazendo esse esforço de abstração das coordenadas espaços-temporais, e dando à redação aparência mais hipotética e abstrata, as Ordenações Manuelinas são consideradas por alguns como precursoras das modernas codificações.

Código Sebastiânico

No século XVI estava-se já acostumando com a necessidade de legislar, visto a dinâmica dos acontecimentos. É assim que cada vez mais, legislação extravagante é publicada e entra em vigor em paralelo as Ordenações. Assim sendo, muito rapidamente foi sentida a necessidade de mais compilações da lei, tentando a sua uniformidade, bem como modernização. Durante a menoridade de D. Sebastião, tendo em vista a confusão provocada pela abundância de novas leis e as numerosas determinações da Casa de Suplicação, que tinham valor de interpretação autêntica, encarregou-se Duarte Nunes do Leão, procurador da Casa de Suplicação, de juntar toda a legislação extravagante e as determinações em uso, resumindo-lhes o conteúdo. Duarte Nunes compilou as leis que se encontravam nas Casas de Suplicação e do Cível, na Chancelaria-mor, os regulamentos e capítulos das Cortes, fazendo-lhes a síntese, como lhe tinha sido determinado. A obra, adquiriu o caráter de compilação oficial em virtude do alvará de 14 de fevereiro de 1569 que a aprovou, conferindo-lhe, assim, o valor de fonte de direito. A coletânea se compõe de seis partes que disciplinam sucessivamente os ofícios e os

oficiais régios, as jurisdições e os privilégios, as causas, os delitos, a fazenda real e, na última, outras matérias. Cada uma das partes compreende vários títulos, cujos preceitos são chamados de leis, embora extraídos de fontes de natureza diferente. As leis mais extensas encontram-se divididas em parágrafos. Contudo, nem mesmo a publicação da Coleção de Leis Extravagantes de Duarte Nunes do Leão, designado por muitos autores de Código Sebastiânico, conseguiu evitar que nascesse, aos poucos, o desejo de realizar nova compilação à medida que se aproximava o fim do século.

Legislação Extravagante

A necessidade de legislar trazia sempre novas leis. Essas todas classificadas de Extravagantes, visto legislarem "por fora" das ordenações. É importante salientar que nesta época, qualquer vontade soberana do Monarca em produzir efeito jurídico era lei, portanto refere-se a lei no seu sentido amplo. Esta legislação extravagante direcionava-se majoritariamente à manutenção da ordem pública, a administração da justiça e a cobrança de impostos, portanto aspectos dinâmicos da vida da sociedade, em constante evolução. Essa extravagância era produzida quase que exclusivamente pelo monarca, na forma de cartas de lei e alvarás. Existiram ainda um grande número de outros dispositivos jurídicos de menor importância, no entanto cada um deles muito específico em relação a matéria que queria legislar. Era por exemplo os decretos, as cartas régias, as resoluções, as provisões, portarias e artigos.

A questão da interpretação da lei, ainda hoje atual, foi legislado por uma lei extravagante durante a vigência do

Código Manuelino, tendo sido conservado nas Ordenações Filipinas. Assim, havendo dúvidas de interpretação da lei, a questão era levada à Casa da Suplicação. Ali, o regedor do tribunal convocava uma assembleia de desembargadores e estes fixavam uma interpretação que consideravam a mais exata. Subsistindo ainda dúvidas, a questão era levada ao Monarca que decidia então a interpretação. As soluções determinadas eram registradas no livro dos Assentos e tinha caráter de lei e com isso força imperativa os casos idênticos do futuro. Assim surgem os assentos da Casa da Suplicação como jurisprudência obrigatória. Com a necessidade de descentralizar os poderes, principalmente os tribunais de recursos, foram criadas nas comarcas mais importantes as casas cíveis e as casas de relação, por exemplo, no Porto, mas também no Ultramar, portanto Goa (1544), Bahia (1609) e Rio de Janeiro (1751). Essas relações ganhavam cada vez mais importância e relevância, tendo eles mesmo exigido a possibilidade de criar assentos. Tal prática veio a gerar enorme confusão e certa promiscuidade, que só terminou com a publicação da Lei da Boa Razão (1769), que restabeleceu o monopólio da criação de assentos à Casa da Suplicação.

Ordenações Filipinas

Por determinação de Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), foi confiada a tarefa de nova compilação de leis a Jorge de Cabedo, Afonso Vaz Tenreiro e o próprio Duarte Nunes de Leão. Esta nova compilação foi terminada em 1595, mas só entrou em vigor em 1603, já no reinado de Felipe III de Espanha (Felipe II de Portugal), por uma lei promulgada a 11 de janeiro, a qual dava o nome de Ordenações Filipinas a este

código. Estas Ordenações reúnem num mesmo texto, as Ordenações Manuelinas, a Coleção de Duarte Nunes do Leão e as leis a estas posteriores. Como fatores que determinaram ainda essa decisão do Monarca, apontam-se para além da crise em que se encontrava à época a cultura jurídica, a preocupação política de Felipe II de não ferir a suscetibilidade dos novos súditos (Portugueses), manifestando assim o seu respeito. Porém outros fatores podem ter concorrido para a elaboração destas novas compilações.

A nova compilação acompanha o sistema das anteriores, dividindo a matéria também em cinco livros. Também o esquema geral relativo ao direito subsidiário é mantido, mudando tão somente sua posição. Pode parecer insignificante este aspecto, porém, tem enorme importância. Nas compilações anteriores, o tema era tratado no Livro II, traduzindo de alguma forma o conflito de jurisdições entre o poder temporal – simbolizado pelo direito romano – e o poder religioso – simbolizado pelo direito canônico. Ao transferi-lo para o Livro III, consagrado ao que seria hoje "Processo Civil", passa ele a ser encarado como mera questão processual (LARA, 1999 p. 36), de determinação de critérios para o julgamento das causas pendentes em juízo, superando substancialmente a ideia inicial do conflito de jurisdições. Esta pode ter sido também uma das razões principais para edição desta compilação.

Há uma corrente historiográfica que diz que as Ordenações Filipinas seria apenas fruto da vontade do Monarca Espanhol em agradar os súditos portugueses, portanto uma simples atualização das Ordenações Manuelinas. Para outros, o principal motivo que levou Felipe II a mandar atualizar as Ordenações Manuelinas foi a tentativa de anulação das

implicações dos decretos emanados pelo Concilio de Trento, estes completamente aceites e proclamados no Reino por D. Sebastião. Este Concílio não foi mais que um Concílio Antirreforma que retrocedeu a mentalidade da Igreja. Assim, a promulgação dos decretos desse Concílio praticamente anulam vários séculos de concordatas, atirando o Estado Português para a situação em que se encontrava D. Afonso II, sendo que o Direito Canônico passou por cima de todas as legislações existentes até então. As Ordenações Filipinas repunham a ordem jurídica anteriormente existente, sendo que o respeito aos códigos antigos foi tão grande que se manteve no texto alguns preceitos revogados ou caídos em desuso. "Toda legislação não incluída nesta compilação foi revogada, com exceção das transcritas em livro guardado pela Casa de Suplicação, das *Ordenações da Fazenda e dos Artigos das Sisas*" (LARA, 1999, p. 33).

A Revolução de 1640 não suspendeu a vigência das Ordenações Filipinas. Nesse mesmo ano, D. João IV confirma todas as leis promulgadas pela dinastia castelhana em geral, e em 1643, especialmente, as Ordenações Filipinas, em tudo quanto não tivesse sido mudado por suas próprias leis. Desde então foram várias as reformas que existiram no sistema jurídico, mas, no entanto as Ordenações Filipinas vigoram em Portugal até a promulgação do Código Civil em 1867 e no Brasil ainda mais longo, portanto até 1916, pois o Código Civil entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1917. As Ordenações Filipinas são, sem margem para dúvidas, o monumento legislativo com maior vigência em Portugal e no Brasil.

Referências

LARA, Sílvia H. (Org.). Ordenações Filipinas Livro V. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro I – Edição da Fundação Calouste Gulbenkian com notas de Candido Mendes de Almeida, 1870.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zamella. 500 anos de Direito Administrativo Brasileiro. In: Revista REDE, ed. 5, Salvador, 2006.

Reflexões sobre a noção de Cultura Material

Bruno Nascimento Campos

"Cultura material" é um termo usado tradicionalmente em estudos arqueológicos, abarcando o que é material ou palpável de um complexo cultural. Podemos então concluir que toda cultura é impregnada de materialidade. Tendo em vista a vastidão abrangida pelo termo, ressaltamos que Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez (1989) observam que não houve um esforço por parte dos autores que desenvolvem estudos sobre cultura material em dar uma definição explícita ao termo, tornando esta ideia muitas das vezes pouco elucidada. Bucaille e Pesez (1989) tomam o cuidado de não tratar o termo cultura material como um conceito, tendo em vista a imprecisão do termo e na maneira como é apropriado por diferentes áreas do conhecimento e por autores. Este amplo uso produz, em alguns casos, certa ambiguidade no entendimento e uso da expressão, dificultando ainda mais a consolidação do termo como conceito. Por isso, os referidos autores preferem denominar cultura material como noção ou ideia. A noção de "cultura material", para fins deste trabalho, está próxima daquela de Peter Burke, quando este analisa a obra de Gilberto Freyre (BURKE, 2001, p. 55- 70), tendo também como referencial igualmente importante o trabalho de Braudel (1994).

Estudos de Cultura Material no Brasil

No Brasil, em termos de cultura material, um dos temas mais recorrentes na historiografia versa sobre as evoluções arquitetônicas no Brasil, quase sempre analisadas por

arquitetos e, focalizando essencialmente, as construções a partir do século XIX. O pioneirismo sobre o tema no Brasil fica a cargo de Alcântara Machado, no seu livro *Vida e Morte do Bandeirante*, publicado em 1929, seguido por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* de 1933. O trabalho do primeiro analisou expressivo conjunto documental que somente recentemente passou a ser fonte importante para os historiadores: os inventários post-mortem e os testamentos. Já Freyre, de maneira bem elaborada, vai mais a fundo que Alcântara Machado na análise da forma como a ligação entre a família e a cultura material se dá. Freyre considera que a família foi a base do enriquecimento, do poder e do prestígio em terras coloniais. Para este autor, o engenho era muito mais que a produção de açúcar, era um mundo complexo de produção, marcadamente doméstico e com forte presença da religiosidade, incluindo o domínio sobre escravos, agregados e clientes, além da presença do poder político. Entre outros estudiosos brasileiros que se aventuraram pela cultura material podemos destacar Sérgio Buarque de Holanda e Câmara Cascudo.

Discussões em torno da noção de Cultura Material

Acompanhando as reflexões destes autores, destacamos alguns aspectos fundamentais para a compreensão deste tema. Em primeiro lugar, é importante salientar o contexto de produção e desenvolvimento da noção de cultura material. De acordo com Bucaille e Pesez (1989), um dos primeiros sinais de avanço de estudos nesta área localiza-se ao longo do século XIX através das rupturas feitas com a arqueologia clássica. Neste momento, esteve presente a produção de novas sensibilidades que foram além da mera contemplação dos

objetos e buscaram relacioná-los ao seu contexto. Por outro lado, foi um período de grande efervescência intelectual que desencadeou alterações relacionadas às interpretações das sociedades, destacando-se, fundamentalmente, o materialismo histórico de Marx e as questões levantadas por Émile Durkheim, relativas a manifestações simbólicas e representações mentais das civilizações. Soma-se a estes movimentos a criação, em 1919, do Instituto de História da Cultura Material, por Lênin na Rússia e, a partir da década de 20, a grande mudança trazida pela nova historiografia francesa em seu contato com outras Ciências Sociais, com destaque para a antropologia, representada pelas pesquisas e estudos iniciados por Marc Bloch e Lucien Febvre, com a criação dos *Annales*. Como sucessor destes autores podemos citar Braudel, que estabeleceu o que seria mais caro à cultura material com sua obra *Civilização Material e capitalismo (século XVI ao XVIII)*: as estruturas materiais, apreendidas na longa duração.

Outro aspecto relacionado aos avanços do estudo da cultura material esteve relacionado à arqueologia, que produz ricas fontes para a compreensão da sociedade nos diferentes tempos. Para Bucaille e Pesez, (1989)

> (...) quando um texto cita um objeto concreto, não se pode, na maior parte dos casos, dar dele uma imagem precisa; a arqueologia, pelo contrário, põe-nos diretamente em contato com o próprio material, que se pode tocar, examinar e interpretar sem o perigo de erro devido à subjetividade da documentação. (p. 19).

Evidentemente que este “sem perigo de erro” tem os seus limites, mas isto se refere a métodos e procedimentos

distintos, embora em muitas das vezes complementares, usados por arqueólogos e historiadores.

Destacado brevemente o contexto, os autores propõem quatro características para refletir sobre os múltiplos aspectos presentes na noção de cultura material e das quais trazemos sinteticamente na intenção de auxiliar-nos em nossa reflexão.

Uma primeira característica relaciona-se à própria definição de cultura, na acepção dada pela antropologia, ou seja, refere-se ao coletivo (em oposição ao individual) e daí decorre o segundo aspecto, ou seja, ao referir-se à coletividade preocupa-se, sobretudo, com processos sociais e não com acontecimentos específicos, como aqueles que a História dava maior atenção até o início do século XX. Isto quer dizer que se dedica a observar o que é estável e constante em uma comunidade ou população em seu dinamismo social, nas condições materiais e culturais que possibilitam os acontecimentos e são por eles modificados.

As outras duas características referem-se ao segundo termo da expressão, ao adjetivo material. O termo materialismo histórico, oriundo das fileiras marxistas, exerce grande influência sobre a noção de cultura material, sobretudo se levarmos em consideração a concepção de infraestrutura, na qual os sistemas supraestruturais das culturas são tratados como epifenômenos, embora não ignorados, são considerados como produtos derivados da materialidade (econômica, técnica, etc.). A ênfase nesta dimensão infraestrutural das culturas nos aponta para a quarta característica presente na noção de cultura material: o seu estudo tem como fonte básica os objetos concretos, aproximando-se dos procedimentos arqueológicos, sendo que seu objetivo é reconstruir ou explicar o ambiente que

os originou. Posto estas características presentes nos estudos referentes à cultura material, alguns problemas se apresentam. Estes, evidentemente, referem-se à constatação de que a vida material e a vida econômica são, ao mesmo tempo, fortemente imbricadas e nitidamente distintas (BRAUDEL, 1994). Neste sentido, Bucaille e Pesez (1989) refletem que

> fazer da vida material a base da economia é sedutor, mas é só uma ajuda teórica para o investigador, que se encontra perante a complexa evolução dos fatos. (p. 31).

No entendimento destes autores, este foi um problema enfrentado pelos historiadores marxistas na medida em que se foi percebendo a necessidade de articular a produção material com as formas de sua apropriação, implicando em rever as dimensões deterministas, embora ainda de forma imprecisa. Na intenção de ampliar as concepções presentes nesta forma de abordar a cultura material, os autores destacam que as necessidades materiais não explicam a cultura, mas exprimem-na, são cultura propriamente dita.

Ainda uma outra questão analisada diz respeito às relações entre história das técnicas e história da cultura material. Neste aspecto, observam-se ritmos distintos, tempos muitas das vezes dissociados, embora por vezes correlacionados: o progresso das técnicas não é sincrônico em relação às alterações da cultura material. Por outro lado, os estudos da cultura material precisam tratar dos múltiplos significados dos objetos, indo além da sua estrutura técnica e de sua função, na medida em que envolve a problematização das

relações sociais de que faz parte.

Considerações finais

Fazendo uma síntese mais geral, verificamos que a dificuldade de conceituar a cultura material se relaciona ao seu percurso, a indistinção do uso do termo e a ambiguidade na maneira como por vezes é tratada, presente em estudos que subordinam a materialidade à cultura. Entretanto, o estudo da cultura material é, sem dúvida, fundamental para ampliar a construção da visibilidade da sociedade em seus diferentes tempos. A partir destes estudos ampliam-se as possibilidades de reinterpretar o quadro geral de uma cultura, seja na compreensão do sentido que as sociedades dão aos objetos, seja na identificação das marcas neles presentes, expressão das múltiplas experiências humanas de produção, negação e apropriação de culturas.

Referências

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BRAUDEL, Fernand. As economias: a medida do tempo In: O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico. V. I. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean Marie. Cultura Material. In: Enciclopédia Einaudi. V. 16. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: as Origens da Família Patriarcal Brasileira. 51. ed., São Paulo: Global, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 2006.

MACHADO, Alcântara. Vida e Morte do Bandeirante. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando (Org.). História da Vida Privada no Brasil. Vol. II. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SCHWARTZ, Lília Moritz. A revolução do daguerrótipo entre nós. In: As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Escravidão, trabalho e liberdade nas páginas da Gazeta Mineira (São João del-Rei, Minas Gerais, segunda metade do século XIX)

Denilson de Cássio Silva

O presente artigo é resultado de um esforço inicial de pesquisa, relacionado à produção de uma dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Com o apoio de uma bolsa de estudo concedida pela CAPES, tem-se como alvo o processo de abolição e de imediato pós-abolição em Minas Gerais, mais especificamente, em São João del-Rei. O precípuo objetivo em questão é a compreensão sobre as formas como a sociedade são-joanense experimentou as noções de escravidão, trabalho e liberdade, de 1850 a 1900. Para tanto, os principais documentos utilizados são ações de liberdade, jornais, inventários *post-mortem* e livros de notas.

Dentro dessa proposta mais ampla, realizou-se um recorte para a redação do texto ora apresentado, com foco na análise dos debates e manifestações afins publicados pelo periódico intitulado "Gazeta Mineira", no ano de 1884. Ano este que assinala um ponto de inflexão, no qual o movimento abolicionista recrudesceu-se em diferentes pontos do Império, sendo, por isso, especialmente interessante para se observar as ideias e experiências sociais em andamento (CONRAD, 1978).

Buscou-se analisar a questão avaliando a complexidade do processo de abolição, com seus vários projetos em disputa. Tanto a tendência a se traçar elogios a iniciativas abolicionistas quanto à elaboração de acusações

acerca do caráter moderado das mesmas foram matizados. Igualmente, considera-se aqui que escravos, senhores e outros agentes sociais, desempenharam, interativamente, funções essenciais para a definição dos meandros da história.

Através dessa perspectiva, acompanharam-se alguns nomes, trajetórias e redes sociais, com o embasamento da tentativa de operação com a variação de escalas, vale dizer, o estabelecimento de nexos explicativos entre as realidades local, regional e nacional (REVEL, 1998).

Sendo assim, em um primeiro instante, é feita uma caracterização do periódico "Gazeta Mineira", inserindo o mesmo em seu contexto explicativo. Também se discute o posicionamento político e social do referido jornal, partindo da problematização de seu declarado princípio de 'imparcialidade'.

Na sequência, a análise afunila-se sobre a preocupação da sociedade no tocante ao assunto da mão de obra – com destaque para a premência do combate à 'vagabundagem' – e do abolicionismo – especialmente sobre o estardalhaço causado na cidade perante a proposta de criação de um clube abolicionista.

1 – A Gazeta Mineira: um periódico na São João del-Rei oitocentista

1.1. Situando a Gazeta Mineira

No dia primeiro de Janeiro de 1884, surgia, em São João del-Rei, a "Gazeta Mineira", "propriedade de Pedro Alves Moreira & Comp.". Pelo menos até 1894, esse jornal seria um dos principais meios de comunicação do município.

Como ponto inicial básico, pode-se perguntar: Quem

foi Pedro Alves Moreira, dono primeiro da "Gazeta Mineira"? Quais eram suas convicções políticas e como estas se desdobravam em sua empresa jornalística? Com quem se relacionava? Quais eram as principais fontes de receita da Gazeta? Qual era a periodicidade da mesma? Como ela se situava no âmbito da imprensa local e nacional? Quais eram os públicos visados pela Gazeta? Que orientações e princípios regiam as atividades desse periódico?

Pouco ainda se sabe sobre a figura de Pedro Alves Moreira. Contudo, algumas pistas a seu respeito podem ser aferidas nas próprias páginas da Gazeta Mineira. Esta não era a única firma de Alves Moreira, que também possuía uma drogaria, onde eram vendidos diferentes tipos de medicamentos, "preparados dos acreditados farmacêuticos"[1] . Outrossim, encontram-se "em casa de Pedro Alves Moreira & Comp., à Praça Tamandaré, bichas hamburguesas a 500 rs. uma, sendo de dez para cima a 400."[2] Vendiam-se também "velas de cera pura" e "(...) Taboas de todas as qualidades e por preços cômodos, em casa de Pedro Alves Moreira"[3]

Nota-se que este não dependia exclusivamente da faina jornalística para sobreviver e talvez tenha acumulado capital em tais atividades para, então, investir, com outros, por meio de uma "companhia", na criação da Gazeta Mineira. A efemeridade de jornais e periódicos no século XIX era

---

1 Gazeta Mineira, 11/01/1884, Ano 1, nº 3, p. 4. Os anúncios relativos à "Drogaria de Pedro Alves Moreira & Comp.", são recorrentes ao longo de todo o ano de 1884.

2 Idem, p. 4.

3 Entre outros, ver: Gazeta Mineira, 03/02/1884, Ano 1, nº 7, p. 4. e 01/04/1884, Ano 1, nº 17, p.4.

fenômeno corriqueiro (ADORNO, 1988). Para sustentar um empreendimento jornalístico fazia-se necessário montar diferentes mecanismos de obtenção de rendimento. No decorrer de 1884, a Gazeta Mineira consolidou sua periodicidade em seis edições ao mês. Quanto aos meios de custeio, o pagamento das assinaturas – 8$000 por ano, "não se aceitando assinaturas por menos tempo"[4] – e as "publicações a pedido" que "pagarão 80 rs. por linha e os anúncios 60 rs", configuravam importantes formas de captação de dinheiro. Para estimular o aumento das assinaturas, "(...) Aos Srs. assinantes far-se-á abatimento de 30%"[5] sobre anúncios e publicações solicitados. Este desconto também valia para os serviços de impressão realizados pela tipografia da Gazeta, como a confecção de cartões comerciais, cartões de visita, talões de recibo, cartazes, rótulos para garrafa, circulares, créditos e folhinhas, a preços variáveis conforme o tipo, as dimensões (uma coluna, página inteira), a frequência e a quantidade (100, 500, 1000) de exemplares[6].

São João del-Rei era um antigo núcleo urbano, experimentado meio social, político, econômico e cultural (BRÜGGER, 2007; GRAÇA FILHO, 2002). Antropólogo, viajante e orientalista britânico, Richard Burton visitou o município no final dos anos de 1860 e reparou que "(...) Havia muitas casas para alugar e indícios de depreciação das propriedades em São João" (BURTON, 1976, p. 123). Mais: o explorador assinala como, em um Sábado, "(...) A Praia (do córrego que cortava a cidade) estava repleta de aleijados de

---

4 Entre outros, Gazeta Mineira, 11/01/1884, Ano 1, nº 3, p.1.

5 Idem. Gazeta Mineira, 11/10/1884, Ano 1, n° 55, p.1.

6 Entre outros, Gazeta Mineira, 03/02/1884, Ano 1, nº 7, p. 4.

todos os gêneros... Jamais eu vira tanto mendigo em tão pouco espaço" (idem, p. 129). Em suas andanças ainda anotou: "(...) Passamos por muitas chácaras, agora em ruínas, relembrando os dias de opulência..." (Idem, p. 130).

Não obstante tais sinais de decadência, Roberto Martins aferiu que, no censo de 1872, Minas Gerais surge como a província com maior número de escravos, com São João del-Rei atingindo a marca de 7.584 municípios, reavendo-se de perdas mediante novas importações. Somente na década de oitenta São João voltaria a ter um decréscimo em seu contingente de escravos, devido, em parte, à transferência destes para a Zona da Mata, então em expansão cafeeira (MARTINS, 1996, p. 119-129).

Nos anos de 1880, houve o direcionamento de capitais do setor agropastoril para o desenvolvimento dos meios de transporte e da indústria. Foi inaugurada a Estrada de Ferro do Oeste de Minas, em 1881, e, dez anos depois, a Companhia Industrial Sanjoanense, de produção têxtil. Entre outras melhorias, a iluminação pública, passou a funcionar durante toda a noite, com os lampiões permanecendo acesos até o amanhecer[7]. Desse modo, ainda que se possa mostrar "(...) um ligeiro declínio das atividades econômicas do município na segunda metade do século", a região, "(...) superando alguns momentos mais críticos, como a crise da década de 1860, (...) voltou a florescer e seus cabedais foram canalizados para a criação de indústrias e a modernização dos transportes e da cidade" (GRAÇA FILHO, p. 129 e 232).

Ainda por meio dos relatos de Richard Burton - apesar

---

7 Gazeta Mineira, 06/01/1884, Ano 1, nº1, p. 2.

do filtro do olhar estrangeiro, condicionado aos padrões de sua época - é possível apreender características relevantes tanto da composição material quanto dos valores do mundo sociocultural em que as atividades da Gazeta foram tecidas. Um primeiro impacto, a religiosidade daquela sociedade chamou a atenção do viajante. Além das numerosas e imponentes igrejas barrocas, arquitetadas por ordens terceiras ou irmandades como a de São Francisco, a de Nossa Senhora do Rosário, do Carmo e das Mercês, Burton observou que "(...) Ao chegarmos à Câmara Municipal e Prisão, fomos detidos pela procissão do dia de Corpus-Christi; tiramos os chapéus, e ficamos sentados ao sol, até a procissão passar", com crianças vestidas de anjinhos, muitas velas, imagens, o padre com o Santíssimo sob o pálio bordado e membros das irmandades com opas coloridas (BURTON, 1976, p. 107).

Conforme o explorador, além dos singulares badalos dos sinos, "(...) Há, na cidade, dois coros e quatro professores de piano. Toda pessoa de certa educação é, mais ou menos, um músico." A cidade contava ainda com três colégios, com um posto de correio e com a Santa Casa da Misericórdia, principal hospital da cidade, com sua "bela capela caiada, sob a invocação de Nossa Sra. das Dores" (BURTON, 1976,114-115).

Com efeito, a efervescência cultural são-joanense continuava a ser um de seus distintivos nos anos de 1880. Em 12 de novembro de 1884, veio a se somar ao Externato e à Escola João dos Santos, a "Escola Normal de S. João del-Rei". A cidade não escapava à regra, alastrada por todo Império, de abarcar um insofismável analfabetismo (CARVALHO, 2008, p. 80). Não obstante, à criação de cada escola multiplicava-se o

número de professores e alunos, na localidade, e os desdobramentos daí advindos, como o aumento do número de leitores.

Além da Gazeta Mineira, São João del-Rei contava também com outras iniciativas jornalísticas. O primeiro periódico de que se tem notícia surgiu aqui em 1827, intitulado "O Astro de Minas" e, até meados da década de 1840, outros doze jornais entrariam em circulação (CAMPOS, 1998). Na década de 1870, era a vez de "O Arauto de Minas" se firmar como um dos mais longevos periódicos locais. Na década de 1880, entrariam em cena, como a Gazeta Mineira, o "Luzeiro", "Tribuna do Povo", "Verdade Política", "Jornal de São João del-Rei", "S. João del-Rei" e "A Verdade Política". No final dos anos 80 e começo dos 90 tomariam vulto a "Pátria Mineira" e "O Resistente"[8].

A realização de peças teatrais, igualmente, integrava o dia a dia dos habitantes da urbe, sendo notícia recorrente na Gazeta. Em 26 de abril de 1884, era informado o adiamento de um espetáculo de quinta-feira para sábado, com a seguinte ressalva: "(...) O Sr. Couto Rocha tem empregado todos os esforços para proporcionar-nos noites de inocente e agradável diversão; ao público compete corresponder a esses esforços, enchendo o teatro"[9]. Antenados aos anseios de seu tempo, os espetáculos teatrais tornavam-se instrumentos de difusão de valores e ações sociais. Desse modo, informava-se no dia 14 de fevereiro de 1884:

---

8 Cf. Guia de fontes utilizado no escritório do IPHAN de São João del-Rei.

9 Gazeta Mineira, 26/04/1884, Ano 1, n° 21, p.2.

> Teatro
> Realiza-se no próximo domingo espetáculo, de que já falamos, dado pela S. Dramática particular em benefício da liberdade da escrava Severina. (...) Nunca se promoveu, nesta cidade, um benefício para tão nobre fim como a este, e nós, que conhecemos o espírito altamente generoso da população deste lugar, podemos antecipadamente afirmar que os dignos amadores verão seus louváveis esforços, brilhantemente secundados pelos nossos filantropos conterrâneos. O espetáculo começará depois de terminada a festividade religiosa que, nesse dia, se celebra na igreja de Nossa. Senhora das Mercês[10].

Mais uma vez, veem-se as liturgias religiosas marcarem a cadência da vida na cidade. Mas o elemento principal da nota é a efetivação de um espetáculo com a meta específica de auferir fundos para a libertação da escrava Severina. Quem era ela? Que pessoas integravam a trupe "amadora" que se dispôs a agir em prol da alforria de Severina? Estas e muitas outras perguntas poderiam ser feitas e, embora ainda não se tenham respostas, percebe-se a agitação da sociedade em torno da questão da escravidão e da liberdade. Presente no pensamento e no cotidiano daquela sociedade, tal preocupação era entendida pelo autor da notícia – não

---

10 Gazeta Mineira, 14/02/1884, Ano 1, nº 10, p.2. Na edição de 01/01/1884, Ano 1, nº 1, p.2, o anúncio do referido espetáculo não se referiu ao objetivo de arrecadar fundos para a compra da manumissão da escrava Severina.

identificado – como algo realmente importante, nunca se vendo um ato voltado para "tão nobre fim". Por outro lado, a libertação decorreria da boa vontade de "filantropos conterrâneos", longe de agitações sociais e do reconhecimento da ação de escravos.

Compreende-se que as diversas atividades culturais de São João del-Rei interagiam com os principais problemas e apreensões de seus habitantes e se compunham como esferas de debates e troca de ideias. Nesse sentido, a tomada de posicionamento frente à "questão servil" constituía um ponto nevrálgico sem paralelo. Por meio dessa ótica, a Gazeta Mineira também é concebida como foro privilegiado de discussão, espaço de articulações, interesses e disposições políticas, embora sua preleção oficial apregoasse "imparcialidade".

1.2. "Um órgão imparcial"

Na primeira página do primeiro número da Gazeta estampavam-se as seguintes diretrizes:

> A Gazeta Mineira tem por programa ocupar-se de questões práticas, alheias às lutas partidárias. / Pode, uma vez ou outra vez, tratar de matéria política, porque é esta a ciência da direção social: mas não se envolve na vida dos partidos. / É um órgão imparcial, cuja esfera de ação está traçada muito fora dessas zonas incandescentes, ainda que indispensáveis. / Nesta cidade estão os partidos devidamente representados na imprensa; vem, pois, a Gazeta

Mineira servir somente de órgão da opinião neutral[11].

Uma vez 'imparcial', o periódico se predispunha a ser "instrutivo, comercial, literário e noticioso", aberto "aos que quiserem trazer à lavoura, ao comércio e à indústria luzes e conselhos" e aos que "quiserem patrioticamente dirigir-se à administração pública (...) em linguagem sincera e respeitosa"[12].

Tal proposta tentava vigorar em um momento em que a polarização entre adeptos do Partido Conservador e do Partido Liberal – no jornal não há indícios mais evidentes de radicalização republicana – modelava as linhas editoriais. Por isso, adotar uma postura de pretensa 'neutralidade' era um traço distintivo do periódico na sociedade sanjoanense. Um de seus leitores, Dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga assim expressou sua opinião sobre a criação e os propósitos da Gazeta:

> Recebi e li os números da Gazeta Mineira que se dignou remeter-me. / Sou assinante dos órgãos liberal e conservador dessa cidade, porém pensando que a imprensa imparcial ou neutra pode, bem dirigida, prestar grandes serviços a essa boa terra, que conta em seu seio germens de prosperidades, o autorizo para contar-me no número de seus assinantes. / Faço sinceros votos, como S. Joanense, que jamais se esquece do seu ninho, para que a missão da Gazeta seja toda de dedicação a essa boa terra e que se

11 Gazeta Mineira, 01/01/1884, Ano 1, nº 1, p.1.

12 Gazeta Mineira, 01/01/1884, Ano 1, nº 1, p.1.

> coloque fora de toda a suspeita partidária para que, com a autoridade necessária, possa reprimir interesses que não se harmonizem com a causa comum, que todos evangelizamos. / S. João del-Rei deve estar cansado dessas lutas estéreis e deletérias que tudo esfacelam![13]

A antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1987) ao estudar as formas como os negros eram representados em alguns dos jornais fundamentais da cidade de São Paulo, faz um balanço do desenvolvimento da imprensa no final do XIX e assevera:

> Muitos desses jornais afirmavam-se inclusive enquanto defensores exclusivos de uma idéia e de um partido, marcando assim sua especificidade e condição de sobrevivência (...) Aos poucos, no entanto, os periódicos foram diluindo esse caráter explícito da vinculação partidária, ganhando as sutilezas e os refinamentos da imprensa atual e perdendo lentamente seu aspecto mais rudimentar e artesanal (p. 64).

Os jornais "O Correio Paulistano" e "A Província de São Paulo", investigados pela autora, aspiravam à negação de questões pessoais e à busca de imparcialidade. Entretanto, ambos cederam a tal propósito, em virtude de problemas financeiros e mudanças de dirigentes[14]. Assim, se o discurso de

---

13 Gazeta Mineira, 06/02/1884, Ano1, nº 8, p.2.

14 Além desses dois jornais, a autora também analisa "A Redempção", de Antônio Bento e aponta as restrições da imprensa

neutralidade da Gazeta Mineira não era raro em outras paragens, em São João del-Rei mostrava-se incomum. Diferentemente do que Lilia Moritz Schwarcz verificou para os referidos jornais paulistas, que, no decorrer de sua circulação acenaram à adesão partidária, a Gazeta Mineira conseguiu, ainda que de maneira tênue, manter-se relativamente alheia à filiação partidária deliberada. Convém lembrar, também, que a presente análise considera o ano inicial de existência da Gazeta, período em que a mesma permaneceu sob a direção de Pedro Alves Moreira e não pareceu ter sofrido maiores turbulências financeiras.

A "sutileza" acionada pela Gazeta Mineira e a transformação da vinculação político-partidária "explícita" para a implícita, sem dúvida, foi notada pelo público. No transcurso de seu primeiro ano de existência, em diferentes passagens, o periódico reafirmou sua intenção de permanecer como órgão 'neutro' e não defendeu claramente nenhuma facção. A capacidade de tal periódico afirmar sua 'imparcialidade' ligava-se diretamente ao que Pierre Bourdieu (1989) avaliou como "relações de forças simbólicas":

> (...) As estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras,

---

abolicionista dita radical, que, em certas ocasiões, também assentiu à emancipação com base na prestação de serviços e indenizações. (SCHWARCZ, 1987, p. 184)

> dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nessa situação particular de luta simbólica pelo veredicto "neutro", lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam (p. 56).

Sendo a 'imparcialidade' uma construção histórica e discursiva, de eficácia variável e passível de questionamento, a posição da Gazeta Mineira nada tinha de confortável ou consensual. Sobretudo quando entravam em cena assuntos abrasadores como contendas partidárias e o abolicionismo, a alegada 'neutralidade' era especialmente suscetível à contestação. A própria fala do periódico atestava a dificuldade de se situar imparcialmente diante de tais problemas, ao mesmo tempo complicados e inevitáveis. Portanto, ainda que se esforçasse por ficar alheia a rixas partidárias e abolicionistas, a Gazeta abordava tais assuntos e, ao fazê-lo, debilitava suas intenções de objetividade.

Essa fragilidade salta de suas páginas em diferentes momentos. Posteriormente, veremos como tal fenômeno ocorreu no tocante ao abolicionismo. Quanto à política, destaca-se o seguinte informe, publicado no jornal "Voz do Povo", da cidade de Diamantina:

> Luzeiro. – Mais um ilustre colega sob título, acaba de aparecer na importante cidade de S. João del-Rei, advogando a causa do partido liberal. (...) / Com este colega, a cidade de S. João del-Rei conta três periódicos – Arauto de Minas, Gazeta Mineira e Luzeiro; os dois primeiros, defensores da causa do

> partido conservador, e o último da causa de que acima falamos[15].

Quase um ano após o início de sua circulação, a Gazeta Mineira via sua intenção de 'neutralidade' ser interrogada. Ao dar publicidade a essa notícia, a empresa de Pedro Alves Moreira e Cia., imediatamente retrucou:

> Com todo respeito pedimos licença ao ilustrado colega para por embargos à sua asserção. / Ao aparecer no mundo jornalístico, afirmamos neutralidade na luta dos partidos militantes, e até hoje não nos desviamos desse propósito[16].

Por que a Gazeta Mineira foi interpretada pelo referido jornal de Diamantina como órgão do Partido Conservador e não do Partido Liberal? Essa imagem pode ter sido favorecida por algumas relações mantidas por Pedro Alves Moreira. Nas páginas de seu periódico há recorrentes referências a Aureliano Martins de Carvalho Mourão, membro do Partido Conservador, primeiro presidente da Companhia Estrada de Ferro do Oeste de Minas, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, eleito deputado geral, "nosso amigo"[17], dando inclusive ampla cobertura às campanhas e atividades políticas do mesmo. Talvez para se precaver da pecha de tendência conservadora, expunha-se na Gazeta a seguinte reserva, logo em seu terceiro número: "Gazeta Mineira – Retificando boatos que correm com

---

15 Gazeta Mineira, 26/12/1884, Ano 1, nº 72, p. 2.
16 Gazeta Mineira, 26/12/1884, Ano 1, nº 72, p. 2.
17 Gazeta Mineira, 01/09/1884, Ano 1, nº 45, p. 2.

pronunciada insistência, declaramos que os Srs. Drs. Aureliano Mourão e João Mourão escrevem para nossa folha, mas não são seus redatores".[18]

Que "boatos" seriam esses? Haveria algum tipo de constrangimento em admitir como redatores os integrantes da poderosa família Mourão (COELHO, 2004)? Seria o periódico visto como órgão atrelado aos interesses conservadores, caso Aureliano e João Mourão se tornassem redatores? Se existia tal receio, ele parece ter sido suplantado, posto que João Mourão, presidente da Câmara Municipal, tornar-se-ia, mais tarde, redator da Gazeta.

De laços sociais desse tipo dependiam, decerto, as atividades jornalísticas, com seus recortes e colocações. Toda notícia é um relato. Mais do que a realidade propriamente dita, os jornais expressam informações filtradas pela apreciação de seus dirigentes. A definição da pauta, a produção de matérias, a cobertura de eventos e tantas outras tarefas, constituem o processo de produção da informação, que nada tem de 'neutra', uma vez sendo condicionada por inúmeras variáveis. Em suma, "(...) a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu." (DARNTON, 1990, p. 18).

Por esse ângulo, compreende-se de modo mais claro a pretensa 'imparcialidade' da Gazeta Mineira, que integrava o que Robert Darnton denominou de "circuito das comunicações". Este autor rompe com a explicação de que a comunicação baseia-se exclusivamente na interação entre emissor e receptor para transmissão de uma mensagem e afirma

---

18 Gazeta Mineira, 11/01/1884, Ano 1, nº3, p.3.

que o traçado comunicativo ocorre por meio de um processo de circulação. Processo este no qual os sentidos e significados vão se construindo por vias interpretativas e condicionantes múltiplas, contando com elementos como autores, editores, impressores, expedidores e leitores, ligados a influências intelectuais e políticas, à publicidade, às sanções legais e, numa perspectiva mais larga, à conjuntura econômica e social. Isto chama a atenção para a complexidade de uma empresa jornalística e para uma de suas partes essenciais, a saber: a relação com o público.

Quem eram os leitores da Gazeta? De quais instrumentos de decodificação da palavra escrita eles dispunham? O que pensavam sobre o desempenho do periódico? Onde e como liam? Quais interpretações davam às notícias? Até que ponto estas os influenciavam? Quais subcategorias compunham o que se chama de "leitores"? Nas palavras de Robert Darnton, (1990) "(...) Apesar de uma volumosa literatura sobre sua psicologia, fenomenologia, textologia e sociologia, a leitura continua a ser misteriosa" (p. 127). Não obstante, tais perguntas ajudam a pensar a imprensa e os efeitos de sua experiência junto ao público como um conjunto de relações sociais.

Nesse aspecto, é notório o fato de a Gazeta Mineira não representar diretamente interesses partidários, como outros periódicos o faziam. Por outro lado, a destacada proximidade de seu proprietário com indivíduos filiados ao Partido Conservador – bem como a atuação reentrante dos mesmos junto às laudas do periódico – e sua posição diante da 'questão servil', como a seguir veremos, relativiza a imagem construída em torno da 'imparcialidade' e a insere em uma realidade social em que os

laços de interdependência perpassavam, sutilmente ou não, todas as esferas de atuação.

2 – Trabalho e Abolição

A "Gazeta Mineira" constituía-se de quatro páginas, apresentando uma configuração com as linhas gerais de ordenação da pauta e uma imensa heterogeneidade de assuntos. Por ora, deixaremos a análise de tal estrutura formal do periódico para outra oportunidade e nos deteremos sobre os pontos adiante.

2.1. "Da vagabundagem"

Publicou-se na Gazeta Mineira um ensaio intitulado "Organização Moral e Econômica do Trabalho", iniciado na primeira página, em local de realce. Assinado pelo Dr. Ennes de Souza, o escrito foi divulgado no período de 07 de agosto a 05 de setembro, com interrupção de uma edição, em que a seção deu lugar à transcrição integral do discurso de Aureliano Mourão, proferido na câmara dos deputados[19]. A publicação do ensaio dividiu-se em cinco partes, a saber: "Da vagabundagem I", "Da vagabundagem I (Continuação)", "Da vagabundagem II (Continuação)", "Da vagabundagem III" e "Da vagabundagem IV".

Nas duas primeiras, o autor envidou esforços para caracterizar a vagabundagem e esboçar soluções para sua superação, delineando comparações entre a realidade do Brasil

---

19 Cf. Gazeta Mineira, 21/08/1884, Ano 1, nº44, pp. 1-3.

e da Europa[20]. Na sequência, Ennes de Souza discorreu sob os dois aspectos pelos quais a vagabundagem se apresenta, ou seja, o "aspecto inofensivo" e o "aspecto ofensivo"[21]. A terceira e a quarta partes desenvolveram-se, respectivamente, como respostas às seguintes inquirições: "Por que o indivíduo não sabe trabalhar?" e "O que fazemos no Brasil contra a vagabundagem?"[22]

Ainda não foi possível encontrar dados sobre a trajetória de Ennes de Souza. O pronome pessoal de tratamento – "Dr." - revelado no periódico indica que o autor de "Da vagabundagem" era, provavelmente, advogado ou médico. Ele inicia seu texto afirmando que a vagabundagem é um fenômeno geral e típico de países "mal constituídos"[23], ao passo que em uma "sociedade bem organizada", ela é um fato incomum, "um espinho num organismo são". "Entre nós, porém, a vagabundagem é doença crônica que tem penetrado fundo no organismo imperfeito e enfermo do país, ora identificando-se com sua economia, ora provocando nestas singulares atrofias ou ameaçando-a com desastrosas congestões."

Afere-se, de imediato, o delineamento de todo o ensaio, isto é, um estudo da organização do trabalho pelo viés econômico e moral, tendo por objetivo "(...) Inquirir das

---

20 Cf. Gazeta Mineira, 07/08/1884, Ano 1, n° 41, pp.1-2. e 10/08/1884, Ano 1, nº 42, pp. 1 e 2.

21 Gazeta Mineira, 14/08/1884, Ano 1, nº 43, pp.1 e 2.

22 Respectivamente: Gazeta Mineira, 01/09/1884, Ano 1, nº 45, pp. 1-2 e 05/09/1884, Ano 1, nº 46, pp.1-2.

23 Esta e as demais citações adiante são relativas à edição do dia 07/08/1884, Ano 1, n° 41, p.1, sendo apontadas as referências em caso contrário.

manifestações da vagabundagem, de sua natureza e de suas verdadeiras causas e de seus efeitos, assim como buscar remédios gerais e os remédios locais que a devem extirpar". Se havia necessidade de se pensar os mecanismos de produção e trabalho, igual exigência havia a respeito dos valores, hábitos e costumes. A escravidão, pois, modelo de organização social em vigor, era criticada do ponto de vista da lucratividade e comportamental, como se infere das seguintes palavras:

> Algures a vagabundagem pode ser uma doença local, que poderá ceder à ação cauterizadora da polícia correcional, ou de leis severas dirigidas contra ela. No Brasil, porém, ela é uma lepra que tem como o escravagismo, donde ela em grande parte deriva, contaminando o organismo nacional inteiro.

Nesses trechos afere-se a atenção especial dada ao aspecto nacional ("entre nós", "no Brasil", "organismo nacional"). De modo análogo, torna-se evidente o uso de expressões específicas ("doença crônica", "organismo imperfeito e enfermo", "atrofias", "congestões", "doença local", "ação cauterizadora", "lepra", "remédios") que, em teoria, estaria mais próximo do universo de um médico do que de um advogado. É possível, então, indagar: por que considerar o assunto da vagabundagem e do trabalho numa perspectiva voltada para a nação? Por que era plausível o emprego corrente de um vocabulário biologizante em um estudo sobre um fenômeno social, publicado em um periódico? Vale também perguntar: qual sistema de referências valorativas tornava suas preocupações e linguagem aceitáveis pela sociedade?

É bom que se diga, antes de tudo, que a década de

1880 foi assinalada por uma efervescência sociocultural e política especial, sendo a abolição e a nação temas carreadores desse processo. "(...) Época de escritores combativos, de polemistas irados, de bacharéis em luta", em que houve busca de um estilo literário nacional, trazendo para o centro do tabuleiro intelectual o próprio desafio de se construir a "nação brasileira" (VENTURA, 1991, p.13). Entremeada à temática nacional, uma realidade social assinalada por um mosaico de indivíduos de vários tipos e ascendências culturais e físicas dava a tônica do pensamento de estudiosos, ávidos por compreender tamanha pluralidade e, ao mesmo tempo, capacidade de forjar uma unidade.

O instrumental teórico acessado por homens como Araripe Jr., Silvio Romero, Nina Rodrigues e Joaquim Nabuco para a realização de uma análise sobre a sociedade brasileira se inseria em um contexto mais amplo, adaptando categorias de pensamento europeias e criando conceitos próprios. Noções recolhidas do evolucionismo, do positivismo, do cientificismo e do racismo lançaram raízes nos meios intelectuais brasileiros e passaram a funcionar como ferramentas de análise. Intentava-se avigorar uma identidade social dos grupos dirigente e senhorial, em presença de uma população considerada cultural e etnicamente inferior, com grande participação de escravos, libertos e imigrantes (VENTURA, 1991; SCHWARTZ, 1993).

A esse ambiente intelectual juntava-se ainda o crescimento urbano, dos meios de transporte, do comércio e da imprensa, favorecendo a construção da convicção no 'progresso', na 'civilização', no 'desenvolvimento', na 'evolução' 'da(s) raça(s) humana(s)' e na constituição da 'nacionalidade'.

Coexistente a vigência desse quadro de valores, a utilização de uma linguagem cientificista, pelo Dr. Ennes de Souza, procurava mesclar conceitos e procedimentos das ciências naturais à esfera social, naturalizando fenômenos de cunho histórico e cultural. O que, pois, esse autor entendia exatamente por 'vagabundagem'? E quem eram os 'vagabundos' concebidos por ele? Para o Dr. Ennes de Souza, a 'lepra' chamada vagabundagem definia-se como desocupação, boemia, a vida do vagabundo, e tinha causas, efeitos e 'curas' sociais e individuais. E, uma vez não havendo falta de trabalho no Brasil, "é antes a vagabundagem um fato individual"[24]. Se a responsabilidade pela propagação de tal 'doença' era, principalmente, individual, segundo a Gazeta Mineira, os próprios 'vagabundos' tinham grande parcela de culpa, sendo, por outro lado,

> (...) verdade que a isso vem juntar-se a má constituição agrária e econômica do país, a exiguidade de sua indústria, nossas desastrosas condições políticas, a laxidão dos nossos costumes, a fraqueza das leis e a imprestabilidade da maioria de seus executores[25].

Portanto, segundo Ennes de Souza, fazia-se mister a implementação de medidas corretivas e preventivas. Entre as primeiras, a vigilância e o aumento da repressão policial e da rispidez das leis. Insuficientes para debelar o referido 'espinho', tais ações deveriam vir acompanhadas de medidas gerais acerca

---

24 Gazeta Mineira, 10/08/1884, Ano 1, nº 42, p.1.

25 Gazeta Mineira, 10/08/1884, Ano 1, nº 42, p.1.

do meio social, tais como "1º, o imposto territorial; 2°, um plano verdadeiramente moral e econômico da colonização agrária, nacional e estrangeira baseado sob a máxima garantia do trabalhador tornado proprietário do solo; 3º as mais eficazes garantias ao trabalho livre"[26].

Ennes de Souza frisava também a importância de se promover o "ensino técnico", de "artes e ofícios", que "deve achar-se aberto a todas as aptidões"[27], com escolas onde os indivíduos aprendam a trabalhar, criando um hábito laboral. Trabalho, a propósito, 'livre', capaz de alavancar a produtividade, expandir o consumo e os benefícios sociais, em detrimento de uma participação social "parasitária"[28].

Apesar de expor propostas sofisticadas, o raciocínio final de Ennes de Souza desembocava no discurso civilizacionista, visando antes à construção da nacionalidade pela melhoria da ordem e da organização da lavoura do que pela inclusão política e social dos avocados 'vagabundos' - esta categoria que o autor tinha por referência não os proprietários 'brancos' e dirigentes e sim a população negra, mestiça e pobre. Não por acaso, a escravidão era entendida como um pilar essencial da 'vagabundagem'. Exigia-se do 'vagabundo' disciplina, qualificação e instrução para o trabalho, sem oferecer canais de acesso ao ensino. Exigiam-se novos hábitos de trabalho à revelia da continuidade dos abusos de poder sobre o trabalhador.

---

26 Gazeta Mineira, 10/08/1884, Ano 1, n° 42, p.1.
27 Gazeta Mineira, 01/09/1884, Ano 1, nº 45, p.1.
28 Gazeta Mineira, 01/09/1884, Ano 1, nº 45, p.2.

2.2. A reunião de 28 de setembro: proposta de fundação de um Clube Abolicionista

A esta altura, já é possível deduzir que a Gazeta Mineira não era um veículo de comunicação dedicado à causa abolicionista nem, em contrapartida, adepta ferrenha do antiabolicionismo. A abolição lhe parecia forçosa e até mesmo desejável, porém, havia incertezas. Os caminhos para tanto eram ambíguos. Tanto os anúncios de fuga e venda de escravos, quanto as notas sobre manumissões feitas por senhores 'filantropos' e, como se viu de maneira mais detalhada, a divulgação da concepção de combate à vagabundagem e controle sobre os trabalhadores, assinalam a proximidade do periódico ao projeto de emancipação lenta, segura e vigiada. A garantia de mão de obra, a incolumidade da propriedade, o desenvolvimento da economia e a construção da nação pareciam nortear as convicções da linha editorial da Gazeta. No entanto, corriam concepções e sugestões diversas, que tornavam a propensão emancipacionista questionável e inconclusa. A inquietação de abolicionistas também se manifestava nesse ambiente sociocultural e político tenso, e chegou às páginas do periódico.

Atravessava-se um momento no qual se pressagiava a germinação de novos tipos de relações de trabalho e o definhamento do escravismo. Apesar disso, muitos se mostravam reticentes. Ao avanço da campanha abolicionista – na sociedade, na atitude de escravos, no Parlamento – correspondia à demanda dos escravistas mais empedernidos por repressão – particular e pública (MACHADO, 1994). A polarização da sociedade acentuava-se, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Em 28 de setembro de 1884 houve, em São João del-Rei, uma reunião de ilustres cidadãos para a fundação de um clube abolicionista. A data para a realização do evento foi cuidadosamente escolhida, coincidindo com o dia em que a "Lei do Ventre Livre" completaria treze anos. Em nota, a Gazeta destacou que cerca de 50 pessoas compareceram à assembleia, convocada pelo tenente Francisco de Paula Pinheiro, que propôs "concorrer para esse movimento (da abolição) pelos meios legais, prudentes e tranquilos."[29]

A maneira cautelosa de o periódico abordar a reunião, todavia, não impediu que o acontecido ribombasse pela sociedade sanjoanense, a começar pela fricção entre o então redator Dr. João Mourão, e o "Arauto de Minas", jornal alinhado ao Partido Conservador. Este órgão publicou a seguinte informação, reproduzida na "Gazeta Mineira", sobre a reunião:

> Clube abolicionista – Realizou-se nesta cidade no Domingo passado uma reunião com o fim de criar-se um clube abolicionista. / Estiveram presentes vários cidadãos havendo animada discussão, orando os Srs. Dr. João Mourão, Dr. Francisco Mourão, Carlos Sanzio, João Netto e outros. / Foi nomeada uma comissão para organizar os estatutos. / Convidado para esta reunião deixamos de comparecer por entendermos que essas sociedades abolicionistas são um gérmen de desassossego na sociedade e que a questão do elemento servil mansa e pacificamente, independente de Clubes, será resolvida pela Lei de 28

29 Gazeta Mineira, 30/09/1884, Ano 1, nº 52, p.3.

de Setembro[30].

Como ocorrido em diversos pontos do Brasil, de combatida a Lei do Ventre Livre passou a ser enaltecida por seus antigos adversários. O fato de a nota supra, não assinada, ocupar-se com a defesa da Lei de 28 de setembro também foi percebido pelo redator da Gazeta Mineira, para o qual a informação prestada foi pequenina, "metade dela somente é propriamente destinada a noticiar a reunião realizada em 28 de mês passado", e deficiente, lendo-se apenas de modo por demais vago "o nome do redator desta folha"[31]. Para o Dr. João Mourão, isto bastou para ensejar maiores esclarecimentos sobre sua participação, enquanto redator, na reunião aludida.

De acordo com seu relato, a Gazeta Mineira foi convidada pela comissão organizadora do episódio, fazendo-se representar por seu redator. Dr. João Mourão, então, teria sido indicado pelo tenente Francisco de Paula Pinheiro para presidir a reunião, no que prontamente precisou recusar, pois "ali se achava como representante de um dos jornais da localidade" e, "nesse caráter, seu papel era todo de passividade"[32]. Na sequência, o tenente Paula Pinheiro expôs os "fins da reunião", ouviu "diversos oradores" e "convidou todas as pessoas presentes para fazerem parte de um clube abolicionista, que ele tivera em vista nascer naquela ocasião"[33]. Há indícios de que o evento foi inflamado e não consensual. Continuando sua narrativa, o redator da Gazeta Mineira testemunhou ter tomado

---

30 Arauto de Minas, Apud: Gazeta Mineira, 07/10/1884, Ano 1, nº 54, p. 2.

31 Idem.

32 Idem.

33 Idem.

a palavra, e, ao relembrar o caráter de sua presença, declara que

> (...) declarara que abster-se-ia de envolver-se nas lutas dos partidos militantes, como capazes de incendiarem as paixões mais perigosas e que por isso, como mais forte razão, entendia não dever essa folha imiscuir-se de qualquer modo nessa gravíssima questão do elemento servil, questão em si mil vezes mais incandescente do que todas que se levantam nos campos de nossa política[34].

João Mourão empenhou-se em esclarecer ao máximo que se privara em aderir à causa da abolição, sendo sua participação apenas "passiva". Revela-se declaradamente a intenção do redator em se colocar ao público de modo imparcial, seguindo os princípios do periódico. 'Imparcialidade' esta que, como vimos, definia-se nas relações de forças simbólicas do campo em que se inseria a imprensa e o periódico com outros campos diferentes e no relato do indivíduo sobre os fatos sociais. Posta assim a questão, a neutralidade assumida por João Mourão ganha novos contornos. Se este homem refutava tão convictamente as ideias do abolicionismo, por que comparecera à reunião e, mais, fora convidado a presidi-la? Note-se também o modo contrastante da cobertura do evento pela Gazeta Mineira e pelo Arauto de Minas, este sim assumidamente antiabolicionista. A postura ambivalente do Dr. João Mourão talvez possa ser explicada pela dificuldade ao tentar conciliar o direito de propriedade e o de liberdade, bem assim por receio de uma possível radicalização do processo de

34 Idem.

emancipação, por um lado, e de represálias senhoriais e políticas, por outro.

Foram publicadas outras três matérias a esse respeito. Em uma delas, João Mourão exigia retratação do jornal "Luzeiro", que teria divulgado ou pelo menos sugerido a aquiescência do redator da Gazeta Mineira aos ideais abolicionistas durante a referida assembleia. Em outra, Dr. Francisco Mourão também se pronunciou sobre sua atuação na reunião. Por seu turno, o idealizador da criação do clube abolicionista, tenente Francisco de Paula Pinheiro, uma vez havendo, em suas palavras, "diversas opiniões, inteiramente divergentes" (Idem, p. 3) sobre o ocorrido, anunciou que no próximo número da Gazeta esclareceria precisamente a razão de ser da reunião do dia 28, a fim de que "o público faça um juízo seguro, e não se deixe levar por cantigas de mistificadores sem norte" (Idem. Itálico no original).

Como se vê, em vez de traduzir harmonia, o problema do elemento servil provocava controvérsias e mostrava ser "questão em si mil vezes mais incandescente do que todas que se levantam nos campos de nossa política". Nesse sentido, o relato de Paula Pinheiro, publicado, como previsto, no dia 11/10/1884, é extremamente elucidativo tanto em relação ao andamento da reunião para fundação do clube abolicionista quanto no tocante às altercações e percepções sociais sobre o assunto. Antes de começar a narrar o curso do agrupamento, Francisco de Paula Pinheiro expôs o motivo que o impeliu a convocar a mesma. Em suas palavras:

> Entendi, como entendem todos os brasileiros patrióticos, que era ocasião de levantar-se nesta terra

> a ideia da liberdade. / Tive razão para isso. / Quando se observa o grande movimento nacional, que se levanta gigante neste Império, era para se lastimar que em S. João d'El-Rei, não se ouvisse uma só palavra em favor dessa cruzada nobre, justa e patriótica. / A despeito de contrariedades e dissabores, aventurei-me a convocar uma reunião a fim de que se combinassem os meios para formar-se uma associação, que, na órbita do possível, pudesse concorrer com o seu contingente para esta festa da humanidade, que mais tarde ou mais cedo terá lugar no Império da Cruz[35].

Subentende-se que corriam, em São João del-Rei, informações sobre a mobilização em torno da abolição no país. Periodicamente, a Gazeta Mineira, por exemplo, recebia inúmeros exemplares de jornais oriundos das mais distintas partes do Império[36], favorecendo o intercâmbio de ideias e práticas. Contudo, a manifestação pública e categórica de simpatia pelos valores do abolicionismo, feita por homens letrados, parecia algo novo no lugar. Daí o frisson, as "contrariedades e dissabores" suscitados por tal iniciativa.

A despeito de todos os indícios de desmonte do sistema escravista, compreende-se que a "ideia de liberdade" ainda era ferozmente combatida por proprietários para quem a "festa da humanidade" supracitada deveria ser adiada,

---

35 Gazeta Mineira, 11/10/1884, Ano 1, nº 55, p. 3; as citações a seguir tem a mesma referência

36 Entre outros, ver: Gazeta Mineira, 02/08/1884, Ano 1, nº 40, pp. 2 e 3.

planejada, controlada e, se efetivada, abalizada pela garantia de mão de obra e pelo direito à indenização.

Francisco de Paula Pinheiro convidou "diversas pessoas para assistirem a uma preleção, que tinha de fazer sobre as ideias que hoje preocupam o espírito público". Convidou também a imprensa – representantes das redações da Gazeta Mineira e do Luzeiro, que compareceram ao evento. Consoante o idealizador da reunião, juntaram-se cerca de 60 pessoas. Confirmando a exposição feita por João Mourão, Francisco Pinheiro disse que indicou aquele para presidir a reunião, no que o mesmo recusou por estar ali como "repórter", "representante de uma folha neutra e imparcial" e recomendou o nome do tenente para a presidência da assembleia.

Foram convidados para secretários os senhores Dr. Francisco Mourão e Francisco Pereira. O mentor do evento, então, explanou o objetivo da mesma: "Com toda franqueza fiz ver que se tratava de fundar-se um Club, que, no terreno da ordem e da lei, acompanhasse o movimento nacional que se observa no país". Segundo o tenente, "esse Club teria como principal cuidado promover a propaganda pacífica da ideia". Francisco Paula Pinheiro avizinhava-se de um abolicionismo reformista e legalista – nem por isso inócuo – semelhante ao defendido por uma das figuras de proa do movimento, Joaquim Nabuco (MACHADO, 2000). Se comparada a determinadas agitações ocorridas em regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, essa proposta pode parecer moderada, pois frisava reiteradamente o intento de se desenvolver "no terreno da ordem e da lei", mediante "propaganda pacífica da ideia". Entretanto, considerando-se o contexto local, esse empreendimento foi ousado. Depreende-se da atitude dos que

estavam presentes na reunião de 28 de setembro que o tema era, de fato, penoso e o empreendimento, atrevido e incômodo.

Assim, após a exposição do ponto de vista de Francisco Pinheiro, o secretário Francisco Mourão declarou que "não podia continuar a exercer o cargo de Secretário, por ser emancipador e não abolicionista". De modo semelhante, o próximo orador da reunião, Sr. Carlos Sanzio, "falou primeiramente sobre a origem da escravidão, vinda da África, onde tudo é livre, e também concluiu declarando-se emancipador e não abolicionista". Evidentemente a 'África', pintada, homogeneamente, em cores emocionantes como uma 'terra de liberdade' era identificada sob o prisma de valores de uma época cujos questionamentos sobre a escravidão e valorização das noções de civilização e humanidade estavam em voga. Quarenta anos atrás, a imagem da África seria a de um território bárbaro, pagão e opressor, justificando assim a escravidão, que ofereceria aos negros a chance de se civilizarem, se converterem e, quem sabe, de alcançarem a alforria (COSTA e SILVA, 2003). A seguir, falou o Sr. João Netto, que "chegou a comparar o abolicionismo ao niilismo". Para Francisco de Paula Pinheiro, não existia "razão para se estabelecer uma discussão sobre a denominação da sociedade", visto que "aceitava qualquer título que lhe quisessem dar, que não fazia questão de nome".

Na tentativa de convencer os participantes a repensarem sua posição, Francisco Pinheiro disparou: "(...) muitos daqueles que se acham revestidos da capa de emancipadores e que falam somente ante o interesse próprio, hoje se envergonham e, não querendo se apresentar escravagistas ante a maioria da nação, declararam-se

emancipadores de ocasião." O tenente, provavelmente, buscava encorajar os homens ali presentes. Estes aceitaram o convite para participar da reunião sobre a criação de um clube abolicionista, indicando que havia interesse em conhecer novas ideias e possibilidade de adesão à causa. Os senhores citados por Francisco Pinheiro, em seu artigo, e os demais componentes da assembleia, ao que tudo indica, não eram defensores ferrenhos da escravidão. Porém, a rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais na qual esses homens se inseriam parece ter atuado para o retraimento de parte deles. Em contrapartida, temos indício de que, além de Francisco de Paula Pinheiro, outras pessoas apostaram no projeto, pois ficou "composta uma comissão para apresentar proximamente um plano de estatutos onde se discutirá o nome que se lhe deva dar".

No remate do seu raciocínio, o tenente advertiu que "as grandes ideias encontram sempre obstáculos, que parecem insuperáveis". Mais uma vez, a oposição local ao abolicionismo era indicada. Cabe lembrar também que a razão da publicação do escrito foi a de elucidar ao público o que de fato teria sucedido naquela ocasião. Tinha-se, pois, em mente, acalmar o incômodo burburinho daí emanado.

Conclusão

A despeito da considerável gama de estudos acerca do processo de abolição no Brasil, a historiografia mineira sobre o tema mostra-se relativamente incipiente. Tal situação faz com que, muitas vezes, estudos focados, por exemplo, nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, sejam estendidos tangencialmente ao caso de Minas, província de reconhecida

importância no contexto do Império. As pesquisas específicas sobre o chamado processo de abolição nas Gerais reduzem-se, fundamentalmente, a três obras, a saber: 1) "A Abolição em Minas", livro pioneiro, de Oiliam José, publicado em 1962, parte do pressuposto da existência de uma "essência" do povo mineiro, pretensamente afeito a se manifestar de modo "silencioso" e "pacífico". O abolicionismo, segundo esse autor, embora tenha penetrado em Minas, limitou-se a ações difusas devido, pois, a uma questão cultural (JOSÉ, 1962). 2) "Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/88", de Liana Maria Reis, dissertação de Mestrado defendida em 1993, critica a dita "ideologia da mineiridade", presente na obra de Oiliam José, e aponta para a existência de um abolicionismo mais ativo, ligado a jornais republicanos, embora moderado e limitado por problemas de ordem econômica – a proliferação de pequenas e médias propriedades escravistas na província teria ocasionado um maior apego dos mineiros à escravidão (REIS, 1993). 3) "O Sagrado Direito da Liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)", de Luiz Gustavo Santos Cota, também dissertação de Mestrado, beneficia-se do diálogo com uma bibliografia mais recente e concebe a abolição como um processo multifacetado. Extrapolando as observações feitas pelos trabalhos de Oiliam José e Liana Reis, esse autor considera a complexidade de projetos, manifestações e ideias; identifica a existência de um importante movimento abolicionista em Ouro Preto, constituído por jornais, clubes e sociedades, atividades de professores e estudantes e fugas de escravos para a capital; e participação, ainda que contida, do Bispado de Mariana através de discussões e de criação uma sociedade emancipacionista. O autor também

percebe na atuação de um grupo de advogados em ações de liberdade a presença de ideais e convicções abolicionistas (COTA, 2007).

Um dos principais méritos do estudo de Luiz Gustavo foi sugerir determinada capacidade de organização da sociedade civil frente ao Estado e revelar que, em Minas, o movimento abolicionista tratou-se, mais do que de uma "marolinha", de uma "onda". Penso que se possa ainda ir além, e considerar a existência de "ondas", de "movimentos" que se imbricavam em discursos e práticas que ora se achegavam, ora se distanciavam e/ou se confundiam com as noções de abolicionismo e emancipacionismo. Daí, inclusive, a importância de se realizar um estudo regional, vale dizer, um esforço para a elaboração de uma cartografia social que concorra para a visualização de um quadro cada vez mais múltiplo, ambíguo e, por conseguinte, próximo da realidade.

Quanto a estudos ocupados nomeadamente com o processo de abolição em São João del-Rei constata-se uma carência ainda maior. Afonso de Alencastro, em tese sobre a economia de São João no oitocentos, advertiu, de passagem, que "(...) É bom que se diga, que a elite sanjoanense foi bastante refratária aos ideais abolicionistas" (GRAÇA FILHO, p. 130). O autor referia-se, para embasar sua afirmação, à notícia sobre a recusa de parte da elite local em aderir à criação de um clube abolicionista na cidade. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Afonso Maia Campos, em monografia de especialização voltada para a questão da abolição em São João del-Rei, propõe-se a analisar a "ausência abolicionista" naquela conjuntura (MAIA, 2001, p. 8).

Sem perder de vista as importantes contribuições de

tais tentativas de compreensão do processo de abolição em São João del-Rei e em Minas, a partir das quais busco construir a pesquisa, proponho-me a avaliar a sociedade sanjoanense sob um prisma teórico e empírico diverso. Cogito a hipótese de que essa realidade local comportou agentes sociais variados, com interesses conflitantes, que deflagraram expressivas tensões e disputas, num contexto assinalado pela imprevisibilidade, estendendo-se e se modificando após o fim oficial da escravidão. Contexto este que pouco faz lembrar um "silêncio abolicionista", relativizando a ideia de uma elite mais ou menos consensual, harmoniosamente unida em torno de um projeto emancipacionista. Os indícios aqui apresentados parecem corroborar tal conjectura. Documentos outros e de tipos diferentes deverão ser consultados visando a uma compreensão maior de tal processo.

Fontes primárias

Gazeta Mineira, Ano 1, nº 1 ao nº 72, 1884 – Escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de São João del-Rei – MG.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder – O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURTON, Richard. Viagem ao Rio de Janeiro e a Morro

Velho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

CAMPOS, Maria Augusta de Amaral. A marcha da civilização: as vilas oitocetistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes. Dissertação (Mestrado) – FAFICH/UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COELHO, Eduardo Lara. Estratégias de mobilidade econômica e social em São João del-Rei (século XIX): o Comendador Mourão e o Padre José Maria Xavier. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Curso de História de Minas (séculos XVIII e XIX), Universidade Federal de São João del-Rei, Agosto de 2004.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. RJ: Civilização Brasileira, 1978.

COTA, Luiz Gustavo Santos. O Sagrado Direito da Liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888). Dissertação de Mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução. Trad. De Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888) São Paulo: Annablume, 2002.

JOSÉ, Oiliam. A Abolição em Minas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

MACHADO, Humberto Fernandes. “Joaquim Nabuco: Paternalismo e Reformismo na Campanha Abolicionista”, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, a.161, n. 406, pp. 1-258, jan./mar. 2000, pp.39-51.

MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: UFSJ, EDUSP, 1994.

MAIA, Afonso de Campos. O Silêncio Abolicionista e a Resistência Negra em São João del-Rei (1871-1888). Especialização em História de Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. FUNREI, 2001.

MARTINS, Roberto Borges. "Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez". In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: HUCITEC, Fapesp, ABPHE, 1996, p. 99 - 129.

REIS, Liana Maria. Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/88. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

REVEL, Jacques (Org.). Jogos de Escalas – A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. SP, Cia. das Letras, 1987.

_____ O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado Atlântico – a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFRJ, 2003.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

Centenário da Academia Mineira de Letras

Eugênio Ferraz[37]

Scribendi nullus finis!
O escrever não tem fim!

É este o adágio da existência da ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. Verum, pulcrum et bonum! Verdadeiro, belo e bom!

Aos 25 de dezembro de 1909, data de sua fundação, agora, cem anos depois, Minas Gerais e o Brasil reverenciam a instituição síntese da intelectualidade mineira, na qual pontificam escritores, jornalistas, profissionais liberais, homens públicos, catedráticos e conceituados militantes dos tribunais, em continuidade aos elevados atributos de seus 12 fundadores em Juiz de Fora que elegeram, naquela oportunidade, outras 18 imortais personalidades mineiras.

Em 1915, sua transferência para a capital confere-lhe maior dimensão e presença no meio sociocultural do estado e do país.

Seu chamado presidente eterno, Vivaldi Moreira, que tanto a ela se assemelhou, em lúcidos momentos de elevada competência, viabilizou a sede própria, sua restauração e a construção do auditório lateral a partir do risco genial de Gustavo Penna.

---

37 Membro CAD. 47) do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Divergindo, contrastando, agregando e complementando um ao outro, ambos os edifícios bem simbolizam o mineirismo e a mineiridade em meio às singulares belezas construtivas e seus interiores de livros e exposições de ideias e ideais da sociedade destas Minas Gerais que são muitas e única em si mesmo.

Seus 40 membros, como na Academia Brasileira de Letras e na Academia Francesa, sob a presidência do ex-senador e intelectual Murilo Badaró a comandar o centenário, formam o sodalício eclético no saber e singular nas competências que tão bem representam Minas Gerais.

Centenário de nascimento de Tancredo Neves

Eugênio Ferraz

Aos quatro dias de março do ano de 1910 nascia Tancredo de Almeida Neves, na histórica São João del- Rei, a sonhada capital das Minas Gerais, na proposta dos Inconfidentes 120 anos antes.

São João del-Rei, atualmente progressista cidade do Campo das Vertentes, que lhe reverencia e guarda seus restos mortais junto à fantástica Igreja de São Francisco de Assis, cidade onde pacificamente convive, em harmonioso contraste, a arquitetura colonial com o estilo neoclássico, ao contrário do que ocorre em outras cidades históricas do período colonial, cujas construções barrocas não conseguiram suportar o peso do progresso com o equilíbrio da história que lhes deu origem.

Talvez aí o vislumbre genético de cidadãos de perfis conciliadores, quer seja em razão do seu próprio arcabouço histórico e crescimento civilizatório, quer seja em decorrência das personalidades que lhe preservam esta tradição.

Cidade onde os sinos falam, não por acaso eleita recentemente a Capital Brasileira da Cultura, São João del-Rei, das tradições eclesiásticas das procissões – cujo cortejo recebe o governador mineiro Aécio Neves a preservar a tradição familiar, sucedendo, também ali, ao avô Tancredo – bem simboliza as condições democráticas mineiras encarnadas por Tancredo Neves, seu filho maior que, em lance também simbólico e de alta carga emocional para todos os mineiros, a entrelaçar a história e tradição das Minas Gerais, morreu em um

21 de abril do início da redemocratização nacional em 1985, após prolongada agonia iniciada na véspera de sua assunção à Presidência da República.

Presidência conquistada em oposição à ditadura, a iniciar uma Nova República para toda a sociedade, esperança maior do povo brasileiro.

Tancredo Neves, o político maior do Brasil naquele tempo, experiente como parlamentar, como primeiro ministro parlamentarista, ministro em várias ocasiões, governador de Minas que cunhara a famosa frase, tão cara aos seus conterrâneos, dizendo que "o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade", legou ao país, com sua agonia e morte, o sentimento da plena liberdade, do pleno convívio entre iguais e diferentes que se encontram e convergem para o mesmo ideal de um Brasil de livre democracia, exemplo a ser jamais esquecido por todos nós, mineiros e brasileiros.

Os exemplos e os ideais de Tancredo Neves permanecem indelevelmente associados ao processo civilizatório que perpetua a memória histórica deste grande Brasil.

Ilustres Imortais em Mariana e Ouro Preto

Eugênio Ferraz

A primaz de Minas, Mariana, e Ouro Preto, a primeira cidade brasileira Patrimônio Cultural da Humanidade, receberam, no dia 05 de julho, a importante visita de imortais da Academia Mineira de Letras, liderados pelo seu presidente, ex-ministro e ex-senador Murilo Badaró.

Na chegada a Mariana, fomos todos, inclusive estranhos ao fardão, como o radialista Acyr Antão e eu, recebidos pelo Prefeito Roque Camêllo nas instalações do Centro de Atendimento ao Turista, a seguir na Academia Marianense de Letras. Nesta tivemos a oportunidade de presenciar homenagens prestadas pela professora Marly Moisés ao centenário do Sodalício e que também reverenciou Alphonsus de Guimarãens. Seguiu-se, em agradecimento, a fala do Presidente da AML, Murilo Badaró.

No túmulo de Alphonsus de Guimarãens, em oratórias ao sol do meio-dia, a este várias foram as homenagens, fortificadas nas falas do Prefeito, do Presidente da AML e de membros como o marianense Danilo Gomes - o dos poéticos artigos - e do Ministro Patrus Ananias. Agradeceu, em nome da família, Alphonsus Neto que estava acompanhado de outros familiares do famoso simbolista.

Já em Ouro Preto, em almoço no Restaurante Chafariz, casarão onde morou o poeta homenageado, singular local onde se respira história no aconchegante ambiente - que também retorna o tempo em sua galeria de retratos - comandado por Vicente, filho e sucessor do saudoso Orlando Troppia, a comida

mineira interligava passado e presente no requinte do lugar e na qualidade gastronômica.

Em ato na Casa dos Contos, anfitrionamos o grupo historiando a trajetória do palacete fazendário, bem como divulgamos o nº 7 da Revista da Casa dos Contos. Além da visita às instalações, puderam todos apreciar três exposições dos artistas Abrevalle, Lamounier e Aristóteles, este último morador de rua recém-descoberto pelo artista plástico Glauco Moraes, que assina as curadorias.

Ressaltamos, na oportunidade, que nos últimos cinco anos – cujas pesquisas de opinião bem demonstram o acerto da gestão em razão de mais de 98% de opiniões positivas e marcantemente elogiosas - acentuouse a inequívoca e correta presença do Ministério da Fazenda no cenário ouropretano, localidade que aflora na maioria das pessoas um forte sentimento de resgate de nossa nacionalidade, ambiente formador de opinião singular no Brasil. Nestes recentes anos, dirigindo o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, instalado na própria Casa dos Contos, como fizemos no início de seu resgate pelo Ministério da Fazenda, do início de 1974 ao final de 1980, e, tendo conduzido, poucos anos depois, sua completa restauração de 1983/4 – pioneira em alguns aspectos, como no trato madeireiro, com a participação do CETEC/MG, IEPHA/MG e IPHAN - pudemos implementar diversas ações anteriormente projetadas, conforme explicamos.

Esclarecemos que neste período, fizemos com que a Casa dos Contos de Ouro Preto, em atenção aos justos anseios e reclamos da sociedade, passasse a funcionar todos os dias do ano - condição praticamente única no país – e também em estendido horário, das 10 às 18h, e até as 20h o pavimento

térreo, área de exposições da vanguarda contemporânea. Assim, a Casa dos Contos, ainda em adiantado e contínuo processo de organização, certamente a atrair atenções outras, cuja completa história registramos, paulatinamente em quase quarenta anos de estudos concomitantes a trabalhos e pesquisas, resultados em mais de uma dezena de livros, o último deles recebedor de uma das duas premiações do IHGB em conjunto com os IHG do país e, também, na revista que lhe toma emprestado o nome, reverenciada por historiadores e intelectuais pela sua excelência e profundidade dos artigos assinados por colaboradores que lhe agigantam, cujo número sete, quase cabalístico e em possível réquiem, divulgamos nesta oportunidade, tornou-se um local ímpar de concentração e irradiação cultural.

A Casa dos Contos - construída no sonho de um visionário, Macedo, citado nas Cartas Chilenas em que Critilo versifica dizendo que no meio desta terra há uma ponte, em cujos extremos se levantam, de dois grossos rendeiros as moradas, em direta referência ao contratador, menos homem de negócios que homem de sensibilidade nas sábias palavras de Afonso Ávila, desta edificação e de todos nós o poeta maior - está agora plenamente ocupada,ao contrário de até há pouco, com mostras permanentes em vias de serem atualizadas pelas entidades parceiras Casa da Moeda do Brasil, sua ocupante no século XIX e Banco Central do Brasil. Ainda por vir, conforme nossas propostas, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Conta o Museu com mais de quinze diferentes folders coloridos e com novas áreas culturais na ala desocupada pela Agência da Receita Federal que lhe preservava as origens fiscais. Entretanto, após a fusão com a Previdência, a Agência se instalou em local mais espaçoso e propiciou, assim, maior

florescimento e efervescência cultural ao monumento que incorpora e agrega valores contemporâneos à sua própria dinâmica histórica de culto, no vislumbre de João Rodrigues, à beleza, ao majestoso, ao imponente. Enfim, às artes e cultura nacional, como descrito em sua missão. Tudo isto para que não haja perda dos registros de sua memória e das suas origens fazendárias e fiscalistas como os que são feitos em microfilmes e digitalizações. Tais ações e seus resultados permitem-nos a tranquilidade do dever cumprido, em breve em despedida, e com obsequioso silêncio – ou não! - como justificado ao final deste, parodiando, desde já, o imortal Olavo Romano – acerca do resgate do projeto maior de Tarquínio, meu mestre do conhecimento histórico, amigo e pai intelectual, cujo privilégio da convivência e ensinamentos fez aflorar em mim suas arraigadas e seguras convicções democráticas, sua certeza na recuperação historiográfica e arquivística deste ciclo econômico e fazendário. Este palácio, monumento valorizado por pessoas de talento e cultura superiores como Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, exemplo e ícone da cultura nacional, que honra nossa Ouro Preto, nossa, repito, por cidadão honorário que sou pela unânime vontade dos representantes do povo desta gentil terra.

Na sua fala, o Prefeito Ângelo Oswaldo, também imortal, acompanhante da comitiva desde Mariana, que magistralmente ilustrara todo o trajeto discorrendo sobre cada pedaço de terra, sobre as histórias, atos e fatos ocorridos após cada curva de estrada que sobe centenas de metros em curta distância, ressaltou a interligação das duas singularíssimas e primeiras cidades que se confundem na própria história. Salientou que se Ouro Preto deu a Mariana Alphonsus de Guimarães, Mariana deu a Ouro Preto Cláudio Manoel da Costa

naquele mesmo dia completando 280 de nascimento e que, Inconfidente, morreu, ou matado foi, na própria Casa dos Contos de Ouro Preto, há 220 anos, na madrugada de 4 de julho de 1789. Discorrendo sobre a história marianense, ouropretana, mineira e brasileira, Ângelo contextualizou também, os ascendências e ações de imortais do grupo, dentre os quais o ex-governador Francelino Pereira, o Pe José Carlos Brandi Aleixo, Olavo Romano, José Bento Teixeira de Salles acompanhado de sua esposa, Maria Amélia Teixeira de Salles, Fábio Proença Doyle, Ricardo Malheiros Fiúza, Patrus Ananias; José Maria Moreira, filho do presidente perpétuo da Academia, Vivaldi Moreira, o Presidente Murilo Badaró e a Acadêmica Yêda Prates Bernis, com sua irmã, a todos encantando com sua empolgante retórica e profundo conhecimento de nossa história e origens.

A saudação a todos, por delegação de Murilo Badaró, foi feita pelo Acadêmico e Jornalista Eduardo de Almeida Reis, agradável companhia ao sol intenso do início de tarde em Mariana quase a nos provocar, metaforicamente, um tiro e queda no cemitério em que nos encontrávamos, bem vivos, assistindo às justas homenagens a Alphonsus. Ele Eduardo, que é na minha casa lido e relido por todos, em seu estilo agradavelmente inconfundível e cheio de graça e temperança no jogo das palavras e frases espirituosas, relatou suas andanças philosóficas e de trabalhos, aos sons de apitos de Marias, várias fumacentas, por Mariana e Ouro Preto.

A visita seguinte foi ao Museu da Inconfidência. Recebidos por Rui Mourão, a grandiosidade do Museu, na chegada em fim de tarde, teve o colorido do céu que emoldurava o cenário ainda mais aumentado pela chegada de

Carlos Bracher. Artista maior que tanto encanta com sua alegre figura, misturando, no nosso imaginário àquela cena, as cores e brilhos dos sonhos que transpõe para seus quadros carregados de marcantes emoções nas deslumbrantes pinceladas em céus e terras com suas pinceladas fortes, tensas e inconfundíveis.

Pela manhã, em Mariana, pelo adiantado da hora, fora cancelada a visita ao Museu de Música.

Depois, início da noite, em Ouro Preto, pela mesma razão de horário, pelo risco do não acordar após meia hora de viagem e pelo natural cansaço do grupo – mais resistente, porém, que excursionistas colegiais - comandado por Petrônio Gonçalves, Assessor de imprensa e Carmem dos Santos, secretária da AML, foi cancelada a visita ao Museu das Reduções, em Amarantina, oportunidade única de se conhecer vários monumentos do Brasil em um só lugar através da singular visão de quase 30 edificações tombadas de norte a sul do país.

Serão tais cancelamentos, certamente bons motivos para outras agradáveis viagens culturais que, em grupos dessa estirpe, engrandecem tanto os visitantes quanto os locais visitados, na simbiose natural que entre eles mutuamente ocorre, com transferências e agregações recíprocas de cultura.

Aqui finda esta história. Finda está!

Reescreva-se a história (ou a viagem). Questionarei, não sei! Ou não...!!!???, como diria Caetano, em lembrança, acompanhada de sua contagiante e envolvente risada, do acadêmico Olavo Romano, quase ao final desta singular, agradável, divertida e enriquecedora viagem.

Eugênio Ferraz, que teve o privilégio de estudar, de

viver republicanamente na Vila Rica. Nela viveu de fato, nela trabalhou e, nos limites da ética e responsabilidade, tentou devolver a Ouro Preto, sua terra honorária, um pouco do que dela e de sua sociedade recebeu.

Atividades empreendedoras da família Faleiro em São João del-Rei

José Alberto Ferreira
Maria Lúcia Monteiro Guimarães

Em 14 de novembro de 1908 a Empresa Faleiro & Cia arrendou o Teatro Municipal para nela exibir peças de teatro, operetas e filmes. Arrendamento que perdurou até junho de 1929. Só interrompida por 3 semanas, em 1918, por ocasião da epidemia de gripe conhecida pelo nome de gripe Espanhola. Gripe que causou a morte de 120 pessoas, segundo pronunciamento público do Dr. Antônio Andrade Reis, titular da saúde Municipal naquele ano.

Para suprir as exibições cinematográficas outras atividades, durante o fechamento do Teatro Municipal em 1913, para reforma, os irmãos Faleiros reaparelharam o pavilhão que tinham no fundo do Teatro onde até então exploravam um Ringue de Patinação.

O pioneiro do cinema ambulante em São João del-Rei foi Francisco Augusto de Ulhôa Cintra em fevereiro de 1914, mas foram os irmãos Faleiros que o introduziram na cidade, como o conhecemos: em prédio específico, com os espectadores assentados, as imagens projetadas numa tela fixa. Cinema mudo dos anos 20.

Em 16 de junho de 1929, a firma J. Faleiro & Cia. Inaugurou o Cine-Capitólio, em prédio construído no local onde hoje está instalado o Supermercado Kitzan, mas com entrada pela Avenida Rui Barbosa, hoje Avenida Presidente Tancredo

Neves. O filme de estréia do Cine-Capitólio foi RAPAZ COM SORTE. O primeiro filme sonoro exibido em São João del-Rei.

Com a saída dos irmãos Faleiros do Teatro Municipal, André Bello, fotógrafo profissional com estúdio próprio em frente ao Grupo Escolar Maria Teresa onde hoje funciona um posto de combustível, o arrendou em 2 de outubro de 1930. Começou com a atividade cinematográfica, exibindo o filme sonoro PARIS, DANÇANDO, CANTANDO, MUSICANDO E CINCRONIZANDO. Em 1947, o Pavilhão passou a ser explorado por Francisco Cupelo, onde com recursos próprios construiu o Cine Glória, existente e em funcionamento até os dias atuais, após 62 anos. Prédio com projeto arquitetônico e dimensão que conhecemos hoje, construído e doado por ele a Prefeitura de São João del-Rei, sendo parte integrante do patrimônio público municipal.

No *Diário do Comércio* de n°102, de 10 de julho de 1938, a seguinte propaganda cinematográfica:

HOJE - CINE-CAPITOLIO

A maravilha das maravilhas! o film inesquecivel e de maior sucesso do ano

ELA E O PRINCIPE

Com SONJA HENIE e TYRONE POWER

12 alto de musica, ricos bailados da 20 th Century Fox. Grandiosa produção

A propaganda acima nos leva a concluir que os irmãos Faleiros continuaram suas atividades cinematográficas.

Além das atividades cinematográficas e teatrais, a Empresa Faleiro & Cia, composta de 4 irmãos, ditou o jornal A

TRIBUNA, com redação no Largo do Rosário nº5, na época redigido por Tancredo Braga, Julio J. Júnior e João Viegas Filho; um semanário noticioso, literário, humorístico e ilustrado. Circulou durante 2 anos no período de 25 de julho de 1914 até julho de 1916.

Na Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida encontramos 96 edições do referido jornal, do n° 1 ao nº 96, com poucas falhas. Nele colaborou o jornalista são-joanense Agostinho Azevedo, assim como também no Diário do Comércio e no o Correio. Fundou o semanário Folha Nova, O Penetra e a Revista Princesa. Atividades tão intensas que lhe renderam tornar-se nome de uma das ruas da cidade.

Os empreendimentos comerciais da família Faleiro não ficaram restritas ao cinema e ao jornal.

No periódico A TRIBUNA lemos a seguinte propaganda:

FABRICA
DE
Ladrilhos hydraulicos
por incrustação
DE
Faleiro, Moreira & C.

Os nossos ladrilhos, fabricados por processos aperfeiçoados são exclusivamente hydrofugos. Por suas dimensões que só o de uma perfeita precisão geometrica, a collocação dos desenhos é muito facil.

Grande deposito de ladrilhos para passeios, jardins, banheiros, pateos, arcos etc.

Garantimos a durabilidade dos nossos productos fabricados com especial cimento.

Tratam-se na Confeitaria Faleiro

A Tribuna, n. 2, 2 de agosto de 1914

No ano de 1923, os irmãos Rodolfo, Deodato, João e Joaquim Faleiro fundaram a Confeitaria Faleiro, na Rua Municipal, atual Arthur Bernardes. Além de pães e outras iguarias, importavam do Rio de Janeiro vinhos, licores e outros produtos congêneres. Nela se serviu o primeiro sorvete de São João del-Rei. Naquele tempo tomava-se sorvete em taças, acompanhado de um copo de água, confortavelmente assentado. A Confeitaria foi planejada nos moldes da famosa Confeitaria Colombo, do Rio de Janeiro, local de reunião da alta sociedade carioca.

Confeitaria Faleiro

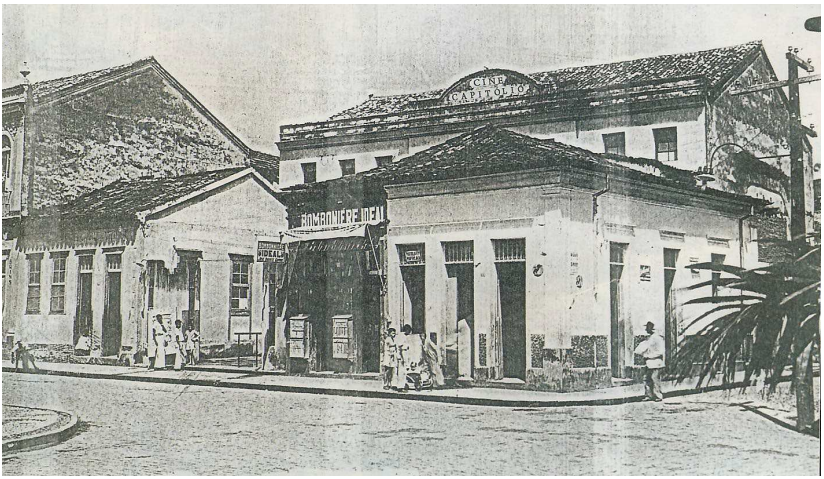
Manipulação por habeis confeiteiros. Doces finos de todas as qualidades. Vendas em grosso de marmelada, goiabada e pecegada.

Diário do Comércio, n.149, 9 de setembro de 1938

É digno de registro a visita de um francês às suas dependências. Perguntou ele ao gerente se ali se servia frango à fricassê. Receita francesa que consiste no preparo do frango partido em pequenos pedaços, cozido em fogo brando com cebola, salsa, pimenta, noz moscada e outros temperos.

O gerente consultou o maitre que se especializara na Colombo. Respondeu-lhe que sim, mas que precisava de pelo menos um dia para preparar a iguaria. Como se processou? Torceu o maitre o pescoço do frango até a morte e colocou-o pendurado sobre o fogo, pelo processo de defumação. No dia seguinte, as penas todas caíram e ele procedeu ao seu devido preparo. O francês, à hora aprazada, serviu-se da encomenda, degustando com prazer cada pedaço.

Tempos depois a Confeitaria foi destruída pelas chamas. Em 1964, pelo Decreto nº 173, uma rua desta cidade passou a chamar-se Irmãos Faleiros.



Cine Capitólio visto da Av. Rui Barbosa, atual Tancredo Neves

Referências

CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del-Rei. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982 – 2v

GUERRA, Antônio. Teatro, circo, música e variedades em são joão del-rei 1717 a 1967. Sociedade Propaganda Esdeva – Lar

Católico – Juiz de Fora

Jornal A Tribuna de 1914 a 1938

Jornal Diário de Comércio, ano de 1938

Depoimentos e relatos orais de familiares e de amigos da família Faleiro.

Depoimentos e relatos orais de Welerson Itaboray “Lilinho”

Algumas elucubrações sobre o distrito de São Sebastião da Vitória, sobre a falta de documentos, sobre a Memória Oral e a necessidade de "Falarmos do nosso Quintal"

José Antônio de Ávila Sacramento

*À memória de **Sebastião Alexandrino de Ávila** (1928-2008) e dos meus antepassados que nasceram no sub-burgo são-joanense de São Sebastião da Vitória*

Este escriba sempre acreditou que uma melhor compreensão das diversas estruturas setecentistas e oitocentistas dos nossos arraiais pode ser importante para o entendimento da formação social das atuais cidades. Sempre considerei que as referências rurais ainda estão muito presentes na formação das identidades culturais dos atuais sítios urbanos, principalmente no que se refere à relação dos nossos distritos com a cidade de São João del-Rei, assim como acontece entre outras plagas destas "muitas Minas"[38].

O desenvolvimento satisfatório de uma cultura tornar-se-á cada vez mais visível e consistente a partir do momento em que a população se reconhecer através da sua história e, assim, passar a ter a autoestima elevada e se interessar em percorrer, sem ressalvas, as várias facetas das nossas ancestralidades.

---

38 João Guimarães Rosa (1908-1967) escreveu: "Minas são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais".

A filósofa judaico-alemã Hannah Arendt (1906-1975), mais conhecida como a "pensadora da liberdade", entendeu que o importante na retomada do passado é a possibilidade de narrar experiências que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos contemporâneos, encontrando correspondências entre o passado e o presente. A História deve buscar o passado fragmentado e não transmitido pela tradição, composto pelas memórias esquecidas, aquelas que somente podem ser contadas pelos que pertenciam às causas derrotadas ou minoritárias. O tempo presente não pode esquecer e nem domesticar o passado; mas a tentativa de recuperar o passado é a mais importante garantia de que tenhamos um sentido para o presente. Ao recorrermos à memória dos relatos e dos testemunhos das épocas passadas, estaremos transformando essas narrativas em História e fazendo com que o que era um mero "amontoado de fatos" ganhe mais sentido. O narrador da história deve ser aquele que procura um sentido nas ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. A importância do narrador não está em criar uma imagem do passado, tirando-lhe a autenticidade, mas em transformá-lo numa experiência única e que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente. Um sentido histórico só pode ser apreendido se o acontecimento passado for interrogado[39].

---

39 "A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo o ofício é

Assim, lembrando daquilo que Aleksandr Púchkin disse e que Tolstói repetiu por muitas vezes: "quer ser universal, conheça primeiro o seu quintal"[40], ouso começar a escrever alguma coisa sobre o distrito são-joanense de São Sebastião da Vitória. Inicio esta "escrevinhação" registrando algo, registrando alguma coisa, ainda que de maneira elementar, a respeito das origens das devoções ao mártir São Sebastião e Nossa Senhora das Vitórias (ou Nossa Senhora da Vitória), oragos do local[41].

Sebastião nasceu em Narbona, na França, no final do século III. Há quem o tenha como italiano, nascido na cidade de Petrória ou Milão; Santo Ambrósio afirmava que ele era milanês de nascimento. Sebastião alistou-se no serviço militar de Roma e tornou-se um dos oficiais prediletos do Imperador Diocleciano e comandante da sua guarda pessoal. Valendo-se de seu alto posto militar, fazia visitas frequentes aos cristãos que se encontravam presos e prestes a serem levados ao

---

lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca..." (HOBSBAWM, 1995).

40 A assertiva "seja universal, fale do seu quintal" é comumente atribuída ao escritor russo Liev Tolstói. Mas o autor da frase foi o poeta, prosador e dramaturgo russo Aleksandr Púchkin. Há registro de que um jovem escritor russo procurara por Púchkin, indagando dele como fazer com que um romance se tornasse universal? Púchkin respondera: "Queres ser universal? Fale sobre o seu quintal" (ou sobre a sua aldeia). O jovem escritor que consultou a Púchkin era Nikolai Gogol, autor do romance "Almas Mortas", obra-prima da literatura universal.

41 Os hagiotopônimos (localidades com nomes de santos) proliferaram em todo o Brasil, especialmente no Estado de MG.

Coliseu, onde certamente seriam devorados por leões ou mortos em lutas com gladiadores. A fama de benfeitor dos cristãos se espalhou e fez com que Sebastião fosse denunciado por um soldado. Assim, o Imperador tentou fazer com que Sebastião renunciasse ao cristianismo; ele não negou a sua fé e foi condenado à morte. Então, foi amarrado a um tronco de árvore e alvejado com flechadas e o deixaram a sangrar para morrer. À noite, algumas mulheres foram ao lugar da execução para recolher o corpo e dar-lhe sepultura, mas notaram que Sebastião ainda estava vivo. Então, elas o levaram e cuidaram de seus ferimentos. Restabelecido, Sebastião voltou a disseminar abertamente o cristianismo e, ao se apresentar para Diocleciano, pediu-lhe para que deixasse de perseguir os cristãos. Ignorando os pedidos de seu ex-oficial, o Imperador ordenou que Sebastião fosse espancado até a morte e que seu corpo fosse jogado nos esgotos da cidade de Roma. Uma mulher chamada Luciana, mais tarde Santa Luciana, retirou-o das cloacas romanas e sepultou-o nas catacumbas. O dia consagrado a São Sebastião é o 20 de janeiro, pois se acredita que este foi o dia da morte dele, no ano de 288. A iconografia de São Sebastião é bastante reconhecida: o Santo, que passou a ser venerado contra os males da peste, fome e guerra, é apresentado seminu, atado a uma árvore e com o corpo crivado de flechas.

Sabe-se que um mesmo episódio histórico deu origem ao título de Nossa Senhora das Vitórias, de Nossa Senhora Auxiliadora e de Nossa Senhora do Rosário; são títulos considerados trigêmeos e se referem à vitória na batalha dos cristãos sobre os turcos maometanos, em Lepanto[42]: Nossa

---

42 A batalha foi travada no Golfo de Lepanto (Grécia). Acredita-se

Senhora Auxiliadora – por causa do seu auxílio aos cristãos na referida batalha, Nossa Senhora do Rosário – por causa de uma das armas usada ter sido a do Santo Rosário e da(s) Vitória(s) – por causa da grande vitória final, no golfo de Lepanto, assim eternizadas com o epíteto "Auxilium Christianorum". Além do nome Nossa Senhora das Vitórias, o povo cristão também homenageia a Mãe de Deus com o título de Nossa Senhora de Lepanto. O título de Nossa Senhora da Vitória foi dado a Maria pelo papa Pio V, depois da Batalha de Lepanto, ocorrida em sete de outubro de 1571, por estar firmemente persuadido de que essa vitória fora obtida por uma particular proteção da Virgem Maria. Há registro de que no mesmo instante da vitória obtida em Lepanto, o Papa Pio V e o seu tesoureiro estavam reunidos em Roma, na sala do Consistório; de repente, o papa se levantou, foi até a janela, olhou para o céu e falou: "Ide com Deus. Agora não é hora de tratar dos negócios, mas sim de dar graças, pois nossa esquadra acaba de vencer". O registro desse acontecimento consta do processo de canonização de São Pio V[43]. O dia consagrado a Nossa Senhora das Vitórias e a Nossa Senhora do Rosário é o sete de outubro; a celebração de 24 de maio é dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora e remonta ao pontificado do Papa Pio VII, relembrando da sua libertação do cativeiro, por Napoleão, em 1814, quando retornou

---

que, no fragor da batalha, os soldados adversários tinham avistado acima dos mastros da esquadra católica, uma Senhora que os aterrava com seu aspecto majestoso e ameaçador.

43 Pio V nasceu em 1504 em Bosco, Itália, de nobre família Ghislieri. Foi canonizado por Clemente XI. Pio V morreu em 15 de maio de 1572, tendo seu pontificado durado seis anos e três meses; seu corpo descansa na Igreja de Santa Maria Maggiore (Roma).

triunfalmente a Roma, retomando o poder pastoral.

Nossa Senhora da Vitória (ou das Vitórias) ou Santa Maria da Vitória são devoções antigas no Brasil. Quando Tomé de Souza, primeiro governador-geral veio para o Brasil, em 1549, já encontrou junto à cidade de Salvador uma capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória. Existiu também a antiga Vila de Nossa Senhora da Vitória, embrião da atual cidade de Vitória (fundada em 1551, pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, na então Capitania do Espírito Santo), capital do estado capixaba. A iconografia de Nossa Senhora da Vitória e de Nossa Senhora das Vitórias é menos conhecida em comparação com as invocações Rosário e Auxiliadora. Nossa Senhora da Vitória é representada de pé, com o Menino Jesus no braço esquerdo e segurando uma palma na mão direita; veste túnica coberta por um manto enfeitado com desenhos dourados; sobre o véu usa uma coroa, que aparece também na cabeça de seu filho. Nossa Senhora das Vitórias é representada de pé, vestida com túnica branca e manto azul envolvendo o corpo; ampara com as duas mãos o Menino Jesus, já grandinho e de pé sobre um globo terrestre, colocado ao chão, à direita de Maria. Ambos estão coroados.

Segundo a tradição oral, embora não seja essa a hipótese mais provável, o nome do distrito de São Sebastião da Vitória teve sua origem ligada à Guerra dos Emboabas, conflito entre paulistas e portugueses, ocasião em que os últimos comemoraram a vitória, em 1709, fincando uma grande bandeira vitoriosa e outras, menores, a aproximadamente 6 km da atual sede distrital, localidade até hoje conhecida pelo nome

de Povoado ou Alto das Bandeirinhas[44]. Mesmo não havendo fundamentação documental desses fatos, especialmente ao episódio referente à Guerra dos Emboabas que possa ter acontecido no Distrito, achei importante registrá-los aqui como minha homenagem à memória oral daquele povo[45].

Quanto à polêmica em torno da utilização da oralidade como fonte histórica, atualmente já é possível atribuir-lhe uma importância que antes era negada. O reconhecimento desta tradição como válida contrapõe-se aos registros escritos de caráter unívoco e contribui para subverter a "memória do rei", questionando, de certa forma a história oficial, tida como "verdadeira". Não seria, então, a história oral, fonte ou forma qualificada para dar conta da vivência e da formação social das nossas comunidades rurais, tão desprovidas de fontes documentais? A nossa memória oral pode ser um formidável libelo para a reconstrução da realidade. Se uma tensão for fomentada para desqualificar as concepções, as práticas, os depoimentos e os saberes populares, creio que abriremos espaços restritos aos círculos acadêmicos formais e daremos aval apenas aos especialistas que muitas vezes podem estar afetivamente identificados com os vencedores. Se houver essa "identificação afetiva com o vencedor", será produzida uma

---

44 A própria Guerra dos Emboabas ainda é um episódio que não está bem esclarecido.

45 Tradição oral ou memória oral é a preservação de histórias, lendas, usos e costumes, através da fala. É muito mais um testemunho, privilegia o que se sabe por ouvir dizer ou a informação que se tem por conhecimento próprio, sem fundamentação em fontes primárias. É o escrever a história com a "voz" dos seus próprios atores, transmitida de geração em geração.

narrativa histórica que no dizer de Walter Benjamin[46], "não tem cessado de vencer". Negar aos mais simples o direito de contar as suas histórias foi e ainda pode ser um instrumento de dominação.

Há de se considerar que antigamente, no Brasil periférico da zona rural, principalmente nos "sertões" destas "muitas Minas", a maior parcela da sociedade era constituída de pessoas iletradas, semianalfabetas ou analfabetas; mesmo que assim não o fosse, a população rural não reconhecia e nem valorizava os registros memoriais documentais. Destes fatores decorreu uma infeliz falta de documentos escritos sobre a nossa história distrital.

Sabemos que muitos dos registros documentais se perderam, alguns foram propositalmente destruídos, doados ou comercializados ilegalmente, e boa parte ainda se perde ou repousa em um canto qualquer, corroída diariamente pela ação do tempo, por térmitas, ratos ou pelas goteiras. Os documentos que ainda resistem estão, em sua maioria, em locais "incertos e não sabidos"; e quando são encontrados é preciso ajuntálos cuidadosamente para que não se desintegrem, como se fossem cacos arqueológicos. Outros documentos pertencentes ao município de São João del-Rei, não só os rurais, mas também os

---

46 Walter Benjamin (1892-1940), pensador alemão (de família judaica) ligado à Escola de Frankfurt; em suas obras, apresenta um forte cunho político com a influência e crítica das três principais correntes político-econômicas do século XX: o Capitalismo, o Socialismo e o Nazi-fascismo. Seu método historiográfico "desmontou e remontou os fatos históricos como textos e fragmentos, buscando nova correlação textual, a fim de descobrir as intenções escondidas dos grupos".

urbanos e/ou eclesiásticos, para a nossa tristeza, foram desviados em épocas remotas ou recentes, de má-fé, atendendo a interesses pessoais, comerciais e escusos.

Com os documentos acontece mais ou menos a mesma coisa que acontece com outros patrimônios culturais: tudo é tramado na "calada da noite", assim como registrou a filósofa Marilena Chauí: "em 1989, numa madrugada silenciosa, a Avenida Paulista foi sacudida por um ruído que quebrou as vidraças, tremeu a terra e assustou os cidadãos. Membros da família Matarazzo haviam tentado implodir a mansão para poder negociar o terreno mais valioso da cidade de São Paulo". Depois disso a mansão começou a ruir aos poucos, sob a desconfiança de que as suas colunas haviam sido danificadas. Mais tarde, em 1996, a mansão foi totalmente demolida... Aqui em São João del-Rei não foi diferente; para citar apenas um fato, lembremos que em 1970 um afoito padre derrubou a primitiva igreja do Sr. Bom Jesus de Matosinhos[47]...

---

47 Em São João del-Rei, não temos apenas exemplos de sorrateiras demolições de casarões no mesmo estilo do da família Matarazzo; além da derrubada da Igreja de Matosinhos, um crime, já que ela era tombada em nível federal (processo nº 68- 38/SPHAN, com inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes, Vol. 1, fls.2, data de 04 de março de 1938), também temos notícias do desaparecimento de muitos documentos importantes. Alguns pequenos exemplos: uma biblioteca que pertenceu ao padre Miguel Afonso de Andrade Leite, a despeito das lamuriosas advertências minha e do prof. Oyama de Alencar Ramalho, desapareceu da casa onde viveu o virtuoso sacerdote, no distrito de São Miguel do Cajuru; não se sabe e certamente nunca mais saberemos se ela abrigava raridades. O livro que traz o Assentamento de Batismo do nosso conterrâneo Joaquim

Então, como tentar recuperar a memória ou recompor a História? Há que se desencastelar de posições tradicionalistas e tentar reconstituir essa parte "faltante" da nossa memória com a maior fidelidade possível, usando da oitiva de narrativas orais que são passadas de geração em geração, mesmo que estes depoimentos não sejam objetos do interesse imediato dos arquivistas ou documentalistas. Cada comunidade tem na memória os acontecimentos que são os pontos de amarração de sua história, como bancos de dados que são transmitidos de geração em geração.

As relações orais entre a memória e a história já foram mais contestadas, mas atualmente, felizmente, se abrem para a

---

José da Silva Xavier, o "Tiradentes", foi vendido ilegalmente por Samuel Soares de Almeida para a Biblioteca Nacional (RJ), juntamente com outros documentos sobre Tiradentes, em dezembro de 1938, pelo valor de 6:000$000 de réis. O primeiro livro de atas da Academia de Letras local e outro muito mais recente estão desaparecidos. O primeiro livro de atas da OAB de São João del-Rei, contendo a assinatura do Dr Tancredo Neves, também está desaparecido, segundo informação de Wainer Ávila. Por onde será que anda o original do Auto de Levantamento da "Villa de São João d'El-Rey"? Alguns registros dos Livros de Termos da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco foram datilografados pelo monsenhor José Maria Fernandes; onde estarão os originais? Partituras e outros acervos musicais foram extraviados; se pudesse nos dizer algo, o que nos diria sobre este assunto o reconhecido e renomado pesquisador Curt Lange? O livro que contém o assentamento de batismo de Francisca de Paula de Jesus (Nhá Chica) estava desaparecido; este, como que por um milagre, foi devolvido anonimamente ao monsenhor Sebastião Raimundo de Paiva, na Paróquia do Pilar.

aceitação de testemunhos verbais, não os desqualificando, mas os adotando como fontes importantíssimas para preenchimento das lacunas que foram deixadas pela precariedade ou pela inexistência de documentos escritos.

Assim, acredito que a tradição oral, na falta de fontes documentais escritas, pode ser utilizada na recuperação da história distrital são-joanense, constituindo-se em instrumento de (re)construção da identidade dos nossos antepassados, aquela gente "da roça" que "mal sabia rabiscar o nome". Àqueles rurais estavam excluídos os entendimentos de que os documentos escritos são os que "falam por si" e são as boas e necessárias provas dos acontecimentos. Não era usual para aquela gente o uso de documentos escritos. Nos tais "sertões" de Minas não havia quase escritos, a não ser alguns testamentos e, a partir de 1854, registros de terras que era realizado pelos vigários (todos os "donos" de terras, sesmeiros ou simples possuidores, deveriam declará-las aos padres de suas paróquias). Era uma sociedade oral, onde o conhecimento era transmitido para os ouvidos, de boca em boca; as mãos grossas e calejadas não estavam aptas e nem bem preparadas para segurar as penas e os papéis; costumavam, com muito mais ânimo e alegria, manejar enxadas, debulhar grãos, socar no pilão, segurar os cabos dos relhos, lavrar madeiras, trançar laços de couro cru e segurar os chifres dos bois, esvaziar os úberes das vacas ou guiar as cabeças dos arados... Era a sociedade do trabalho e também da conversa, à noitinha, no rabo do fogão a lenha, ou no domingo, após a celebração da missa no arraial. Assim, nos tempos atuais, creio que será conversando com as pessoas desse meio que buscaremos saber como foi o passado delas, quem foram e quem são, além de querermos, também,

saber quem somos, pois como perguntou Walter Benjamim: "não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa...". Com efeito, na roça, a memória girava em torno da transmissão oral das experiências que eram relembradas de geração para geração. A palavra tinha um sentido muito sagrado. É importante relembrar que até mesmo para garantir a ética dos negócios, não se usavam papéis escritos; muitas das vezes era comum, conforme sabemos, na civilização rural, o simples uso do "fio do bigode" para oficializar um acordo[48].

Em São Sebastião da Vitória, dentre todas as outras fazendas[49], destacava-se a antiga Fazenda da Vitória, pertencente a Francisco Ribeiro da Silva, vulgo "Chico Nenê", porque se acredita que foi dentro dela que começou o arraial. O

---

48 Na zona rural, um acordo quando firmado, principalmente nos séculos XVIII, XIX (e até mesmo no XX), era avalizado pela entrega de um fio do bigode do devedor ao credor, em garantia do que havia sido contratado. Este costume nos lembra dos bons tempos em que a boa-fé de uns raramente era embaída por outros; assim, não havia a necessidade imperiosa de se precaver com a assinatura de contratos e outros documentos.

49 Antes de 1850 o território que constituía o atual distrito, segundo pesquisas de Sebastião Alexandrino de Ávila, consistia em "uns dez latifúndios pertencentes às famílias: Velho (moradores do Engenho de Serra), Baía, Lavra (na divisa com S. Miguel do Cajuru), Amaral, Moreira e Ávila (ambos entre S. Sebastião da Vitória e S. Miguel do Cajuru), Ribeiro da Silva (moradores da atual Vila e seus arredores), Batista, Abreu, Severino, Vale e Paiva".

filho mais velho de Francisco e Possidônia, Eugênio Ribeiro da Silva, vulgo "Papageno"[50], pode ser considerado o "fundador" do atual distrito de São Sebastião da Vitória, que começou a florescer ao redor de sua residência, nas terras recebidas de herança paterna.

Nos primórdios, segundo relato de Sebastião Alexandrino de Ávila[51], o arraial era simples, com poucos fogos e almas. Havia a rua principal, comprida, atravessando o povoado. Outras duas ruas, menores, denominavam-se "Rua de Baixo" e "Rua do Pito Aceso", além de uma ruela, o "Beco do Sr. Messias". A "Rua do Pito Aceso" era assim conhecida porque nela moravam alguns negros idosos, oriundos da Fazenda do Rincão e da Fazenda Vitória (de "Chico Nenê"). Aqueles negros se reuniam à tarde-noite, na porta de seus casebres de pau-a-pique, contavam casos de assombração,

---

50 "Papageno" casou-se com Zeferina Cândida de Jesus e faleceu em 03 de novembro de 1944, com mais de 100 anos. Sua casa não mais existe, mas ficava quase no centro do arraial, à margem da estrada boiadeira, em uma colina. Teve duas irmãs: Joana d'Arc Ribeiro da Silva e Ana Maria Ribeiro da Silva. É curioso observar que "Papageno" é também o nome de um personagem fictício da ópera A Flauta Mágica, de Mozart.

51 Sebastião Alexandrino de Ávila nasceu em S. Sebastião da Vitória, no ano de 1928, Era pesquisador da nossa história distrital, promotor de justiça e sócio correspondente da Academia de Letras de São João del-Rei. Residia em Prata, cidade do Triângulo Mineiro. Faleceu aos 15 de janeiro de 2008. Numa de suas últimas visitas a São João del-Rei ele me entregou algumas anotações históricas e me fez o pedido de que, caso necessário, eu as "aproveitasse da melhor maneira possível". É o que estou fazendo ao escrever este artigo.

trançavam laços e cordas em couro e fumavam seus abrasados cachimbos de barro e cigarros de palha, daí o nome de pito aceso! Durante a noite era costume organizarem-se danças nos terreiros, aos sons de cordas e percussão.

Antes de existir a primitiva igreja, a assistência religiosa em São Sebastião da Vitória era prestada preferencialmente pelos vigários de São Miguel do Cajuru, dentre eles o Pe. Isidoro Corrêa de Carvalho e Pe. José Bonifácio dos Santos, que celebravam as missas em um altar portátil[52]. Por volta de 1889, o Pe. Francisco Sales Torga foi o religioso do local, até ser nomeado seu sucessor, o Pe. Francisco Goulart, que atendeu aquele povo de 1920 até 1924. Em 1930 assumiu a paróquia o Pe. Pedro Francisco Onclin e em 1942 o Pe. Miguel Afonso de Andrade Leite. A partir de 1952, assumiram: Pe. Lopes, Pe. Lúcio José dos Santos, Pe. José Roberto Vale da Silva (1988-1989), Pe. Fábio Rômulo Reis (1989-1993) e em 1995 assumiu o Pe. Sílvio Firmo do Nascimento, que é o vigário atual.

Em 28 de abril de 1880, o Pe. José Bonifácio dos Santos solicitou a autorização ao então bispo de Mariana, D. Antônio Maria Correia de Sá Benevides, para edificação de uma capela que seria filial da Capela de São Miguel do Cajuru. O povo se uniu e, com muito trabalho e sacrifícios, foram organizados variados eventos em benefício da construção do templo (nessas horas, como ainda é costume, as listas correm,

---

52 Antigamente, alguns padres tinham licença privilegiada para o uso do altar portátil, em função de suas constantes e penosas viagens evangelizadoras; onde não houvesse capela e nem igreja, celebravam a Missa em uma pequena pedra retangular.

os moradores colaboram como podem e os recursos sempre aparecem!). Foi também construído um cemitério, anexo à Capela. A Capela de Nossa Senhora das Vitórias foi elevada à categoria de Matriz de São Sebastião, através do Decreto Canônico de D. Helvécio Gomes de Oliveira (Arcebispo de Mariana) em 25 de março de 1925; o Cônego João Batista da Trindade, então vigário de Conceição da Barra de Minas, foi designado para dar assistência à paróquia recém-criada; passava uma quinzena em São Sebastião da Vitória e outra em Conceição da Barra, transitando entre as duas localidades a cavalo.

Continuando o meu relato distrital, é aceitável que as origens das devoções e dos nomes São Sebastião e Vitória, nas suas hipóteses mais prováveis, tenham aparecido pelo fato de o Santo ser o padroeiro dos fazendeiros e da lembrança da velha fazenda da Vitória, e, também, foi sedimentado a partir da construção da primeira capela, denominada Nossa Senhora das Vitórias, inaugurada em 04 de outubro de 1884, pelo do Pe. José Bonifácio dos Santos, então vigário de São Miguel do Cajuru. Da comissão construtora daquela primitiva igreja, com o tradicional campanário construído separado do seu corpo, fizeram parte os senhores Antônio Francisco da Silva, José Pedro de Ávila, José Lopes da Silva, Pedro Minas Camargo, João Pedro de Ávila e Olímpio Moreira de Carvalho, dentre outros.

A atual matriz, bem mais nova, mais ampla e confortável, teve sua construção iniciada em 19 de março de 1961, graças aos esforços do Pe. Antônio Batista Lopes, com a ajuda do povo. Em 19 de janeiro de 1964 foi então inaugurada a obra. Neste dia, com pompa e circunstância, foi transportada a

imagem do glorioso São Sebastião, da igreja antiga para a nova. Embora sem confirmação, ouvi dizer desde criança que na nova Matriz há (ou havia?) uma relíquia do mártir São Sebastião, um pedaço de osso, conseguido em Roma por D. Delfim Ribeiro Guedes, finado bispo da Diocese de São João del-Rei.

Em todos os arraiais eram organizadas as irmandades e não foi diferente em São Sebastião da Vitória. Uma antiga associação — Damas do Sagrado Coração de Jesus — foi criada em 07/08/1921 pelo Pe. Francisco Goulart, então vigário de São Miguel do Cajuru. Essa Associação transformou-se na Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, mais conhecida como "Apostolado da Oração". A Associação das Filhas de Maria foi criada em 1953 e a Irmandade do S.S. Sacramento em 1965. Há Conferências Vicentinas; e o Centro Social São Sebastião foi inaugurado em 1967 para prestar assistência médica aos carentes, tendo celebrado seu primeiro convênio com o extinto FUNRURAL, em 1968.

A primeira Semana Santa foi realizada externamente em 1964, com a aquisição das imagens do Senhor dos Passos, de Nossa Sra. das Dores e do Senhor Morto, providenciadas pelo Pe. Antônio Domingos Batista Lopes. A festa do padroeiro daquele distrito acontece em vinte de janeiro, quando há novenário solene, missas e procissão do padroeiro. Era e ainda é característica dessa festa a apresentação das Folias de São Sebastião, a promoção de leilões de gado e de prendas miúdas.

O primeiro vigário residencial do Distrito foi o dinâmico Pe. Antônio Domingos Batista Lopes, empossado em 18 de abril de 1952. Foi a partir dessa data que o Distrito começou a conquistar alguns melhoramentos substanciais. O binômio "Pe. Lopes - São Sebastião da Vitória" ficará por todo

o sempre gravado positivamente na memória dos locais, sobretudo daqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Pe. Lopes nasceu aos 04 de agosto de 1921, ordenou-se em 08 de dezembro de 1956 e faleceu no dia 30 de novembro de 1988. Está sepultado dentro da igreja do distrito. Vale dizer que sob o comando político de Tancredo de Almeida Neves a representação política da Vila coube ainda que oficiosamente ao Sr. Sebastião Procópio de Carvalho, que mantinha uma perfeita comunhão de ideias com o Pe. Lopes, e este, por sua vez, gozava de muito prestígio junto aos políticos.

Numa época em que a Igreja ainda era bem mais conservadora, o Pe. Lopes era bastante procurado por pessoas que desejavam receber os sacramentos que eram negados por outros sacerdotes tradicionalistas. Sem muitos rodeios ele batizava filhos legítimos ou naturais, perdoava os pecados, casava[53], fazia funerais, celebrava e dava unções, indistintamente. Dizem que o Pe. Lopes atuava como um bom

---

53 Principalmente na roça, quando os pais da moça não concordavam com o casamento, ela, caso ficasse descontente, para afrontar a família, quase sempre fugia com o amado, geralmente durante a madrugada. Falava-se que o namorado tinha "roubado a moça" e a situação era embaraçosa para as famílias. Sem condições de correr os papéis para o casamento civil, o casório perante a Igreja era negado pela maioria dos sacerdotes. Lembro-me que do Distrito de São Miguel do Cajuru já saíram casais nesta situação para serem abençoados pelo Pe. Lopes em São Sebastião da Vitória, com padrinhos arranjados às pressas, noivo sem terno, noiva sem vestido branco, sem buquê de flor de laranjeira e cerimônia sem festa. O padre colocava a estola no ombro dos noivos e os declaravam casados perante o Deus e a "Santa Madre Igreja"!

emissário de Deus; tal como o Cristo, ele parecia sempre se manifestar acima de quaisquer ressalvas, intolerâncias ou preconceitos. Desconsiderava diferenças de raça, credo, cor da pele, situação econômica, nacionalidade, beleza, escolaridade e outros padrões. Sua ação sacerdotal declinava da observação destas diferenças, para bem cumprir o seu livre ministério sacerdotal evangelizador, acolhendo a todos com humildade e disponibilidade. Quem o conheceu, sabe bem do que estou falando.

O ato oficial de criação do distrito remonta à época em que o governador do estado era Chrispim Jacques Bias Fortes. À época, foi nomeado o Sr. José Lopes da Silva para titular do Cartório de Registro Civil. Depois, assumiu José Lopes de Ávila (que tomou posse em 02 de maio de 1936 e trabalhou até 18 de outubro de 1966) e Janir Lopes de Ávila (de apelido "Nini") que assumiu o cartório interinamente, até o final do ano de 1968. O primeiro registro de nascimento lavrado foi o de José Batista de Carvalho, vulgo "Zeca do Curtume" e o primeiro casamento civil foi o de Maria da Conceição de Carvalho. Em 1968, tomou posse com escrivã Afonsina de Andrade Leite.

A primeira iluminação incandescente do local aconteceu em 1953/4, através da energia gerada por um motor a óleo, instalado nos fundos da Casa Paroquial, pelo Pe. Lopes. O abastecimento d'água sempre foi um dos grandes problemas do distrito. Há notícias de que o Dr. Basílio de Magalhães tentou dotar a localidade de água potável e encanada, mas que, por motivos políticos, ainda nebulosos, sua pretensão não alcançou êxito. Um rudimentar abastecimento d'água foi mantido durante anos, através de carneiro hidráulico e, depois, através de bomba

movida a diesel, ambos providenciados pelo Pe. Lopes; em 1962, o prefeito Nelson José Lombardi instalou bomba hidráulica elétrica, aposentando de vez o bom e velho carneiro. Contudo, a distribuição de água foi solucionada de modo mais satisfatório com a iniciativa do prefeito Octávio de Almeida Neves[54], em 1977, ocasião em que foi construído um novo depósito com boa capacidade de distribuição (cerca de 180 mil litros/dia).

O primeiro "professor leigo"[55] que o distrito conheceu foi José Lopes da Silva, homem de boa cultura para aquela época. Era remunerado pelos pais dos alunos e oferecia instrução em sua própria casa. Depois dele, da mesma forma, prestou assistência educacional informal o professor Domingos Soriano, que foi sucedido pelo professor Virgílio Gurgel. Desde 1909, o ensino foi mantido pelo Estado. A primeira professora foi a Sra. Ernestina Pacheco de Barros, que regia a Escola Mista São Sebastião. Lecionaram na localidade, além de outras normalistas, Alzira de Melo, Izabel da Conceição Pereira, Mercedes Borges de Oliveira... Em novembro de 1933, através de doação de terreno pelo Sr. Olímpio Moreira de Carvalho e com a ajuda do coronel José Pedro Teixeira, Luís Ávila e outros, o prefeito José do Nascimento Teixeira inaugurou o prédio escolar que até hoje, em sua homenagem, leva o nome de Escola Estadual Nascimento Teixeira (conforme Decreto

---

54 Irmão de Tancredo Neves, foi prefeito de São João del-Rei de 31 de janeiro de 1977 a 25 de janeiro de 1983. Teve como vice-prefeito o nosso confrade honorário Dr Euclides Garcia de Lima Filho.

55 Era uma espécie de "docente" que exercia a função sem que possuísse a habilitação formal mínima exigida; eram bastante comuns esses professores na zona rural.

Estadual 7518, publicado no Minas Gerais de 10 de março de 1964). Em 1934, instalou-se a Escola Primária local, sob a direção da Normalista Benvinda da Conceição Ferreira, coadjuvada por sua mãe Josefina Ferreira e sua irmã Margarida Maria Alacoque. Em 1942, foi criada mais uma sala de aula, regida pela Prof.ª Ana Lopes da Silva, e em seguida por Afonsina de Andrade Leite. Foram mestres no distrito as normalistas Vicentina Ávila, Bernadete Andrade Leite, Nice Andrade Leite e José Maria Rodrigues de Oliveira, além de um hoje expandido e competente número de professores. No múnus de inspetores escolares, destacaram-se: Olímpio Moreira de Carvalho, José de Oliveira Lima, José Lopes da Silva Filho, José Hipólito do Nascimento, Miguel Augusto Teixeira, Sebastião Procópio de Carvalho, Otaviano José de Oliveira, Silvério Ribeiro de Carvalho, Francisco Augusto Teixeira e Pe. Lopes.

No Distrito estão em funcionamento as seguintes escolas rurais municipais, mantidas pela Secretaria Municipal de Educação (Prefeitura de São João del-Rei): E.M. José Ribeiro da Silva (na região do Valo Novo/Mato Grosso); E. M. José Virgílio Leite (na Vila de Caquende – escola fundada em 1902); E.M. João Batista Trindade e Silva (na região do Cruzeiro da Barra); E. M. João Batista de Santana (no Engenho de Serra); E. M. do Tejuco (no povoado do Tijuco[56]); E.M. do

---

56 "A palavra "tijuco" é substantivo comum, sinônimo de charco, e refere-se a qualquer terreno pantanoso, lamacento, lodoso, que atola. Deve escrever-se com "i" – tijuco – e não com "e" – tejuco – como, ás vezes se diz ou se escreve erradamente. Torna-se substantivo próprio quando aplicado especificamente a uma povoação ou bairro de uma cidade, como em São João del-Rei, e, nesse caso, logicamente

Januário (no povoado de mesmo nome) e o Pré-Escolar Municipal Sementinha (situado na sede do distrito).

O virtuoso Padre Miguel Afonso de Andrade Leite (1912-1976), nascido no distrito de São Miguel do Cajuru, como era de costume, atendia a diversas capelas rurais; assim, prestou assistência religiosa ao povo de São Sebastião da Vitória, principalmente entre os anos de 1942 e 1951[57]. O referido padre já teve seu processo de canonização requerido e o assunto está em tramitação na Diocese de São João del-Rei. São Sebastião da Vitória, no ano de 1947, foi palco de um dos

---

com inicial maiúscula. No Rio de Janeiro também há um bairro denominado Tijuca, no feminino. Mas sempre deverá ser escrito Tijuco ou Tijuca, nunca Tejuco ou Tejuca. Do mesmo modo, a cidade de Diamantina, no tempo em que era um arraial, se chamou Arraial do Tijuco. O bairro são-joanense recebeu esse nome devido ao fato de existir, antigamente, na região um terreno baldio e pantanoso, onde também ocorriam os nomes de Betume e Barro Preto. Local de areias escuras e oleosas, composta de hidrocarboneto. No local havia um cruzeiro, ao qual se refere Lincoln de Sousa em seu livro Contam que. Um documento de 1806 já citava a Chácara do Betume e do Morro do Cascalho, por onde transitava a antiga estrada e servidão pública" (conforme escreveu o prof. Antônio Gaio Sobrinho – in: Jornal da Associação Sãojoanense dos Aposentados e Pensionistas/ASAP, São João del-Rei - MG). O dicionário HOUAISS não registra Tejuco, mas sim Tijuco, indicando a bibliografia da datação: "Padre Fernão Cardim. Enformação da Missão do Pe. Cristóvão de Gouvêa às Partes do Brasil no anno de 83 (datada de 16 de outubro de 1585)"

57 Um arrazoado mais detalhado sobre a vida e obra religiosa de Pe. Miguel está publicado no vol. 1 da Revista da Academia de Letras de São João del-Rei, ano 2005, páginas 113 a 125.

mais inusitados fatos ocorridos com o padre cajuruense. Numa festa política, José Ascendino queria entrar sem ter sido convidado. João Pereira da Silva, vulgo "João Pataca", que era uma espécie de porteiro na casa onde acontecia a reunião, impediu a entrada de José Ascendino; este, irritado, depois de uma discussão, desferiu-lhe várias facadas nas costas, vindo a perfurar-lhe os pulmões, ocasionando-lhe a morte. Quatro médicos que estavam participando da festa[58], apesar de o socorrerem imediatamente, nada puderam fazer e só atestaram a morte imediata de "João Pataca". Pe. Miguel fora chamado para ver o defunto e não se conformou que ele tivesse morrido sem receber a comunhão e, principalmente, sem ter perdoado ao assassino. Assim, para espanto geral, o padre começou a ordenar com veemência que "João Pataca" perdoasse a José Ascendino. Ocorreu um assombro geral, inclusive dos ditos médicos, pois, depois de meia hora do ocorrido, o defunto ergueuse, recebeu a comunhão e disse um sonoro "sim" ao perdão que lhe fora solicitado pelo padre; depois disso, voltou a dar um último suspiro. Testemunhas deram seus depoimentos de que mediante um silêncio sepulcral, os médicos se retiraram da casa, atônitos, balbuciando que diante do fato que presenciaram deviam "rasgar os seus diplomas"; enquanto isso, o padre permanecia rezando em latim, certamente proferindo a extremaunção ao "João Pataca".

Caquende[59] é uma poética vila do distrito de São

---

58 Os nomes dos médicos: José e Orestes Braga, Aristóteles Barros e Manoel Esteves.

59 O topônimo Caquende ou "Kaquende" pode ser de origem brasílico-indígena ou de origem Iorubá (Nagô), um idioma da família

Sebastião da Vitória. Fica encravada às margens da represa, divisa com o Município de Carrancas; de Caquende atravessa-se de balsa e vai chegar na “Capela do Saco”, povoado cuja origem está ligada a Júlia Maria da Caridade, uma das três ilhoas, antiga proprietária da Fazenda do Saco[60]. Os mais antigos contavam que o surgimento da capela e do arraial do Caquende estão ligados à extração do ouro, suposição que pode ser confirmada, haja vista a existência de um antigo rego d'água que se inicia próximo ao Povoado de Jaguara (Ribeirão da Cachoeira do Bom Retiro), seguindo tortuoso e extenso percurso para que a água fosse depositada num tanque (um grande reservatório) à entrada do Caquende e distribuída para lavagem de ouro nas proximidades (as "catas" que circundavam o lugarejo). A tradição oral dita que a origem do topônimo Caquende seria o vocábulo "Cá-aquém-de", ou seja, 'cá aquém de lá', referindo-se que o lado de cá (o Caquende) estava aquém de lá (da Capela do Saco/Carrancas). Muito há ainda por pesquisar, descobrir e divulgar sobre a história do Caquende…

---

linguística nigero-congolesa, falado na República do Benin e ao sul do Saara - África.

60 A fazenda foi a primeira sesmaria doada pelo rei de Portugal Dom João IV na região. O nome Saco se deve ao formato das curvas do Rio Grande, antes do represamento, que lembravam um saco aberto. D. Júlia Maria da Caridade construiu a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. O ano provável da construção é 1802. A Fazenda do Saco foi vendida e, em 1879, as terras foram doadas à Capela e a quem mais desejasse, formando um povoado. Em 1873 – segundo o livro Três Ilhoas, vol. 2, conteúdo Júlia Maria da Caridade, da autoria de José Guimarães – já existia uma ponte sobre o Rio Grande, fazendo a ligação entre Caquende e a Capela do Saco.

Há registro de que em Caquende aconteceu um outro fato miraculoso, com a interveniência do padre: após a celebração de um casamento, o padre Miguel se dirigiu à casa dos noivos, parabenizou-os e manifestou-lhes o desejo de tomar um copo de vinho. Os recém-casados, gente bastante humilde, não tinham vinho disponível; assim, se sentiram desconfortáveis com a situação e pediram ao padre que esperasse um pouco, pois mandariam procurar nas vizinhanças uma garrafa de vinho para servi-lo. O padre, percebendo a situação, pediu para que ninguém deixasse a sala; virou-se para o filtro de água, orou e fez o sinal da cruz; pediu dois copos e começou a servir aos noivos e as demais pessoas, à vontade. Dizem que todos beberam do vinho, mas ninguém se embriagou. Ao final, o sacerdote também bebeu alguns goles, tornou a fazer o Sinal da Cruz na direção do filtro, e o recipiente voltou a ficar cheio de água. O fato, também atestado por testemunhas, entre as quais um morador do Engenho de Serra, deve ter sido assim como uma reedição do Evangelho de João e das Bodas de Caná![61]

O distrito, que teve as suas terras palmilhadas pelo padre Miguel Afonso de Andrade Leite, em ação evangelizadora, tem também seus atrativos históricos e turísticos. A Represa de Camargos, belo lago artificial originado do represamento das águas do Rio Grande, em 1958, alimenta a usina hidroelétrica de Itutinga (da CEMIG) e banha terras locais; famílias são-joanenses e outras construíram casas de veraneio às margens da represa, onde passam os finais de

---

61 Este registro foi um relato oral de um tal de João Anastácio, segundo Sebastião Alexandrino de Ávila.

semana e feriados, aproveitando-se de pescarias e esportes aquáticos. Velhas fazendas ainda resistem ao tempo.

Atravessa o distrito uma parte do trajeto original do Caminho Velho, fantásticas trilhas bandeirantes e coloniais ligando as cidades de Paraty e Ouro Preto, caminhos que agora, graças ao projeto original "Estrada Real e suas variantes", pensado e formatado pelas mentes luzidias de Áttila Carvalho de Godoy e Oyama de Alencar Ramalho, foram convertidas no produto turístico Estrada Real[62]. Todo o trajeto entre São João

---

62 O produto turístico "Estrada Real e suas variantes" foi idealizado, concebido e formatado em São João del-Rei, através das iniciativas do geólogo Áttila Godoy e do professor Oyama Ramalho. Eles anteviram o valor histórico e o potencial turístico dessas trilhas antes que elas se tornassem famosas e fossem adotadas oficialmente pelo Governo de MG, pela FIEMG e pelo Instituto Estrada Real; atualmente, infelizmente, quase ninguém se lembra do importante trabalho destes dois precursores. A Estrada Real é um dos maiores produtos turísticos do Brasil, senão o maior. São aproximadamente 1.600 km de caminhos, abrangendo municípios de três estados e revelando um riquíssimo patrimônio histórico, artístico, cultural, religioso, gastronômico e ambiental, dentre outros. Stefan Salej, ex-presidente da FIEMG, afirmou que "uma das iniciativas que mais traduzem o acerto das parcerias entre o poder público e a iniciava privada, em Minas Gerais, é o projeto Estrada Real, inegavelmente o maior empreendimento turístico do País nos últimos anos. O alcance dessa parceria vai muito mais longe do que o próprio percurso da antiga estrada por onde se escoava o ouro das Minas Gerais. A partir de uma visão empreendedora do Professor Oyama Ramalho e Átila Godoy, o projeto nasceu na minha gestão como presidente da Federação das Indústrias, quando foi criado o Instituto Estrada Real, coisa de que muito me orgulho. Quando foi apresentado na França,

del-Rei e a Vila de Caquende, na divisa com o Município de Carrancas, incluindo a parte que corta o Distrito, foi sinalizado pelo Instituto Estrada Real com marcos onde constam dados sobre o posicionamento global (GPS), latitude, longitude e altitude, um número de telefone para ser utilizado em caso de emergência e breve texto relativo aos acontecimentos históricos e à geografia locais[63].

O cargo de Juiz de Paz era função importante e conciliatória por excelência; arbitrava causas de pequeno valor, impunha sua autoridade nas relações do bem-viver, lidava com a manutenção da ordem, vigiava posturas, auxiliava na condução de eleições, etc. O primeiro Juiz de Paz de São Sebastião da Vitória foi Olímpio Moreira de Carvalho. Depois assumiram o cargo: Antônio Francisco de Carvalho; Horácio Plácido de Carvalho; José Hipólito do Nascimento; Miguel Augusto Teixeira; Juvenal Zeferino da Silva; Olímpio Moreira de Ávila; José Moreira de Carvalho; Eduardo José de Ávila; Geraldo Lopes de Ávila; João Carlos de Carvalho; José Moreira de Ávila; José Nicodemos de Ávila; Mário Moreira de Carvalho; Joaquim Dâmaso...

---

em outubro de 2000 recebeu, além de elogios do mundo inteiro, a cooperação do então Ministro do Turismo e Esportes Carlos Melles..." (Artigo "Parceria Real", de Stefan Salej, disponível em http://www.novaimprensa.inf.br/passadas/492/opinioes.html).

63 Este escriba, atendendo a convite da então Secretária de Cultura e Turismo de São João del-Rei, professora Lúcia Helena Bortolo de Resende, colaborou com o Instituto Estrada Real e elaborou as frases que estão afixadas nos respectivos marcos, de São João del-Rei até o Povoado de Goiabeiras, localidade que fica um pouco além da sede do distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno.

Na política, São Sebastião da Vitória conheceu um grande chefe político do PSD, João Alexandrino de Ávila, sucedido por Luís Ávila e Olímpio Moreira de Ávila, e, depois, por Sebastião Procópio de Carvalho. O Distrito já teve seus representantes (natos ou não) na Câmara Municipal: Antônio Gonçalves Coelho, Antônio Moreira de Carvalho, José do Nascimento Teixeira, João de Almeida Magalhães, Gerardo Cid de Castro Valério, Otaviano Braga, Getúlio Guilherme Silva, Francisco de Abreu Ávila, Altamiro Braga, Wainer Carvalho Ávila, Benedito Lopes de Ávila e Tarcísio Braga da Silva.

Na medicina, alguns filhos do Distrito se destacaram: Orestes Braga, Roosevelt Braga, Devanil Teixeira, Getúlio Augusto Teixeira, José Procópio de Abreu, João Miranda e Joaquim Miranda. No esporte, sobressaem-se dois times de futebol: Vitória Futebol Clube e São Sebastião Esporte Cube. Na música registro a existência da Banda de Música Lira de São Sebastião.

Corta a sede do distrito a rodovia BR 265, atualmente asfaltada, fazendo a ligação de Barbacena — São João del-Rei — Lavras. Antes a distância de São Sebastião da Vitória a cidade de São João del-Rei era de mais de 30 km em tortuosa estrada de terra; atualmente, depois do asfaltamento, a distância é de apenas 25 km. Um dos fatores mais determinantes para o progresso do local foi o trajeto da referida BR passar pelo centro da sede distrital; hoje, como ônus, há inconvenientes devido ao constante e pesado trânsito que vem ocasionando transtornos e acidentes.

A principal atividade econômica local é a agropecuária, com indústrias de laticínios implantadas através do Sr. Miguel Afonso Leite. Há bom serviço de telefonia, que

existia precariamente desde 1978; há delegacia de polícia (desde 1976), posto de gasolina, restaurantes, serviço de correio, escolas, cartório, posto de saúde etc.

O tradicional pão de queijo mineiro apresenta-se como um dos atrativos culinários de maior supimpitude de São Sebastião da Vitória. Pertencem ao Distrito os povoados/vilas do Tijuco, Bandeirinha, Januário, Caquende, Cruzeiro da Barra, Engenho de Serra e Valo Novo.

Esta precária tentativa de historiar o Distrito de São Sebastião da Vitória, não tem outra intenção a não ser a de fazer vir à tona a nossa rica história rural, antiga aspiração do meu saudoso tio José de Alencar Ávila Carvalho (1925-2000). De certa forma, é a continuação do cumprimento de uma promessa que lhe fiz quando já estava em seus derradeiros dias. Deixo aqui, então, estas pistas como uma provocação àqueles que se interessarem e tiverem documentos e mais dados disponíveis sobre a história do distrito, para que cooperem com esta narrativa, corrigindo-a, enriquecendo ou completando-a.

Muita coisa ficou ausente e o pouco que aqui se apresenta é uma breve provocação (no bom sentido da palavra) e deve ser considerado como o início de uma pesquisa que ainda carece de ser muito bem mais desenvolvida[64]. A despeito da controvérsia da quase ausência de fontes escritas e da muita oralidade a respeito da nossa história distrital, acredito que na oralidade há elementos a serem muito bem aproveitados e relatos dos quais nos devemos muito orgulhar. Se acontecer um

---

64 “A história permanece uma ciência em construção, à imagem da nossa sociedade, da qual é indissociável” (François Dosse, in: "L' Histoire en miettes").

avanço maior nestas pesquisas, sentir-me-ei muito bem pago!

Ainda há por aqui, nesta mesorregião do Campo das Vertentes, principalmente nos arredores da antiga sede da Comarca do Rio das Mortes, espalhados pelas beiradas destes Caminhos Reais, ricos relatos históricos. Essas histórias estão pedindo voz e vez. São registros que estão adormecidos e encontram-se depositados sob a poeira do tempo, às margens destas ricas trilhas bandeirantes dos distritos de São Miguel do Cajuru[65], São Sebastião da Vitória, Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno[66], São Gonçalo do Amarante (ou São Gonçalo "do Brumado"?)[67] e Emboabas (por que não voltar a nominá-lo com o seu topônimo original de "São Francisco do Onça"?)[68].

---

65 Sobre este distrito ver o artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, vol. IX, ano 2000, páginas 76 a 111.

66 O nome primitivo era Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno; foi empobrecido para Rio das Mortes, da década de 1930 até a recuperação do topônimo original, em agosto de 2007. A ocupação do local data do século XVIII. Foi neste distrito que nasceu a beata Francisca Paula de Jesus, "Nhá Chica", que poderá vir a ser a primeira santa brasileira leiga e negra (para saber mais sobre Nhá Chica, ver artigo na Revista da Academia de Letras de São João del-Rei, volume II, ano 2006, páginas 141 a 161).

67 São Gonçalo do Brumado é o topônimo primitivo da localidade; remete-nos à Fazenda e ao Ribeirão do Brumado, que corta aquelas terras. Em 1923 o nome da localidade foi alterado para Caburu. Em 1990, a Câmara Municipal de São João delRei, através da resolução nº. 1081, alterou o nome para São Gonçalo do Amarante, quando deveria, pela tradição histórica, tê-lo alterado para São Gonçalo do Brumado.

68 A localidade é muito antiga. A capela dedicada a São Francisco

São registros memoriais que esperam pela hora de serem bem levantados, discutidos e melhor analisados. Quem sabe a Universidade (UFSJ) possa usar de seus professores e alunos dos cursos de graduação, especialmente dos de História, para tentar "falar do nosso quintal"?

É preciso começar a (re)conhecer e a cantar a nossa própria aldeia, falando dela cada vez mais e melhor! Falemos, então, de modo bem estruturado, com propriedade, com gosto estético[69] e com muita autenticidade, antevendo que esta nossa aldeia é nativamente bela e importante no âmbito de um variado universo e diante de todas as culturas. O que nos importa é a relevância e a qualidade do que descobriremos, é desvendar uma parcela ínfima do universo infindável que é a nossa aldeia. É preciso fazer isso sem temer a questão de ser rotulado como local ou regional[70], sem violentar o nosso modo de vida e sem

---

foi erigida entre os anos de 1727/28. A Freguesia surgiu com a Lei 1199, de 09 de agosto de 1864. A paróquia de São Francisco do Onça foi instituída por provisão de 11 de março de 1887 e teve como primeiro vigário o Pe. Lourenço Sabatelli. Em 1901 o distrito já aparece com a denominação de São Francisco do Onça; a denominação foi reduzida para Onça, pelo decreto-lei 148, de 17 de dezembro de 1938. Pelo decretolei 1058, de 31 de dezembro de 1943, novamente a denominação foi alterada, de Onça para Emboabas.

69 Refiro-me àquilo que pode ser percebido pelos sentidos, às condições desta percepção para se perceber o que é belo.

70 Não deveria haver mistérios e nem constrangimentos em pensar globalmente e agir localmente. Se não conhecermos bem o nosso "quintal", o nosso micro universo, como é que poderemos compreender e conhecer bem o macro universo? "Da janela da minha cidade, enxergo o mundo", escreveu o mineiro Carlos Drummond de

depreciar as nossas melhores tradições diante de quaisquer outras, por mais respeitáveis e transcendentes que elas possam ser.

Então, por assim ser, cantemos a nossa aldeia e falemos do nosso quintal com a alegria e a união dos galos que João Cabral de Melo Neto[71] nos anunciou em "Tecendo a Manhã"- 1: "Um galo sozinho não tece uma manhã: / ele precisará sempre de outros galos. / De um que apanhe esse grito que ele / e o lance a outro; de um outro galo / que apanhe o grito de um galo antes / e o lance a outro; e de outros galos / que com muitos outros galos se cruzem / os fios de sol de seus gritos de galo, / para que a manhã, desde uma teia tênue, / se vá tecendo, entre todos os galos..."

Fontes de Consulta:

ÁVILA, Sebastião Alexandrino de. Apontamentos sobre o Distrito de São Sebastião da Vitória (título provisório). Inédito, 56 p., s.d. BENJAMIM, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. CARVALHO. Waldir Teixeira de (et alli). Retalhos de Lembranças do Caquende. Monografia. São João del-Rei, setembro de 2005. CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del-Rei, vols. I e II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. Escola Estadual Nascimento Teixeira. Planejamento Curricular. Distrito de São Sebastião da

---

Andrade (1902 - 1987).

71 O poeta João Cabral de Melo Neto nasceu na cidade de Recife - PE, no dia 09 de janeiro de 1920. Faleceu em 1999. Escreveu, dentre outros, "Morte e Vida Severina".

Vitória. Arquivo Escolar E.E. Nascimento Teixeira (data ilegível). FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: Topoi (Revista de História), Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio. 1982, 15. ed. HOUAISS Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001. MEGALE, Nilza Botelho. Invocações da Virgem Maria no Brasil – HistóriaIconografia-Folclore. Petrópolis: Vozes, 5. ed., 1998. MELO NETO, João Cabral de. A Educação pela Pedra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. Revistas da Academia de Letras de São João del-Rei. São João delRei:CEMIG/UFSJ. Vols. 1 e 2, Anos: 2005 e 2006. Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. São João del-Rei:IHG/Funrei e IHG/UFSJ. V. IX e X. Anos: 2000 e 2002.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. São Sebastião da Vitória. In: Jornal Tribuna Sanjoanense. São João del-Rei - MG, 31 Out. 2000. Edição 1044, p. 2.

SCARBOSSA, Mario. GIOVANNINI, Luigi. Um Santo para cada dia. Trad. Onofre J. Ribeiro. São Paulo: Paulinas, 1983.

Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo (cidade). Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. Diversos autores. São Paulo: DPH, 1992.

GAIO SOBRINHO, Antônio. São João del-Rei – 300 anos de histórias. Ed. do Autor, 2006.

TELES. Edson Luís de Almeida. Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos. In. Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar, ano I, nº 3 Maringá, PR – Dezembro de 2001.

Nota do autor: Para a elaboração deste artigo, finalizado em setembro de 2009, além da bibliografia consultada, foram ouvidos diversos informantes ligados à memória da comunidade de São Sebastião da Vitória. A todos eles apresento os mais sinceros agradecimentos pelos seus importantes auxílios.

Igreja de Nossa Senhora da Vitória, a primeira do Distrito (arquivo do autor).

Cruzeiro e campanário da igreja de Nossa Senhora da Vitória; o campanário, como era costume, foi construído em torre separada do corpo da capela (arquivo do autor).

Matriz de São Sebastião da Vitória, quando da passagem dos integrantes da "Cavalgada Diamantina - Paraty" pela sede do Distrito / Estrada Real (foto cedida pelo Sr. Wilson Leite).

Pe. Miguel Afonso de Andrade Leite, um dos sacerdotes que prestaram boa assistência religiosa ao povo do Distrito de São Sebastião da Vitória (arquivo do autor).

Pe. Antônio Domingos Batista Lopes, de batina branca – o primeiro, da direita para a esquerda – junto dos políticos são-joanenses Wainer de Carvalho Ávila, Octávio de Almeida Neves, Altamiro Braga e José Luiz Baccarini (arquivo: Wainer Ávila).

Légua e meia rumo ao Norte

Murilo Geraldo de Souza Cabral

Sexta-feira, quinze de fevereiro de mil setecentos e nove.

As águas das mortes do rio que vêm junto com o sol nascente, acompanhadas, a sua direita, da serra comprida de areias brancas e de malacachetas, iluminavam-se pelo brilho do sol na manhã daquele dia. Nas escarpas da serra o brilho era mais intenso, motivado pelas fortes chuvas de verão. A capa verde das matas escondia o riacho onde o ouro se espalhava.

Das casas cobertas de palhas, soltando fumaças por suas bocas, homens de cores diversas, todos vestidos de sonhos amarelos, se punham de pé para enfrentarem o trabalho árduo no garimpo do Arraial Velho da Ponta do Morro.

À medida que o horizonte fugia do sol, as águas do grande rio navegável se alargavam e corriam mansamente pela várzea grande, deixando para trás o Porto Real da Passagem, o caminho de tanta gente que rumava para o sertão distante do oeste.

No final da várzea que estendia longe em forma de cunha, uma outra serra brotava da terra na direção do poente. Do lado norte do maciço, o ouro já era bateado de um ribeirão banhado pelo sol das almas, já nominado São Francisco Xavier. Do lado sudoeste, de cujas margens retiravam lenha, da última cachoeira descia preguiçoso um córrego, quase rio. Descobriram ouro nos capins que cobriam a serra e pela primeira vez, nestas bandas, abrindo fendas, das betas arrancaram o ouro do seio da pedra.

Do lado esquerdo do córrego, outras casas cobertas de palhas de muitos homens que usavam botas, os forasteiros, que vieram depois, em levas e levas, pelo Caminho Velho dos índios e bandeirantes, em busca do ouro da terra dos Cataguás. Do lado direito do córrego, em casas espaçosas, morava a gente paulista, raça de bandeirantes intrépidos, antes predadores de índios. Descendentes dos primeiros portugueses levaram quase cem anos para galgarem a Serra do Mar e adentrarem pelo Vale do Parayba. Outros cem anos, de roça em roças, subiram a Mantiqueira – a serra que chora. Olhando e caminhando longe, alargaram as fronteiras do Brasil em busca das lagoas de pedras verdes e de córregos e ribeiros onde o metal amarelo adormecia. Julgando donos da terra, dos caminhos abertos, da distribuição das datas cheias de ouro, de outros arraiais e deste Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, sentiam-se encurralados.

As serras do nascente e do poente mergulharam para dentro da terra, deixando livre o espaço fértil para o grande rio seguir o caminho do noroeste. Nesta várzea, no Córrego, a meio caminho dos dois arraiais, muitos paulistas derrotados e escorraçados pelos emboabas do Caeté e do Sabará se refugiaram. O córrego se esvaziou com a chegada de Bento do Amaral Coutinho, valoroso e cruel emboaba, com seus trezentos combatentes.

Paulistas em mangas se refugiaram nos capões da região. Em um deles, cinquenta paulistas se renderam. Uma voz assassina, repetida pelos grotões e várzeas, proferiu a sentença:
- Matem a todos!

No entardecer daquele dia, na Cruz das Almas, a serra do poente se vestiu de vermelho.

Nas noites do agora, os sons de matracas são ouvidos

às portas dos cemitérios. Na matriz do Pilar, vinte e quatro horas, os sinos dobram. Lá na colina do Onze, onde morava Ambrósio Caldeira Brant, o Guarda-Mor, o toque de silêncio, de todos os dias, de um soldado de montanha e seu clarim choroso. É tempo dela! A mula sem cabeça vem lá do Segredo carregando a bisavó Virgínia Cabral para a missa das almas.

Mais uma vez 300 anos! Só o silêncio da voz do clarim! Só os sinos teimosos a repetir: - Capão! Traição! Mas as matracas precisam ir também ao Cemitério, légua e meia no rumo do Norte.

A música popular pelas ruas e teatros de São João del-Rei no final do Século XIX e início do XX

Marcelo Crisafuli Nascimento Almeida[72]
Convidado

A história da música em São João del-Rei nos parece um tema já bastante explorado. Não podemos vislumbrar tal assunto sem recorrer a autores como José Maria Neves, Aluízio José Viegas, Maria da Conceição Resende, por exemplo, que procuraram traçar uma trajetória da arte musical na cidade desde o século XVIII até o início do século XX em seus trabalhos. As menções feitas a esse tipo de manifestação artística, principalmente nesta mencionada literatura, tem como fontes fundamentais a imprensa local, para o século XIX, e documentos oficiais como cartas pastorais e atas de irmandades, por exemplo, para o século XVIII. No entanto, estes trabalhos fazem alusão somente à música sacra e erudita.

A cidade, durante todo o século XIX, possuiu duas corporações musicais, Ribeiro Bastos e Lira Sanjoanense, que estão em atividade até hoje desde o século XVIII. Estas orquestras se apresentavam nos mais variados eventos, desde as missas, firmadas em contratos com as irmandades locais, nas óperas, aberturas de peças teatrais e em bailes promovidos pela alta sociedade daquele tempo.

A música sacra e erudita continua presente no cotidiano de São João del-Rei. Na cidade encontram-se três orquestras, além das duas mencionadas acima, há também a

---

[72]Mestrando em História Cultura e Identidade pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Sociedade São-Joanense de Concertos Sinfônicos. Não podemos deixar de mencionar as "tradicionais bandas de música" (várias passaram pelo cenário musical local e ainda atuam na cidade: Banda do Maestro Ribeiro Bastos, Banda Teodoro de Faria, Banda do XI Batalhão de Infantaria) que desde a fundação destas, em meados do século XIX, tocam nas ruas, em procissões, no coreto e em palcos de música armados ao lado das igrejas, durante as festas e em ocasiões cívicas como o sete de setembro e em inaugurações de prédios e obras públicas.

Além disso, há o Conservatório Estadual de Música "Padre José Maria Xavier" e o curso de graduação em música da Universidade Federal de São João del-Rei que formam músicos não só para o mercado de trabalho local, atuando nas principais orquestras e em vários outros grupos musicais, como também "exporta" essa "mão de obra" para fora da cidade.

Entretanto, ao analisarmos toda esta trajetória musical da cidade, percebemos que a ênfase dada na literatura e até nas fontes – jornais locais datados do século XIX – está nas formas musicais ditas oficiais ou eruditas e sacras, sobrando o mínimo espaço ou mesmo esquecendo-se daqueles gêneros ditos populares, que ao final do século XIX e começo do XX, ajudaram a construir a história da música popular brasileira.

Classificar gêneros musicais como "popular" sempre foi tarefa árdua. É interessante notarmos como alguns pesquisadores caracterizam a dita canção popular mediatizada e os ditos gêneros "folclóricos". Aquela seria produzida, veiculada e consumida no quadro da cultura industrial de massa e aqueles gêneros ditos "folclóricos", exclusiva ou amplamente fundados na tradição oral, em que haveria muito mais um

desejo de preservação do que de inovação e estariam menos expostos às influências e trocas com outras tradições e padrões estéticos. Já o cancioneiro popular produzido dentro da indústria cultural movimenta-se dentro de um universo de referências muito mais dinâmicas, extensas e "globalizadas". Entretanto, com o advento da indústria fonográfica no início do século XX, e mesmo com a difusão do teatro de revista, que discutiremos adiante, essa dicotomia se perde com a mistura e a divulgação dos mais variados gêneros populares nos palcos dos teatros e pelos gramofones do país. Iniciada nos anos de 1900, a voga da música gravada em discos – que a *Casa Edison*, representante da fábrica *Odeon* no Brasil, se encarregava de difundir em todo o Brasil – veio alargar e ampliar o campo e o mercado da música popular, ganhando assim um sentido nacional.

Estamos considerando como música popular na virada do século XIX para o XX, aqueles gêneros musicais nacionais, como o maxixe, o cateretê, o lundu, o tango brasileiro, entre outros, que existiam conjuntamente com a produção de uma música erudita, ou oficial, sendo que aqueles eram emanados das classes populares – identificadas como a gente das camadas mais desfavorecidas socialmente. Essas *"camadas menos favorecidas da fortuna"* também estavam presentes na produção da música erudita, não só em São João del-Rei, como no restante do país. As orquestras são-joanenses, neste caso, acolhiam pessoas de classes desfavorecidas que se interessassem no aprendizado da música e, mais tarde, poderiam fazer parte das mesmas. O maestro Ribeiro Bastos, sujeito de expressão da cidade, que foi Juiz de Paz e vereador,

aceitava meninos pobres em sua própria casa, ministrando-lhes principalmente a educação musical.

Fazendo um exame detalhado de periódicos locais do final do século XIX, consegui constatar a presença de gêneros musicais populares até então não citados por uma tradicional literatura sobre a música em São João del-Rei. Contudo, há de se fazer algumas ressalvas quanto ao resultado alcançado.

Traçando um quadro geral da sociedade são-joanense no final do século XIX, a grosso modo, percebemos uma cidade "conservadora", que procura manter seus costumes, neste caso artísticos, religiosos e, por que não, morais, preservando instituições centenárias em funcionamento até os nossos dias, como irmandades e orquestras, estreitamente ligadas à religião católica. Contudo, é interessante percebemos até que ponto essas tradições são construídas, por quem e para qual finalidade.

Os jornais da época sempre noticiavam somente a música erudita e sacra, não sobrando espaço para as expressões musicais produzidas e consumidas pelo restante da população das baixas camadas sociais. Algumas dessas formas musicais foram reveladas em momentos específicos, isto é, quando incomodavam aqueles grupos sociais mais privilegiados, no caso, detentores dos meios de comunicação em questão – os jornais –, ou quando lhes era algo totalmente estranho a sua realidade, revelando seus juízos de valor, ou, mais ainda, denunciando o "relaxamento dos costumes". Assim, foram mapeadas algumas festas e divertimentos em que certos gêneros e expressões musicais que se faziam presentes na cidade: Folia de Reis, Festa do Divino Espírito Santo e alguns "batuques" dispersos pelas redondezas de São João del-Rei.

Um jornal em especial foi bastante revelador em seus comentários e críticas sobre os "folguedos do povo": o periódico *Arauto de Minas*. Órgão a serviço do partido conservador, este meio de comunicação era de propriedade de Severiano de Rezende, político local, redator de seu jornal, membro do citado partido e autor dramático. Em 1877, é publicado pelo referido jornal:

> É noite.
>
> O pitoresco largo iluminado caprichosa e fantasticamente se enche da multidão, que, ao som de escolhidas peças musicais executadas no coreto assiste ao fogo de artifício queimado em honra do Divino Espírito Santo.
>
> Terminado o fogo, lá se promove uma partida familiar, em que as mimosas cinturinhas das belas em radiosos volteios de uma valsa ou polca, deixam ver quanto são elegantes os corpinhos, que sobre elas assentam.
>
> Além, naquela casinha se reúne uma súcia folgasan, [sic] que ao som de viola, requebrada e cadente sapateado, mostra que nunca são esquecidas as danças nacionais nos folguedos do povo. E assim passa-se o restante da noite até que o sol nascente, espancado as trevas, chama a todos à realidade da vida, e cada qual a seus afazeres.[73].

Pensando estes trechos do artigo de Severiano de Rezende, podemos notar o distanciamento dos membros das

[73]O Arauto de Minas, 19 de maio de 1877, p. 3.

principais famílias da cidade e uma ponta de preconceito quanto aos folguedos dos mais pobres. A ênfase dada à música em festividades como esta, com grandes ajuntamentos de pessoas, encontra-se naquela executada pela banda no coreto, geralmente pela Banda do maestro Ribeiro Bastos ou da Lira Sanjoanense. Neste caso específico, vê-se nitidamente a separação entre o ambiente frequentado pelas famílias, o espaço em que a Banda toca polcas e valsas, o coreto, taxado de "partida familiar", e aquele chamado de "folguedos do povo", onde era tocada uma música na viola enquanto sapateava-se. A pitada de preconceito quanto ao folguedo popular está na expressão usada pelo redator, "súcia folgasan". Ora, súcia refere-se a ajuntamento de malfeitores ou agrupamento de pessoas de má índole, logo, tal expressão nos sugere uma visão deturpada a respeito de gêneros populares, da música e dança, e que não se enquadrariam em um determinado gosto estético.

Pelo depoimento do redator, os populares continuavam nos festejos madrugada adentro, muito provavelmente nos botequins e barracas, embalados ao som da viola e pelo sapateado. A música que embalava este folguedo popular em São João del-Rei, pela descrição, levanta-nos a suspeita de ser um cateretê, uma dança de origem indígena, mas que recebeu influências negras em Minas, marcada por irreverentes movimentos, ritmos e sapateados ao som da viola. Porém, é muito vaga a descrição sobre quem eram os populares envolvidos e sem maiores informações de como eram estes folguedos. Não sabemos se eram somente pessoas pobres, escravos/forros, ou mais ainda, músicos pertencentes às orquestras locais.

Já em 1880, instala-se uma querela percebida nos números do *O Arauto de Minas* deste referido ano e que teria começado naquele carnaval, entre Severiano de Rezende e o então delegado de polícia de São João del-Rei, Vicente de Paula Teixeira. Devemos deixar claro que Severiano era membro do Partido Conservador da cidade, enquanto o mulato e delegado Vicente Teixeira, era membro do Partido Liberal. Esta contenda, porém, nos foi muito reveladora. Eis o que foi publicado no Noticiário do dia 27 de abril de 1880, n'*O Arauto de Minas*:

> Batuque
> Na noite do dia 24 para 25 do corrente várias Magdalenas deram estrondoso cateretê na chácara que pertenceu ao Capitão Fidelis.
> Naquela noite os pacíficos moradores do Pau d'Angá não puderam dormir deliciados pelo cantar das sereias e pelo estrondo do sapateado.
> Foi figura saliente neste *furrundú* o delegado de polícia Vicente de Paula Teixeira que puxou a fieira e deu umbigadas até 3 horas da madrugada[74].

Em 1877, Severiano de Rezende já havia feito menção a um "folguedo do povo" na festa de Matosinhos sem nomear os sujeitos participantes e feito uma breve referência ao tipo de música encontrado numa festa de pessoas pobres. Agora, porém, ele nos dá o nome de alguns "foliões", ou melhor, um sujeito, o local e nos conta qual a manifestação popular musical que era encontrada em tal lugar. O local em questão seria talvez

[74]O Arauto de Minas, 27 de abril de 1880, p. 2.

um prostíbulo, pois a alcunha usada, "*Magdalenas*", pode remeter a figura bíblica de Madalena, a prostituta arrependida.

A primeira referência feita no título da notícia é a um batuque. No entanto, o redator descreve a festa das "*Magdalenas*" como um cateretê. Poderíamos talvez pensar numa "versão mineira" para as festas denominadas batuques, onde sua singularidade residiria na viola e no sapateado, característico desses "batuques mineiros". Além disso, o delegado é citado dando umbigadas até as três horas da madrugada. As umbigadas são peculiares tanto de danças como o lundu quanto do batuque, sendo, portanto, difícil precisar ao certo qual dança se faria presente na festa, ainda mais que um homem de respeito, como Severiano de Rezende, nunca frequentaria a tais folguedos. Sua notícia viria de um informante, sendo que, para o redator do jornal, batuque poderia ter um significado e para aquele outro diferente. Umbigadas, requebros, batuques, ritmo ao som de violas, sapateados, enfim, um "inferno" até mesmo para "aqueles estudiosos da música". Assim, a historiadora Martha Abreu[75] cita Câmara Cascudo refletindo também sobre a dificuldade presente até mesmo entre os pesquisadores em se precisar todos esses ritmos, gêneros e movimentos, além de suas variantes regionais.

Ao pensarmos sobre qual o significado de batuque para Severiano de Rezende, sua acepção pode vir mais uma vez carregada de preconceitos, algo licencioso, depravado ou sensual, ainda mais levando em conta quem estava promovendo o folguedo. Podemos constatar esta afirmação nas linhas seguintes da notícia:

---

[75]ABREU: 1999, p. 81.

> (...) É um folião destes que quer falar em moralidade e impor-se a consideração de uma cidade, cujos os habitantes primam pelos bons costumes. E é um batuqueiro tão frenético que pretende ser Presidente da Câmara Municipal... Vicente Teixeira esqueceu-se do respeito que deve a sua família e à sociedade, não podia deixar de lembrar-se que o homem de caráter de autoridade é obrigado a zelar a dignidade do cargo e não ridicularizá-lo nos requebros de uma dança imoral (...)[76]

Estranhamente, Severiano de Rezende mostra tolerância a tais divertimentos em certas circunstâncias: "... Que a rapaziada se entregue a tais divertimentos, vá, está no seu tempo, a desculpa a mocidade: Mas o Vicente que é chefe de família, delegado de polícia, inspetor de instrução pública e que vê sempre o argueiro no olho do próximo...!"[77]

Ironicamente, devemos agradecer a essa querela que se instalou entre este destacado membro da sociedade são-joanense, Severiano de Rezende, e o delegado Vicente de Paula Teixeira. Através dela nos foi revelado um testemunho dos divertimentos populares de São João del-Rei. Em suma, o que temos é uma série de elementos da cultura popular, como certos personagens – as *Magdalenas* –, certas danças e músicas e, por fim, uma autoridade pública que devia respeito e dignidade ao seu cargo e não se dar aos caprichos de uma "dança imoral",

---

[76]O Arauto de Minas, 27 de abril de 1880, p. 2.
[77]O Arauto de Minas, 27 de abril de 1880, p. 2.

transitando por espaços culturais e sociais distintos daquele que seria seu "ambiente natural".

Tentando prevenir as "obscenidades", a "ofensa aos bons costumes" e os batuques, as autoridades são-joanenses em 1887 dizem ser "proibido sob pena de 5$000 de multa e de 24 horas de prisão:" "Fazer batuques desenvoltos ou sambas, tocar tambor em pagodes ou acompanhando cantos em charola ou tocar instrumentos que perturbem o sossego público"[78].

O batuque parece ter fascinado muita "gente de bem" nas Minas Gerais do século XIX, favorecendo certo relaxamento dos costumes. Regina Horta Duarte[79] afirma que apesar das proibições, um memorialista de Campanha narra curiosos eventos envolvendo "gente de bem", constatando que singular dança não era praticada somente pela "gente baixa e ordinária". Tal testemunha afirma que "padres relaxados" não recuavam dos batuques "nem mesmo diante do maior escândalo". A mesma testemunha assevera que conhecera um religioso não apenas devoto dessa dança, como "nela se portava com uma tal indecência e um descomedimento" que o próprio autor vexava-se a descrever. O batuque acabava sendo um chamariz "para muita gente boa", como um outro delegado que, recebendo uma denúncia da existência de um batuque, chegou ao local com a intenção de prender todos os participantes. Porém, ao invés disso, acabou metendo-se na dança "como o

---

[78]Leis e Resoluções da Câmara Municipal de São João del-Rei. Código de Posturas Municipais de 1887. Caixa 74, Série 57, XLRC 251.

[79]DUARTE, 1995.

mais furioso dos dançadores", ali passando "todo o resto da noite"[80].

Os entretenimentos das camadas populares de São João del-Rei nos são apresentados também, em 24 de dezembro de 1880, no Folhetim do jornal *O Arauto de Minas*, Severiano de Rezende escreveu uma crônica intitulada "Consoadas em São João del-Rei", relatando as comemorações dos festejos natalinos são-joanenses, destacando as particularidades entre os folguedos das "classes menos favorecidas da fortuna" e as festividades de "gente remediada". Percebe-se nitidamente que o redator procura explicitar um contraste entre essas classes. Vejamos primeiro como eram as "consoadas" na "seleta sociedade":

> ... À noite, nas casas de gente remediada ou de haveres, reúne-se seleta sociedade, toca-se piano, canta-se uma modinha brasileira, um romance francês, um trecho do Trovador da Traviata, formam-se pares e dança-se...[81]

Para nosso deleite, é feita uma rica descrição de como são festejadas as comemorações natalinas entre os mais pobres, narrando como eram essas festas, suas músicas e danças:

> ..As classes menos favorecidas da fortuna ou mesmo os mais pobres também se reúnem e se divertem.
> Quem às dez horas da noite passar pelo Tijuco há de ver iluminada a velha chácara

[80]DUARTE, 1995, p. 94.
[81]O Arauto de Minas, 24 de dezembro de 1880, p. 2.

> de São Caetano, antiga habitação de um celebre Guarda-mor, d'onde partem festivais sons da faceira viola, em harmonia com os de afinada rabeca, de machetes e pandeiros, misturando-se as vozes dos cantores ao arruído de forte sapateado de mestres batuqueiros e adestradas marchadeiras.
> Como este, há muitos outros cateretês, no Barro, no morro da Forca, no Pau d'Angá e no morro das Mercês; e, a cidade toda iluminada tem um aspecto cantador e festivo, apresentando uma vista pitoresca as casinhas, que estão semeadas pela serra cujas luminárias brilham ao longe com um efeito maravilhoso..."[82]

Como percebemos a crônica é bastante taxativa quanto ao que é o divertimento dos mais pobres, ou seja, os batuques e os cateretês. Enquanto a "seleta sociedade" se diverte ao som do piano, o povo humilde são-joanense diverte-se ao som da "faceira viola", da "afinada rabeca", de machetes, – instrumento de cordas que lembra um moderno cavaquinho – e de pandeiros.

Diferentemente de meses antes, quando de sua briga com o senhor delegado, não percebemos um tom agressivo nas palavras de Severiano de Rezende. Talvez invadido pelo "espírito natalino", ou quem sabe, desta vez, conformado com certa "segregação" social. Ou seja, o divertimento dos pobres, os batuques, é só para as classes desprovidas – escravos, forros e pessoas pobres e humildes –, indivíduos pertencentes a uma elite, ou que prezam por um nome na sociedade, como o delegado Vicente Teixeira, não podem misturar-se ao povo

[82]O Arauto de Minas, 24 de dezembro de 1880, p. 2.

crédulo. Na descrição desta crônica natalina, não há um amálgama cultural e social como na festa de Matosinhos e no batuque das "Magdalenas"; de fato, vemos nitidamente a separação do ambiente da elite e do povo. Até mesmo na descrição da festa do Divino, percebe-se a intenção de se separar os espaços onde as "classes menos favorecidas da fortuna" frequentam e a "seleta sociedade", taxando o espaço desta de "partida familiar" e daquelas de "folguedo do povo", além claro da alcunha utilizada para se referir aos sujeitos frequentadores do folguedo popular, "súcia folgasan".

Percebemos também que certos tipos de dança e música, manifestações como os cateretês, os batuques e as Folias de Reis ficam marginalizados pelos cantos da cidade, isto é, em locais periféricos como o Morro da Forca, o Morro das Mercês, chácaras no Tijuco e nas festas do Arraial do Matosinhos. Os sujeitos praticantes destes gêneros populares de dança e música, em sua maioria são os próprios moradores, oriundos de camadas baixas e médias da população e até mesmo algum outro "visitante" de áreas centrais têm a chance do acesso a tais manifestações artísticas.

Ainda neste texto de 24 de dezembro de 1880, Severiano de Rezende irá fazer breve referência a mais uma manifestação popular, a Folia de Reis. Mas é no texto intitulado, "Tiradores de Reis", de 1883 que veremos uma rica descrição deste festejo popular comemorado logo após o Natal e que se estende até o dia 6 de janeiro, dia de Reis. Ulisses Passarelli[83] nos chama a atenção para o comentário do folclorista Affonso Maria Furtado da Silva, da Comissão

[83]PASSARELLI, 2005.

Fluminense de Folclore, sobre esta crônica, atribuindo a ela um valor imenso por sua extensão, conteúdo e antiguidade, visto que foi publicada num tempo em que, ao que conseguimos perceber, o povo e suas expressões artísticas não eram muito levados em conta.

Não seria aqui viável transcrever toda a crônica que é altamente rica na exposição de como funcionavam os cortejos, como eram as letras, como eram os instrumentos, a música e a recepção do público aos tiradores de Reis na coleta de esmolas. Com relação à composição social dos grupos de foliões, Severiano de Rezende cita que:

> Não é somente um grupo de tiradores de Reis; há várias companhias e cada qual em seu gênero: umas mais canalhocratas, outras de gente mais escolhida; porém todas, da família do Sr. Zé Povinho.[84]

Fica nítido aí o tom depreciativo com relação àquela grande maioria que praticava esse folguedo. Algumas "pitadas preconceituosas" também podem ser notadas na descrição feita com relação aos instrumentos musicais utilizados pelos bandos de Reis e à música executada por eles:

> ...A parceirada é luzida, a comitiva e bando de músicos são números e esquisitos os instrumentos que estes empunham; são eles um tambor, clarineta, viola, reque-reque, pandeiro e uma sanfona.
> ... Apenas no limiar da porta da casa que visitam, a música rompe a introdução, em que mais sobressaem as pancadas do tambor e os sons agudos da esganiçada clarineta.

[84]O Arauto de Minas, 8 de fevereiro de 1883, p. 1.

> ... segue-se o coro, verdadeiro berreiro, onde está a voz aguda dos meninos, misturada ao falsete e ao baixo dos marmanjos, produz um conjunto extravagante e insuportável.[85]

Ao final, o redator recorre à sua memória lembrando dos "antigos tempos" das apresentações dos bandos de Reis:

> Nos lembramos bem de vermos quando meninos, esses bandos de Reis em que se apresentavam a cavalo os três Magos, vestidos à fantasia, trajando tocante manto, empunhando áureo screpto e tendo a cabeça cingida de resplendente diadema, sobressaindo entre eles o rei 'congo'. Os bandos dão por terminada a sua jornada no dia 6 de janeiro, festa dos Reis dia santificado pela Igreja e destinado pelos foliões a grande e entusiasmado cateretê, cujas despesas correm por conta dos devotos, que deitaram-se óbolo nas mãos dos piedosos peregrinos, que lhes foram cantar à porta.[86]

Mais uma vez o cateretê está presente nas festas populares do século XIX. O que nos chamou a atenção, porém, foi a alusão feita ao rei "congo" junto às festas dos Reis Magos. Contudo, pode-se pensar na figura de um dos Reis Magos que visitaram o menino Jesus, e que segundo a tradição, era negro, e mais ainda, de acordo com os escravos foi um dos reis do Congo[87], trata-se do Rei Baltasar.

---

[85]O Arauto de Minas, 8 de fevereiro de 1883, p. 1.
[86]O Arauto de Minas, 8 de fevereiro de 1883, p. 1.
[87]KARASCH, 2000, p. 335.

No tocante à coroação de reis congos na imprensa local, não é feita qualquer referência a tal festa. Entretanto, consultamos o trabalho de André Luiz Mendes Pereira, "As festas de coroação dos reis negros em São João del-Rei no século XIX"[88], para que pudéssemos tentar preencher essa lacuna, já que é uma festa de dimensão popular onde estão presentes escravos e libertos, negros e mestiços.

De acordo com André Pereira, desde meados do XIX, a festa em honra à Nossa Senhora do Rosário, com a coroação dos reis congos, estava apenas restrita à procissão, novenas e missas. Os folguedos foram desligados da Irmandade do Rosário, mas continuaram acontecendo fora dali, logo, sem a visibilidade da imprensa. Ao pesquisar os *Livros de Compromisso e de Receita e Despesa* da Irmandade, na primeira metade do século XIX, coincidentemente na infância e juventude de Severiano de Rezende, o autor encontra despesas para o pagamento de "pretos tocadores das festas de natal" e no pagamento "aos tocadores de caixas e flautas para o mastro". Em outra ocasião, ele encontra uma menção aos folguedos da praia – região situada às margens do córrego que corta a cidade de São João del-Rei – realizados para a coleta de esmolas para a realização da festa. Diante de tal descrição, podemos pensar aqui numa aproximação com a música de barbeiros[89] do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.

---

[88]PEREIRA, André. 2000.

[89]Segundo Tinhorão: "Uma das festas em que seguramente, desde o século XVIII, a música de barbeiros se fazia indispensável, era o domingo do Espírito Santo, que tinha como característica não começar no domingo estabelecido, mas muito tempo antes, quando saíam à rua as Folias recolhendo esmolas"; TINHORÃO, 1970, p.

Há de se considerar que os jornais são fontes privilegiadas para se compreender a realidade social e cultural do século XIX, devendo nos atentar para quem e onde se dirige seus discursos e intenções, tendo em mente que não são a mais pura expressão da realidade. As informações colhidas destes documentos estão cheias intenções direcionadas a determinados grupos, de olhares sobre uma realidade podendo implicar em relações de força e poder. E é claro que neste espaço podemos encontrar muitas das artimanhas usadas para a construção de imagens sobre uma determinada sociedade.

Ora, desta forma percebemos principalmente nas páginas de *O Arauto de Minas*, uma sociedade nos rumos de uma modernização que procura manter seus bons costumes, uma moralidade católica e suas tradições, através de instituições como as irmandades religiosas e suas antigas orquestras, sempre a serviço da religião e da "boa sociedade", executando nas igrejas, salões e teatros locais, quando não a música sacra e erudita europeia, composições também de cunho erudito e religioso feitas por músicos locais.

Entretanto, outro lado dessa sociedade nos é revelado. Constatamos que gêneros musicais populares e "danças nacionais" faziam-se presentes em divertimentos nas periferias da cidade. Os "folguedos do povo", frequentados pela "súcia folgasan" e por "Magdalenas", eram animados por "mestres batuqueiros" e "adestradas marchadeiras", embalados ao "som da faceira viola" e "cadente sapateado". Autoridades que

---

111. Melo Morais Filho também cita os barbeiros na festa do Divino no Rio de Janeiro: "As músicas de barbeiros, que eram compostas de escravos negros, recebendo convites para folias, ensaiavam dobrados, quadrilhas e fandangos..."; MORAIS FILHO, Melo 1967, p. 204

deveriam reprimir certos tipos de divertimentos frequentavam "estrondosos" cateretês, dando "umbigadas" até altas horas e participando, portando, dessa "dança imoral".

É através do jornal *O Arauto de Minas* que percebemos o olhar de Severiano de Rezende, ou pelo menos seu discurso, para a sociedade e o que ele entendia por moral, bons costumes e até mesmo música. Seu discurso nos parece muito próximo daquilo que era apresentado por civilização e modernização no século XIX, caminhando em conjunto com o que ele também entendia serem boas tradições, como a família. Deste modo, em nome de certa moralidade, tranquilidade e ordem, autoridades públicas procuravam selecionar os divertimentos, distinguindo-os entre inconvenientes e, consequentemente, quais eram adequados. Logo, a ação civilizadora podia se constituir em duas frentes: uma de repressão aos divertimentos, e outra que pretendia promover uma nova concepção dos comportamentos[90].

Entretanto, como observamos estas novas regras e normas constituídas não eram prontas e facilmente aceitas pelos diversos segmentos sociais. Diversas visões, contrárias ou não, são seguidas com relação a transformações e a novos procedimentos oferecidos. "A homogeneidade desejada ou a completa concordância, no que diz respeito às mudanças empreendidas nunca existiu de fato. O percurso foi permeado de vitórias e derrotas, muita tolerância e incansável persistência"[91].

---

[90]ABREU, 1999. p. 264-5.
[91]ARAÚJO. 2008, p. 93.

Gêneros populares como o maxixe, que aos poucos foi aceito no seio da sociedade carioca, também era acolhido gradualmente nos salões de todo país, especialmente em São João del-Rei, sendo citada sua presença na cidade na década de 90 do século XIX. Podemos constatar essa afirmação através de um trecho retirado da coluna *Apitos* do jornal *A Pátria Mineira*:

> (...) Como simples curioso coloquei-me ali bem encostadinho ao Hotel Soares, a ouvir uns sons excitantes que faziam minhas pernas moverem-se como para dar começo a um maxixe bem puxado num batuque na sala.
> (...) Vou protestar, que leve o diabo as guitarras, e, no passo do urubu molhado, retirei-me para casa lastimando a sorte de minha triste sotaina domingueira, caída de ocre, e tudo isso, leitores, porque estava com algibeiras mais vazias do que a calça de um ministro.[92]

Nossa testemunha, que assinava a coluna pelo pseudônimo de Vigilante, ao que parece não possuía dinheiro para poder entrar e participar do baile que acontecia provavelmente no Hotel Soares ou em alguma casa ao lado e molhou-se todo na chuva que caía. Mais provavelmente a festa acontecesse no hotel, já que os bailes oferecidos, a julgar por este em que a entrada, segundo o Vigilante, era cobrada, aconteciam nos salões dos hotéis são-joanenses. Interessante notar que ao se retirar, no "passo do urubu molhado", o autor pode estar fazendo uma alusão a um passo de dança chamado "urubu malandro", provavelmente um passo do maxixe. Assim

[92]A Pátria Mineira, 30 de janeiro de 1890, p. 3.

como o “lundu branqueado” e a modinha, o maxixe passa a ser aceito pelas elites brasileiras em seus salões, não sendo muito diferente do que acontecia em São João del-Rei. Contudo, esta foi a única menção encontrada a respeito do maxixe na cidade, neste período.

O grande divulgador da música popular no Brasil na virada do século XIX para o XX será o teatro. Gêneros musicais populares, do maxixe ao cateretê, se farão presentes no centro de São João del Rei nos palcos dos teatros da cidade e não mais somente pelos “circuitos periféricos” locais.

Sendo assim, um determinado gênero teatral foi o responsável por levar a cultura popular para dentro das casas de espetáculos não só de São João del-Rei, mas também para aquelas do restante do Brasil. O “Teatro de Revista” se dizia totalmente voltado para o público, dirigido para agradá-lo, e se anunciava estar desvinculado de qualquer pretensão, seja literária, filosófica ou política. Segundo Fernando Antônio Mencarelli, “seu objetivo principal seria a diversão pura e simples da plateia. Por isso, poderia ser relacionado, por um lado, a tradições do teatro cômico e das festas populares, como as farsas e a Commedia dell’Arte, ou de espetáculos como o circo e festas como o carnaval”[93]. Entre os diversos gêneros de “teatro ligeiro”, quase sempre musicais, podemos citar as óperas cômicas, operetas, revistas de ano, burletas entre outros. Logo, as revistas de ano, em moda principalmente no Rio de Janeiro, sendo em sua maioria, comédias musicais, tiveram uma grande aceitação na sociedade são-joanense. Elas tratavam, em seu cerne, de temas de destaque ocorridos durante o ano de uma

[93]MENCARELLI, 1999, p. 33.

forma cômica, de grande apelo popular, fazendo uma crítica ao cotidiano da cidade.

Muitos compositores descobriram a vantagem de incluir suas músicas nos números das revistas para torná-las conhecidas. Os "revistógrafos", por sua vez, passaram a perceber que poderiam aproveitar o agrado de certas músicas do momento. O teatro passa a aproveitar temas populares, estilizando certos ritmos colhidos nas ruas entre conjuntos de músicos populares. Assim, esta estreita ligação com o gosto das camadas populares deu origem a duas importantes consequências: conferiu uma característica brasileira ao gênero aproveitando tipos populares como o matuto, o coronel fazendeiro, o português, a mulata, o malandro mais tarde, e fez boa parte dos brasileiros dançar e cantar ao som de criações musicais e coreográficas do povo – o lundu, o maxixe e o samba. Portanto a revista podia lançar a música para o sucesso ou o sucesso da música era aproveitado para atrair o público ao teatro.

Muitas revistas de autores como Artur Azevedo, Sousa Bastos e Moreira Sampaio foram apresentadas em São João del-Rei tanto por companhias dramáticas de fora como por atores locais. Escritores locais também passaram a escrever revistas narrando, expondo, comentando e criticando a vida são-joanense e os fatos marcantes de cada ano. Alberto Tibaji diz ser "digno de nota que, numa cidade de tradições religiosas tão fortes como São João del-Rei, apareça um número tão significativo de obras de teatro de revista, um gênero eminentemente profano"[94]. Até o ano de 1934, foram

[94]TIBAJI, 2002, p. 274.

representadas em São João del-Rei cerca de quinze revistas escritas por autores locais:

Título	Autor	Data de estreia
Mudança da Capital	Modesto de Paiva	26 ago. 1893
A Onça	Modesto de Paiva	12 ago. 1897
Os chorões da ponte do Rosário	Sem autor	18 dez. 1897
Falei bem ou falei mal	Modesto de Paiva	16 de ago. 1903
A princesa de Minas	Severiano de Resende	03 nov. 1906
O reino dos perneiras	Alexandre Poggio	14 mar. 1907
Urucubaca em São João	Tancredo Braga	19 jan. 1915
Terra Ideal	Tancredo Braga	09 dez. 1915
O gramofone	Alberto Gomes	30 mar. 1916
Fitas e discos	Licarião Diógenes	25 abr. 1916
Número um	Durval Lacerda	23 mai. 1917
Meu boi fugiu	Ribeiro da Silva e Oscar Gamboa	18 mar. 1918
Ver pra crer	Ribeiro da Silva e Oscar Gamboa	10 jul. 1918
A mina do Brugudum	Agostinho Azevedo	21 jul. 1931
São João del Rei, falada, musicada, sincronizada e cantada	José Viegas	21 fev. 1934

Fonte: TIBAJI, 2002, p. 274/275

Alberto Tibaji diz que das 60 peças são-joanenses listadas por Antonio Guerra em seu livro *Pequena história do teatro,* compreendendo o período de 1879 a 1964 foram levadas a cena "16 revistas (sendo as outras: 22 comédias, 16 dramas, um vaudeville, uma opereta, uma burleta e três peças sem designação de gênero." Percebemos claramente a estreita ligação do teatro amador são-joanense com música:

> Se a revista foi um dos gêneros mais cultivados pelos autores locais, isso não

> significa que foi o único gênero de teatro musicado estimulado e apreciado pela população. Foram apresentadas várias operetas, comédias musicadas, burletas, vaudevilles, etc, o que nos obriga a mencionar a convivência do teatro sagrado com o profano, sobretudo se pensarmos que São João del-Rei foi uma cidade que se destacou pela produção e execução da música sacra em seus rituais católicos[95].

O "Clube Teatral Arthur Azevedo" colocou em cena muitas destas revistas locais, a se destacar a que vamos brevemente analisar, foi o grupo amador local de maior destaque em São João del-Rei e provavelmente o de maior duração no Brasil. Este grupo teria encerrado suas atividades na década de 1970, porém, o Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas da Universidade Federal de São João del-Rei considera que a data de 1985 marcaria o encerramento de seus trabalhos, sendo que neste ano sua sede foi vendida e transformada em um supermercado[96].

Uma peça do repertório do teatro de revista são-joanense que merece ser lembrada é *O Número Um*[97]. Datada de 1917, foi escrita por um autor local chamado Durval Lacerda. A trilha musical foi composta pelo maestro Telêmaco Neves,

---

[95]TIBAJI, 2002, p. 263

[96]TIBAJI, 2002, p. 265.

[97]A Universidade Federal de São João del-Rei, sob a responsabilidade do GPAG – Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas da mesma instituição – mantém um acervo teatral que pertenceu a um antigo grupo dramático local, o "Clube Teatral Artur Azevedo", assim como a coleção particular do fundador do grupo, Antônio Guerra. Acervos estes compostos por inúmeras peças como operetas e revistas da virada do século XIX para o XX e suas respectivas partituras.

então regente da orquestra Ribeiro Bastos.[98] Além de mostrar os sujeitos populares da cidade, criticar os rumos que tomava a modernização então em curso, mostrar as mazelas das instituições públicas e particulares, a peça apresenta um dos folguedos mais populares na cidade, a festa do Divino Espírito Santo no bairro de Matosinhos, o carnaval local e os gêneros musicais populares então em voga nos salões da sociedade de São João del-Rei: o maxixe, o cateretê, entre outros.

Durante a peça, Cajuquinho, motorista do automóvel "Número Um" apresenta São João del-Rei a Tibúrcio Militão, "caipira" que visitava a cidade. Ao final do segundo ato o personagem Cajuquinho, o anfitrião, decide por mostrar ao visitante as "danças usadas" em São João del-Rei: *One-steep,* Polca, Valsa, *Schottisch,* Maxixe e o Cateretê.

Primeiramente uma alegoria representando o *One-steep*, dança de origem norte-americana, sobe ao palco dançando, cantando e apresentando suas peculiaridades a Tibúrcio e ao público. Apesar de ser a "moderna" e prazerosa "dança da moda", percebemos através dos diálogos entre os personagens Tibúrcio e Cajuquinho que certos lugares ainda não estavam "familiarizados" com este tipo de dança:

> Tibúrcio: Oh, seu Cajuquinho, isso lá na Catiara era um escândalo danado! Tá doido! Dançar assim tão agarrado!
> Cajuquinho: O senhor fala assim porque não está acostumado com centros civilizados como São João. Hoje é moda as danças modernas, ainda há muitas outras,

[98] *O Número Um*, Revista de costumes locais de Durval Lacerda. GPAG – Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas da UFSJ.

> até mais modernas que são preferidíssimas nos salões.
> Tibúrcio: Como está o mundo virado[99].

Logo após, são apresentados os demais gêneros, porém, vamos direto ao que nos interessa aqui, as danças e gêneros musicais nacionais. Mais adiante, ao final do ato, entram no palco o maxixe e o cateretê. O personagem Tibúrcio se mostra curioso por conhecer uma dança famosa por ter sido o "terror da família":

> Tibúrcio: Tá tudo muito bão, mas vancê não me amostrou ainda, uma dança braba, que me falaram que há nas cidades grandes, o tá chamado maxuxi.
> Cajuquinho: Qual histórias! Qual brava nada, ele aqui tem entrada nos salões com o nome de tango. É acolhido o mais vibrante entusiasmo. Ele, o terror da antiga família, é hoje muito querido dos salões, o genuíno maxixe, o gostoso maxixe brasileiro.

Um personagem representando o maxixe entra em cena apresentando suas qualidades e um casal de dançarinos também faz a sua defesa cantando e bailando:

> Ela:
> O maxixe brasileiro
> Tem elegância e tem arte
>
> Tem fama no mundo inteiro
> É dançado por toda a parte
>
> Ele:

[99]O Número Um, Revista de costumes locais de Durval Lacerda. GPAG – Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas da UFSJ.

É mesmo para assombrar
Como é bom como é ditoso
Que delícia requebrar
Oh, que maxixe gostoso!

Ela:
Que gozo enorme se tem
Que prazer é requebrar
Que muita gente de bem
Maxixe só quer dançar

Ele:
É a dança mais que excelente
Estupenda e faz vibrar
De prazer mexe com a gente
É mesmo de machucar!

Diante da apresentação, o personagem de Tibúrcio parece se render aos requebros do maxixe: "Ih seu Cajuquinho, esta dança parece ser boa deveras, boa mesmo, esta eu vou introduzir na Catiara. Oia só (finge dançar)."

Marginalizado pelas periferias de São João del-Rei no final do século XIX, o cateretê parece sair da exclusão. Diante de tanta música e dança, Tibúrcio se lembra de uma manifestação típica de sua região e fica sabendo que ela também se fazia presente na cidade de São João del-Rei:

> Tibúrcio: ...Mas porém a dança mais sentimentá que inté hoje eu conheço é o cateretê como nóis dança lá na Catiara, aquilo sim, aquilo é que da gente ficá maraviado.
> Cajuquinho: Ah, o cateretê temos também ele por aqui, vai ver como também nos cogitamos dele, é um sapateado de arrelia

que bole com poeira da sala e faz a gente espirrar.

O “estrondoso” e “entusiasmado” cateretê parecia ser uma realidade constante entre os divertimentos são-joanenses já que foi lembrando numa revista de costumes locais. Podemos comprovar sua existência desde o século XIX ao ser noticiado em festas frequentadas pela “súcia folgasan” e por Magdalenas. Agora, no entanto, ele parece ganhar o respeito dos cidadãos sendo lembrado numa peça teatral:

Ela: É uma coisinha tão boa
Que tem muito que sabê
Pois não é qualquer pessoa
Que dança o cateretê

Ele: Sou fio dos arredó
Moro pro lado de lá
Sou bicho turuna só
Que sabe sapateá.

Podemos cogitar que esse dançarino, “fio dos arredó”, fosse morador de um dos arredores da cidade citados por Severiano de Rezende anos antes: Barro, morro da Forca, no Pau d’Angá e o morro das Mercês.

Portando, nos parece plausível perceber como foi importante o papel divulgador do teatro de revista em relação às músicas e danças nacionais, facilitando sua aceitação perante um grande público devido à alta “popularidade” desse gênero teatral. Mais ainda, a nascente indústria fonográfica registrava muitas dessas manifestações musicais brasileiras. Interessante também notar que em São João del-Rei, uma revista local foi intitulada por *O Gramofone*, em 1916, certamente pelas reações

que este novo aparelho causava na vida cultural da cidade, divulgando o maxixe, o tango brasileiro, o lundu, e até mesmo o próprio cateretê, assim como ajudando a difundir gêneros estrangeiros tais quais o *One-Steep* e o *Fox Trot*, por exemplo.

Com o passar dos anos, os são-joanenses parecem ter, se não aceitado, respeitado as manifestações artísticas do povo:

Cajuquinho:
É uma cousa mui gostosa
Se dizer pras dançadeiras
Mulata, mulher sestrosa
Quebra bem essas cadeiras

Tibúrcio:
Sem sê home de sabê
Sem sê advinhadô
Juro que o cateretê
Foi no céu que se inventou

Bibliografia

ABREU, Martha. *O Império do Divino*: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. São Paulo: Nova Fronteira, Fapesp, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e Ordem Privada no Império,* in ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) História da Vida Privada no Brasil Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Cia das Letras, V. 2, 1997.

ALMEIDA, Marcelo Crisafuli N. *A música e suas manifestações populares no último quartel do século XIX*. São João Del Rei, UFSJ, 2006.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da música brasileira.* São Paulo, Martins, 1965.

ANDRADE, Mário. *Pequena história da música.* São Paulo: Martins, sd.

AQUINO, Marta Aparecida de. *História social da música em São João del-Rei no último quartel do século XIX*. São João del-Rei: FUNREI, 1996.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Annablume, FAPEMIG, 2008.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamariom S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de (Org) *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2007

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei.* Volumes I e II, 2 e, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia*: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.) *Carnavais e outras f(r)estas*: ensaios de história social da cultura. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, Cecult, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis:* para uma sociologia do dilema brasileiro.6 e. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Editora da Unicamp - Campinas - (SP), 1995.

GALO, Pedro Paulo Vilela. *Coalhadas e Rapaduras*: história social da música em São João Del Rei no Século XIX. São João Del Rei: FUNREI, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

GUERRA, Antônio. *Pequena História de Teatro, Circo, Música e variedades em São João Del Rei* – 1717 a 1962. Juiz de Fora: Esteva – Lar Católico, 1968.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais* – São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* 1808-1850. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

KIEFER, Bruno. *História da música brasileira*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1970.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUCA, Tânia R. de. *A revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. SP: UNESP, 1999.

MENCARELLI, Fernando Antônio. *Cena aberta*: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

MORAIS FILHO, Melo *Festas e tradições populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

NAPOLITANO, Marcos. *História e música.* Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NASCIMENTO, Jacqueline Dean Pôssa. *Nacionalismos e folclore na Obra de Alexina de Magalhães Pinto*. São João del-Rei: FUNREI, 2001.

NEVES, José Maria. *A Orquestra Ribeiro Bastos e a vida musical em São João Del Rei.* Rio de Janeiro: O Globo; 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5 e.São Paulo: Brasiliense, 1994.

PASSARELLI, Ulisses. Dez antigas notícias do folclore de São João del-Rei. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. Vol. XI. Universidade Federal de São João del-Rei. 2005.

PEREIRA, André Luiz Mendes. *As festas de coroação dos reis negros em São João del Rei no século XIX*. São João del-Rei: UFSJ. 2000.

REZENDE, Maria da Conceição. *A música na história de Minas Colonial.* Belo Horizonte: Itatiaia; 1989.

ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco:* raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TIBAJI, Alberto. *Teatro brasileiro de revista*: de Arthur Azevedo a São João Del-Rei. Tese de Doutorado, USP, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. *Cultura Popular*: temas e questões São Paulo: 2 e Ed. 34, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. *Musica popular*: teatro e cinema, Vozes, 1972.

TINHORÃO, José Ramos, *Música Popular*: um tema em debate. 2 e Rio de Janeiro, JCM, 1970.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Unicamp, 1993.

THOMPSON. Edward. Palmer. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*. São Paulo, EDUSC: 2004.

VIEGAS, Aluízio José. *Música em São João Del Rei de 1717 até 1900.* IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del Rei. Vol. 5, 1987.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João Del Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOBRE O LIVRO DE GUIOMAR DE GRAMMONT: ALEIJADINHO E O AEROPLANO: O PARAÍSO BARROCO E A CONSTRUÇÃO DO HERÓI COLONIAL

Oyama de Alencar Ramalho
Sócio Honorário

Em 2002, Guiomar de Grammont concluiu sua tese de doutoramento com o título Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Transformada a tese em livro, editado pela Civilização Brasileira, os lançamentos ocorreram no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, respectivamente, aos 11 e 18 de novembro de 2008.

Nossa intenção não é resumir nem resenhar a obra, pois necessário é ler atentamente o livro, que se inicia com uma advertência: "Esta não é a história de um personagem. (...) Não é uma biografia; é a desconstrução de não apenas uma de várias ilusões biográficas que se sucederam na história da arte brasileira."

A palavra desconstrução associa-se ao intelectual argelino Jacques Derrida (1930-2004), figura conhecida nos meios filosóficos e nas teorias da literatura, que, embora não referenciado na bibliografia, parece-nos a fonte metodológica da autora para empreender o seu trabalho.

Neste nosso artigo queremos abordar determinadas consequências que ocorrem fora da Academia, pois, ali, estatutariamente, o que importa é a livre construção do conhecimento, submetido à avaliação das bancas examinadoras, em cujos critérios não devem constar outros interesses além da verificação da recomendável condução da pesquisa.

No mundo do senso comum, capitalista e globalizado — achamos que, infelizmente —, vicejam outros tipos de interesse e, em se tratando de arte, a consequência imediata é com o mercado, em cuja variabilidade transitam personagens do sofisticado mundo dos colecionadores, das galerias, dos ilustrados marchands, dos eruditos curadores de exposições e dos pareceristas de autorias, ao despreparado guia turístico, passando por todos aqueles que faturam por tabela a existência do que hoje se considera arte. No âmbito do mercado, qualquer coisa que atrapalhe os cifrões não é aceitável.

Há um discurso velado e bem elaborado, que, aparentemente, não se refere ao mercado, mas, na verdade, é o seu fiel escudeiro. Então, a obra de Guiomar de Grammont tem que ser surrada e enquadrada como anátema. Desqualificando o trabalho da autora em nome de determinados valores, salva-se o mercado.

Entre as vozes que apareceram na imprensa, relativas ao livro, destacamos uma, dado o prestígio do autor que, acreditamos, não seria pessoa que produza por encomenda, embora possa ser usado pelos guardiões do sistema.

Trata-se do crítico Wilson Martins, dono de expressivo e invejável currículo, cuja palavra escrita em livros e jornais tem-se transformado em doutrina. Entretanto, com todo respeito e modéstia, ousamos comentar matéria publicada no *JB ONLINE*, de 4/agosto/2009, a propósito da obra de Guiomar de Grammont:

Wilson Martins aponta contradições em pesquisa sobre Aleijadinho*

RIO - Em pesquisa acadêmica exemplar – exemplar pela qualidade e defeitos – prejudicada pelo título fantasioso e sensacionalista, Guiomar de Grammont propôs-se a "demonstrar" o que o clássico e incontornável Frederico José Ferreira Bretas havia observado desde 1858 a propósito de Aleijadinho, ou seja, a banalidade que "desde que um indivíduo qualquer se torna célebre e admirável em qualquer gênero, há quem, amante do maravilhoso, exagera indefinidamente o que nele há de extraordinário, e das exagerações que se vão depois sucedendo e acumulando, chega-se a compor finalmente uma entidade verdadeiramente ideal".

Contrariando o dito popular de morder e depois soprar, o crítico sopra primeiro e morde depois. Em pesquisa acadêmica exemplar — exemplar pela qualidade e defeitos —. Entendemos que pesquisa com defeitos não pode ser exemplar. A pesquisa pode conter argumentos discutíveis, mas não pode ser defeituosa, uma vez que não passaria pela etapa da qualificação.

Avaliamos que a pesquisa não foi prejudicada pelo título fantasioso e sensacionalista. O título, pode-se dizer, nem foi inventado pela autora.

O lançamento do livro Aleijadinho e o aeroplano, no nosso modo de ver, foi um acontecimento importante e oportuno, pois que o historiador e o historiógrafo, há muito, estão em recesso.

Não há novidades documentais que permitam a continuidade da escrita da História. E dizemos mais, se apareceu algum vestígio esclarecedor em algum armário velho de sacristia, provavelmente tomou rumo incerto e ignorado,

pois a vigilância do empreendimento mais hercúleo já realizado na historiografia brasileira continua vigendo entre aqueles que consideram Bretas um produtor de narrativa histórica.

Quando o Conde Afonso Celso escreveu, em 1911: — (...) aqui o extraordinário Aleijadinho, sobre esculpir testemunhos imperecíveis de seu gênio artístico, aparelhou, segundo a voz popular, um instrumento semelhante aos modernos aeroplanos com o qual conseguiu, antecessor do glorioso mineiro Santos Dumont, desprender-se da terra e cavalgar a inconsistência do espaço. — o bravo Feu de Carvalho, citando essa pérola, em 1934, deixou para o leitor a incumbência dos comentários.

Foi o que Guiomar de Grammont fez em 2002, no âmbito restrito da Academia, e, em 2008, com a publicação de sua tese transformada em texto acessível ao pequeno público leitor do Brasil.

Portanto, não vemos o título como fantasioso e sensacionalista da parte da autora, mas uma apropriada alusão ao fantasioso sensacionalismo do Conde caudatário de Bretas.

Por falar no incontornável Bretas, observamos que não é Frederico José, mas Rodrigo José Ferreira Bretas, bisavô de Rodrigo Melo Franco de Andrade, competente primeiro dirigente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que consumiu esforços e utilizou de seus poderes, que não eram poucos, para transformar a monografia do bisavô, de ficção para narrativa histórica.

O pequeno equívoco de trocar um nome por outro é um detalhe de somenos, até porque, sabemos, matéria de jornal é feita às carreiras e os revisores não são versados em todos os assuntos.

Em outras publicações, o equívoco poderia indicar outros desdobramentos, inclusive o levantamento da dúvida sobre o restante do texto.

Não concordamos que o intento de demonstrar o que Bretas inseriu nos Traços biográficos... seja uma banalidade. Pelo contrário, a questão é fundamental e tem sido pouco estudada pelos teóricos, ou seja: quando um texto é ficção e quando é narrativa histórica? Grammont observou (p. 92): "O interesse pela arte mineira cresceu a tal ponto que gerou um *boom* de obras sobre o tema, com níveis diversos de elaboração e pesquisa, sem que, muitas vezes, se possa traçar um limite preciso entre esses gêneros. Da história se fez literatura, e vice-versa."

Se o que escreveu Bretas era um atestado ou confissão de que sua obra era ficção, por que Rodrigo Melo Franco de Andrade gastou tanto tempo e recursos para demonstrar a veracidade de uma lenda? Por que não se contentar com a figura de Antônio Francisco Lisboa, um artífice (hoje, artista) que existiu, assinou recibos e apareceu em alguns livros de receita e despesa de algumas ordens religiosas?

Entendemos que o trabalho de Guiomar de Grammont não se trata de demonstrar que o Aleijadinho não existiu ou se era possível fazer tudo o que lhe é atribuído. Um Antônio Francisco Lisboa (há mais de um), que assinou recibos não pode ser o Aleijadinho do Bretas, caracterizado por uma origem falha, duvidosa e imprecisa. Na verdade, ninguém sabe quem foi o Antônio Francisco Lisboa dos recibos, quem eram seus pais, quando e onde nasceu. O Aleijadinho do Bretas não é personagem histórica porque os Traços Biográficos... não é um livro de História.

É ficção, tão ficção como Nossa Senhora de Paris, no qual Quasimodo era o sineiro de Notre Dame.

*

Contudo, toma essa entidade ideal para concluir que se trata de uma entidade inexistente: na sua opinião, o Aleijadinho jamais existiu, o livro seminal de Ferreira Bretas sendo apenas uma obra de ficção (Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial).

A obra de ficção não é apenas obra de ficção. Se for obra de ficção não pode ser narrativa histórica. Uma não é mais do que a outra no sentido valorativo. O que não é recomendável é acreditar em obra de ficção ou escrever narrativa histórica mentirosa.

*

Trata-se, como declara, de uma "leitura sobre leituras": o Aleijadinho "é uma imagem que foi reinventada para adequar-se aos objetivos políticos de cada época", premissa arbitrária, já que os "objetivos políticos" não são jamais explicitados de forma convincente.

Para nós a expressão objetivos políticos é muito ampla. Que fazemos que não seja político? Entendemos, no entanto, que a criação de mitos e lendas é um mecanismo bem utilizado pelas forças hegemônicas e neste exato sentido, a criação do Aleijadinho se encaixa com perfeição. Serve para inúmeros propósitos e não temos como saber se Bretas já pensava nisso. Talvez não, mas é inegável que a lenda foi aproveitada.

Ver o trabalho de Dalton Sala, amplamente citado por Grammont. A expressão leitura sobre leituras aparece na página

36 (na Introdução) e, dez linhas depois, segue a definição: o Aleijadinho é uma imagem que foi reinventada para adequar-se aos objetivos políticos de cada época.

Não entendemos a premissa como arbitrária e muito menos que os objetivos políticos não foram explicitados.

O capítulo 2 é inteiramente sobre esse assunto. Concordamos que a forma possa não ter sido convincente para o crítico.

Neste caso, outro livro poderia ser escrito.

Dizemos mais. Basta observar os acontecimentos que giram em torno do lançamento de um livro como o Aleijadinho e o Aeroplano para se constatar que os objetivos políticos existem como nunca. As manifestações no lançamento ocorrido no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, demonstram que os objetivos políticos existem.

A própria matéria que estamos comentando contém objetivos políticos (mesmo que o autor não queira) ou é utilizada por outros com objetivos políticos, sobretudo vindo de um crítico renomado e respeitado.

*

De qualquer forma, a autora toma as diferentes versões existentes sobre o artista como prova de que ele jamais existiu, o que é uma contradição nos seus próprios termos.

Não entendemos assim. O que Grammont disse é que a biografia sobre o artífice é das mais repetitivas que existem (p. 35), e isso, além de não ser contradição, não serve para provar a inexistência do Aleijadinho.

De fato, só há duas versões: a de Bretas, repetida indefinidamente, com aspas e sem aspas, que se transformou em

versão oficial; e outra de Eduardo Prado (*Le Brésil en 1889*), pouco conhecida e alimentada sem muito sucesso por Augusto de Lima Júnior, na qual o Aleijadinho era Antônio José da Silva, nascido em Sabará. Sobre essa segunda versão há o curioso episódio relativo aos manuscritos que lhe dariam suporte documental, misteriosamente incendiados numa garagem.

*

Tanto existia que as inspirou: o raciocínio só seria válido se a variedade acabasse por produzir uma "imagem" única, que é, justamente, a que conhecemos.

Queremos entender que Aleijadinhos há muitos (p. 33). O Aleijadinho existe, mas não é um.

Existem vários Aleijadinhos sucedendo-se na história (p. 34). Existe o Aleijadinho da identidade nacional, dos viajantes, dos modernistas, patrono das artes, criador da escola mineira de arquitetura, da indústria turística e do mercado de arte. Todos eles vieram de Bretas com a sua única versão. Até quem não acreditou em Bretas, como José Mariano Filho (Antônio Francisco Lisboa, 1945), que gastou um livro para desdizer detalhadamente que Bretas teria inventado coisas, assumiu o Aleijadinho como personagem histórica, apesar de garantir que não era maneta. Esse sim, foi um autor contraditório, ou melhor, incoerente, pois faz Antônio Francisco Lisboa = Aleijadinho, depois de condenar Bretas.

*

Problemas semelhantes têm surgido, ao longo dos séculos, com referência a autores maiores e menores, o que, no que concerne a Shakespeare, por exemplo, foi resolvido por

Mark Twain de maneira definitiva: Shakespeare jamais existiu, mas as suas obras foram escritas por um outro homem que também se chamava Shakespeare.

Esse é um assunto do qual só temos sumárias informações. Ultrapassa nossos conhecimentos.

Nada a comentar.

*

Diversos pesquisadores e, com eles, Guiomar de Grammont, acham absurdo que "um homem executasse no tempo de sua vida a quantidade de obras atribuídas ao Aleijadinho", fenômeno que não justifica tantos espantos se lembrarmos que a superprodução é a rotina na história das artes: nas antigas corporações, "o trabalho era distribuído entre diversos oficiais, sem que houvesse necessariamente uma distinção entre as várias mãos que se detinham na execução de um mesmo trabalho". Prática corriqueira que lhes garantia o pão e, mais tarde, o pão dos professores.

*

Houve mudanças de entendimento quanto a essa questão. Quando Grammont fala da impossibilidade de produzir tanto em tão pouco tempo refere-se à concepção anterior à de oficina (ateliê para alguns), que ainda não estava em curso. Na época das contestações de Feu de Carvalho (1934), o que se atribuía ao Aleijadinho não era a responsabilidade de um mestre de oficina, mas a própria feitura das obras. E se fosse um só a fazer tantas coisas, realmente haveria motivos para espantos e dúvidas. Tanto que o Conde Afonso Celso teve que arranjar um aeroplano para encurtar o tempo das viagens feitas pelo toreuta. O Aleijadinho, Catálogo Geral da Obra, produzido por Márcio

Jardim (2006), fala em 425 peças, entre escultura, entalhamento, escultura ornamental, arquitetura, marcenaria, desenho e outras. Para quem conhece o como fazer essas coisas, o número é bastante impressionante para ser operado por uma só pessoa. Foram os próprios defensores de Bretas e do Aleijadinho que introduziram nas discussões o modelo da oficina para tornar palatável a superprodução do artífice. Ver O Aleijadinho e sua oficina (2003), de Miriam Andrade e outros.

*

Negando a existência real do Aleijadinho, Guiomar de Grammont afirma ou supõe que as obras supostamente de sua autoria foram, na verdade, executadas por outros: "o conjunto de Congonhas, efetivamente realizado por sua oficina (...) foi executado por poucos profissionais em um tempo relativamente curto. Mas a possibilidade de que o entalhador tivesse sob suas ordens um ou mais escravos engenhosíssimos e peritos, cuja 'autoria' teria desaparecido completamente no curso da História, essa não há como comprovar".

Pode-se e deve-se negar a existência real do Aleijadinho se o ponto de partida for a convicção de que os Traços biográficos..., de Bretas, seja ficção. Então não há obras supostamente de sua autoria.

O trecho citado pelo crítico (p. 229) está faltando uma parte importante, pois que Grammont estava se referindo a Antônio Francisco Lisboa, personagem real, não ao Aleijadinho.

Poderia ter sido o caso de Antônio Francisco Lisboa? Supomos que não, porque o conjunto de Congonhas…

Historicamente não há como comprovar, pois não há suporte documental detalhado relativo à autoria.

No século XVIII, nas Minas do Ouro, parece que não se dava importância aos artífices que faziam. A exemplificação com dados documentais que lastreiam a suposição é copiosa. Privilegiava-se, registrando nos livros, o nome de um mesário que fez determinado pagamento por um risco e omitia-se o autor do risco.

Registrava-se o nome do dono de meia dúzia de escravos que trabalharam em determinada obra, mas omitiam o que os escravos fizeram.

*

Suposições pessoais

Vê-se que trabalha sobre suposições pessoais,

Há suposições impessoais? Para nós todas as suposições são pessoais.

*

tais como as que censura ou condena nos predecessores, é verdade que pelo conhecido recurso retórico que consiste em afirmar por meio de interrogações: “Quem sabe os 'autores' das obras mais interessantes atribuídas a Antônio Francisco Lisboa não teriam sido seus escravos? Ou, se se quiser conservar a tese anacrônica do 'gênio' iluminado, apenas (grifo do colunista) de seus escravos?”. Em outras palavras, se o Aleijadinho existiu não foi o autor de suas obras, mas, se não existiu, algum outro, pelo menos tão genial foi o autor.

Ela gratuitamente substitui um mito por outro. O diabo é que as pedras continuam lá...

Não! Grammont não substituiu um mito por outro. A sua obra mostra como se construiu um mito.

As pedras continuam lá..., porque o Antônio Francisco Lisboa (e outros, que não são mitos) colocaram-nas lá... Quasimodo, efetivamente, nunca tocou os sinos de *Notre Dame*, mas os sinos sempre foram e são tocados pelos sineiros reais.

*

Nesse jogo de hipóteses, houve quem afirmasse

Quem afirmou? (Parece até o Bretas escrevendo).

*

que o Aleijadinho, agora existente na realidade, trabalhava movido pelo "desejo de ascenção (sic) social", suposição ao mesmo tempo delirante e anacrônica, pecado mortal em historiografia.

Tivemos que ler (pela quarta vez) o livro de Guiomar de Grammont em busca das expressões entre aspas e confessamos que não as encontramos.

O assunto ascensão social foi abordado nas páginas 237, 238, 239 e 240, com a citação de vários autores que trataram do tema: Caio Boschi, Francisco Curt Lange, Fernando Correia Dias, Laura Mello e Souza e Waldemar de Almeida Barbosa.

As palavras da autora são as seguintes: A "mobilidade social" dos mestiços, com a consequente "ascensão social" dos mulatos nas Minas, é a tópica mais corrente nos estudos historiográficos sobre as manifestações artísticas do século XVIII. (p. 237, 239).

Parece-nos que se alguém disse que o Aleijadinho, agora existente na realidade, trabalhava movido pelo "desejo de ascensão social" não é afirmativa de Grammont.

O tema abordado pelos referidos autores não nos parece suposição delirante e anacrônica nem pecado mortal em historiografia. São abordagens que todo estudioso tem o direito de fazer.

*

Pode-se pensar que trabalhavam simplesmente para ganhar a vida, porque, na época, não havia capilaridade social possível.

Não será isso uma suposição pessoal do crítico? Entendemos que seja uma suposição válida como ponto de partida. A questão é obterem-se dados que transformem a suposição em afirmação plausível, assim como os autores citados anteriormente fizeram suas suposições.

*

Nessa ordem de ideias, é pelo menos surpreendente a estranheza de Mário de Andrade quanto à ausência de qualquer referência ao Aleijadinho e às suas obras por parte dos poetas arcádicos,

---

Não é surpreendente a estranheza de Mário de Andrade..., pois o intelectual paulista não iria achar coisa alguma que servisse para contestar Bretas. Basta lembrar que ele estava na folha do Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Parece-nos que não houve ordem de ideias na crítica, pelo contrário, Mário de Andrade aparece na página 166 com a seguinte citação: Famoso e frigidamente esquecido, parece ter

sido a posição social que Antônio Francisco Lisboa sofre na terra dele.

Segue o comentário da autora: — Ora, esse fato, que causa estranheza a tantos pesquisadores, efetivamente é apenas mais uma amostra do anacronismo intrínseco à mitologia do artífice. Os árcades eram, em sua maioria, letrados brancos, membros da elite local, enquanto Antônio Francisco Lisboa, sendo artífice, deveria pertencer a uma outra esfera, desqualificada pelo estereótipo da "limpeza de sangue" e das "artes mecânicas" trabalhadas, no caso, sem nenhuma ironia, com as mãos. — que é muito parecido com o que se segue, imaginamos, da lavra do crítico.

*

cuja mentalidade e princípios estéticos pertenciam a um mundo mental e social completamente diverso. Àquela altura, o Aleijadinho era visto apenas como um artesão a serviço das igrejas, numa sociedade em que as artes "mecânicas" eram, por definição, de natureza inferior.

*

Voltando à matéria publicada no *JB ONLINE*, está evidente que Wilson Martins não daria o título — contradições em pesquisa sobre o Aleijadinho — ao que escreveu. Ele simplesmente escreveu sobre o livro. Provavelmente algum editor apressado imaginou que cairia bem um título dessa natureza para desqualificar a obra de Guiomar de Grammont.

Que o crítico possa não simpatizar com a tese da autora é um direito seu.

Imaginamos que se Wilson Martins estivesse compondo a banca examinadora poderia até reprová-la por

outros motivos idiossincráticos; mas contradições, parece-nos, não há.

*

2 de agosto de 2009.

Um breve passeio pelo universo cultural são-joanense e cataguasense: o Barroco, o Ecletismo e o Modernismo

Vânia Roseli Vilela de Ávila
Titular da cadeira "Francisco de Lima Cerqueira"

Podemos dizer que o Barroco[100] é termo estilístico e filosófico da História da sociedade ocidental, um movimento inspirado no fervor religioso e na passionalidade da Contra Reforma[101]. O barroco é manifestação artística que procura comover intensamente o espectador, quer seja na arquitetura, escultura, pintura, literatura e demais vertentes em que se apresenta. O barroco brasileiro, claramente associado ao catolicismo, desenvolveu-se durante o século XVIII até o início do século XIX. Duas vertentes tipificam o estilo barroco brasileiro, o das regiões açucareiras e o das mineradoras; nas regiões que não tiveram nem açúcar e nem ouro, as construções religiosas apresentam tímidas talhas e foram erguidas por artistas menos expressivos. O Barroco, portanto, estava ligado à uma condição econômica favorável. O ponto culminante do barroco aliado à riqueza aurífera aparece em Minas Gerais, através dos mestres que trabalharam neste Estado, dando origem ao que se chamou de Barroco Mineiro.

O Ecletismo mostra-nos a combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra. "Se percebe no ecletismo

---

[100]A palavra barroco é de origem portuguesa; já serviu para designar uma pérola de forma irregular.

[101]Movimento também denominado Reforma Católica, surgido em contraposição à Reforma Protestante, iniciada com Lutero, em 1517.

um amálgama entre a tradição e o progresso". Observa-se, especialmente na arquitetura do século XIX e XX, que:

> No intervalo de aproximadamente setenta anos (1880- 1950), São João del-Rei registra um patrimônio que legará para a história de sua arquitetura, variedades que vão desde o ecletismo iniciante, depurado e com características quase neoclássicas até o resquício de um modernismo insipiente (LIMA, 1995).

O Modernismo é uma corrente artística que surgiu na última década do século XIX. O nome deste movimento deve-se à loja que o alemão Samuel Bing abriu em Paris no ano de 1895: Art Nouveau. No resto da Europa difundiram-se diferentes traduções: Modernismo, na Espanha; Jugendstil, na Alemanha; Secessão, na Áustria; e Modern Style, na Inglaterra e Escócia. Com características próprias em cada um desses países, foram as primeiras exposições internacionais organizadas nas capitais europeias que contribuíram para forjar certa homogeneidade estilística. A arquitetura foi a disciplina integral à qual se subordinaram as outras artes gráficas e figurativas modernistas. Reafirmou-se o aspecto decorativo dos objetos de uso cotidiano, mediante uma linguagem artística repleta de curvas e arabescos, de acentuada influência oriental. A Semana de Arte Moderna, entre 13 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, é considerada como marco inicial do Modernismo brasileiro. Aquele evento, repleto de conferências, apresentações musicais, apresentações literárias, dança e música, reuniu dezenas de intelectuais da época e foi liderado pelo "Grupo dos Cinco", composto por Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti del Pichia.

O Barroco Mineiro, com suas ligações profundas com o ciclo do ouro, encontra-se ainda bastante tipificado em São João del-Rei, além das outras cidades históricas de MG. O Modernismo em Minas Gerais tem a sua maior representação na cidade de Cataguases. Ambas as cidades têm uma representação sentimental forte na minha vida e na minha formação, porque sou cataguasense de nascimento e são-joanense por opção, desde 1986, e por adoção, desde 2005[102].

A Cataguases coube a primazia do Modernismo em Minas Gerais. Esse pioneirismo deveu-se principalmente a Francisco Inácio Peixoto, o maior industrial da cidade, escritor e poeta. Ele é quem foi o grande mecenas que patrocinou diversas obras modernistas que até hoje encantam a cidade! Thiago Segall Couto, arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, assim se expressou a respeito da tradição modernista cataguasense:

> Localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, Cataguases é uma cidade que no decorrer do século XX teve seu nome associado a empreendimentos industriais e com uma significativa produção cultural identificada com o espírito e o estilo modernista. Seu patrimônio artístico e arquitetônico, formado, sobretudo, nas décadas de 40 e 50, é mencionado em diversas publicações, geralmente acompanhado de um sentimento que reúne surpresa e curiosidade, ao se relacionar a importância desse patrimônio com o contexto singular de pequena cidade do interior. A título de exemplo, no livro Arquitetura Moderna no Brasil, de Henrique E. Mindlin, encontramos o seguinte

[102]Por iniciativa do ex-vereador Domingos Ramos Alves fui agraciada, pela Câmara Municipal de São João del-Rei, em 06.12.2005, com o título de cidadã honorária de São João del-Rei.

> comentário: “Cataguases é um caso curioso de pequena cidade, com apenas 20 mil habitantes, que pode se gabar de ter um grande número de projetos arquitetônicos modernos”. E de acordo com o arquiteto Francisco Bolonha, que projetou diversas obras na cidade: “Cataguases é uma exceção, pois viveu, na prática, a democracia propalada pela arquitetura modernista, que outras cidades só conheceram em discurso”. (...) Para a historiografia, a presença de uma 102 Por iniciativa do ex-vereador Domingos Ramos Alves fui agraciada, pela Câmara Municipal de São João del-Rei, em 06.12.2005, com o título de cidadã honorária de São João del-Rei. 198 atuante elite intelectual na cidade apresenta-se como um fator decisivo para a ocorrência de boa parte das produções culturais, principalmente a arquitetura. Merece destaque central, nesse aspecto, o industrial e escritor Francisco Inácio Peixoto, pois, além de membro criador da revista Verde, a ele é atribuído o impulso inicial da produção da arquitetura moderna na cidade, devido à encomenda feita a Oscar Niemeyer do projeto de sua própria residência (1941), que contou com paisagismo de Roberto Burle Marx, mobiliário de Joaquim Tenreiro, e esculturas de José Pedrosa. (COUTO, 2004).

Cataguases é também a cidade importante na história do cinema nacional, haja vista que:

> Humberto Mauro (1897-1983) fez filmes entre 1925 e 1974, tendo sempre como tema e foco o Brasil, e foi reconhecido por isso como o “mais brasileiro” dentre os diretores do cinema nacional. Realizou filmes nos vários momentos em que o cinema de ficção parecia nascer ou renascer das próprias cinzas - do ciclo regional em Cataguases nos anos 20 (5 filmes), passando pelo sonho conjunto com Adhemar Gonzaga na Cinédia entre 30 e 33 (3 filmes), onde dirigiu seu filme mais conhecido e

reconhecido - Ganga Bruta (1933). Realizou com a atriz e produtora Carmen Santos seu filme de maior sucesso de público - Favella dos meus amores (1935) - e Cidade mulher (1936), ambos perdidos num incêndio da Brasil Vita Filmes. Em 1937, dirigiu O Descobrimento do Brasil para o Instituto do Cacau da Bahia. Em 1940, fez Argila. Em 1952, criou seu próprio estúdio, o Rancho Alegre, reatando os laços com a cidade natal, Volta Grande, onde filmou Canto da saudade, seu último filme longo. Em 1974, Carro de bois foi o último filme. Entre 1936 e 1967 foi o cineasta responsável pela realização de 357 filmes do Instituto Nacional de Cinema Educativo, criado pelo Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema e dirigido pelo antropólogo Edgard Roquette-Pinto até 1947. Mauro, portanto, percorreu e construiu com suas lentes o país que se inventa e reinventa sem cessar. Colocou em movimento as imagens e o imaginário que conformara o Brasil até então e continuava a se produzir, dando-lhes a sua interpretação, acrescentando símbolos, reiterando outros. Como diretor dos filmes do Instituto Nacional de Cinema Educativo, órgão criado em 1936 para ser um meio avançado de educação, participou com o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, seu diretor, da grande empreitada de, através das imagens de seus vultos históricos, riquezas naturais, descobertas científicas e tecnológicas, criar um novo país. Nesse sentido, estes inúmeros filmes que procuram abordar diferentes aspectos nacionais terminam por compor um novo inventário sobre um país que, acreditava-se, devia se conhecer para se forjar, e o cinema seria um grande aliado nessa tarefa. É importante assinalar aqui que Mauro realizará nesse período os primeiros filmes científicos nacionais (SCHVARZMAN, 2000).

A cidade de Cataguases, assim como o Brasil, reverencia a ousadia cinematográfica de Humberto Mauro[103]:

> Nessa trajetória de 50 anos de filmes, Humberto Mauro constrói um Brasil em imagens que vêm a se tornar, elas mesmas, matrizes do cinema brasileiro. E o próprio Mauro torna-se um símbolo de brasilidade e autenticidade, "a substância maior que não foi percebida", apropriado como bandeira do Cinema Novo por Gláuber Rocha, descoberto e redescoberto por críticos e historiadores do cinema, no primeiro momento de construção da história do cinema brasileiro no final dos anos 50. Alex Viany, Paulo Emílio Salles Gomes e o próprio Mauro só reiteram os signos que são identificados como os de sua autenticidade a cada nova diferente fase da defesa e da construção da nacionalidade (anos 50 a 70). No momento de seu depoimento de 1966 ao Museu da Imagem e do Som, por exemplo, é interessante perceber como já historiciza as suas memórias, de forma a caber nos discursos que soam bem aos ouvidos dos críticos. Se percebe neorrealista antes do neorrealismo, por exemplo, dando a si e aos brasileiros a primazia na criação do novo estilo cinematográfico. (conf. SCHVARZMAN)[104].

É também conhecida a trajetória daqueles que ficaram apelidados de "Ases de Cataguases"[105] e que fundaram a

---

[103]Humberto Mauro nasceu em Volta Grande, (então vilarejo da Zona da Mata, originado em volta de uma Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, de 1874, que pertencia ao Município de Além Paraíba, emancipado em 1938), mas passou a sua vida na vizinha cidade de Cataguases, onde chegou ainda menino.

[104] Em: http://www.studium.iar.unicamp.br/seis/3.htm

[105]Grupo composto por Rosário Fusco, Enrique de Resende, Francisco Inácio Peixoto, Ascânio Lopes, Guilhermino César, Camilo

Revista Literária Verde, no ano de 1927. A publicação foi o principal veículo para a solidificação do Modernismo em terras Mineiras: Um grupo de rapazes editando uma revista contra as regras literárias acadêmicas, na década de vinte, não parece novidade. Porém, se esses rapazes estão na Zona da Mata Mineira, a 315km de Belo Horizonte, 240km do Rio e 655km de São Paulo; se eles estão editando uma revista de circulação nacional que congrega vários outros grupos, inclusive artistas internacionais; e se eles têm uma produção artística do mais vivo vanguardismo, então esse grupo torna-se curioso, no mínimo. (RICHA,2008)

O Manifesto Verde, uma espécie de "carta de intenções" publicada na revista Verde número 3, de 1927 (antes do "Manifesto Antropófago", que é de 1928), trouxe fortes argumentações, irreverentes, indignadas e carregadas de fortes apelos de independência e pela não acomodação da cultura. Vejamos o manifesto:

> Este manifesto não é uma explicação. Uma explicação nossa não seria compreendida pelos críticos da terra, pelos inumeráveis conselheiros que dogmatizam, empoleirados nas colunas dos jornais mirins do interior. E seria inútil para os que já nos compreenderam e estão nos apoiando. Nem é uma limitação dos nossos fins e processos, porque o moderno é inumerável. Mas é uma limitação entre o que temos feito e o que os outros fizeram. Uma separação entre nós e os nossos adesistas de última hora, cuja adesão é um desconforto. Pretendemos também focalizar a linha divisória que nos põe no lado oposto ao dos demais

---

Soares, Martins Mendes, Oswaldo Abritta e Cristophoro Fonte Boa. Eles foram apelidados por Mário de Andrade de "Os Ases de Cataguases".

modernistas brasileiros e estrangeiros. Não sofremos a influência direta estrangeira. Todos nós fizemos questão de esquecer o francês. Mas não pense ninguém que pretendemos dizer que somos - os daqui - todos iguais. Somos diferentes. Diversíssimos até. Mas, muito mais diferentes do pessoal das casas vizinhas. Nossa situação topográfica faz com que tenhamos, é fato, uma visão semelhante do conjunto brasileiro e americano, e da hora que passou, passa e que está para passar. Daí a união do grupo VERDE. Sem prejuízo, entretanto, da liberdade pessoal, processos e modo de cada um de nós. Um dos muitos particulares característicos do nosso grupo é o objetivismo. Todos somos objetivistas. Explicação? Não precisa. Basta meter a mão na cabeça, pensar, comparar e concordar. O lugar que é hoje bem nosso no Brasil intelectual foi comparado tão somente ao do forte grupo de Belo Horizonte, tendo à frente o entusiasmo moço de Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, Martins de Almeida e Emílio Moura, com a fundação da Revista, que embora não tendo tido vida longa, marcou época na história da inovação moderna em Minas (Eles é que primeiro catequizaram os naturais de Minas e nos animaram com o exemplo para a publicação de VERDE). Apesar de citarmos os nomes dos rapazes de Belo Horizonte, não temos, absolutamente, nenhuma ligação com o estilo e vida literária deles. Somos nós. Somos VERDES e este manifesto é feito especialmente para provocar um gostosíssimo escândalo interior e até vaias íntimas. Não faz mal, não. É isso mesmo. Acompanhamos São Paulo e Rio em todas as suas inovações e renovações estéticas, quer na literatura como em todas as artes belas, não fomos e nem somos influenciados por eles, como querem alguns. Não temos pais espirituais. Ao passo que outros grupos, apesar de gritos e protestos no sentido do

abrasileiramento de nossos motivos e nossa fala, vivem por aí a pastichar o "modus" bárbaro do Sr. Cendrars[106] e outros franceses escovados ou pacatíssimos. Não temos pretensão alguma de escanchar os nossos amigos. Não. Absolutamente. Queremos é demonstrar apenas a nossa independência no sentido escolástico, ou melhor, "partidário". O nosso movimento verde nasceu de um simples jornaleco da terra - JAZZ BAND. Um jornalzinho com tendências modernistas que logo escandalizaram os pacatíssimos habitantes desta Meia Pataca. Chegou-se mesmo a falar em bengaladas. E daí nasceu a nossa vontade firme de mostrar a essa gente toda que, embora morando em uma cidadezinha do interior, temos coragem de competir com o pessoal lá de cima. A falta de publicações, casas editoras e dinheiro tinha feito com que ficássemos à espera do momento propício para aparecer. Mas a VERDE saiu. VERDE venceu. Não esperamos aplausos ou vaias públicas, porque aquilo que provoca verdadeiro escândalo põe o brasileiro indiferente, na aparência, com medo ou com vergonha de entrar no barulho. Sim. Não esperamos aplausos ou vaias públicas. Os aplausos de certos públicos envergonham a quem os recebe, porque nivelam a obra aplaudida com aqueles que a compreenderam. Não fica atrás a vaia. A vaia é às vezes ainda uma simulada expressão de reconhecimento de valores. Por isso preferimos a indiferença. Esta será a mais bela homenagem que nos prestarão os que não nos compreendem. Por que atacar a VERDE? Somos o que queremos ser e não o que os outros querem que sejamos.

---

[106]Blaise Cendrars: referência ao pseudônimo do escritor e poeta suíço-francês Frédéric Sauser, que visitou o Brasil de 1924 a 1935. Aconselhou aos modernistas que tomassem o trem para Minas e ao invés de navios para o Le Havre (porto que leva a Paris). Acompanhou os modernistas em sua viagem pelas cidades históricas de MG, em 1924.

Isto parece complicado, mas é simples. Exemplo: os outros querem que escrevamos sonetos líricos e acrósticos portugueses com nomes e sobrenomes. Nós preferimos deixar o soneto na sua cova, com os seus quatorze ciprestes importados, e cantar simplesmente a terra brasileira. Não gostam? Pouco importa. O que importa, de verdade, é a glória de VERDE, a vitória de VERDE. Esta já ganhou terreno nas mais cultas cidades do país. Considera-nos a grande imprensa os únicos literatos que têm coragem de manter uma revista moderna no Brasil, enquanto o público de nossa terra, o respeitável público, nos tem na conta de uns simples malucos, criadores de coisas absolutamente incríveis. É positivamente engraçado. E foi para dizer estas coisas que lançamos o manifesto de hoje, que, apesar de tão encrencado, nada tem de manifesto, apenas um ligeiro rodeio em torno da nossa gente, do nosso meio.

RESUMINDO:

1.º Trabalhamos independentemente de qualquer outro grupo literário.

2.º Temos perfeitamente focalizada a linha divisória que nos separa dos demais modernistas brasileiros e estrangeiros.

3.º Nossos processos literários são perfeitamente definidos.

4.º Somos objetivistas, embora diversíssimos uns dos outros.

5.º Não temos ligação de espécie nenhuma com o estilo e o modo literário de outras rodas.

6.º Queremos deixar bem frisada a nossa independência no sentido "escolástico".

7.º Não damos a mínima importância à crítica dos que não nos compreendem.

Cataguases/1927 Enrique de Resende, Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Fonte Boa, Martins Mendes, Oswaldo Abritta, Camilo Soares, Francisco I. Peixoto.

As obras modernistas da cidade de Cataguases foram objeto de tombamento pelo IPHAN, em 1994, assim como o núcleo histórico de São João del-Rei, em 1938. As principais obras modernistas na cidade de Cataguases são: Santuário de Santa Rita - projeto Edgar Guimarães do Valle, 1944; apesar de ser um projeto de grande importância modernista, para a sua construção foi sacrificada uma Igreja neogótica projetada por Agostinho Horta Barbosa em 1893[107]. Residência de José Inácio Peixoto - projeto Edgar Guimarães do Valle, 1946. Residência Francisco lnácio Peixoto, projeto Oscar Niemeyer, 1941-44. Colégio Cataguases - projeto Oscar Niemeyer, 1944. Hotel Cataguases – projeto Aldary Toledo e Gilberto Lemos. Escultura "Mulher", de Jam Zack e móveis do designer Joaquim Tenreiro, 1951. Maternidade e Hospital infantil – projeto Francisco Bologna, 1951. Cinema e Teatro - projeto Aldary Toledo e Carlos Leão, 1953. Edifício "A Nacional" - projeto M. M. M Roberto, 1953. Orfanato Dom Silvério - projeto Francisco Bologna, 1954. Mural de Marcier e painel externo de Anísio Medeiros. Monumento a José Inácio Peixoto - Escultura de Bruno Giorgi, painel de Portinari executado por

---

[107]Se São João del-Rei chora a derrubada da primitiva Igreja de Matosinhos, de 1770, em Cataguases demoliram uma igreja neogótica, de 1893. Se aqui a demolição teve como protagonista o pe. Jacinto Lovatto, em Cataguases a demolição teve como protagonista monsenhor Solindo José da Cunha, nascido em São João del-Rei em 21 de julho de 1900 e falecido em Cataguases no dia 1° de dezembro de 1985. Revendo as Revistas já editadas pelo IHG de S. João del-Rei, deparei-me com o registro "Solindo José da Cunha - Cataguases" na relação de sócios correspondentes, página 101 do volume 01, datado de 1973. A partir do volume 1 da revista, o nome dele inexplicavelmente desapareceu da relação de sócios do nosso IHG...

Américo Braga, 1956. Painel de Azulejos na Fachada do Educandário Dom Silvério Anísio Medeiros - "Pássaros" – 1954. Painel de Azulejos na Fachada de Residência Anísio Medeiros - "Feira Nordestina" – 1958. Painel de Pastilhas de Paulo Werneck. Fachada de Residência – 1948. Djanira - Santuário Santa Rita de Cássia; painel de azulejos. Cândido Portinari – painel "As Fiandeiras" – 1956. Já não existe mais, em Cataguases o formidável painel "Tiradentes", que ornamentava o Colégio Cataguases e foi vendido para o Governo de São Paulo e atualmente está exposto numa das salas do memorial da América Latina; Cataguases se contenta com uma sofrível réplica da dita obra[108].

Se a Cataguases cabe ser a representante maior do Modernismo em Minas Gerais, a São João del-Rei cabe ser a grande representante da arquitetura colonial e das artes barrocas, além do Ecletismo.

Inspirou-me também para a elaboração deste artigo, além das razões já apresentadas, um evento acontecido na vizinha cidade de Tiradentes, na Fundação Oscar Araripe, na noite de 08 de março de 2008, Dia Internacional da Mulher,

---

[108]Por ocasião da abertura da exposição "Verdes Modernos", na Fundação Oscar Araripe, em Tiradentes, iniciou-se uma interessante conversa sobre a possibilidade de a comunidade cataguasense iniciar conversações com o Governo de São Paulo uma negociação para a volta do painel Tiradentes, obra pintada por Cândido Portinari para a cidade de Cataguases. O dr. Rouanet sugeriu que a negociação fosse encabeçada pelo Governo de MG. José Antônio de Ávila Sacramento, sugeriu que para se obter êxito na negociação, fosse apresentada por MG uma boa "moeda de troca" a São Paulo, ou seja, uma obra que tivesse simbolismo para os paulistas e que porventura estivesse em MG. Falta, contudo, encontrar uma "boa moeda" que possa interessar a SP.

onde aconteceu a abertura da exposição "Verdes Modernos", composta de parte do acervo de pinturas, esculturas e desenhos trazidos do Museu de Belas Artes de Cataguases, com obras de artistas modernistas, trazidas pelo gestor executivo do Instituto Francisca de Souza Peixoto, Marcelo Inácio Peixoto[109]. Era a "minha Cataguases" mais perto da "minha São João del-Rei"! No vernissage apreciamos obras de Iberê Camargo, Heitor dos Prazeres, Jan Zach, Guignard, Faiga Ostrower, Bologna, Ceschiatti, Percu Deane e outros. No folder que apresentou a exposição (uma feliz tentativa de relembrar a capa do volume inicial da "Revista Verde"), o intelectual Sérgio Paulo Rouanet, ex-ministro da Cultura, escreveu que existe um "milagre de Cataguases" ao explicar "o fato de que uma cidade interiorana de Minas Gerais tenha se transformado, no início do século 20, em importante centro de criação e irradiação da cultura, não somente nacional como internacionalmente".

À presença modernista de Cataguases em Tiradentes, soma-se o espírito barroco mineiro e são-joanense do século XVIII; assim, tudo se converge e se transforma num encontro de tendências, num formidável "laboratório" cultural.

Antes de me transferir definitivamente para São João del-Rei, já impressionava-me a majestosidade da arquitetura aqui existente, da qual ouvira falar e já admirava através de breves visitas. Por reflexos dos modelos das lições da História

---

[109]Na ocasião, os nossos confrades José Antônio de Ávila Sacramento e Adenor Luiz Simões Coelho se esforçaram para trazer a exposição "Verdes Modernos" até São João del-Rei, contando com a boa vontade de Marcelo Peixoto. O fato não concretizou face à escassez de recursos e falta de patrocínios.

Oficial[110] recebidas nos meus primeiros bancos escolares, eu fazia uma relação direta desta grandiosidade arquitetônica unicamente com o trabalho de Antônio Francisco Lisboa, o "Aleijadinho". Até então, antes de aprofundar um pouco mais no tema, eu desconhecia (e, também, ninguém ensinava) que outros mestres tão ou mais formidáveis que o celebrado Aleijadinho existiram e deixaram seus trabalhos nesta cidade, como é o caso de Francisco de Lima Cerqueira, meu patrono de cadeira neste Instituto e a quem ainda ficamos a dever o merecido reconhecimento.

Como preito de reconhecimento ao meu patrono de cadeira neste IHG, reporto-me a "Uma Introdução a posteriori", contida no livro "Francisco de Lima Cerqueira na Vila de São João del-Rei, Minas, Comarca do Rio das Mortes – 1774-1808"

> ...Quem foi afinal Lima Cerqueira, o que fez de tão importante para merecer algum especial reconhecimento da posteridade? Em poucas palavras, poder-se-ia responder que o mestre lusitano foi o responsável pela construção da igreja de São Francisco (até 1805); do frontispício e das torres da igreja do Carmo; pela supervisão da construção das pontes da Cadeia, do Rosário e fiador da feitura da ponte da Misericórdia (hoje, soterrada). Como são monumentos destacados da arquitetura são-joanense, avaliamos que a importância dessas edificações deveria estar atrelada ao nome de quem foi o responsável pelas suas existências, entretanto isto não aconteceu. Aqueles que escreveram sobre parte da arquitetura de São João del-Rei preferiram destacar a hipotética participação do

[110]Se há uma "História Oficial", deve ser porque existe uma outra, a "não oficial", mas que pode ser a verdadeira!

> misterioso Aleijadinho, seguindo os cânones da história oficial... (RAMALHO & CHAVES, 2008).

A respeito de tendenciosas atribuições de obras arquitetônicas, especialmente em São João del-Rei, para quem desejar se aprofundar no tema, é importante meditar sobre o que está escrito no livro "A Rasura – Francisco de Lima Cerqueira e Antônio Francisco Lisboa, ainda...". Nessa obra o autor Oyama de Alencar Ramalho traz fortes argumentações, todas muito bem fundamentadas, de que houve uma rasura contida no termo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco desta cidade, com a data de 11 de setembro de 1785, quando o rasurador acrescentara à margem do dito termo, o nome de Antônio Francisco Lisboa no lugar de Antônio Martins, esquecendo-se, no entanto, de rasurar o mesmo nome que estava escrito no mesmo termo, um pouco mais adiante.

Vê-se, portanto, infelizmente, que no âmbito dos créditos das autorias das obras de arte há sutis e/ou grosseiras alterações a favor de alguém e em prejuízo de outrem, mas todas elas sempre contra a História. Então, creio que já é chegado o tempo de nos determos em estudos que realmente apurem as figuras que trabalharam em favor da arquitetura colonial mineira, principalmente em São João del-Rei, fazendo-lhes a devida justiça, ainda que *in memoriam*. É o que devemos tentar fazer, a despeito da força do sistema.

Contudo, muita coisa me impressionou a partir da transferência de Cataguases para esta terra são-joanense: a pujante tradição cultural, educacional, política, literária e arquitetônica de São João del-Rei, fatos que conhecia apenas superficialmente. Aqui pude conhecer de perto as tradições desta cidade, a força de sua musicalidade, a linguagem do toque

dos sinos, a singularidade do parque ferroviário da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, a trajetória política e humanista do dr. Tancredo de Almeida Neves – personalidade que, em 04 de março de 2010, celebramos o centenário de nascimento[111]. Impressionou-me a habilidade do santeiro Osni Paiva em transformar toras de madeira em santos tão expressivos que parecem querer falar. Impressionaram-me o desempenho e a obra do saudoso professor Sebastião de Oliveira Cintra, o ativismo cultural do sempre lembrado professor Ary Rodrigues, a profunda cultura do professr Abgar Antônio Campos Tirado e a cultura filosófica do Dr. José Maurício de Carvalho. Impressionou-me também, em São João del-Rei, a cultura, a sobriedade, as qualidades de pesquisador e as aptidões literárias do professor Oyama de Alencar Ramalho[112].

---

[111]Através do Governo de Minas (governador Aécio Neves da Cunha) e das articulações da dra. Andréa Neves, sob o patrocínio da FIEMG (o são-joanense Dr. Robson Braga de Andrade é o presidente da entidade) foi lançado, ainda no início do ano de 2009, o projeto "Terra de Livres"; além de propor a revitalização urbana do centro histórico, a ideia central do projeto é promover eventos culturais periódicos, através de cortejos, apoiados por uma espécie de plataforma móvel motorizada, que abrigará e arrastará manifestações culturais diversas como teatro, dança, música e projeções, num misto de congraçamento e integração de turistas e moradores locais. No segundo semestre do mesmo ano, foi apresentada a proposta de revitalização dos equipamentos urbanos da cidade, com previsão de inauguração das obras em 04 de março de 2010, durante as comemorações do centenário do dr. Tancredo Neves. Soma-se a isto a proposta que está em andamento para reconhecer mundialmente a São João del-Rei como "Cidade Criativa na Música", pela UNESCO.

[112]Em São João del-Rei, tomei conhecimento do trabalho de Oyama Ramalho e do seu companheiro Átila Godoy para formatar a idéia

Desejo relembrar também que a cidade de Cataguases e a Região dos Campos das Vertentes têm ligações bastante antigas. Muitos já devem ter ouvido falar do Coronel José Vieira de Resende e Silva, nascido em Lagoa Dourada no ano de 1829. Coronel Vieira transferiu-se para Cataguases em 1842. Casou-se com Feliciana, filha do coronel José Dutra Nicácio. Fundou e construiu a Fazenda do Rochedo. Naquela edificação o coronel Vieira revelou toda a sua cultura e o seu espírito de homem moderno. Tinha a convicção de que estava construindo um palácio não só para a residência da família, mas para receber e hospedar toda a elite política, empresarial e social daquela época. É atribuída ao Coronel Vieira a iniciativa de elevação do Curato de Meia Pataca à condição de Município. O romântico nome de Cataguases foi escolhido pelo Coronel Vieira, em homenagem a um riacho do mesmo nome, que existia próximo da casa onde nascera, em Lagoa Dourada, localidade que dista pouco mais de 4 dezenas de quilômetros de São João del-Rei. Os Cataguás, aqui nesta região, também deram nome a um modesto arraial, atual cidade de Entre Rios de Minas e nomeou a histórica fazenda Engenho Velho dos Cataguás.

---

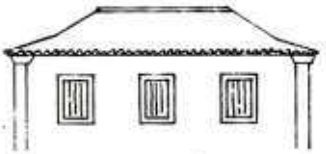
inicial e justificar a viabilidade do projeto "Estrada Real e suas Variantes", atual Projeto Estrada Real; assim, podemos afirmar sem receios que a Estrada Real nasceu aqui! Pude acompanhar também a ideia da criação do Centro Regional de Documentação das Vertentes, surgida da mente do prof. Oyama (sobre este assunto ver artigo publicado no vol. X da Revista deste IHG, ano 2002, página 68). Também pude saber da fundamental participação de Oyama no planejamento e nas articulações para a criação da então FUNREI, hoje UFSJ.

Desta forma está justificada a minha tentativa de passar aos leitores, através desta publicação, um pouco da minha experiência de quem nasceu na cidade modernista e que vive numa cidade colonial e eclética. Falei sobre coisas bastante diferentes, mas relacionadas. Acredito que a arquitetura pode ser entendida como uma representação material do nosso modo de viver, sendo que as referências culturais visuais podem também representar os nossos desejos. A arquiteta e urbanista Tatiana Pimentel escreveu que "arquitetura é vida: queremos uma casa com telhado colonial para referenciar a nossa origem portuguesa; queremos um sofá com encosto alto e bem almofadado, para sentirmo-nos reis; queremos o brilho do ouro e da prata em nossa casa, carro, móveis para sentirmo-nos valorizados; queremos mármores e outras pedras para dar-nos a sensação de solidez e perenidade a nossos bens".

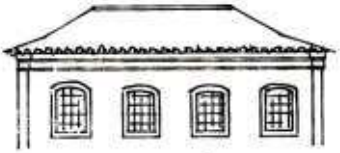
Assim, mesmo não tendo habilitação técnica sobre assuntos arquitetônicos, aventurei-me na dissertação destes temas. A minha intenção foi passar uma mensagem descritiva e sintética sobre as duas cidades, de forma espontânea e positiva. Se as razões que me levaram a escrever este artigo forem bem compreendidas, dar-me-ei por bastante satisfeita[113]!

[113]Este artigo foi escrito em setembro de 2009.

EXEMPLOS DE EVOLUÇÕES DE FACHADAS EM SÃO JOÃO DEL-REI – MG[114]

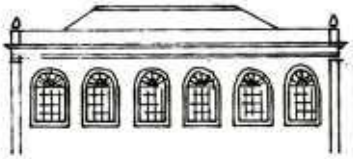


SÉCULO XVII



SÉCULO XVIII

INÍCIO SÉCULO XIX



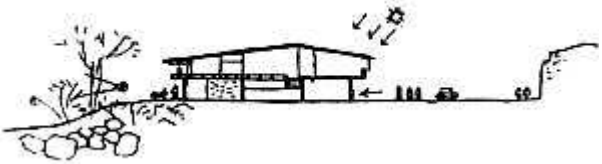
MEADOS SÉC. XIX

INÍCIO SÉC. XX

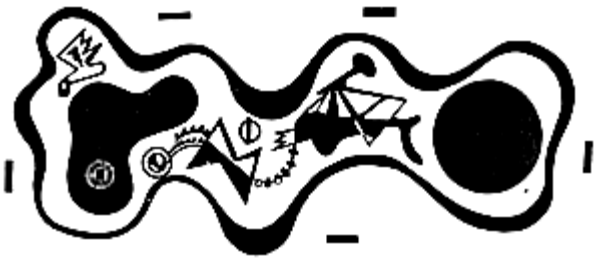
MEADOS SÉC. XX

[114] Desenho de Sérgio José Fagundes de Souza Lima, in: Revista do IHG de São João del-Rei, vol. VIII, 1995, pág.56.

EXEMPLOS DA ARQUITETURA MODERNISTA DE CATAGUASES – MG



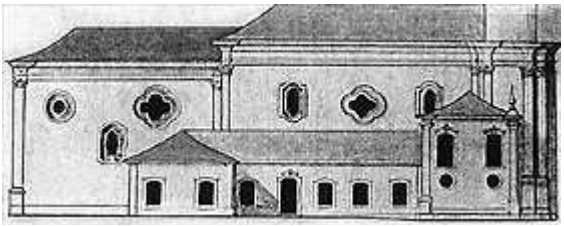
Croquis de Oscar Niemeyer para a Residência de Francisco Inácio Peixoto, em Cataguases. Fonte: L'Architecture d'aujourd'hui. Paris, n. 42-43, 1952, p. 83



Praça de Cataguases. Projeto de Roberto Burle Marx, 1942. Fonte: MOTTA, Flávio L.. Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem. São Paulo, Nobel, p.56

Croquis do Cine-Teatro e Clube Social, 1953. Arquitetos Aldary Henrique Toledo e Carlos Leão. Fonte: *L'Architecture d'aujourd'hui*. Paris, n. 42-43, 1952, p. 86

EXEMPLOS DA ARQUITETURA COLONIAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - MG



Reprodução do suposto projeto para a fachada, frontispício e para a elevação lateral da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em São João del Rei. (Arquivo do Museu da inconfidência – Ouro Preto – MG)

Bibliografia:

A Arquitetura Eclética e sua integração com a arquitetura colonial de São João del-Rei; Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró - Memória; 7ª Diretoria Regional - Minas Gerais; Escritório Técnico de São João del-Rei - Minas Gerais

ALVARENGA, Luís de Melo. Catedral Basílica Nossa Senhora do Pilar: São João Del Rei - Minas Gerais/Luís de Melo Alvarenga. Juiz de Fora, MG s/n: FUNREI.

BRASILEIRO, Vanessa Borges. São João del Rei: uma proposta alternativa de leitura do patrimônio ambiental. Monografia Final do Curso de Especialização em Urbanismo, Escola de Arquitetura da UFMG, 1995.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del-Rei. 2 ed. Belo Horizonte. 1982, 2 vols.

COUTO, Thiago Segall. Patrimônio modernista em Cataguases: razões de reconhecimento e o véu da crítica. In: Arquitextos: periódico mensal de textos de Arquitetura). Texto Especial nº 264 – novembro 2004.

GUIMARÃES, Geraldo. São João del-Rei: Século XVIII, História sumária. São João del-Rei: Segrac, 1996.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

IPHAN. Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4 ed. 1994.

LIMA, Sérgio Fagundes de Souza. Arquitetura São-joanense do Século XVIII ao XX. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-rei, Volume VIII, 1995.

MOURA, Antonio de Paiva. Uma tradição de modernidade. Disponível em: http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/univlercidades/modernis mo/index.htm

RAMALHO, Oyama de Alencar. A Rasura - Francisco de Lima Cerqueira e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, ainda... São João del-Rei: Fundação Lusíada/RCS Arte Digital, 2002.

RAMALHO, Oyama de Alencar. CHAVES, Miguel Francisco Pacheco. Francisco de Lima Cerqueira na Vila de São João del-Rei, Minas, Comarca do Rio das Mortes – 1774-1808. São João del-Rei: edição única, 2008. 513 pp.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. Verdes Modernos. In: Jornal de Minas – Edição de Março de 2008.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. Saudação ao Governador do distrito 4580 do Rotary Club, Ronaldo William Moreira Valverde e a sua esposa Renata Alves Portela Valverde. São João del-Rei. 2005. Discurso proferido na sede social do Minas Futebol Clube.

SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta. O Movimento modernista Verde. De Cataguases-MG:1927-1929. Cataguases: Empresa Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2008, 376 p.

SCHVARZMAN, Sheila. As utopias de Humberto Mauro. Disponível em http://www.studium.iar.unicamp.br/seis/3.htm

SCHVARZMAN, Sheila. Humberto Mauro e as imagens do Brasil. UNICAMP, São Paulo.2000.

Quanto custa não fazer?

Wainer de Carvalho Ávila
Titular da cadeira "Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes"

Nosso continente é conhecido como "civilização" a partir dos conquistadores profissionais Cristóvão Colombo e Pedro Cabral e no Brasil vamos encontrar os anos 1720 de Assumar; 1789 de Barbacena; 1908 de D. João VI; 1822 e 1831 de Pedro I e 1842 de Pedro II, mas todos sem povo ou com o povo sem alma e sem voz. Se considerarmos que as forças militares de D. Manoel Iº, o Venturoso, em 1500 tinham um plano invasivo não é nenhum absurdo pois oito anos antes em Valladolid, Espanha e Portugal firmaram acordo internacional estabelecendo as questões lindeiras de seus territórios americanos, acordo que é conhecido como Tratado de Tordesilhas e o instituto do *Uti possi detis* (Lat. como possuis) trata exatamente do que a lei civil moderna diz de "posse mansa e pacífica" ou, a grosso modo, usucapião. Foi a primeira invasão. A segunda invasão foi mais perniciosa, visto que tramada e magistralmente organizada em termos militares e econômicos e comandada pela poderosa e invencível armada inglesa a protegê-la de Junot. Já na outra fuga, está para lá, nem um dobrão foi deixado aqui e a colônia sofreu violento saque em seus cofres. Parece que os procedimentos da realeza lusa inspiram ainda o "coronelismo" das famílias reais encasteladas nos três Poderes da República brasileira.

O Conselho Federal de Cultura Brasileiro, em sessão plenária, de 10 de julho de 1976, analisou e aprovou por unanimidade o parecer do Conselheiro Arthur César Ferreira

Reis, por solicitação do Ministério do Exército, indicando o personagem representativo de nossa Independência para figurar em monumento em Santiago do Chile, que passaria a ter os bustos dos libertadores americanos. Em trabalho demorado e minucioso concluiu por aceitar a indicação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, enviando oficialmente o nome de José Bonifácio. Desta forma, ombreando o Patriarca da Independência José Bonifácio com Washington, Bolívar, Toussaint Louverture, Marti, Morelos, Sucre, O´Higgins, ficam os brasileiros sem saber quem é o responsável por nossa independência.

Sobre nosso passado tão pouco levado a sério, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (Jornal do Brasil, 2 -3 -72) dá este excerto: "...que o Príncipe prestou sua adesão para não perder seu trono da América, quando seu velho pai estava quase a perder o trono que lhe restava na Europa" e no Correio Mercantil "que D. Pedro estava servindo a Portugal, mesmo quando processava a independência do Brasil, para que assim mantivesse na sua dinastia o trono que a conjugação dos fortes ameaçava."

O Senador líder da Revolução de 1842, Theófilo Benedicto Ottoni, orador oficial do Congresso na inauguração da estátua equestre de D. Pedro I, no Rio, em 24 de março de 1862, pede desculpa e diz que ali deveria estar o Alferes Tiradentes e não o Príncipe da Beira, pois aquela "imensa estátua equestre teria uma significação de justiça e verdade, se colocada em solo português."

Varnhagen e Calógeras fornecem preciosos registros sobre a Independência de 1822, especialmente seus prólogos, registros que podem ser vistos nas representações diplomáticas

de Portugal, França, Inglaterra, Estados Unidos e muito curiosamente em documentos austríacos da Casa de Habsburgo, pelo casamento de Pedro I com a irmã da segunda esposa de Napoleão. Nesses relatos diplomáticos, José Bonifácio realmente propugnou pela Independência da colônia, mas impunha condição sobre o futuro dos dois reinos que, em seu entendimento, deveriam constituir uma "Monarquia Dual". Seu plano era que Portugal e Brasil fossem equivalentes em poder e direitos, com o Brasil seguindo diretrizes daquele, de acordo com o que estabelecia a Constituinte de Lisboa.

Ao Corpo Diplomático, em 14 de agosto de 1822, já nas portas do 7 de setembro, manda "salvar, porém, a devida e decorosa união com toda as partes da grande família portuguesa e debaixo de um só chefe supremo, o sr. D. João VI..." (Palácio do Rio de Janeiro, l4 de agosto de 1822. Ass. José Bonifácio de Andrada e Silva. Os pedaços do corpo de Tiradentes e sua pregação republicana pairavam sobre as cabeças coroadas e tiravam o sono dos absolutistas Habsburgos, Orleans, Bourbons e especialmente Braganças. A carta da esposa do Príncipe, esta da Casa de Viena com seus termos duros, parece-me ser o documento mais forte em favor do rompimento com as autoridades portuguesas, sem pretender fazer daquela senhora uma precursora da Independência. Era muito forte o sentimento de liberdade; era latente e feria nossos brios e simplesmente ignorá-lo era o mesmo que entregar a colônia aos ideólogos da República, já que todo o continente estava liberto pelo fio das armas e era republicano. Somente o Brasil continuava colônia e com as mãos sujas no sangue de Tiradentes, Padre Roma e Frei Caneca. Era imperioso encontrar um jeito mais polido, mesmo ungido em mentiras e trapaças, para acalmar os libertários e

esse “jeitinho” sobrava em Bonifácio e em Pedro. Foi o que aconteceu. Pouco depois do 7 de setembro, em carta datada de 19 de outubro, o Arquiduque Francisco I e o Príncipe de Metternich–Winneburg recebem alvíssaras de seu embaixador, o Barão Wenzer Marschall, com estas palavras: “A ideia de república baqueou de todo e está sepultada, pois os brasileiros estão lisonjeados com os títulos de Império e Imperador” (Tal doc. ainda está em alemão)

O enredo político foi tão bem trançado que até a maçonaria cedeu, informa Tenório d´Albuquerque. Ela que via em Tiradentes um herói vencido, mas honrado e em Pedro um vencedor ignóbil, que foi autora de Declaração dos Direitos do Homem, inspiradora da Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776, que orientou a Revolução Francesa pela igualdade de todos perante a lei, em nossa independência “sofreu declínio dos edificantes propósitos em que se firmara.” (A Maçonaria e a Inconfidência Mineira). Capistrano chama o movimento de 1789 de conversa fiada de doutores e poetas frustrados. Norberto e Faraco são ainda mais decepcionantes, mas é Sérgio Buarque que identifica uma desagregação do Império Português na América dizendo que a Coroa o previu e procurou deter a marcha do pensamento histórico e usou o terror para que não se repetisse o movimento bem sucedido da América Inglesa. Alguns autores chegam a demonstrar tamanho ódio a Tiradentes que não encontro explicação. Não nego que há na historiografia nacional duas correntes claramente definidas, a favor e contra Tiradentes e chegou a hora de concitar os ânimos dos bons brasileiros para um movimento de reparação dos danos morais que, se não feriram de morte o Alferes Xavier, quase fizeram soçobrar as colunas mestras da

identidade nacional. O movimento de reparação e resgate da memória nacional, na figura de Tiradentes, deve partir de nós, seus conterrâneos. É nossa obrigação e nosso dever de civismo pois, se todos quisermos poderemos fazer deste país uma grande Nação.

Estou longe de admitir que um dia serei historiador, pois, para tal, precisaria enfrentar um vestibular homicida mas, pelo que observo em viagens e pelas conversas com pessoas interessadas em memória histórica, acrescento alguma coisa em minha modesta bagagem de conhecimentos. Tenho visto muito patriotismo, mais apropriado dizer, bairrismo, em pessoas comuns, gente de hotel, motoristas de táxi. Um desses, em Buenos Aires, militar já velho, falou tanto em Maradona, que foi seu comandado na caserna que, em um semáforo, deixou retroceder o veículo e colidiu feio com o de trás; arrancou furioso e continuou endeusando Dom Diego Maradona como se nada tivesse acontecido. Ainda na grande praça da Casa Rosada as "*locas de la Plaza de mayo*", santas mulheres na busca de seus filhos sequestrados pelos asseclas sanguinários do general Videla ou as imensas faixas onde se lê que "as Malvinas são nossas" e "*go home*" para o militarismo inglês nas Falklands.

Não é difícil entender que o United Kingdon continua bem vivo no Plata. O panteão de Napoleão ainda fica ornado diariamente por rosas de pessoas anônimas e até uma pequena placa de tomada de cena de 007 na parede do *Foreign Office* atrai multidão. Uma urna de madeira com ossos, em Ayacucho, arrancava lágrimas em nativas quéchuas e fez em mim e em Darcy Ribeiro estragos sentimentais no mandato do general Velasco Alvarado, que entregou ao mineiro de Montes Claros a montagem de uma socializada universidade, nos moldes da

Universidade de Brasília. Nunca pude ver, todavia, maior emoção do que a dos paraguaios frente aos dois canhões tomados da Tríplice Aliança.

Houve uma proposta do embaixador Stuart, que representava também a coroa lusa, dizendo reconhecer tanto Portugal quanto o Brasil, dependendo da aceitação de alguns itens e condições. Isto, segundo Paulo Setúbal, se deu em reunião do Conselho de Ministros do Gabinete Barbacena, presidida pelo jovem Imperador, que disse:

_ A Inglaterra exige, para o reconhecimento da Independência, que o Brasil pague o empréstimo de 1.400.000 libras esterlinas feito a Portugal; exige que o Brasil pague a D. João VI mais 600.000 libras a título de indenização e, para si, um novo tratado de comércio nas mesmas condições do antigo.

O Ministro da Guerra estrilou e disse:

_ É um recuo Majestade... se a Inglaterra intervier nós nos bateremos até a última gota de sangue, Majestade.

Redarguiu, furioso, o jovem Imperador:

_ Mas enfrentar com que, senhor Ministro? Nós não temos nada... enfrentar com que, senhor Ministro?

_ Enfrentar de qualquer jeito, Majestade!

_ Mas enfrentar de que jeito, senhor Ministro? De que jeito? Só se for com ... (e disse em pleno conselho uma palavra porca).

Chamo em socorro da honra brasileira pessoas especializadas em sociologia, em ciências políticas internacionais, mas muito particularmente pessoa com senso de patriotismo e capaz de se indignar. Tudo continua muito misterioso, obscuro, enigmático.

Estamos como meninos de grupo e batemos palmas para a professorinha no quadro negro mesmo sem compreender a lição. Senão vejamos, com olhos de neutralidade, se estou a me exceder. A separação entre Brasil e Portugal não trouxe à colônia nenhuma modificação substancial, pois as contradições entre o capitalismo inglês e o feudalismo ibérico não sofreram abalos que pusessem em confronto a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana e entre a classe dominante colonial e as classes dominadas coloniais. Os acordos diplomáticos de 1694 e 1703 (este o de Methuen 'John, que causou desequilíbrio total nas finanças portugueses e teve de ser compensado com ouro do Brasil) asseguraram em definitivo a ascendência econômica sobre a economia portuguesa e domínio sobre nós e muito mais haveríamos de pagar até a hegemonia mundial passar aos Estados Unidos... A fuga da corte lusa para cá e a Abertura dos Portos às "Nações Amigas" (a nação amiga era só a Inglaterra), isto é, do mercado e de todas as franquias tarifárias, se constituem no primeiro round favorável ao Duque de Wellington sobre Napoleão. Já em solo colonial, o novo senhor da situação, comandante Sidney Smith, decide fazer de Carlota Joaquina a poderosa rainha platina, pois seu país cobiçava a qualquer custo aquele rico comércio, até culminar com a Guerra do Paraguai, no Segundo Reinado.

No mesmo ano de 1822 a firma de banqueiros londrinos, sediada no Rio, *Read Irving & Co.* ofertou 400.000 libras esterlinas a D. Pedro, ávido reinol, que contou com o aval de seu Ministro das Finanças, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, Marquês de Baependi, nascido em São João del-Rei, defensor de todos os empréstimos ingleses e deixo registrado

que nosso compatrício foi o primeiro ministro da fazenda do Brasil.

Há controvérsia sobre se o primeiro empréstimo gorou, visto que o mandatário despótico daqui mantinha altos negócios de estado e terríveis segredos com seu pai despótico de lá e é certo que grandes tomadas de dinheiro foram feitas à revelia dos assessores autóctones ou com o consentimento velado deles. Mas o segundo, em 1824, no valor de 3.000.000 de libras, só foi pago 65 anos depois, com os juros mais escorchantes que o mercado de capitais já teve notícia. Ficou tristemente famoso o "empréstimo português", assim chamado porque se destinava a pagar pelo reconhecimento de nossa Independência e relatado por Paulo Setúbal. Diz a história, talvez a oral, esta a única isenta, que um Ministro do Primeiro Império propôs vender parte do território nacional para cobrir as dívidas com o Reino Unido.

Gilberto Freire, em Ingleses no Brasil, informa que "M. A. Jay falou que a abolição aparente do sistema colonial não foi, portanto, mais que uma mudança de metrópole: o Brasil cessou de depender de Portugal para tornar-se uma colônia da Inglaterra" e Normano, na obra Evolução Econômica do Brasil, diz entender que "o Brasil foi, durante longo período, um membro não oficial do império econômico da Grã-Bretanha."

O 1° Imperador do Brasil e 27º Rei de Portugal, com o título do D. Pedro IV, que em 1824 impôs sua Constituição ao Brasil e dois anos depois repetiu o triste ato em Portugal, foi o mesmo que deu o Brasil a seu filho menor Pedro e doou Portugal à sua filha criança, casada aos sete anos, Maria (da Glória) IIª (esta, brasileira de nascimento que reinou em Portugal),todos membros da Casa de Orleans e Bragança.

O Príncipe da Beira, Duque de Bragança, Primeiro Imperador do Brasil e Quarto Rei de Portugal, Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bourbon e Bragança não era de maneira nenhuma um Libertador ou um Revolucionário. Como prova, até março de 1831 (o sr. Pedro nos abandonou em um dia 7, 7 de abril, número de seu gosto e de cabala na Bíblia) havia no Brasil dois partidos políticos, o" partido português" e o "partido brasileiro". Pedro era decididamente do primeiro, este sustentado por absolutistas lusos da Real Sociedade Secreta Colunas do Trono.

Mas isto é uma História muito longa que está a pedir um estudo sério, estudo sério que pouquíssimos homens corretos tentaram enfrentar, pois pouquíssimos brasileiros querem ouvir falar em uma revisão, muito menos a histórica. Ficar como está é sempre mais conveniente, o povo não incomoda e não discutimos sobre quem fez a Independência nem de que forma o processo foi conduzido, Mas que é fato sem similar no mundo civilizado, isto é! Os que decretam são do grupo dominante, o escol de mãos não muito limpas e legislam para seus bons negócios. Então só nos sobra rever o Alferes Tiradentes, homem de São João d´El-0Rey, que tinha um único e perigoso discurso e um só ideal. Nós, aqui e agora devemos abrir ouvidos para sua pregação, seguir o Tritão, com Cecília Meireles no Romanceiro da Inconfidência e a estrofe exemplar de Castro Alves:

ei-lo, o gigante da praça,
o Cristo da multidão!

é Tiradentes que passa...
deixem passar o tritão.

Não morreu a Arcádia Mineira com seus Dirceus e Critilos, Glaucestes e Doroteus, todos no ambiente de grande efervescência e criatividade política, que, disse Rocha Pombo, nasceu entre três grandes poetas o pensamento de revolução até hoje sonhada, restituindo a Arcádia Ultramarina de Cláudio, Gonzaga e Alvarenga pelo culto das massas passando ao de outra atividade menos serena e mais tremenda e formidável, pois em vez de versos...conspiravam. Até mesmo o Aleijadinho, vivo em nossas igrejas,medalhões, empenas e portadas, quero afirmar, preciso muito crer em sua obra onde sobram indícios de efetivo engajamento pelo menos nos ideais que orientaram os Inconfidentes. Pois " as luzes da ilustrada França se acendiam sobre o mundo e haviam chegado a estas Minas Gerais, malgrado toda cautela e fiscalização para o impedir...". Vieram para mostrar os princípios do direito e de liberdade com igualdade de todos perante a lei. Conheça o Tiradentes, leitor, lendo os clássicos portugueses Camilo Castelo Branco, particularmente na obra O Demônio do Ouro; o filólogo e historiador literário Manuel Rodrigues Lapa; no Brasil é salutar ter atenção com a pensadora gaúcha Isolde Helena Brahns.

É tarefa de gigante mexer em nossa História mas é preciso refletir sobre o sigilo de certas sociedades cuja sobrevivência dele dependia, daí possivelmente ter ocorrido de maneira altruísta e abnegada que numa ultrassecreta reunião da Loja Maçônica *Libertas Quae Sera Tamen,* de Vila Rica do Ouro Preto, em fins de 1793,decidiu-se por unanimidade que a cabeça ressecada do Alferes Joaquim José deveria ser resgatada

da gaiola no alto do poste, para que pudesse receber a merecida sepultura cristã, em terreno consagrado; a cabeça daquele que nos derradeiros dias de sua vida, por sua voz, se resgatara, com imperecível dignidade, com a nobreza espiritual de um mártir cristão de outrora, de todos os múltiplos pecados e indignidades acaso cometidas em sua existência pretérita. E assim foi o resgate consumado pelo Cônego Francisco de Assis Garcia, Juca de Sousa, Eugênia e o menino. Agora, encomendada ao Senhor, em terra vermelha, jaz, de Joaquim José da Silva Xavier (TIRADENTES), a cabeça curtida em vinagre, em um cemitério abandonado de uma fazenda á vista da Lagoa. Não é forçoso crer mas também não custa ir a Quartel Geral, em Dores do Indaiá, nas margens de uma lagoa, lugar de virtudes cívicas onde líderes mações e um padre católico, com risco de vida optaram por dar sossego àquela nobre cabeça, cabeça que tantos dissabores causou ao despotismo assassino do conquistador alienígena. Em Cebollas, município de Paraíba do Sul, nossos eméritos e eminentes confrades Elizabeth e seu marido Mário Cupello, com sacrifício, visitaram e fotografaram museu dedicado ao Tiradentes e ali estão partes de seus ossos junto a uma fazendeira ,sua protetora, ou conspiradora, ou sua mulher em ambas as situações, o que os engrandece. A placa que guarnece o local tem as chancelas do Presidente da República Marechal Castelo Branco e do Ministro da Guerra Marechal Arthur Costa e Silva. Porque não ir lá e avaliar o acervo .Nós desconhecemos tais belezas que só engrandecem e os amigos e presidentes da Academia Valenciana de Letras e do Instituto Visconde do Rio Preto prestaram esse cívico serviço a nós da terra de Tiradentes.

Oscar Niemeyer foi sensível a nosso pedido e majestoso projeto arquitetônico foi-nos entregue para construção do Memorial da Liberdade na Fazenda do Pombal.

O Poder Judiciário de Minas não tem sido sensível às causas do herói e mártir da Liberdade, como fazem São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul com seus filhos ilustres falecidos, até mesmo um que morreu na Itália, o General Domenico Garibaldi, filho de Anita e Giuseppe Garibaldi.

São João del-Rei ou faz agora ou deixa de fazer para nunca mais chorar sobre seu empobrecimento intelectual, espiritual e moral. É uma verdade chocante, concordo, mas uma questão axiomática que não comporta nem carece de demonstração. Senão, veja o leitor ,se dispõe de algum tempo. Afonso Arinos de Melo Franco, em Um Estadista da República, é mais de São João e menos de Paracatu, em seu estudo sobre as condições políticas e econômicas de Minas na escolha da Nova Capital. Mostra que a zona agrícola do café desejava ardentemente arrebatar o poder das mãos dos representantes da velha zona decadente da mineração, como o fez.

Aqui é bom observar que a zona progressista era a de nossa cidade, a qual também era zona de mineração. A Mata e o Sul repeliram os conservadores, conforme correspondência de Campanha no Jornal do Comércio, do Rio, e propõem o Estado de Minas do Norte com o Espírito Santo e um porto de mar. Governava o Estado de Minas Cesário Alvim e, conforme o jornal A Renascença, de São João del Rei, de 25-01-1892, Alvim, rompido com Floriano, “se convenceu, aos poucos, contudo, de que a sua pessoa começava a servir de estorvo à pacificação da terra mineira.”

São João tinha dois mandatários no legislativo: Severiano Nunes de Resende e Eloy Reis e em texto anterior para a Revista da Academia de Letras procurei mostrar a nós, daqui, o que de fato ocorreu, e como perdemos no congresso estadual, em Barbacena, para Curral d´El Rey, o título de capital do Estado. Em primeira e segunda votações saímos vencedores e na terceira fomos derrotados pelo escore de 30 a 28 votos. O jornal Pátria Mineira de São João del-Rei, de 14 de dezembro de 1893 estampa: "Várzea aprovada em segunda discussão por 38 votos contra 16". A história oral diz que "correram muitos contos de réis" e, fico pensando em "mensalões" de Marcos Valérios, de BMGs e Bancos Rurais. Interessante lembrar que na terceira sessão faltaram 14 parlamentares, sem explicação, em uma votação tão acirrada e que encerrava questão de tanta importância para a vida dos mineiros. Outra questão de interesse e de suma gravidade é que, na ocasião, havia também um banco sob suspeita de fraudes e negociatas sobre imóveis, visto que em Curral d´El Rey eram caras as desapropriações.

Na 10ª Sessão Extraordinária, 5/12/1893, a discussão em plenário girou sempre em torno das suspeitas que envolviam a direção do Banco Regional de Minas Gerais e a existência de um sindicato interessado na escolha do lugar para a capital. A Folha de Barbacena, de 7/12/1893, noticia que o dep. Duarte Fonseca trouxe "coisa grave ao recinto do Congresso" ao denunciar especulação do Banco Regional. Mostra documento em que a diretoria promete salvar a situação precária dos acionistas com a concessão de terras devolutas que o Banco possui no Estado. "Foi uma bomba atirada naquele recinto".

Era já o final e estamos no dia 17 de dezembro, na 18ª sessão, presidência do sr. Bias Fortes e à "uma hora da tarde

feita a chamada, abre-se a sessão. É lida e aprovada a ata da antecedente. O sr. 1º secretário lê um ofício do sr. dr. Francisco Bernardino. Em seguida é lida a lei n.3 que fixa o ponto para o qual deve ser mudada a capital do Estado e o sr. Presidente, levantando-se, acompanhado dos presentes, declara em alta voz que está promulgada a lei n.3, adicional à Constituição do Estado, fixando o ponto em que deve ser edificada a capital do Estado de Minas. Assinado o autógrafo respectivo o sr. Presidente suspende a sessão até ser confeccionada a ata que deve ser aprovada hoje, declarando que amanhã será encerrada a sessão extraordinária do Congresso. À uma e meia hora da tarde, reaberta a sessão, é lida e aprovada a ata. Levanta-se a sessão. (Nessa sessão esteve presente o deputado Eloy Reis e ausente o deputado. Severiano de Resende).''

''Ata de encerramento de sessão extraordinária do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais em Barbacena, aos 18 de dezembro de 1893. Presidência do sr. Bias Fortes. (Sessão com 32 parlamentares, inclusive os dois nossos, Eloy Reis e Severiano). Ausentes, com causa participada, sete srs. deputados e sem ela os mais srs. Abre-se a sessão. O sr. Presidente declara que está encerrada a sessão extraordinária do Congresso, convocado para Barbacena, a fim de tratar da fixação do ponto onde deve ser edificada a capital do Estado. Em seguida é lida a aprovada a presente ata, tendo servido de 1º secretário o sr. Gomes da Silva. Levanta-se a sessão.'' Quantos são-joanenses sabem disso? Quantos querem saber?

A peça de Jota Dangelo "Mudança da Capital" expõe este grande tema de nossa história e deixa a indagação perigosa, fina e delicada sobre a vocação mineira para questões como esta, em suas decisões políticas e Luís Fernando Assis, da

Escola do Legislativo, escreve que "Depois de ser derrotada em duas votações anteriores, Belo Horizonte venceu, finalmente, em terceira votação, e apenas por dois votos:30 contra 28. Os esforços do deputado José Pedro Drumond tinham sido recompensados. Houve novos protestos baseados no regimento interno (se matéria derrotada em votações anteriores poderia voltar à nova votação). O fato é que a pequena diferença mostra a divisão de juízos. E o resultado poderia facilmente ser outro, pois houve ausência de 14 parlamentares. A Lei nº 3, adicional à Constituição, de 17/12/1893, determinou que a capital seria construída no arraial de Belo Horizonte, no prazo máximo de quatro anos."

Em 22 de maio de 1896 Aarão Reis sai da chefia da Comissão Construtora, dizendo: "a politicagem quer entrar na Comissão. É tempo de eu sair." Assume o cargo o dr. Francisco Bicalho.

Decreto 1.085, de 12 de dezembro de 1897: "Art. único- É declarada instalada a Cidade de Minas e para ela transferida a sede dos Poderes Públicos do Estado de Minas Gerais. a) Crispim Jacques Bias Fortes. A capital se chamou Cidade de Minas e o nome Belo Horizonte só veio mais tarde. Há fatos que procurei compreender, com muito desgaste mental, confesso, pois se não fizermos uma revisão de nós mesmos, fatos lamentáveis como este ensejarão indignação em nossos pósteros por culpa exclusivamente nossa.

Encontrei coisas assim nos encarniçados debates (ANAES, p. 446)." ...hão de produzir maiores resultados para o bem comum. Impulsionando Indústrias, a Viação Férrea, a Agricultura e a criação de estabelecimentos Agrícolas, profissionais e outros... proporcionar Facilidades aos

Capitalistas, classe indispensável à promoção das indústrias, Vias Férreas, pois ninguém desconhece que há migração de dinheiro para São Paulo e para a Capital Federal [...] devemos incentivar a Indústria, a Lavoura, a Viação Férrea."

Deve-se estudar e conhecer em maior profundidade os discursos, onde são pródigas as referências a "agricultura", "capital para instalação de indústrias" e "viação férrea" . Pois bem! Se Curral d´El Rey era chamado de "terra de bócio e de imbecis", devendo ser entendidos tais vocábulos em função da ciência médica da época, São João d´El Rey dispunha de meios, gente e recursos, solo e água, tudo, enfim.

A agricultura já estava desenvolvida nos assentamentos dos colonos italianos chegados em 1888, mão de obra forjada no velho mundo e muito à frente de nossos meios rudimentares. Sobre crédito e finanças, apoio a indústrias, importação de mercadorias, desde 1860 existia a "Casa Bancária Almeida Magalhães", depois Banco Almeida Magalhães, cujo prédio está servindo hoje ao Poder Legislativo e era o primeiro estabelecimento bancário particular, progressista e atuante (são exemplos a Santa Casa e a EFOM), fundado e mantido em Minas. No que tange à importante Viação Férrea, a ser construída com pesados recursos em Curral d´El Rey, aqui o Imperador Pedro II havia inaugurado a Estrada de Ferro Oeste de Minas em 1881, obra que mereceu menção do Brasil, quiçá do mundo, com bitola de 76 cm. (Curral d´El-Rey, bem diz o nome, era apenas um curral).

O que fazia o Congresso Legislativo de Barbacena que era cego, surdo e falante, cínico, insolente e infamante? Nem tudo pode ser explicado depois de tanto tempo e diz a história oral que "correu muito dinheiro" e que um voto podia valer até

vinte contos de réis, Nunca saberemos, como talvez se pergunte no futuro o que houve com as denúncias sobre os mensalões e outros repugnantes crimes de "punho de renda" nos recônditos do Supremo Tribunal Federal. Podemos dizer que houve aspecto político muito nefasto. Ou melhor, quando não se tratava de questões políticas, as coisas aconteciam de maneira mais honrada.

Voltando a 2002, no dia 12 de novembro, o Tenente-coronel Adalberto Menezes, descendente de Tiradentes, comandou importante reunião em homenagem a seu colega de farda Alferes Xavier. Foi o início de uma jornada que poderá fazer o povo brasileiro participar e associar-se a esta grande empreitada cívica que quer reabilitar o herói máximo do Brasil e talvez reescrever parte de nossa História sobre a magna figura do grande libertário. Foi com este espírito e propósito que nossos conterrâneos, no final do séc. XIX, se uniram, não só os ricos mas, há evidências sobre a participação de lavadeiras, que deram moedas duramente amealhadas para construção da estrada de ferro que, politicamente, nunca viria até aqui mas que, por nosso vigor de mente e de músculos, está viva com seus pungentes lamentos sonoros.

"A Comissão Técnica criada logo que se proclamou a República, para o fim de organizar um plano geral de viação férrea disse ao governo, em seu relatório: 'A Estrada de Ferro Oeste de Minas é a artéria principal da Viação da República'. E esta estrada de ferro, para legítimo orgulho nosso, é filha de São João d´el-Rey." À Lei Provincial de 5 de novembro de 1887, de nº 2.398, e ao patriotismo dos são-joanenses, é que ela deve sua existência. O relatório informa que São João del-Rei correspondeu à expectativa e logo no dia 2 de fevereiro de

1887, acionistas daqui subscreveram mais da metade do capital exigido, reunidos no salão nobre do Paço Municipal em assembleia geral e aprovaram os estatutos da empresa, que denominaram Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas e elegeram sua primeira diretoria assim composta: dr. Aureliano Martins de Carvalho Mourão, presidente; José da Costa Rodrigues, secretário; Antônio José Dias Bastos, tesoureiro.

No dia convencionado foi feita a primeira chamada de 10% ou 20$000 por ação., comparecendo 530 subscritores de 3.460 ações, somando o total de 69:200$000.

Considero lamentável não fazer constar os nomes e o número de ações adquiridas por cada subscritor, mas que perdoem-me os ilustres mortos, visto que transcrever 530 nomes de honrados patriotas é-me impossível. Vemos empresas comerciais, a exemplo de Miguel Arcanjo da Silva & Comp. que subscreveu 200 ações e pagou 4.000$000; Antônio José Dias Bastos e José da Costa Rodrigues, cada um com 100 ações, valendo 2.000$000; Maria Thereza Batista Machado, com 55 ações e valor de 1:100$000; Coronel Custódio de Almeida Magalhães, com 25 ações e pagamento de 500$000. Há o nome de dona Maria Augusta de Carvalho, que informa ser lavadeira e costureira, compradora de uma ação por 20$000. Encontramos nomes de reconhecidos produtores rurais de Cajuru, cujos nomes são Salathiel Zeferino da Silva, com 5 ações e Joaquim José de Ávila, com 2. Custódio Luís Guilherme Gaede, que acrescenta ao nome a profissão de carpinteiro, compra 2 ações e dona Anna Josephina da Costa Guimarães, parente (em grau não identificado por ilegível), de Padre José Pedro da Costa Guimarães, leva 2 ações. Rita Francisca de Noronha era secadora de roupas e fazedora de

sabão e compra apenas 1 ação. Padre José Maria Xavier adquire 5 ações. Eduardo de Almeida Magalhães assina por Casa Bancária 50 ações. José Pedro de Ávila, de São Sebastião da Vitória, fazendeiro, certamente meu bisavô, detém 10 ações.

Menos de três anos do início da exploração do traçado e em menos de dois da data em que começaram os trabalhos, diz o relatório, ficou completamente ultimada a construção da estrada entre Sitio e São João d´El-Rey e houve a inauguração festiva em 28 de agosto de 1881. Em 25 de julho de 1884, o jornal *Arauto de Minas,* da imprensa local, publicava edital convocando para deliberações e reforma dos estatutos. O Comendador Chaves Faria explicou que a reforma estatutária tinha por objetivo a "mudança da sede da Companhia para o Rio de Janeiro, sendo aprovada por grande maioria."

Para conhecimento dos verdadeiros são-joanenses, o livro de atas da Câmara de Vereadores, em sessão de 18 de novembro de 1889 (três dias após a Proclamação da República), sob a presidência de Antônio Rocha e secretaria do vereador Juvêncio Neves, decide enviar ofício ao Presidente Provisório da Província de Minas, correspondência levada em mãos por um edil adredemente escolhido, pedindo que "a capital de Minas Gerais passe a ser em São João del-Rei.

A FESTA DO DIVINO EM MAGÉ

Antônio Seixas
Sócio correspondente

No Brasil, as festividades do Divino Espírito Santo, cujos primeiros registros datam do século XVIII, praticamente desapareceram dos grandes centros urbanos. Ocorrem mais em municípios do meio rural como Pirenópolis (GO) e Paraty (RJ).

Em nenhum outro lugar do país as irmandades do Divino tiveram tanta importância quanto na cidade do Rio de Janeiro. Em 1745, Henrique da Costa Corrêa e sua esposa; Antônio Maria de Jesus, doaram parte de suas terras que lhes pertenciam, no bairro do Estácio, para que ali se construísse a matriz do Divino Espírito Santo. Foi a festa do Divino introduzida na Bahia em 1765 pelos ilhéus portugueses, na matriz de Santo Antônio do Além do Carmo. Havia grandes folias, repastos em público e soltavam-se os presos.

A festa do Divino, que tem seu fundamento teológico no Domingo de Pentecostes, surgiu em Portugal, no ano de 1323, quando D. Isabel, a rainha santa (1271-1336), casada com o rei de Portugal D. Diniz, decidiu celebrar a festa do Espírito Santo coroando simbolicamente um imperador e dois reis. Após a cerimônia, realizada em um convento franciscano da vila de Alenquer, o império do Divino saiu às ruas ao som de trombetas e acompanhado por uma multidão.

As festas do Divino Espírito Santo ocorrem nos meses de maio, junho ou julho. Com uma duração de três dias (sábado, domingo e segunda-feira), a festa é precedida por novena e tríduo. No sábado, realiza-se o cortejo imperial com missa

festiva em honra ao Espírito Santo. No domingo, acontece a festa propriamente dita, com a coroação da imperatriz e do imperador durante missa solene. A seguir, os imperadores e toda a corte são conduzidos para o local apropriado que represente os antigos "impérios e teatros", onde recebem as homenagens da população. Ainda no domingo se procederá a escolha ou sorteio do casal imperador que coordenará as festividades do ano seguinte. O casal proclamado toma posse na segunda-feira, encerrando-se o festejo do Divino Espírito Santo.

Na Colônia, antes do início da cerimônia de coroação simbólica do imperador e dos banquetes públicos, aconteciam as folias: grupos formados por devotos do Divino percorriam grandes distâncias e recolhiam esmolas para serem distribuídas ou leiloadas nos dias da festa.

Ao tempo da Vila de Magé (1789-1857), a festa acontecia no antigo Largo do Portela, formado pelas atuais ruas Dr. Siqueira, Domingos Bellizzi, João Valério e Padre Anchieta, organizada por uma comissão de moças e senhoras e tinha início com a alvorada, seguida de missa celebrada na matriz de Nossa Senhora da Piedade. Todos os anos eram escolhidos entre as pessoas da sociedade um imperador, uma rainha e um príncipe que, vestidos a caráter, eram as principais figuras dos festejos.

Os devotos encarregados da bandeira do Divino saíam de Magé meses antes da festa e muitos iam até Minas Gerias angariando donativos para os festejos. Estes devotos se compunham de um tocador de tarol, um de triângulo, um pandeirista e o que conduzia a bandeira do Divino Espírito Santo. Eles percorriam as fazendas e mesmo as residências de

gente humilde, que, então, doavam bois, cavalos, cabras, porcos e galinhas para serem leiloados durante os festejos.

Dentre esses devotos se destaca a figura do alferes Domingos José dos Santos, da Guarda Nacional de Magé. As histórias relatam que determinado fazendeiro tivera grande parte de seu rebanho dizimado por doenças e foi pelos amigos aconselhado a ofertar um bezerro ao alferes. Aceitada a sugestão e cheio de fé, escolheu seu mais lindo garrote, entregando-o como dádiva ao Espírito Santo.

A princípio, o animal esperneou espantando o povo que o cercava, mas ao ouvir o som do tambor, entrou perfeitamente na fila, seguindo, como que encantado, o sagrado cortejo.

O ponto alto da festa do Divino mageense era a liberação dos presos que ainda não estivessem condenados pela justiça por crimes leves. O cortejo real e o pároco da matriz se dirigiam à cadeia e davam a liberdade a um ou mais presos. Na ocasião era lavrado um termo de liberdade para o preso que, acompanhado de seus familiares, seguia até o Largo do Portela onde ouvia recomendações para seguir o caminho do bem e, terminada a cerimônia, beijava a mão da família real e do padre antes de se dirigir para casa. Em seguida, era iniciado o leilão das prendas ofertadas à bandeira do Divino.

Após a emancipação política (1822), aumentou a intolerância das autoridades com os festejos que, às vezes, descambavam para a desordem urbana. Em muitos lugares, em nome de ideais de progresso e civilização, as pombas brancas do Divino tornaram-se raras, extinguindo-se quase completamente na segunda metade do século XIX.

Bibliografia:

MARTINS, Willian de Souza. *Abram alas para a folia*. Revista de História da Biblioteca Nacional, junho de 2008, n.º 33, p. 34-39.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

MINAS E O SÉCULO DE OURO

Sérgio Amaral Silva[115]
Sócio correspondente

Obra póstuma de Afonso Arinos retrata a cultura mineira do século XVIII, tendo como eixo a Inconfidência, de que reconhece a importância.

Ao falecer em agosto de 1990, com 84 anos, o senador mineiro Afonso Arinos de Melo Franco deixou inacabado um conjunto de ensaios que batizara de Rosa de ouro. Entre seus papéis, o filho, também chamado Afonso Arinos, encontrou os manuscritos do trabalho, que montou para publicação, intercalando artigos e conferências que o pai escreveu sobre o tema que o fascinava: a cultura de Minas Gerais no século XVIII.

Lançado pela editora UFMG, o volume (304 páginas) reúne brilhantes análises e observações do escritor. Ele começa descrevendo os "sonhos d'ouro" dos primeiros dois séculos de nossa História, até o estabelecimento de uma sociedade bandeirante em Minas, aproximadamente entre 1696 e 1720, com a fundação de núcleos de colonização. Em decorrência, passaram a funcionar instituições como a Igreja e o governo, consolidando-se as bases para o ciclo do ouro, cujo apogeu traria uma civilização sem precedentes, iluminada por grandes artistas. No século XVIII, o principal episódio é a Inconfidência Mineira, para o autor, "a mais poderosa, a mais substancial das

---

[115]Sergio Amaral Silva é jornalista, escritor e pesquisador da Inconfidência Mineira. Ganhador de cerca de 70 prêmios literários no Brasil e Europa, e do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, categoria Literatura. Reside em Guarujá - SP.

tentativas de emancipação do Brasil", orientada por uma ideologia e por uma forte ação intelectual. Figuras centrais da conjuração, os poetas Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa são personagens essenciais dos ensaios.

Divergências e mérito

Nesse ponto, reside uma limitação do volume, compreensível porém por reunir textos de diferentes épocas: a autoria das Cartas Chilenas, que Arinos acreditava inicialmente ser de Cláudio é, dez páginas à frente, corretamente atribuída a Gonzaga. Também sobre Cláudio, Afonso Arinos repete a versão oficial de que "suicidou-se na prisão", mas em seguida acerta ao afirmar que o poeta foi assassinado. O livro se encerra com homenagens ao herói Tiradentes, "uma figura misteriosa, complexa, culminante para o Brasil" e ao gênio Aleijadinho, "hoje considerado (...) um dos maiores artistas plásticos do seu tempo em todo o mundo".

Além de traçar um amplo painel da história cultural do século XVIII nas Minas, o mérito deste legado de Afonso Arinos está no respeito e no reconhecimento da importância da Inconfidência Mineira. Com isso, contraria uma corrente de historiadores que têm buscado insistentemente diminuir o movimento e/ou seus participantes. *Rosa de ouro* mostra com nitidez o caráter libertário e prático da Inconfidência, muito além do apenas tributário ou da "leviandade de poetas" pregados por alguns. Para tratar com estes, vale a recomendação do mestre Arinos: "não demos atenção aos mal-humorados que maldizem os sonhadores".

"Houve um tempo em que se procurou diminuir a importância histórica da Inconfidência, sob pretexto de que fora ela um episódio mais literário que político. Para tais severos e injustos julgadores, o grande movimento não passara de uma simples divagação de vates ociosos, que, cansados de metrificar pastorais idílicas, artificiosas e, principalmente, exóticas sob o nosso céu tropical, deram em querer salvar os povos oprimidos com fórmulas tão inoperantes quanto os seus poemas. Leviandade de bardos, exercícios de retórica, de que nunca se esperaria o desfecho trágico que lograram ter. Nada de mais desacertado, digamos mesmo, nada de menos histórico, do que essas interpretações apressadas do episódio glorioso e dramático da vida de Minas e do Brasil. Para nós, muito ao contrário, o que caracteriza a Inconfidência Mineira como a mais poderosa, a mais substancial das tentativas de emancipação do Brasil, mais, mesmo, que o próprio movimento vitorioso da Independência, foi o fundo de ação puramente intelectual que o orientou, tantas vezes desdenhosamente considerada".

Alfredo Pereira de Carvalho, o "seu Alfredinho"e a Linguagem dos sinos de nossa São João del-Rei

Artur Cláudio da Costa Moreira
Titular da cadeira "Augusto Viegas"
Presidente do IHG (2009-2012)
*Alfredo Pereira de Carvalho (*in memoriam*)*

Tive a grata felicidade de conhecer e conviver com o "seu" Alfredo, em parte por morarmos na mesma rua, a Rua Doutor José Bastos, antiga rua da Independência e rua do Meio – por ser uma das três que davam acesso ao Morro da Forca, o Bairro do Bonfim. Ele e sua família morando no número 156 e a família Henrique e Haydée da Costa Moreira, 216, herança de nossa bisavó Augusta Elisa da Costa Moreira – e na outra parte por ser amigo/irmão de Sérgio Amaral de Carvalho, meu contemporâneo.

Seu Alfredo nasceu aos 10 de março de 1913 e desencarnou a 30 de março de 1993, aos 80 anos, em Belo Horizonte, sendo sepultado no secular campo santo da Igreja de São Francisco de Assis. Casou-se com Dona Adinoli Pereira de Carvalho (02/041/1916-02/08/1981), tendo boa prole: Alfredo Amaral de Carvalho (falecido 28/08/2006), Fernando Amaral de Carvalho, Aloísio Amaral de Carvalho, Carlos Alberto Amaral de Carvalho, Lígia Maria Amaral de Carvalho Silveira e Sérgio Amaral de Carvalho.

Lembro-me quando visitava o Amaral, como chamamos meu amigo, íamos ao porão da casa. Era um lugar com cômodos cujas entradas eram em arcos. Lá, seu Alfredinho, como era carinhosamente chamado pelos amigos -

imagino que devido à sua baixa estatura e magra figura - tinha seu escritório. Trabalhava muito ali. Escrevia artigos para jornais e principalmente sobre a história da Igreja de São Francisco de Assim, onde ocupou o cargo de síndico 1965 até 1993, exercendo-o com muita competência. Foi através dele que pude conhecer, em detalhes, este belo templo de nossa cidade, que sempre postulei, pelo conjunto, como mais belo do Brasil. Mas em seu escritório é que pude aprender muita coisa sobre nossa cidade, já que ele era pesquisador de nossa história. Dono de um humor impressionante, sempre o via com um sorriso e uma gargalhada. Era pessoa loquaz e gostava de uma boa prosa, sempre atento às pessoas e procurando informar-lhes quando o interesse era a igreja de São Francisco. Entre os anos de 1973 e 1974, trabalhou com afinco para escrever um livro não publicado; *História da Igreja de São Francisco de Assis de São João del-Rei*, fartamente ilustrada com fotografias. Alfredinho foi o responsável pela colocação das plaquetas ilustrativas nos altares da igreja, como a identificá-los e contar um pouco sobre a obra. Acho que seria de bom alvitre que se procurasse a família e se editasse a obra. 19988 imprime naquele estêncil que costumamos chamar offset de forma reduzida, este livro.

Durante anos trabalhou na EFOM (Estrada de ferro Oeste de Minas, exercendo a função de fiscal. Ele trabalhava fiscalizando as estações, fazendo auditorias, encampação de ferrovias pela Rede Ferroviária Federal. Lamentavelmente foram-se com ele histórias, casos e causos que sempre permearam a história da Rede, como costumamos chamar a estação de trens. Não tenho talha para o humor no que tange a contar e fazer, mas certa vez ele contou um caso de um

telegrafista da rede que enviou um telegrama para Bonsucesso, cujo teor dizia: “Partiu o trem a tal hora, carregado . Se chegar, descarrega, se não chegar, não descarrega.” Da forma mesma que nosso confrade Benito Mussolini Grassi de Lélis, ele sabia, de memória nomes de maquinistas, funcionários da Rede. Pena não ter deixado nada escrito sobre o assunto. Quem sabe aprendamos a registrar a história oral de nossa cidade, deixando de lado o rançoso academicismo das universidades – que perderam de há muito o próprio sentido do nome – com suas citações intermináveis e publicações que só serão lidas por seus autores ou aqueles obrigados a lê-las por questões acadêmicas de defesas de teses e correlatos?

Seu Alfredo costumava dizer aos filhos “que tinha falsificado a idade para poder começar a trabalhar para ajudar a mãe dele que tinha ficado viúva”. Parecia ser uma prática comum nestes idos tempos, uma vez que meu pai, Henrique da Costa Moreira, para conseguir um emprego no Rio de Janeiros, também trocou sua data de nascimento: de 15 de julho de 1922 para 15 de julho de 1921, embora, em todos os seus documentos a data correta constasse .O pai de Alfredinho morreu com 36 anos de idade e também trabalhava na Rede, como maquinista, sendo ele o primeiro maquinista a usar ulha – carvão em pedra - como combustível, e a conseguir cumprir um percurso de São João del-Rei a Antônio Carlos" num tempo determinado pela chefia. Com tal feito recebeu uma promoção que foi o último nível de maquinista na carreira. O irmão mais velho de Alfredinho e um tio, também trabalharam na Rede.

Após o Registro dos Toques dos Sinos no *Livro de Tombos do IPHAN*, ocorrido aos 03 dias do mês de dezembro

de 2009[116], com parecer de nosso sócio correspondente Breno Bello de Almeida Neves (aparentado de André Bello e Tancredo de Almeida Neves), ocorreu-me de transcrever, na íntegra, este trabalho de Alfredo Pereira de Carvalho, como uma homenagem ao seu trabalho pioneiro de registro do que se faz aqui em nossa cidade, bem como de difusão e registro dos toques dos sinos em suas devidas épocas. Todas as vezes que alguém fala sobre o assunto, fico encafifado em ver que não citam a pessoa que primeiro registrou e publicou algo sobre a Linguagem dos Sinos de São João del-Rei. Achei por bem divulgar em nossa revista pois ela ganhou alcance nacional, ultrapassando os limites comuns aos jornais publicados na cidade, mesmo que os mesmos sejam enviados para parcos assinantes de outras urbes. Tenho certeza de que os leitores verão de bom grado esta lembrança e que servirá como fonte de pesquisa sobre o assunto. Cabe aqui ressaltar os trabalhos posteriores e de imensa importância de Aluízio Viegas e André Dangelo no que tange à linguagem dos sinos e temas correlatos que têm, com justeza, servido de fonte de pesquisa histórica àqueles que a ela se dedicam.

Então, como uma homenagem póstuma e para que fique registrado o artigo. Vai aqui da forma como foi escrito, trazendo para nossa época, apenas a correção da grafia de algumas palavras que perderam acento no decorrer do tempo.

---

[116]Parecer referente ao processo IPHAN 01450.011821/2009-82, no qual se solicita registro do toque dos sinos em minas gerais, tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes (livro de Registro das Formas de Expressão) e Ofício de Sineiro (Livro de Registro dos Saberes). A versão integral do parecer é parte constante desta revista.

A Linguagem dos sinos de nossa São João del-Rei

*Alfredo Pereira de Carvalho (*in memorian*)*

Talvez a falta de rádio e de outros sistemas de comunicação mais rápidos tenham contribuído na criação da linguagem dos nossos sinos. As gerações que nos precederam usavam um código variado e eficiente para notícia, pela voz plangente de nossos sinos, as ocorrências do dia a dia.

Não sabemos se tais normas eram observadas em outras cidades, mas em nossa São João deI-Rei era um caso muito sério o cumprimento daquele código. Quando, por exemplo, o sino dos Passos aplicava duas pancadas, nos dobres de defuntos, era comum o comentário; "Lá vai um irmão dos Passos, e dos graúdos". A observação "graúdo" nunca se referia à situação financeira do falecido e sim a sua posição, pelos serviços prestados e pelo cargo ocupado na associação.

Infelizmente, o rolo compressor do progresso, aliado ao descaso de uma nova geração, vem, pouco a pouco, suprimindo usos e costumes que nossos avós cultivaram com tanto amor.

Muitos toques caíram em desuso, o que é uma pena, 'pois, a mensagem que transmitiam calava fundo no coração religioso do nosso povo.

Como exemplo poderíamos citar: Angelus - Agonia - Ave Maria - Almas e Partos. No momento em que a população da cidade ouvia o toque de "agonia", uma corrente de piedade se elevava em orações por alguém que era chamado por Deus à terra da verdade; quando se ouvia o toque de "parto", novas orações eram dirigidas ao Todo Poderoso, em favor de uma mãe em sofrimento e de uma nova vida que despontava: "Angelus",

“Ave Maria" e "Almas", eram os chamados para a prece coletiva, em que o povo se dirigia à Virgem Santíssima, pedindo forças para a luta cotidiana.

Quanta emoção, quanta beleza perdidas no passado!

Ao que nos consta, não há um registro de dobres e repiques de nossos sinos, o que é uma lástima , pois, o número de pessoas que os conhecem é cada vez menor. E, ao pretendermos catalogar tudo o que nos veio à lembrança, contando para tal fim com a cooperação de nossos amigos: José Gaede, Henrique Clemente Fernandes e de Maria da Conceição Silva Santos como único objetivo contar aos nossos netos os feitos de nossos avós.

Talvez não seja um trabalho completo, mas o que aí vai foi anotado com muito carinho e cuidado, a fim de que não seja esquecida a *Linguagem dos sinos de São João del- Rei.*

Eis o trabalho a que nos propusemos:

Modalidade dos Toques

Entre as modalidades dos toques, destacamos:

a) dobre simples, quando o sino cai pelo lado em que está encostado o badalo, ocasionando uma só pancada em cada movimento;

b) dobre duplo, quando o sino caindo pelo lado contrário ao que está encostado o badalo, ocasionando duas pancadas em cada movimento;

c) repiques quando o movimento é feito somente pelo bater dos badalos com o sino parado.

Com estas explicações passemos ao registro dos toques:

Aviso de Missas

a) meia hora antes da hora marcada para a celebração e quinze minutos também, é dado o sinal no sino pequeno, em pancadas seguidas (18 ou mais). No final do toque de entrada, as pancadas espaçadas indicam quem será o celebrante. Exemplo:

3 pancadas, o coadjutor;

4 pancadas, o vigário;

5 pancadas, o bispo;

7 pancadas, o arcebispo metropolitano.

b) Se for missa festiva, repique depois da entrada e, no final, a indicação de quem vai celebrar. Se houver sermão em missa cantada, há dobre do sino grande;

c) na hora da Consagração, 1 pancada em cada sino;

d) na, hora da elevação, depois da Consagração, repique ligeiro;

e) no final da Missa, repique;

f) havendo Bênção do Santíssimo, em qualquer situação, haverá repique no meio do "tantum-ergo: e repique ligeiro e baixo, durante a Bênção.

Em qualquer ato haverá o toque de entrada, referido na letra "a" (18 ou mais pancadas).

NOVENAS E MÊS DE MAIO

a) repiques às 12,00; 15,00 e 18,00 horas. terminado o ato, repique e depois o toque de “almas", no sino grande (9 pancadas espaçadas).

CHAMADAS DE IRMÃOS

a) para enterros ou procissões: 18 pancadas ou mais, no sino grande;

b) para eleições ou definitórios: 9 pancadas no sino grande, 1 hora, 30ms e 15ms antes do horário estabelecido.

FESTA EM HOMENAGEM AOS SANTOS

a) na véspera de festa de um santo que ser homenageado, repique às 20:00 horas, no grande, com dobre na igreja onde vai ser rei da a festa.

FINADOS

a) na véspera de "finados", às 12:00 e às : horas, dobre de defuntos (1 pancada em todos sinos);

b) no dia de “finados", dobre de duas pancadas na hora da celebração da Missa;

c) ao meio dia, 15:00 e 18 horas, dobre em todas as igrejas;

d) nas vésperas de aniversários dos mortos de cada Ordem ou Irmandade, haverá dobre de defuntos (duas pancadas), às 20:00 horas;

e) na hora da missa e do “Libera-mé”, dobre.

ENTERRO DE IRMÃOS

a) homens - três dobres de 1 pancada;

b) mulheres - dois dobres e 1 pancada;

c) - crianças (de menos) de sete anos de idade, repique festivo, na hora do enterro;

d) se homem foi mesário, dobre na hora em que se tomou conhecimento do falecimento e na hora do enterro (três dobres de duas - pancadas);

e) se mulher que foi mesária, idem idem, dois dobres de duas pancadas;

f) se o irmão prestou grandes serviços à Ordem ou Irmandade, dobres de 1 em 1 hora, a critério da Mesa;

g) falecimento do Papa, dobre de hora em hora, em todas igrejas;

h) idem ao Bispo., dobres de 3 em 3 horas;

i) idem do Vigário, dobres de 4 em 4 horas;

j) idem de Padre, 5 dobres comuns;

Nota: os dobres para Papa, Bispo, Vigário são feitos em sentido contrário, isto é, começam pelo sino grande, prosseguindo pelo médio e terminando no pequeno.

AGONIA

a) no sino da Ordem ou Irmandade onde moribundo é irmão, 09 pancadas no sino médio, bem espaçadas, de 15 em 15 minutos.

INCÊNDIO

a) rebate - pancadas no sino médio., digo, no sino grande, seguido do médio, ligeiras com pequenos intervalos.

NATAL

a) dia 24, às 22:00 dobres. às 23:00 e 23: horas, entrada. Finda a Missa, repique.

PASSAGEM DE ANO

a) havendo Missa, obedece-se as mesmas disposições do dia de Natal.

QUARESMA

a) na igreja onde houver “via sacra”, dobre às 15:00 e 18 horas, 1 pancada no sino médio.

b) durante a “via sacra” 1 pancada no sino médio cada vez que mudar de estação;

c) na décima estação três dobres, indicando a morte de Cristo.

FESTA DE PASSOS

a) na sexta-feira, das Dores, às 5:15 horas, Matinas (09 pancadas nos sinos grandes dos Passos e do Carmo, seguidas de dobres); ao meio dia, 15:00 e 18:00 horas e na hora da procissão, dobre; no momento em que a imagem sai da igreja o sino dobra mais rapidamente;

b) no sábado de Passos repetem-se os dobres porém, os sinos de São Francisco substituem os do Carmo que ficam em silêncio;

c) no domingo do "Encontro", repete-se tudo nas três 1grejas (Pilar, Carmo e São Francisco);

d) ao meio dia, dobre nas três igrejas;

e) às 16:30, toque de chamada de irmãos, para a procissão das 17:00 horas;

f) na saída da procissão, dobres nas igrejas do Carmo e São Francisco;

g) quando a procissão de N. S. dos Passos atinge o "Passo" da Rua da Prata, os dobres param. Terminados o Responsório e o Moteto, reiniciam os dobres até que o cortejo atinja a Ponte do Rosário, descaindo; volta a dobrar; ao passar pela Igreja do Rosário até o "Passo" daquela praça; terminada a cerimônia, dobres até atingira Catedral. Nesse ponto, entram os

sinos dos Passos e Sacramento que tocam até a procissão passar ao lardo da Catedral. Ao atingir a 'Praça Barão de Itambé, entra o sino, das Mercês que toca até a ·chegada ao "Passo" daquela praça. Terminado o "Encontro" (Sermão do Encontro), toca novamente te até chegar ao Largo da Cruz, entra em funcionamento o sino do Carmo, até que a procissão atinja o "Passo" da Rua Direita. Terminado o ato ali, toca novamente até as proximidades do sobradão de Dª Amélia Ferreira, quando descai para entrada dos sinos dos Passos e Sacramento, até a entrada da procissão.

SEMANA SANTA

a) Na quinta-feira santa, depois do glória da Missa de Instituição da eucaristia até o Glória da ressurreição, nenhum sino toca, seja qual for o motivo.

b) Na Ressurreição tocam todos os sinos de todas as igrejas (toques festivos).

FESTA DA BOA MORTE

a) Ao final da novena do dia 13 de agosto, toque de matinas do Trânsito de Nossa Senhora (repiques; SENHORA É MORTA). Esse repique é usado até o Glória de quinze de agosto (ASSUNÇÃO DE NOSSA SENHORA), com repiques festivos em todos os sinos da Catedral.

TOQUE DE PARTO

a) 9 pancadas espaçadas no sino das Mercês de 1/2 em 1/2 hora, até o délivrance.

ANGELUS

a) 9 pancadas no Sino do Sacramento às 18:00 horas diariamente.

ALMAS

a) 9 pancadas no sino das Almas, às 20:00 horas diariamente.

AVE MARIA

a) 9 pancadas no sino das Almas, às 21:00 horas, espaçadamente.

NOTA: da RESSURREIÇÃO até CORPUS CHRISTI, os toques de Angelus, Almas, Ave-Maria serão dados pelos sinos do Sacramento (pequeno e grande), com os dois badalos de uma só vez, naqueles horários.

CHAMADA DE SINEIRO

Três pancadas no sino pequeno, espaçadas, diversas vezes até ser atendido. Espero que este registro venha a servir de fonte de pesquisas, bem como incentivo a mais pesquisas acerca dos toques de sinos e dos sineiros de São João del-Rei.

O presente trabalho de "seu" Alfredinho foi publicado no Jornal de Minas, em 19 de janeiro de 1972, número 42, ano III, edição especial página 06. Ocupou uma página inteira do jornal, dividindo, como soe acontecer, o espaço com as propagandas que mantém o jornal. Foi publicado, posteriormente no Jornal O Raio, número 76, em 25 de março de 1975, de Dermeval A. do Carmo Filho. Aliás, neste jornal, na página de abertura vemos um artigo sem assinatura – suponho ser do editor do jornal ou algum colaborador. Também vemos

nos confrade Wainer Ávila, em foto de sua mocidade apresentando seu nome como candidato a prefeito de São João - Rei pelo MDB. Em maio de 1996, no seu número 119, de Rubens Resende, publica-se um extrato do artigo sobre os sinos, numa homenagem póstuma ao nosso amigo Alfredinho.

As entradas dos Comissários Visitadores das Ordens Terceiras nas Minas setecentistas

Adriana Sampaio Evangelista

No século XVIII, a participação leiga nos domínios do catolicismo reinante se fez presente particularmente através das várias associações religiosas que se espalharam pela colônia. O território de atuação das irmandades e ordens terceiras abrangia todas as faces da vida cotidiana de seus associados tanto nos aspectos espirituais quanto temporais. Estas associações agregavam indivíduos que compartilhavam expectativas afetivas, materiais e espirituais em torno de uma mesma devoção religiosa, garantiam a seus membros socorro nos momentos de doença, ruína financeira, de desgraça pessoal ou familiar como prisão ou viuvez, reconhecimento social, amparo espiritual através da prestação dos devidos cuidados necessários nos últimos momentos de vida, após a morte, garantindo o sepultamento digno no interior de uma igreja, e, assegurando, através de sufrágios, a rápida passagem da alma pelo purgatório em direção ao paraíso[117]. O comprometimento comum com estes encargos aproximava estas duas formas de associações religiosas de leigos que, entretanto, guardavam profundas diferenças na estrutura institucional, na composição social de seus membros e nos objetivos que moviam suas atividades.

Ao contrário das irmandades de leigos, que podiam ser eretas por qualquer cristão que assim o desejasse, a permissão

117 BOSCHI, 1986; FURTADO, 2003; CAMPOS, 1996; PAZ, 1968; SALES, 1963.

para instituir ordens terceiras era privilégio apenas dos visitadores das ordens ou de terceiros dissidentes, devendo receber aprovação pelo provincial da ordem na Colônia cuja autoridade era delegada pela Santa Sé em Roma[118]. A admissão numa ordem terceira era extremamente mais seletiva que nas irmandades, tanto no tocante aos requisitos para a candidatura quanto ao processo de sindicância realizado para comprovar as informações prestadas pelos pretendentes, das suas qualidades e condutas em relação aos preceitos cristãos, para não mencionar o ritual de profissão a que se comprometiam os irmãos terceiros no ato de sua entrada na congregação[119]. Nos estatutos das ordens terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, esta distinção era evidenciada pela exclusão de negros, mulatos e de outros quaisquer indivíduos que não professassem o catolicismo. Também as práticas religiosas a que se dedicavam os irmãos terceiros acentuavam as diferenças entre estas associações. A observância aos rituais era bastante louvada nas ordens terceiras como via espiritual de ascensão ao sagrado, fundamento central na vida cotidiana dos irmãos terceiros. Estes seguiam um calendário religioso rigoroso que abarcava, além das festividades em honra aos santos mais importantes e aos padroeiros, intensa participação nas solenidades da Semana Santa e nos ritos quaresmais, organizações de vias-sacras, regulares práticas espirituais e preparação espiritual através do noviciado que culminava em solene cerimônia de profissão quando então o candidato era finalmente agregado ao quadro de irmãos das ordens terceiras.

---

118 BOSCHI. 1986, p. 23.
119 EVANGELISTA, 2010.

Como pude verificar, a preocupação com o aprimoramento espiritual de seus congregados foi o aspecto fundamental que distinguiu as ordens terceiras das irmandades e que conformou a vivência religiosa da fé cristã entre os irmãos terceiros, marcada pelo apego a um ritualismo severo. A concepção sacramental do rito confirmava-se nas diversas celebrações religiosas promovidas pelos irmãos terceiros, dentre as quais vou abordar em particular neste estudo, as entradas dos comissários visitadores das ordens terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo na Vila de São João del-Rei e em Vila Rica.

Segundo a ordem de importância na escala hierárquica que regia a composição funcional da mesa administrativa destas congregações, o comissário visitador era a autoridade máxima na ordem terceira, no que tange a esfera do sagrado, "é a primeira cabeça no espiritual desta Venerável Ordem, e outrossim, em todas as Mesas"[120]. Se os estatutos de 1754 da congregação dos irmãos terceiros franciscanos de Vila Rica determinavam que o comissário fosse religioso professo da ordem primeira designado pelo provincial, na prática esta regra nem sempre foi seguida. Em 1758 dentre as alterações feitas nos estatutos estabeleceu-se que o cargo poderia ser ocupado por um clérigo e irmão professo exclusivamente da ordem terceira de São Francisco, desimpedido de empregos públicos, para que pudesse arcar com as inúmeras responsabilidades de

---

120 AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.15, ss.5. A grafia de todos os documentos foi atualizada para facilitar a leitura.

seu ofício, e eleito pela mesa administrativa da ordem[121] . Desta forma, o cargo de comissário tornou-se um emprego remunerado, cujo valor da côngrua a mesa administrativa deveria arbitrar consoante "ao merecimento de seu trabalho". Frei Manoel do Livramento justificava que "em razão da multiplicidade das ordens terceiras que há nestas Minas não possamos mandar para cada uma delas um religioso que, sendo Comissário, assista com os irmãos terceiros aos ofícios louváveis da dita Ordem dirigindo-os ao caminho da salvação" e que por esta razão era necessário nomear um padre irmão terceiro da Ordem para cumprir com estas obrigações[122]. Ser irmão professo na ordem era condição imprescindível para que o mesmo sacerdote fosse nomeado comissário, assim como a observância estrita do tempo de noviciado a que este deveria se submeter pois, como alegava mais uma vez frei Manoel do Livramento, por experiência que a ordem terceira já havia tido, a dispensa do prelado de fazer o ano de noviciado comprometia a direção nos exercícios espirituais aos irmãos terceiros[123].

Todas as funções que de alguma forma tocassem, direta ou indiretamente, o campo do sagrado pertenciam ao comissário visitador, tais como interpretar os estatutos, deliberar e esclarecer dúvidas sobre questões de caráter

---

121 AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761, cap.14, ss. 4, f.10; AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761, cap.14, ss. 3, f.11v.

122 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del-Rei - 1762, f.(?).

123 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del-Rei, f.67.

espiritual, verificar a organização dos livros de registros da vida administrativa da ordem, o asseio e a decência dos objetos litúrgicos da capela, assim como a fiscalização da situação financeira da congregação.Também tinha por ofício dirigir as práticas, as disciplinas e os exercícios espirituais realizados pelos irmãos, dar todos os meses do ano nas rasouras, a sagrada comunhão aos irmãos da ordem terceira e realizar as profissões dos irmãos noviços. Ao comissário visitador era facultado participar das decisões de caráter temporal junto com a mesa administrativa, com direito a voto consultivo, e, arbitrar nas situações de empate. Os estatutos de 1758 limitaram consideravelmente a área de atuação do comissário visitador, delegando-lhe apenas funções de caráter exclusivamente espiritual e restringindo a sua participação nas reuniões ordinárias da mesa[124]. O comissário visitador perdeu também o direito de voto nas decisões de caráter temporal e mesmo nas deliberações que tocassem a sua jurisdição deveria consultar a mesa administrativa da ordem, submetendo-se à autoridade do irmão ministro. Anualmente o comissário teria por missão realizar uma visita e correção, quer dizer, uma vistoria na congregação, para vigiar, orientar e punir os irmãos terceiros quanto ao cumprimento das regras determinadas nos estatutos. A função corretiva das visitas pastorais realizadas periodicamente nas congregações de irmãos terceiros tinham o firme propósito de dirigir as ações e condutas dos indivíduos no sentido de um aprimoramento espiritual e na manutenção da ordem dentro da congregação. A ascensão ao sagrado estava

---

124 AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761, cap.14, ss. 2, f.11.

condicionada ao princípio de ordem.

A visão sacramental de mundo alicerçada no sentido de ordem e hierarquia presidiu não só as atividades de caráter religioso mas também a vida cotidiana das pessoas nas Minas setecentistas. Como observou o comissário dos irmãos terceiros de São Francisco de Vila Rica:

> (...) que se conheça que é ordem, a que se deve praticar na terra, assim como se usa no céu, onde os anjos senão misturam com os arcanjos, nem os querubins, com os serafins, mas antes todos formados em seus lugares competentes, louvam ao Rei da glória[125].

Ordem, do latim, ordo, significa ordem, arranjamento, disposição. No dicionário de Raphael Bluteau, muito popular no século XVIII tanto em Portugal como na capitania das Minas, o termo se abre no sentido de "Disposição, assento, ou colocação das coisas no lugar, que lhe convém"[126]. Nesta ideia de ordo, São Paulo fundou o conceito de Cristandade[127]. Através da metáfora do corpo formado pelo harmonioso funcionamento de várias partes, Paulo formulou o conceito de corpo da Igreja composto de diversos membros cada qual com uma posição e uma função particular que exercida de modo ordenado e em sua posição adequada resultariam no benefício tanto do corpo quanto de cada membro:

---

125 AOTSF/OP - vol.513. Patentes. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1745 a 1788, doc. avulsos, f.15v.

126 BLUTEAU, 1713, p.102.

127 Essa mesma ideia de *ordo* vai se estender posteriormente à sociedade. Essa noção de universo naturalmente ordenado sustentou as sociedades estamentais do Antigo Regime favorecendo a manutenção das divisões e distinções sociais entre os grupos de indivíduos. Ver a respeito CAMPOS, 2004, p.193-215.

> Com efeito, o corpo é um e, não obstante, tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, apesar de serem muitos, formam um só corpo. Assim acontece também com Cristo. Pois fomos batizados num só Espírito para ser um só corpo, judeus e gregos, escravos e livres, e todos bebemos de um só Espírito. O corpo não se compõe de um só membro, mas de muitos. Se o pé disser: Mão eu não sou, logo não pertenço ao corpo, nem por isto deixará de fazer parte do corpo. E se a orelha disser: Olho eu não sou, logo não pertenço ao corpo, nem por isto deixará de fazer parte do corpo. Se o corpo todo fosse olho, onde estaria a audição ? Se fosse todo ouvido, onde estaria o olfato?[128].

Na concepção de São Paulo se faz necessário a distinção de valor entre os membros do corpo, o estabelecimento de uma hierarquia entre eles assim como o seu ordenamento segundo esse valor, mas todos são fundamentais para o funcionamento deste organismo:

> Ora, vós sois o corpo de Cristo e sois os seus membros, cada um por sua parte. E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, doutores...Vêm, a seguir, os dons dos milagres, das curas, da assistência, do governo e o de falar diversas línguas[129].

A desobediência e a desordem além de comprometerem o funcionamento do organismo representam uma transgressão à harmonia estabelecida por Deus: “De modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem

---

128 I COR 12, 12-17.

129 I COR 12, 27-28; I COR 12, 27-28; ROM 12, 5; EF 1, 22; 4, 15; 5, 23; CL 1, 18; 2, 19.

estabelecida por Deus"[130].

Por diversas vezes os comissários visitadores atestaram em suas pastorais a necessária observância da hierarquia e da ordem como vias para se conhecer o sagrado. Frei Boaventura de São Salvador Cepeda, em visita que fez aos irmãos terceiros de São Francisco da Vila de São João del Rei, em 15 de novembro de 1751, deixou registrado um capítulo geral de correção e penitência dos irmãos terceiros que haviam incorrido em falta grave ou desobediência, assim como orientações normativas para a conduta dos irmãos:

> (...) e achando em Visita serem necessárias várias determinações para efeito de espantarem-se os vícios, erradicarem-se as virtudes, extirparem os abusos, estabelecerem-se as leis mais úteis e conducentes e perfeita observância da Regra do N.S. Francisco (...)[131].

. Ou, como afirmou o frei Francisco de Cerqueira Campos em carta pastoral de 13 de outubro de 1769, dirigida aos irmãos terceiros de São Francisco da mesma vila: "Fazemos saber a Vossas Mercês que visitando esta Venerável Ordem achamos ser muito necessária algumas advertências para a boa conservação deste corpo místico..."[132].

As visitas não tinham um caráter inquisitorial mas visavam conferir a conduta moral dos irmãos terceiros, a observância dos estatutos, a preservação do patrimônio, o zelo com a fábrica da capela e as finanças das congregações. Do

---

130 ROM, 12, 2.

131 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, f.1.

132 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, f.87v

sentido de ordem decorria a percepção de uma dependência mútua entre o plano espiritual e o terreno.

Os estatutos da ordem terceira de São Francisco de 1754 de Vila Rica informavam como as visitas eram feitas[133]. No dia da Porciúncula, ao final da procissão, todos os irmãos terceiros se reuniam na "Capela dos Exercícios" para ouvir um sermão do comissário visitador. Este então designava entre os congregados um irmão para servir de secretário da visita que deveria registrar o que fosse determinado pelo comissário. No dia seguinte, eram convocadas as testemunhas para depor sobre o que sabiam sobre os Irmãos de vida desregrada que vivessem em culpa. Registradas as denúncias, o rol com os nomes dos culpados era guardado, sob chave, numa gaveta do bofete, na casa do consistório até que as penitências fossem aplicadas e, então, a relação com os nomes e as acusações era queimada à luz de vela perante a Mesa reunida. As penitências variavam entre ser "lançado em o noviciado por tempo de seis meses" à expulsão da ordem terceira[134].

Certamente, a chegada do comissário visitador na vila instaurava um tempo de apreensão e desconfiança entre alguns dos irmãos terceiros. Entretanto a ocasião era de júbilo, festejada com toda a pompa tanto nos atos públicos da ordem terceira como nas cerimônias internas. Como veremos, a ocasião solene das visitas pastorais demandava um considerável investimento das mesas administrativas em recursos materiais.

---

133 AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.16, ss.1.

134 AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.16, ss.2.

As visitas pastorais correspondiam a um tempo particular no calendário de celebrações das ordem terceiras. Segundo os estatutos de 1754 dos irmãos terceiros de São Francisco de Vila Rica, ela deveria ser anual, salvo necessário fosse fazer-se mais vezes[135]. Segundo os mesmo estatutos a visita tinha um tempo determinado. Iniciava-se com o dia da Porciúncula e findava na véspera do dia das Chagas do Patriarca São Francisco[136]. A reforma dos estatutos aprovada em 1761 transferiu a data da visita para o começo do Advento e seu término para o início da Quaresma, em um dos Domingos dela[137]. A chegada do comissário visitador era precedida de anúncio e convocação, pelo secretário da ordem terceira, dos irmãos que haviam de fazer suas denúncias[138]. As visitas costumavam durar semanas. Durante o tempo em que ficava na vila, o reverendo padre comissário visitador se dedicava a diversas atividades voltadas para a direção da vida espiritual e temporal dos irmãos terceiros .

A entrada do Comissário Visitador era revestida de pompa e cerimônia ao gosto da ostentatio barroca, como revela o registro feito pelo irmão secretário da congregação, da entrada e Visita que fez frei Manoel do Livramento à ordem terceira de

---

135 AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.15, ss. 1º, f.40.

136 AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.16, ss.1, f.40.

137 AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761, cap.13, f.10.

138 AOTSF/OP - vol. 224. Visitas. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1761-1765,

São Francisco, da Vila de São João del Rei[139]:

> Aos quatro do mês do mês[sic] de setembro de 1765 o Nosso Reverendíssimo Comissário Visitador frei Manoel do Livramento com os poderes do Nosso Reverendíssimo Ministro Provincial atual frei Ignácio da Graça Leão copiados neste livro a f.47 e f.58 fez a sua entrada, e deu princípio a sua visita nesta nossa Igreja, e venerável congregação da vila de São João del Rei, e sua comarca do Rio das Mortes assistindo a tudo o Nosso Caríssimo irmão atual o Doutor Antonio José de Melo, Definitório, e ma[...] deste Seráfico Rebanho, não só a dar lhe a posse devida mas também a recebê-lo como se recebeu com plena comunidade de cruz alçada, e mais cerimônias, que nesta dita venerável congregação se costumam tributar a nossos legítimos prelados (...)[140].

O investimento material nas cerimônias de entradas solenes se justificava pela força da dimensão simbólica evocada por este ritual. A antiguidade e a regularidade das solenidades de entradas assim como seu caráter hierárquico e o aparato que marcavam estas cerimônias tinham a capacidade de mover os espectadores, no sentido mavaraliano[141], e dessa forma preservar a ordem e a hierarquia[142].

A solenidade que marcava a chegada do comissário visitador nas ordens terceiras de São Francisco de Vila Rica ainda persistiu nos anos seguintes como atestam outros registros

---

139 Sobre o sentido que as festividades e o cerimonial das entradas episcopais tem de reafirmação do poder eclesiástico ver PAIVA, 2001, p. 79-93.

140 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, f.58.

141 MARAVALL, 1990.

142 CARDIM, 2001, p. 93-124; ÁVILA, 1994, p. 79-85

no mesmo livro. Por ocasião da visita de 31 de agosto de 1770 à congênere da Vila de São João del Rei, frei Antonio Antunes de Campos "...foi recebido com pronta obediência e humilhação de vida o predito muito Reverendo Comissário Visitador e se lhe deu a devida posse com todas as cerimônias do estilo,..."[143]. Outra visita já havia sido feita anteriormente à mesma congregação em 7 de fevereiro de 1770 pelo mesmo prelado. Em 6 de fevereiro de 1771, a entrada de frei Antonio Antunes de Campos foi marcada com a mesma solenidade:

> (...) foi recebido com pronta obediência e humilhação de vida a pred[...] Muito Reverendo Comissário Senhor Visitador e se lhe deu a devida posse com todas as cerimônias do estilo e neste mesmo dia deu princípio a sua Visita passando para esse efeito as ordens necessárias (…)[144].

Oito meses depois o reverendo frei Antonio Antunes de Campos retornava à Vila de São João del Rei para nova visita pastoral na ordem terceira de São Francisco onde foi recebido solenemente[145]. E ainda em 10 de setembro de 1772, quando retornou à mesma vila, foi acolhido com a pompa que a circunstância requeria[146].

Em sua obra relativa a ordem terceira do Carmo de Sabará, Zoroastro Vianna Passos revela um documento bastante

---

143 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, f.91.

144 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, f.93.

145 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, f. 93.

146 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, f.[?].

esclarecedor quanto ao ritual que marcava a chegada do comissário visitador. Trata-se das determinações deixadas por frei José de Jesus Maria durante sua visita aos irmãos terceiros desta congregação em 1761 e registradas no livro de termos[147]. O sentido de hierarquia e ordem que revestia o cerimonial se fazia presente nas opas usadas pelos irmãos terceiros e no escalonamento dos irmãos segundo seu grau de importância dentro da congregação:

> Chegado que seja o dito Reverendo Visitador a esta vila irá o Reverendo Padre Comissário, irmão Prior, e o mais definitório da Mesa com seus hábitos vestidos dar-lhe as boas vindas, mostrando nesta ação serem filhos obedientes reconhecendo o seu Prelado como seu Pastor, e assim se seguirão os mais irmãos indo cada um por sua ordem (…).

A visita era anunciada com antecedência através de uma carta aos irmãos que era fixada na sacristia da capela da ordem terceira, de modo que todos se preparassem espiritual e materialmente para a recepção:

> Determinado o dia da sua posse terá o irmão Vigário da Capela da vossa ordem preparada, e ornada como dia festivo, tendo sobre o presbitério uma cadeira da parte do Evangelho com toda a decência para o Reverendo Padre Visitador nela se assentar a seu tempo, e nos degraus da mesma capela uma alcatifa com seu coxim para a entrada do Reverendo Padre Visitador, e nesse mesmo dia irão com o Vice-Comissário, e alguns dos irmãos mais dignos fora da Meza [o resto da página inutilizado]Comissario lhe fará entrega da estola, e do izope de água benta, e os Irmãos todos com tochas acesas, juntamente a Mesa (...).

Observamos nesta passagem a relevância dos objetos rituais que assinalavam a solenidade e a sacralidade da ocasião assim como

147 PASSOS, 1940, p.18-19.

a condição superior do comissário visitador dentro da hierarquia da ordem terceira.

Como em todas as cerimônias e rituais promovidos pelas sociedades barrocas do Antigo Regime, a música era elemento fundamental para compor o cenário. Em 1763, os irmãos terceiros de São Francisco de Vila Rica despenderam 7$200 com a música encomendada especialmente para aquela ocasião. Segundo os registros deixados pelos irmãos terceiros do Carmo de Sabará, antes de subir os degraus do altar-mor o reverendo visitador cantava o Te Deum Laudamus e prosseguia-se a cerimônia com música ou o cantochão. Os gestos rituais relembravam a todo momento a condição de submissão que deveria ser obedecida:

> (...) e chegado que seje aos degraus do altar-mor, pondo-se de joelhos o Padre Visitador se porá toda a ordem também de joelhos até que o Padre Visitador se levante, e se assente na cadeira para mandar ler a sua patente, e que todos estarão assentados cada um em seus lugares...irá o Reverendo Padre Comissário beijar o escapulário do Reverendíssimo Padre Visitador com o joelho em terra, e seguir-se-á o irmão Prior, e toda Mesa definitória cada um por sua vez, e prosseguirá toda a ordem de dois em dois com as mãos recolhidas de baixo do escapulário;e acabado este ato farão o que determinar o Reverendíssimo Padre Visitador (...).

O final da cerimônia reafirmava novamente através da música o caráter festivo de júbilo desta cerimônia de entrada do comissário visitador: “e quando o dito recolher para a sua casa lhe repicarão os sinos, e o acompanhará toda ordem...”.

O sentido ritual da entrada do comissário visitador ainda se faz notar na leitura periódica do registro da cerimônia que fazia o secretário da congregação aos irmãos terceiros do

Carmo do Sabará.

A hospedagem e alimentação do comissário visitador corria por conta das mesas administrativas das ordens terceiras:

> (...) advertimos aos nossos caríssimos irmãos terceiros desta Venerável Ordem do Sabará, que quando vier algum Religioso da nossa ordem da Província do Rio de Janeiro adonde estão sujeitas estas Ordens Terceiras das Minas por Visitador das ditas Ordens Terceiras, será obrigada esta ordem a dar-lhe uma casa para sua aposentadoria, sustentando-o enquanto existir no serviço da mesma ordem.

Frei José de Jesus Maria em carta de 1761 aos terceiros do Carmo de Vila Rica anunciando sua visita para a qual requisitava que "...tendo vossas caridades preparada uma casa, ou lugar para recolher este pobre humilde e indigno Filho da Mãe de Deus..."[148].

Documento bastante elucidador no que concerne à descrição do aparato que cercavam as visitas pastorais às ordens terceiras é um rol de algumas despesas feitas pelo secretário da ordem terceira de São Francisco em Vila Rica no ano administrativo de 1778 para 1779, por ocasião da visita do comissário àquela congregação[149]. Através deste documento sabemos que o irmão secretário da ordem alugou uma

---

148 AOTC/OP - vol.2487. Carta de Visitação - Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1761.

149 AOTSF/OP - vol. 277. folhas avulsas. Receita e Despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1738 a 1968. Não foi possível verificar se a casa reservada para acomodar o comissário visitador pertencia à ordem terceira de São Francisco - proprietária que era de inúmeros imóveis em Vila Rica – ou se era alugada especialmente para a ocasião

cozinheira e um preto “para serventuário da cozinha” pelos 18 dias que durou a visita. Dentre a relação de compras efetuadas para a ocasião, além de lenha e vela de fumo para o funcionamento do fogão, encontram-se inúmeros utensílios de cozinha como gamelas, panelas, facas, vela de fumo e lenha[150].

E o que se comia numa ocasião especial como esta? Cabia à mesa administrativa da ordem terceira providenciar um cardápio requintado ou a ocasião requeria maior sobriedade ? A lista de gêneros alimentícios que eu encontrei nos registros da ordem terceira de São Francisco de Vila Rica não deixam dúvidas quanto ao caráter festivo da estadia do comissário visitador marcada pela fartura[151]. Também a ordem terceira do Carmo de Vila Rica deixou registrado num caderno várias despesas feitas na venda de João de Almeida entre 1750 a 1752 tais como amêndoas, manteiga, bacalhau, peixe, vinho, queijo, aguardente, açúcar, paio, camarão, mel, sabão do Reino...[152].

As carnes, o pão, o peixe seco, o bacalhau, as especiarias, a manteiga, ovos, azeitonas, legumes e hortaliças já estavam presentes largamente na mesa do português

---

150 Com relação aos utensílios, não pude determinar se tratava de um acréscimo dos bens que a ordem já possuía ou de aquisição feita unicamente para o período da visita

151 Na lista feita pelo secretário da ordem terceira de São Francisco de Vila Rica consta: frango, galinha, bacalhau, feijão, ovos, azeite, vinagre, frutas e legumes variados, azeitona, toucinho, carne, feijão, açúcar, passas, farinha de mandioca, letria, passas, manteiga do reino, chocolate, aguardente do Reino dentre outros.

152 AOTC/OP - vol.2564. Borrador da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1734 a 1755.

medieval[153]. Da mesma forma, o vinho fazia parte das refeições diárias dos portugueses no Reino assim como na colônia[154]. Era consumido diariamente até mesmo por indicação medicinal[155]. Também a aguardente, principalmente a importada de Portugal, era bastante apreciada e seus benefícios para a saúde reconhecidos[156].

No processo de colonização do Brasil, o português transplantou para o novo território as preferências e os hábitos alimentares de herança medieval, introduziu na Colônia diversas espécies vegetais e animais comuns nas terras lusitanas e divulgou técnicas culinárias e livros de receitas[157]. Como lembra Magalhães, ao final do século XVII, "a cozinha portuguesa no contexto europeu, não se ajustava aos padrões refinados franceses dos séculos XVII e XVIII: a carne de caça era bastante apreciada, raros eram os talheres e a mesa primava pela quantidade de comida[158]. A cozinha daqueles indivíduos mais abastados era provida com produtos reinóis comercializados em toda a colônia tais como o bacalhau, a pimenta do reino, o vinagre, o vinho, o presunto e o paio. Já a dieta cotidiana da maior parte da população era composta basicamente por feijão, milho, fubá, arroz, carne, frutas e hortaliças[159].

No período colonial, a farinha de trigo era gênero de

---

153 ARNAUT, 1986, p.12-46.
154 MAGALHÃES, 2004, p.30-43.
155 ALGRANTI, 1997, p.128.
156 SCARANO, 2002, p.468-469.
157 MAGALHÃES, 2004, p.110.
158 MAGALHÃES, 2004, p.111.
159 ALGRANTI, 1997, p.124.

luxo adquirido nos mercados da Europa e de São Paulo. No século XVIII, a ideia de civilidade e os bons hábitos à mesa ditados pela sociedade francesa como o uso de utensílios individuais seduzia diferentes classes sociais na Europa e em Portugal. Entretanto, "essa evolução dos costumes não foi assimilada rapidamente no Brasil"[160], onde os dedos levavam a comida diretamente à boca. Na capitania das Minas Gerais, o consumo de artefatos domésticos requintados estava diretamente ligado ao sucesso da atividade mineratória cujos lucros permitiam a sua aquisição.

Não encontrei registro de compras de utensílios mais requintados como louças finas, do Porto ou das Índias, talheres, pratos, copos de vidro, sopeiras comuns àqueles indivíduos mais abastados da capitania como atestam alguns inventários, o que me permite supor que a ordem terceira possuía estes artefatos adquiridos especialmente para ocasiões festivas como a hospedagem do comissário visitador. Outro registro que merece nossa atenção foi "de doce que se comprou em toda assistência". Ao analisar os livros de contas do Seminário de Mariana, Sônia Maria de Almeida Magalhães identificou as iguarias, doces presentes na mesa desta instituição e que certamente faziam parte da culinária local. Doces de frutas como marmeladas e goiabadas eram bastante apreciados mas em ocasiões especiais eram preferidas as sobremesas tradicionais do reino como manjar branco, aletria e pão-de-ló, que provavelmente estiveram presentes nas refeições do comissário durante sua estadia em Vila Rica[161].

---

160 MAGALHÃES, 2004, p.113; ALGRANTI, 1997, p.122.
161 ARNAUT, 1986, p.116; MAGALHÃES, 2004, p. 97-98.

A relação de gastos acima relacionados referentes à hospedagem do comissário visitador da ordem terceira de São Francisco de Vila Rica totalizou a avultada quantia de 64 oitavas ¾ e 4 vinténs de ouro[162]. A congregação ainda arcou com os gastos que o dito reverendo comissário visitador fez na estalagem da vila. Haviam ainda os gastos com as missas realizadas na capela da ordem terceira por ocasião da visita pastoral do comissário tais como azeite de mamona para a lâmpada, cera, vinho, hóstias, a côngrua do comissário e, às vezes, do seu acompanhante...

Pode-se ver que a presença do comissário da ordem terceira na vila representava uma despesa avultada com a qual a congregação nem sempre tinha condições financeiras de arcar. Em certa ocasião, por exemplo, os irmãos terceiros de São Francisco da Vila de São João del Rei, esquivando-se de receber a visita do comissário da ordem terceira, alegaram em carta ao Provincial, frei José dos Anjos Passos, no Convento do Rio de Janeiro, a "impossibilidade em que se acham para contribuir com as despesas indispensáveis a uma visita..."[163] .

O consumo frequente de peixe seco e de bacalhau atesta que a mesa administrativa da ordem terceira do Carmo de Vila Rica deveria observar as prescrições de jejum e restrição de carne, tão valorizadas nas determinações dos estatutos desta congregação. Já a relação de gêneros alimentícios adquiridos pela ordem terceira de São Francisco de Vila Rica informa que,

---

162 Não pude saber se nos 18 dias em que o comissário visitador esteve em Vila Rica a congregação teve outras despesas com a sua hospedagem.

163 AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey

ao menos durante as visitas pastorais dos comissários da congregação, a abstinência deveria ser respeitada. Ainda que não se possa comprovar que a abstinência de carne fosse seguida pelos irmãos terceiros em seu cotidiano, verificamos que havia uma preocupação da mesa administrativa em observar as restrições alimentares em determinadas situações[164].

A comida é parte importante da festa. A alimentação é uma atividade cultural que envolve gestos, etiqueta, utensílios próprios, escolha de alimentos, horários definidos, interdições, sociabilidades e muitas vezes é condicionada por fatores religiosos[165]. Era tradição já no período colonial, e que ainda hoje perdura, a ordem terceira de São Francisco distribuir cartuchos de amêndoas aos padres, crianças e demais irmãos que participavam das procissões realizadas pela congregação, assim como oferecer bolinhos aos clérigos que tomavam parte nas missas rezadas no dia da Porciúncula[166].

---

164 Para sustentar os homens que trabalhavam no desaterro da área onde a capela da Ordem seria construída, a Mesa Administrativa da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica despendeu 3$900 rs em bacalhau e aguardente. AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812 - 1768.

165 Raros são os trabalhos historiográficos em torno do tema da alimentação na colônia portuguesa, apesar do farto material proporcionado pelos diversos documentos da época. As referências bibliográficas que tomei para tratar do assunto em relação às festas religiosas promovidas pelos irmãos terceiros são obras fundamentais para qualquer estudo mais amplo. Consultar a respeito: MAGALHÃES, 2004; ARNAUT, 1986.

166 AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem

A ideia da hospitalidade mineira estava intimamente associada à fartura à mesa, como testemunham os relatos dos viajantes estrangeiros que atravessaram o território das Minas Gerais no século XIX[167]. O valor dado à abundância de alimento no contexto da sociedade mineira colonial se insere na pompa barroca que marcava determinadas ocasiões. A mesa farta notabilizava assinalando a condição social do indivíduo e do grupo assim como a privação do alimento distinguia aqueles que buscavam um aprimoramento espiritual através do jejum e da abstinência.

O sentido sacramental das entradas e das visitas pastorais se estendia ao território profano das coisas cotidianas atestando a indistinção entre a esfera do profano e do sagrado sob a qual a sociedade do Antigo Regime se ancorava. A presença do comissário visitador entre os irmãos terceiros era uma ocasião festiva de grande relevância que mobilizava as ordens terceiras. Demandava recursos materiais e uma preparação espiritual dos irmãos através do exame de consciência dos atos pessoais e da observação da conduta dos outros irmãos de modo que as falhas e faltas fossem corrigidas. As visitas pastorais dos comissários reatualizavam entre os irmãos os princípios de ordem e hierarquia que norteavam a vivência religiosa nas ordens terceiras e que, no contexto desta festa barroca, eram reafirmados através do rito.

BIBLIOGRAFIA

Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812 – 1772; 1783.

167 MAGALHÃES, 2004, p. 85-86.

- Fontes Manuscritas

- Ordem Terceira de São Francisco - Vila Rica

AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812.

AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761.

AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756.

AOTSF/OP - vol. 277. folhas avulsas. Receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1738 a 1968.

AOTSF/OP - vol. 224. Visitas. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1761 a 1765.

AOTSF/OP - vol.513. Patentes. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1745 a 1788, doc. avulsos.

- Ordem Terceira de São Francisco - São João del Rei

AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey.

- Ordem Terceira do Carmo - Vila Rica

AOTC/OP - vol.2564. Borrador da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1734 a 1755.

AOTC/OP - vol.2487. Carta de Visitação - Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1761. Ordem Terceira do Carmo - São João del Rei

AOTC/SJDR - Livro I de termos e deliberações da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei.

- Livros, artigos, teses

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In.: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.83-154.

ARNAUT, Salvador Dias. A arte de comer em Portugal na Idade Média. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

ÁVILA, Affonso. O lúdico e as projeções do mundo barroco II: áurea idade da áurea terra. 3 ed. rev. aum. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Trad. do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. ed. rev. aum. São Paulo: Paulus, 2002.

BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico..., vol.6. Coimbra : Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Irmandades mineiras e missas. In: Varia Historia. n. 16. Belo Horizonte: Departamento de História da FAFICH / UFMG, set. 1996, p.66-76.

_____; FRANCO, Renato. Aspectos da visão hierárquica no barroco lusobrasileiro:disputas por precedência em confrarias mineiras. In: Revista Tempo. n.17. Rio de Janeiro: Departamento de História / UFF, 2004, p.193-215.

CARDIM, Pedro. Entradas solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANCSÓ; KANTOR. (Orgs.) Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa, vol. I. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001, p.93-124.

EVANGELISTA, Adriana Sampaio. Pela salvação de minha

alma: vivência da fé e vida cotidiana entre. os irmãos terceiros em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes - o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

MARAVALL, José Antonio. La cultura del barroco. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). In: JANCSÓ; KANTOR (orgs.). Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa. vol. I. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001, p.79-93.

PASSOS, Zoroastro Viana. Em torno da História do Sabará – a Ordem Terceira do Carmo e sua igreja. Rio de Janeiro: Publicações do SPHAN, 1940.

PAZ, José da. Uma corporação religiosa vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Vila de São João del Rei. Tese de concurso para a Cátedra de História do Colégio Estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1968.

SALES, Fritz Teixeira de. Associações religiosas no ciclo do ouro. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

SCARANO. Bebida alcoólica e sociedade colonial. In: JANCSÓ; KANTOR (orgs.). Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa. vol.I, São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001, p.468-469.

Basílio de Magalhães: considerações acerca de suas origens

Wellington José Tibério Silva

Basílio Ladislau de Magalhães nascia a 07 de junho de 1874 na localidade denominada "cangalheiro", no distrito de Barroso[168]. Seu batismo se deu a 28 de junho na capela de Sant'Ana.

O distrito de Barroso pertencia ao município de Barbacena, ficando nesta condição até o ano de 1890. Acredita-se que a elevação à categoria de distrito tenha sido por volta de 1831.

No limiar do século XVIII, Barroso era a denominação de uma fazenda, que dava pouso a viajantes e tropeiros que transitavam pelo caminho novo.

O sítio do Barroso, pertencia ao português Antônio da Costa Nogueira, responsável pela edificação de uma capela, em honra a Senhora Sant'Ana e através de uma escritura datada em 05/03/1729 lhe garantiu patrimônio. Desta maneira, surgiu o povoado, em volta da primitiva capela evocando as bênçãos da santa.

A capela de Sant'Ana pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Piedade em Barbacena, a paróquia só foi criada em

---

168 SOUZA, 1979.p.78. Basílio de Magalhães é considerado barrosense ilustre, sua naturalidade ainda é descrita por historiadores como Fábio Nelson Guimarães , Sebastião de Oliveira Cintra, Augusto Viegas, que indiscutivelmente em suas publicações conferem a Barroso as origens de Basílio.

17/01/1884 por provisão episcopal do venerando bispo D. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides.

O distrito, após pertencer aos municípios de Barbacena, Prados, Tiradentes e Dores de Campos, por fim, conquistaria sua emancipação político-administrativa em 1953.

Barroso se destaca pela riqueza de teu solo, abriga uma das primeiras fábricas de cimento do Estado (instalada em princípios da década de 1950), a qual tem sido uma das principais fomentadoras da economia local.

Tantos anos após o nascimento de Basílio de Magalhães, a cidade ufaniza-se pela sua conquista mais recente – a instalação da Comarca – sonho que se arrastava por muitos anos.

Barroso caminha a passos largos rumo ao futuro, registrando as datas mais relevantes de sua história e salvaguardando a memória de seu ilustre filho, Basílio de Magalhães, pujante figura da cultura mineira.

O batismo e os padrinhos:

> No dia vinte e oito de junho de 1874, nesta igreja do Barroso, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Basílio nascido no dia sete do mês de junho de 1874 filho legitimo de Antônio Inácio Raposo e Francisca de Jesus. Foram Padrinhos Ladislau Arthur de Magalhães e dona Prudenciana Augusta Meireles. Pe. Cezar Alberto[169]

169 Arquivo da Paróquia de Sant' Ana do Barroso. Livro de batismo, número 01.fls.44

Há que se dizer que este é o único documento referente ao nascimento de Basílio existente e naquela época não se faziam registros civis, eram as igrejas as únicas a fazerem estes atos. Os registros civis surgiram com o advento da República, via de regra, o batismo ocorria na mesma localidade do nascimento, não teria lógica, se o menino nascesse em São João del-Rei a 07 de junho e daí a 3 semanas ser levado a receber o sacramento do batismo na capela de Sant'Ana, distante a léguas de tão distinta urbe que é São João del-Rei caracterizada pela religiosidade de seu povo e seus magníficos templos.

Dizia-se de São João del-Rei que era como uma "pedra preciosa engastada na mitra de Mariana"[170] dada a sua relevância e notória espiritualidade, ao passo que Basílio de Magalhães de fato, se tornou uma pedra preciosa na cultura mineira, oriunda deste rincão de minas, prodigiosa terra a qual conhecemos por Barroso.

Muitas biografias, e até em documentos pessoais de Basílio, apontam 14 de junho de 1874 como seu nascimento. Segundo o historiador Fábio Nelson Guimarães, Basílio preferia comemorar o dia natalício nesta data, coincidindo com a festa religiosa de São Basílio Magno[171].

A madrinha de Basílio, Prudenciana Augusta Meireles conhecida por "Sá Marta" mulher de longas tranças, nasceu em Barroso em 12/10/1846, filha do capitão Francisco de Paula

---

170 SOUZA, Boanerges de. Em torno dos mais célebres santuários da virgem. Juiz de Fora: Tipografia do Lar Católico. 2ed. 1955.p.101.

171 Jornal Ponte da Cadeia. ANO VIII NUM 326. São João del-Rei. 09/06/1974.

Meireles e Francisca Cândida de Assis[172]. Casou-se em primeiras núpcias com Antônio Carlos Ladeira e em segundas núpcias com João Francisco Pinto. Proprietária da fazenda do Chiqueiro, fazenda datada de 1758, proveniente de sesmaria[173]. Há registros orais de que nesta fazenda se hospedou o imperador D. Pedro II por ocasião de sua viagem a esta região. Prudenciana faleceu em 01/11/1915.

O padrinho Ladislau Arthur de Magalhães era português, natural de Braga, filho de Antônio José Pereira de Magalhães[174] e Maria Augusta de Assunção Magalhães.

Desempenhou a função de agente distrital em eleição ocorrida em 1º de novembro de 1897 com 134 votos contra 1

---

172 Arquivo da Paróquia de Santana do Barroso. Livro de batismos, 1854- 1886.fls.15.

173 APM (Arquivo Publico Mineiro) SC 119 fl. 162. Sesmaria de Tomás da Silva, 1758.

174 Quando de seu falecimento em 1884, houve profunda comoção em Braga, amplamente noticiado pelos jornais da época o passamento deste ilustre homem. Era natural da freguesia de São Pedro da Vila Real, ocupando vários cargos de confiança em Moçambique, exerceu ainda as funções de procurador á junta geral do distrito, administrador do Conselho, vereador em Braga e recebedor em Barcellos, foi agraciado pela rainha Maria II com o grau de cavaleiro da ordem de N. Sra. da Conceição de Vila Viçosa em reconhecimento pelos seus relevantes serviços prestados. Os ofícios fúnebres ocorreram na Igreja da Misericórdia acompanhado por um grande número de pessoas , fechando o caixão o Sr. Dr. Jerônimo Pimentel, Governador Civil, pegando as toalhas os senhores Márquez de Nurta, Dr. Gaspar Pizarro e demais oficiais do governo Civil. Dados fornecidos pela professora Maristela Ferreira Napoleão. Apud. Jornal Comércio do Porto.15/04/1884.

voto de seu principal oponente, naquele tempo, o distrito de Barroso pertencia ao município de Tiradentes. No entanto, Ladislau Magalhães integra a galeria dos antigos professores do arraial do Barroso.

Em 27/11/1923, Ladislau exercia o cargo de Inspetor escolar distrital da escola do sexo masculino, permanecendo neste cargo até o ano de 1931[175].

Mas antes era o examinador das alunas que prestavam exames, na época, provas orais das disciplinas Língua Pátria, pautas de sistema métrico, redação de oficio, narração de festa religiosa, dentre outras. Ao final publicava-se o resultado e se aprovados ou não, lavrava-se a ata que era enviada para a Secretaria do Interior.

No jornal "Atualidade" editado em Barroso, circulando nos anos de 1929/30, colaborava com uma coluna literária. O jornal era mantido pelos adeptos do PRM (Partido Republicano Mineiro) fazendo oposição ao "Progresso" jornal editado em Tiradentes sob patrocínio dos membros do Partido Progressista[176].

Foi um grande aliado do Cel. Arthur Napoleão de Souza, que aliás, era seu genro. Este desempenhou cargos políticos na cidade de Tiradentes, era o chefe político do lugar. Em parceria com José Pio de Souza, com o já citado coronel, Ladislau participou da criação do primeiro cinema de Barroso, o CINE IDEAL, festivamente inaugurado em 1920.

Foi casado com Belisandra Augusta de Meireles

---

175 Arquivo da Escola Estadual Francisco Antônio Pires livro de instalação da escola do sexo masculino.1918-1927 p.01.
176 SOUZA, 1979.p.76.

possuíam um "chalé" no arraial de Barroso e uma fazenda denominada "Venda Grande", quando de seu casamento com Belisandra tornou-se proprietário de terras nos arredores de Barroso, a família Magalhães em Barroso, sustenta a versão de que os pais de Basílio fossem empregados na fazenda Venda Grande[177]. Ladislau Magalhães faleceu aos 87 anos em 31/07/1935. A lei nº61 de 07/11/1949 da Câmara Municipal de Dores de Campos que dispõe sobre a denominação de ruas determinava que a "rua da lagoa" receberia o nome de Ladislau de Magalhães, sendo essa a única homenagem prestada ao velho professor que viveu em Barroso desde a sua juventude.

Por certo que Basílio, além do nome[178], desfrutou da

---

177 Embora o batistério seja claro em afirmar que Basílio era filho de Antonio Ignacio Raposo, costuma se dizer que Basilio era filho de Ladislau Magalhães com Francisca de Jesus, uma vez que a mesma trabalhava na fazenda de Ladislau. Essa questão foi abordada por Jacqueline das Mercês Silva Pinto em Basílio de Magalhães: trajetória e estratégias de mobilidade social, onde se percebe uma das razões pelas quais, Basílio teria sido enviado para São João del-Rei evitando o constrangimento de filho bastardo na tradicional família Meireles. Observa-se que a madrinha do menino foi Prudenciana e não Belisandra, um dos filhos de Basílio afirmara que ele poucas vezes se referia ao pai, mais que tinha um grande carinho pela mãe.O próprio Basílio quase não fala da família de seus pais e irmãos em seus escritos.

178 Jornal Gazeta Mineira.n.19.Ano I.17/04/1884.p.03. Sabe-se que Basílio nunca usou seu nome por completo. Augusto Franklin de Magalhães atribui ao fato de Ladislau Magalhães ser amigo da família de Basílio e também "curandeiro", que fez com que a criança de sete meses sobrevivesse às adversidades de sua prematuridade, exigindo ser padrinho da criança emprestando-lhe o nome. Ora, já

experiência e cultura do padrinho. Basílio pode ter encontrado alento nos livros do velho Ladislau e sua canastra carregada de livros, o primeiro referencial do mundo da sabedoria adquirido pelo menino.

Decisiva influência do padrinho que o leva para São João del-Rei ainda criança para estudar na Escola João dos Santos, mantida pelo Visconde de Ibituruna.

Sua notável inteligência, antes percebida pelo velho Ladislau atraiu a atenção da princesa Isabel, que o premiou com uma bolsa de estudos em 1882[179].

O contato com afamados professores desta escola muito contribuiria com a formação intelectual de Basílio, oportunidade que lhe era limitada no arraial do Barroso. Uma carta de Sebastião Sete revela amistosa relação:

---

demonstramos aqui que Ladislau Magalhães nunca exerceu a função de curandeiro, era homem de fino trato criado com esmerada educação. Seu pai fora sepultado "com luzidíssima pompa" momento em que "Braga inteira" comoveu-se com sua morte em 1884. Ladislau não compareceu ao ofício fúnebre, pois na época estava radicado no arraial de Santana do Barroso.

179 Jornal Ponte da Cadeia. Ano VIII NUM 326 09/06/1974. O próprio Basílio afirmara: "Troquei uma já bem iniciada proteção que recebia espontânea da herdeira do trono nacional pela modesta blusa de operário do melhor e mais eficiente órgão da propaganda republicana no interior do Brasil: a Pátria Mineira". Outra assertiva encontra-se em carta do conde D'Eu datada de 12 de setembro de 1917 destinada a Max Fleuiss referente a Basílio: "a recordação de que em São João del-Rei tivemos a ocasião de ver ainda criança tão distinto escritor, avivou-me a saudades aliás, constantes das aprazíveis excursões pelo pitoresco e sempre amado torrão mineiro".

> "Basílio dedico-te este exemplar d'A Pátria Mineira. Ainda nos tenros anos, nela colaboraste como tipógrafo, paginador, revisor e até como auxiliar de redação. Ao lado da sacrossanta imagem da tua mãe encontrarás aqui a mais grata e gloriosa rememoração dos dias em que lançaste as primeiras pedras do solar em que hoje habitas. Trabalhaste junto de mim com entusiasmo de verdadeiro crente, com o afinco de caráter de escol, com a dedicação de confiante leal amigo, com a docilidade de discípulo exemplar e inteligentíssimo. Ao Altivo e a ti devo a maior soma da energia que teve de opor às agruras dos tempos de propaganda republicana. Sirva a Pátria Mineira na generosa pátria paulista- de testemunho vivo de quanto vales e do quanto deves ser aproveitado". Matosinhos de São João del-Rei em 11/02/1902.[180]

Os mais antigos em Barroso diziam que o menino Basílio estudava desde pequeno aproveitando a luz do dia. E seu exemplo era citado com frequência pelas famílias barrosenses.

Outra questão de extrema importância que não poderíamos deixar de abordar, refere-se a lei 2.086 de 24/12/1874 que eleva o distrito a categoria de freguesia. Coincidindo com o ano de nascimento de Basílio de Magalhães.

Trata-se de um decreto do governo imperial, não havendo a nomeação de um vigário para a administração desta freguesia, e na época em que o Estado e a Igreja estavam

---

180 MAGALHÃES, 1977.p.251-282

unidos. Separados os dois poderes passaram os distritos administrativos a ser assim criados sem a elevação posterior à categoria de freguesia.

A criação da Paróquia de Sant'Ana se deve a provisão de D. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides, bispo de Mariana em 17/01/1884 que nomeou o primeiro pároco Pe. João José dos Passos e Silva, empossado perante o vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Monsenhor José Augusto Ferreira de Almeida. Neste ano também, a 15 de abril, Basílio recebia a medalha "Reginaldo Barros" em ouro e nesta cerimônia estava presente o vigário de Barroso, representando seus paroquianos e trazendo ao menino lembranças de sua terra natal[181].

O Cangalheiro

No livro de contas correntes do conselho distrital de Barroso, pertencente ao arquivo da Câmara Municipal de Tiradentes (o distrito de Barroso pertencia a este município), encontra-se discriminado a quantia de 10,00 "paga a Antônio Carlos Ladeira pelo conserto da estrada no morro do Cangalheiro, conforme recibo nº. 4" exercício de 1894 fls.4 do referido livro. No ano de 1897 à fls.9, a quantia de 500,00 foi "paga a Ladislau Arthur de Magalhães, por serviços feitos na estrada do Cangalheiro". Já em 1899 conforme descreve a página 12, o beneficiado pela quantia de 90.500 fora Belizário Augusto de Magalhães" por cascalho (carreto) para a estrada do Cangalheiro".

Em 17/12/1933 o padre Boanerges de Sousa assim

181 Jornal Gazeta Mineira.n.19.Ano I.17/04/1884.p.03

registra no livro de tombo da Paróquia "benzi e inaugurei com a presença do Sr. Presidente da Conferência de São Vicente de Paula um pequeno cômodo para os pobres no cangalheiro (alto desta rua) havia grande número de assistentes."[182]

De acordo com a lei nº. 61 de 07/11/1949 da Câmara Municipal de Dores de Campos[183], passou a denominar-se Rua João da Silva Pinto "da casa do Messias até o Cangalheiro". Defronte à rua João Pinto, construiu-se o terminal rodoviário. Com a emancipação do Distrito de Barroso e com os serviços executados de urbanização, localidades como "cangalheiro" caíram no esquecimento.

Visita ilustre

O jornal "A Tribuna" registra a vista de Basílio de Magalhães a Barroso em 23/04/1922, por ocasião de sua eleição ao Senado Estadual.

> Tendo vindo de Belo Horizonte pelo diurno de 23, em companhia de representantes da colônia sanjoanense daquela capital, o nosso diretor desembarcou em Sítio entre vivas aclamações dos inúmeros amigos que ali o foram esperar (...) o trem especial partiu daquela estação da Oeste às 14horas, (...). No Barroso foi Basílio de Magalhães recebido ao espoucar de foguetes e ao som da banda de música local, tendo sido saudado ali pelo seu velho e querido amigo professor Arthur Mourão que pronunciou um

182 Arquivo da Paróquia de Santana do Barroso.Livro de tombo n. 01fls.13v

183 Livro de decreto e leis da Câmara Municipal de Dores de Campos, 1949, fls 51.

> carinhoso discurso, ao qual o nosso diretor respondeu, recordando os ataques ineptos que tem sofrido dos seus pequeninos adversários, que sempre timbraram em querer ridicularizar aquele pinturesco arraial, particularmente o arrabalde do cangalheiro[184].

Arthur Nelson da Silva Mourão, antigo professor público no arraial do Barroso, foi casado com Rita Mourão Braga. Faleceu em 01/09/1928. Nas notas sociais do jornal "TRIBUNA" noticiando o falecimento do conceituado professor Arthur Mourão, cita que o mesmo era aposentado e chefe de numerosa família. "O féretro foi trasladado com numeroso acompanhamento de pessoas gradas para o cemitério do distrito".

O Jornal "A Tribuna" de 17/12/1922 diz que o professor Arthur Mourão do Barroso, enviou telegrama de congratulações a Basílio por ocasião de sua eleição ao cargo de Agente Executivo de São João del-Rei.

A localidade do "alto da Caixa D'água", de acordo com a Lei número 61 de 07/11/1949 da Câmara Municipal de Dores de Campos, (época em que o distrito pertencia a este Município) passou a ter a denominação de Praça Professor Mourão, sendo hodiernamente denominada Praça Arthur Mourão.

A banda de Música de Barroso foi fundada em 1895 por Joaquim de Souza Meireles, composta em sua maioria por filhos e sobrinhos de Joaquim Meireles. Esta tradição foi passada aos descendentes desta família por várias gerações.

---

184 A Tribuna, Ano VIII Num. 415 30/04/1922.

Era praxe naquela época, as recepções a autoridades no distrito serem executados dobrados acompanhados de "poderosas salvas de tiros". Assim ocorreu na breve visita do Presidente Antônio Carlos em Barroso.

Nas festas religiosas, os acordes empolgantes da banda de Música se confundiam com os dobres festivos do sino da Matriz de Sant'Ana, e com fogos de artifícios. Ainda hoje, a banda encanta a todos com seu repertório diversificado, tendo merecido destaque em nossa cultura pela qualidade de suas apresentações.

Observa-se que o padrinho de Basílio, Ladislau e o chefe político do arraial, não são citados nesta honrosa visita. Talvez pelo fato de serem de partidos opostos. Também no Município de Tiradentes não foi o senador Basílio recepcionado pelo agente executivo daquela cidade, o Cel. Arthur Napoleão de Sousa.

Dias depois, Basílio de Magalhães recebeu um telegrama de felicitações, enviado pelo Cel. Ladislau Arthur de Magalhães.

Sobre as acusações dos adversários, sabe-se que Basílio enfrentou acirrada oposição[185].

Chamavam-no de "intrometido" pos se infiltrar na política sanjoanense. (Após ter participado ativamente da vida pública de Campinas, e ali, ter conhecido Raul Soares, Rui Barbosa, Campos Sales, motivado por Raul Soares em seu projeto político para Minas, Basílio se inseriu na política de São João del-Rei).

Conseguiram com o vigário de Tiradentes que também

---

185 VIOTTI, 1960.p.598.

era o encarregado da Paróquia de Sant'Ana, cópia do assentamento de batismo ocorrido em Barroso, documento que publicaram no periódico "O São João Del Rey" sobre a naturalidade de Basílio, o periódico dizia:

> (...) Esquece-se ele de que vivo está o signatário do documento, vivos também se acham o seu padrinho Sr. Ladislau Arthur de Magalhães e o Cel. Gustavo Augusto Meireles, irmão de sua finada madrinha, estes para mostrarem no Cangalheiro, o lugar onde existiu a casa em que nasceu o nosso herói, e aquele para exibir o livro que lá se acha nos arquivos da Paróquia do Barroso a desafiar aqueles sete que aparvalhados tem as suas vistas, ofuscadas pela divina grandeza do havana... [186]

Os adversários ameaçavam chamarem Ladislau Magalhães e Gustavo Meireles, caso Basílio refutasse em seu periódico a "Tribuna" sua naturalidade: "embora não existisse estrada de ferro em 1874, a mãe de Basílio, com 21 dias de parto, viajou nove léguas para levá-lo à pia batismal na freguezia do Barroso. Esperemo-lo. Felizmente se acham vivos os senhores Ladislau Magalhães e Cel. Gustavo Meireles" (...)[187]

Por fim solicitaram na paróquia de São João del-Rei uma pesquisa que resultou na seguinte certidão:

> Certifico que dei cuidadosa busca no arquivo desta paróquia relativo aos períodos de tempo de

186 Jornal O São João Del Rey. ANO I NUM 43 06/01/1921.
187 Jornal O São João Del Rey. ANO I NUM 43 06/01/1921.

> 1870 a 1880 e de 1880 a 1889 e não encontrei registro algum de batizado de Basílio, filho legítimo do Sr. Antônio Inácio Raposo e da Sra. Francisca de Jesus. Certifico igualmente que não achei nenhum outro assentamento de batizado com o nome de Basílio no período de tempo a que se refere a petição retro. O referido é verdade e atesto in fide parochi. São João del Rey 02/12/1920 o vigário Gustavo Ernesto Coelho[188].

Contudo os adversários de Basílio de Magalhães, mais tarde reconheceram quão profícua foi sua administração, ficando a municipalidade a lhe dever gratas homenagens.

Os familiares de Basílio de Magalhães[189]

Filho legítimo de Antônio Inácio Raposo e Francisca de Jesus. Seus pais se casaram na capela de Sant'Ana em 02/10/1854. Abaixo transcrevemos os dados deste consórcio:

---

188 Jornal O São João del Rey. Ano I Num. 40 16/12/1920.

189 Em seu discurso no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Augusto Franklin de Magalhães afirma que Basílio poucas vezes se referia ao pai, que o mesmo havia abandonado o lar. Basílio teria ficado com a responsabilidade de cuidar de sua mãe por ser o único varão. Tinha um profundo carinho pela mãe como demonstra na constante produção de versos a ela dedicada: deixei meu lar, meu pobre e humilde lar/e me atirei à senda, a que o futuro leva/tendo para guiar-me entre a lôbrega treva tua benção, de luz só feita de luar/de que preciso mais?A tua benção basta/se às vezes desespero, a tua imagem casta/ para me lembrar de teus lábios a unção/ a unção bendita, a unção de luz, a benção pura/que me livra da dor, do mal, da desventura/ que um paraíso faz dentro de um coração.

> Aos 02 dias de outubro de 1854 na capela do Barroso, o Rev. Felisberto Fernandes Caldas de minha licença assistiu receberem-se em matrimônio por palavras de presente Antônio Inácio Raposo, filho legitimo de João Inácio Raposo e Mariana Celestina, já falecida, com Francisca Leonarda de Jesus, filha legitima de Francisco Ferreira Pinto e Claudina Maria de Jesus (já falecidos) e lhes deu as bênçãos sendo testemunhas Pedro Marques de Melo e José Antônio dos Santos de que faço este e assino.O vigário José Virgolino de Assis Pereira[190].

Se observarmos atentamente, notaremos que o assento de casamento foi lavrado em livros da Paróquia de Tiradentes, mas quem realiza a cerimônia é o Reverendo Felisberto Fernandes com licença do vigário José Virgolino de Assis Pereira. O reverendo Felisberto Fernandes permaneceu como capelão no "distrito de Barroso", por quase 40 anos, vindo a falecer em 25/08/1870, sendo sepultado na capela de Sant'Ana.

Por ocasião das visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821 – 1825) diversas freguesias foram alertadas quanto à questão dos assentamentos.

> (...) entre tão saudáveis determinações somos a renovar a de se deverem ter livros em todas as capelas para os assentos de batismos, óbitos e casamentos, que devem ser remetidos de 3 em 3 meses para serem descritos em livro da Matriz, evitando-se assim o inconveniente da falta

190 Arquivo da Paróquia de Santo Antônio. Livro de casamentos. n. 27.fls.167.

> assentos em prejuízos de terceiros. Declaramos, porém que os reverendos capelães não podem e nem devem passar certidões dos ditos livros porque este direito é privativo do reverendo pároco. (...) (Provisão a freguesia de N. Sra. da Conceição de Ibitipoca) 20/07/1824[191].

Outro exemplo claro, encontramos na provisão a freguesia de São José (Tiradentes)

> (...)tornamos a suscitar a ordenação e com pena de suspensão ipso facto aos reverendos capelães para que sejam exatos nos assentos, que os devem lançar nos livros nas sacristias mesmas e antes de qualquer ato e remete-los de 3 a 3 meses ao reverendo pároco para os lançarem nos livros da matriz (...) 22/10/1824[192].

Por esta razão, encontramos diversos assentamentos relativos a Barroso e seu povo em arquivos paroquiais de Barbacena, Tiradentes, Prados, por serem as mais antigas freguesias desta região. Os sacramentos eram administrados pelo vigário da freguesia, e muita das vezes, na própria matriz.

Somente em 1734, quando foi designado o capelão Manuel Valente de Vasconcelos[193], que as cerimônias religiosas passaram a ser assistidas na capela pelo sacerdote.

Entretanto, o arquivo paroquial da Matriz de Sant'Ana constitui-se por livros datados a partir de 1825 (de batismo), sendo que os demais datam em fins do século XIX.

---

191 TRINDADE, 1998.p.202.
192 TRINDADE, 1998. p.247.
193 MASSENA, 1952.p.24.

Encontramos um documento relacionado ao pai de Basílio em 23 de julho de 1878, fato este ocorrido quatro anos após o nascimento de Basílio Magalhães[194]. O documento

---

194 Interdícto Prohibitório. Antônio Ignácio Raposo, 1878 Caixa 178 ordem 64 2SVC. AHMAS(Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi -Barbacena). "Diz Manoel José da Gama, morador no distrito do Barroso desta jurisdição que tendo feito um rego em terras de sua propriedade na qual pretende utilisar sobra que antes de parte da agoa de um ribeirão que corre á margem da fazenda do Chiqueiro, facto este que a ninguém prejudica e nem ao público, sucede que Antonio Ignácio Raposo conluiado com Antônio de Melo vierão e na parte superior fizerão um açude no terreno público e desviarão quase toda a agoa por um moinho que estão levantando em alicerces alheios ,ao passo que do acto do suplicante nenhum dano resulta a terceiros e nem ao público , do acto acintoso e rixoso dos suplicados resulta dano iminente ao publico com infração de posturas municipais , e ate cessação de uma lavandaria aonde costumão lavar roupas muitas senhoras do lugar acrescendo a mudança quase total do curso do ribeirão. Os suplicados procedem despoticamente e desse seu acto vem resultar dano dúplice ao suplicante e ao público , nestes termos vem o suplicante requerer a V. S. um mandado de Interdicto Prohibitorio aos suplicados e ao público , para que cessem de praticar a violência que estão praticando , impedindo a agoa do ribeirão que corre em seu leito com o que vem prejudicar ao suplicante que ficão privado da agoa para o rego que fez sem prejuiso de ninguém , cominando-se aos suplicados a pena pecuniária de pagarem cada um um conto de réis para as despesas da Câmara Municipal desta cidade",atendendo ao requerimento deste Manoel , o juiz municipal de Barbacena mandou que qualquer Oficial de Justiça fosse ao distrito de Barroso e intimasse os réu ".....fui ao distrito do Barroso para dar cumprimento ao mesmo , intimei Antonio Ignácio Raposo

encontra-se em ótimo estado de conservação, destacamos apenas o objeto da ação e também algumas referências sobre o domicílio do réu.

Os irmãos de Basílio de Magalhães

Dos seus irmãos há registros de batismo de José, nascido a 10/07/1855 em Barroso[195]. E Delmina nascida em 03/08/1872[196]. E ainda registros de óbitos de Maria Eugênia da Trindade (falecida em São João del-Rei em 29/05/1893)[197] e Joaquina Escolástica da Trindade (falecida em São João del-Rei em 29/01/1891).

Tios, primos e demais parentes

---

em sua própria pessoa para não continuar mais o trabalho, este logo do que ficou bem ciente do conteúdo do mesmo e pedio a contra fé do mesmo e intimei Amélia Maria de Jesus na pessoa de seu pai Antonio de Melo, por este ter escondido de que fui bem informado que ele estava ali. O referido é verdade de que dou fé. Barrozo 24/07/1878, Jacintho Rodrigues de Moraes-oficial. Em 02/08/1878 através de procuração, Antonio Ignácio Raposo morador no Barroso, deste termo, nomeia seu bastante procurador o Dr. Francisco Antonio de Borba Junior."

195 Arquivo da Paróquia de Santo Antônio. Livro de batismos. n. 16.141 v.

196 Arquivo da Paróquia de Santana do Barroso. Livro de batismos. n. 01.fls.17 v.

197 Registro de óbito assentado no cartório de registro civil de São João del-Rei livro 3, folha 138, termo 115, consta informação de ter sido casada com Joaquim Feliciano de Andrade tendo os filhos Avelino, de dois anos e Albertina, de cinco anos. A falecida tinha apenas 26 anos e era natural de "Santana do Barroso".

Um dos tios paternos de Basílio que localizamos foi Francisco Ignácio Raposo falecido em Barroso em 31/01/1920 aos 85 anos, casado que era com Joaquina Maria Fernandes, residiam no lugar denominado Estiva, freguesia de Barroso, termo de Tiradentes[198].

Possuía 2 alqueires e meio na estiva, mais um alqueire com uma casa térrea coberta de telhas com uma porta e uma janela. Ficou devedor a Manoel Ignácio de Sousa de despesas feitas em casa de Francisco Ferreira Filho para tratamento de seu pai e funeral. O monte mor estava avaliado em 1.330.000. Filhos do casal, primos de Basílio: Dionísia; Manoel Ignácio de Souza, Maria Cesária da Conceição; Maria Salomé; Francisca África de Sousa; Miguel Arcanjo de Sousa; Antônio Inácio de Sousa; João Clemente de Sousa; Joaquina Ignácia de Jesus; Ana Apolinária de Jesus.

Em relação aos tios maternos de Basílio, citamos Francisco nascido em 17/06/1844[199] e Manoel nascido em

---

198 Inventário post-mortem de Franscisco Ignácio Raposo, 1927. Caixa 634 AHET II de São João del-Rei 13ª SR/IPHAN.(Arquivo Histórico do Escritório Técnico II de São João del-Rei/13ªSuperintendência Regional do IPHAN) Despesas contraídas na "venda" de Francisco Ferreira Filho em 15/06/1927, avaliadas em 102$750 : 3 velas;7, ½ de assúcar mais 1K de café; 2m de tachas douradas; 250 gramas de pregos; 2m de tachas americanas; 7m de cretone; 5m de morim; 5 ½ de cretone; 2 ½ de brim; 2 ½ de americano; 25m de galão; 1 par de meia; 2 carretel de linha; 4 alças de metal; 1 m de batiste; 1K de banha.

199 Arquivo da Paróquia de Santana do Barroso. Livro de batismos 1825- 1854.folha 11v.

02/02/1842[200].

Ascendentes paternos

De José Ignácio Raposo antepassado de Basílio de Magalhães, por ser o mesmo filho de Antônio Inácio Raposo. Extraímos estas informações:

> Aos sete dias do mês de novembro de mil oitocentos e vinte e nove faleceu da vida presente com todos os sacramentos José Ignácio Raposo, teria de idade 40 anos, foi amortalhado em hábito de São Francisco encomendado e sepultado dentro da Igreja da ordem de São Francisco na Vila de São João del-Rei de que para constar fez este assento. O coadjutor Manoel Coimbra[201].

Em inventário de 1830, José Ignácio deixou bens avaliados em 1.869.227 réis cabendo aos herdeiros 119.885 réis. Era proprietário do sitio "Pitangueira do Elvas" que se compunha de campos de criar, algumas capoeiras que dividia de um lado com terras de Francisco Teixeira Alves e de outro com a fazenda de Venâncio José Pires e de ouro com a fazenda de Lourenço Pinto "feixando" com o dito Teixeira. (Interessante ressaltar que Venâncio José Pires e Lourenço Pinto eram abastados fazendeiros de Barroso, dos quais descedem inúmeras famílias).

Possuía dentre outros bens, 12 escravos, um tacho de

---

200 Arquivo da Paróquia de Santana do Barroso. Livro de batismos 1825- 1854.folha 06.

201 TRINDADE, 1998. p.247.

cobre de 12 libras, 23 bois de carro, além do tear possuía um lambique com capelo e taxo de cobre com peso de 9 arrobas.

Casou-se em primeiras núpcias com Teresa Antônia de Jesus, em 22/01/1797 na Igreja de Santo Antônio da Vila de São José[202]. Filha de Domingos Fernandes e Maria Fernandes, naturais da Aplicação do Padre Gaspar. Teresa Antônia, faleceu em 01/06/1813. Em inventario de 1814 da finada Teresa[203], o casal possuía um sítio na "fazenda sociedade" cercado de valo por baixo do açude que vem para o engenho, com laranjeiras e um bananal, casa de vivenda e senzalla tudo coberta de capim avaliado em 25.000 reis. Possuíam ainda uma parte de terras em que he sócio com seus irmãos na fazenda denominada Ribeirão do Elvas com casa de vivenda, paiol, senzala, moinho comprada que foi do falecido Alferes Paulo Caetano de Almeida testamenteiro que foi do falecido Ângelo Martins na quantia de 990.00 reis.

Eis a relação dos filhos de José Ignácio Raposo com Teresa Antônia em 1830: Gertrudes, casada com Manuel Francisco da Mota; Teresa, casada com José Joaquim de Almeida; Joaquina, casada com Nicolau Cordeiro Amado; Antônio, José do Carmo Raposo; Mariana, casada com Antônio Lopes; Joaquim, casado com Ana Carolina do Pilar; João Ignácio Raposo, avô paterno de Basílio de Magalhães; Manuel, casado com Delfina Cândida de Jesus; Luiz Dias Raposo; Joaquim José Raposo.

---

202 Arquivo da Paróquia de Santo Antônio. Livro de Casamentos. n.24.fls.97-98

203 Inventário post-mortem de Teresa Antônia de Jesus, 1814. Caixa 130 AHET II de São João del-Rei 13ª SR/IPHAN.

Foi casado em segundas núpcias com Francisca de Paula de Jesus (filha de Domingos Francisco Torres, o moço e Maria Antônia do Pilar), pais de: Maria casada com Francisco de Paula Montes; Francisca de Paula, 12 anos, Luiz José 10 anos; Joaquina, 7 anos.

José Ignacio Raposo era filho do capitão Luis Dias Raposo[204], português natural da Vila do Lavradio, patriarcado de Lisboa (neto paterno de Antônio Dias e Antônia Gonçalves) e dona Ana Josefa Teresa natural de Larcura, e neto materno do Capitão Luiz de Almeida Ramos e Helena Josefa da Gama. (Dados obsequiosamente fornecidos pelo genealogista Dario Cardoso Vale).

Luis Dias Raposo é citado por Herculano Velloso em suas "Ligeiras Memórias da Vila de São José, nos tempos coloniais" como juiz de orphãos daquela vila. Obteve sesmaria em 14/06/1748 de meia légua de terra, conjuntamente com Manoel Pereira da Mota, da "rossa chamada lagoa do Frei Ignácio" onde eram senhores e possuidores, adquirida por compra do sargentomor Manoel Friz Serra. Queriam utilizar destes campos para criação de gados[205]. Como membro da Irmandade dos Passos na Vila de São José, Luís Dias Raposo, figura como tesoureiro no ano de 1738[206].

---

204 Sobre as origens da família Dias Raposo há referências a Ambrósio Dias Raposo citada nas Efemérides de São João del-Rei, de Sebastião de Oliveira Cintra. Conferir ainda o "Dicionário Genealógico das Famílias Brasileiras", de Carlos Eduardo de Almeida Barata e Antônio Henrique da Cunha Bueno, p.862.

205 APM SC 90 fls 189 189 v. Sesmaria de Luis Dias Raposo, 1748.

206 Arquivo da Paróquia de Santo Antônio livro 5 da entrada de irmãos e eleição da Irmandade dos Passos estante 3 caixa 3.

Descendência de Basílio de Magalhães

Basílio de Magalhães casou-se por volta de 1895 com Flávia Marcelina Ribeiro de Magalhães, nascida em 31 de agosto de 1876 no Paraguai. Filha de Dr. João Chaves Ribeiro e dona Maria de la Concépcion de Jesus Bogarin Lopez, esta última irmã de Solano Lopez[207].

Francisco Solano Lopez, nasceu em 24 de julho de 1826 procedente de família bastante esclarecida intelectualmente, frequentou a corte de Napoleão III. O general Solano Lopez assumiu o governo do Paraguai em 1862 com o falecimento de seu pai Carlos Antônio Lopez ocorrido em 10 de setembro do corrente ano[208].

Carlos Antônio Lopez tornou-se o primeiro presidente do país, geralmente apresentado como um obscuro advogado promove o Progresso do Paraguai. Casou-se com Juana Pabla Carrilo gerando dentre outros Francisco, Benigno, Venâncio e Maria de La Concépcion, sogra de Basílio.

Carlos Antônio Lopez, avô de Flávia, era irmão de dois clérigos: Francisco de Paula Lopez, conhecido como "El Filosofo" um pensador introspectivo que viveu misticamente, e Basílio Lopez um franciscano que chegou a bispo.

Flávia Marcelina Ribeiro de Magalhães faleceu em 15/04/1958, e seu ilustre esposo veio a sucumbir em 14/12/1957 estando sepultado em Lambari – Minas Gerais.

Basílio de Magalhães e D. Flavinha foram genitores de

---

207 ROMEIRO, Marina de Lima. *Considerações sobre meus avós paternos*. Rio de Janeiro: 2004.(Não publicado).
208 CHIAVENATTO, 1994.p.47.

Heloisa Marina Romeiro, casou-se com Jorge Alberto Romeiro; Paulo Frederico de Magalhães, casado com Laura Magalhães; Beatriz Clotilde de Magalhães, casada com Paulo Afonso Barbosa da Silva; Augusto Franklin de Magalhães, casado com Alice Magalhães; Carlos Washington de Magalhães; Hildebrando Bolívar de Magalhães, casado com Lucila Ribeiro da Silva.

Fontes de consultas:

Jornal "Gazeta Mineira". n.19 Ano I 17/04/1884.p.03.

Jornal "A Tribuna" de São João del-Rei Ano VIII Num. 415 30/04/1922.

Jornal "O São João D'el Rey" Ano I n. 43 06/01/1921.

Jornal "O São João D'el Rey" Ano I n. 40 16/02/1920.

Jornal "Comércio do Porto" 15/04/1884.

Referências Bibliográficas

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antonio Henrique da Cunha. Dicionário das Famílias Brasileiras. vol. 1e 2 (páginas 862 e 863 ; páginas 125 e 126).

CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio Americano: A guerra do Paraguai. Brasiliense. 27ª ed.1994. 206 p.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. Galeria das Personalidades Notáveis de São João del-Rei. São João del-Rei: FAPEC, 1994.

_____. Efemérides de São João del-Rei. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982 .vol 2.

GUIMARÃES, Fábio Nelson. A vida de Basílio de Magalhães. A ponte da cadeia. São João del-Rei. v. 08.n. 326. 09/06/1974.

MAGALHÃES, Augusto Franklin Ribeiro de. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. v.

315.p.251-282.mar/abril 1977.
MASSENA, Nestor. Barbacena, a Terra e o homem. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
_____. A igreja em Barbacena. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 227 p.
PINTO, Jaqueline das Mercês Silva. Basílio de Magalhães: Trajetória e estratégias de mobilidade social 1874-1957. Monografia de pós-graduação em História de Minas Gerais.UFSJ, 2005.
ROMEIRO, Marina de Lima. Considerações sobre meus avós paternos. Rio de Janeiro, 2004(não publicado).
SOUZA, Boanerges de. Em torno dos mais célebres santuários da virgem. Juiz de Fora: Tipografia do Lar Católico. 2 ed. 1955. 118 p.
SOUZA, Geraldo Napoleão. Barroso: Subsídios para a história do município. Viçosa: Folha de Viçosa, 1979.123 p.
TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade 1821 – 1825. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais Fundação João Pinheiro, IEPHA, 1998.
VELLOSO, Herculano. Ligeiras Memórias sobre a Vila de São José nos Tempos Coloniais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. 81 p.
VIEGAS, Augusto. Galeria de sanjoanenses de nascimento e de coração que aqui exerceram funções públicas. Basílio de Magalhães. In: Notícia de São João del-Rei. Belo Horizonte. 3 ed. 1969. 273 p.
VIOTTI, Dario Abranches. Basílio de Magalhães. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte. v.VII, 1960.p.597-602.

"Maestro" e literato Abgar Campos Tirado, glória de São João del-Rei

Francisco José dos Santos Braga

Retorno hoje a este espaço são-joanense para falar de um assunto que muito me é caro: escrever sobre Música e, especialmente, sobre um "maestro" e pianista são-joanense cuja vida tem sido marcada pelo zelo e competência no trato dessa Arte. Refiro-me a Abgar Antônio Campos Tirado, meu mestre de piano, que, nos idos de 1963, a pedido de um amigo comum, o saudoso são-joanense Gil Amaral Campos (São João del-Rei, 1938-São Paulo, 1999), me preparou com orientações seguras para meu ingresso no Conservatório Estadual Padre José Maria Xavier, na classe da saudosa Profª Mercês Bini Couto (1916-2010), o que se deu no ano seguinte. Para isso, Prof. Abgar franqueou minha entrada à sua residência e a utilização diária de seu piano, das 19 às 21 horas, estendendo-se essa benesse por mais de dois anos, até que meu pai conseguisse adquirir um Fritz Dobbert novo para o filho pianista.

Foi dessa forma que tive a oportunidade e o privilégio, nos meus verdes anos, de frequentar a residência dos Tirados Lopes e testemunhar a dor que representou para a família de Abgar a partida precoce da saudosa chefe do lar, mãe, esposa extremada e pianista, D. Águeda Campos Tirado (1903-1962). Essa dor amarga e acerba, que lhe corroía a alma, deixou-a Abgar estampada no seu poema "*Mater mea, responde mihi*!", diante do inexplicável "sorriso belo, calmo, sereno e doce" de sua mãe defunta, "indiferente" aos soluços dos circundantes. Da convivência com o saudoso Antônio Tirado Lopes (Nazareno,

1901-São João del-Rei, 1992), pai de Abgar, que exerceu o mandato de vice-prefeito de São João del-Rei, de 1948 a 1951, recordo-me especialmente da gentileza e cortesia com que eu era recebido, sempre esbanjando cordialidade pela minha presença. De sua extrema bondade e hospitalidade franciscana fala Abgar no seu poema "*A meu pai*". Ambos os poemas fazem parte do seu livro "Raízes e Coração"[209].

Para homenagear o Prof. Abgar, essa figura ímpar das letras e da música erudita são-joanenses, a amiga Alzira Agostini Haddad, sabedora dessa nossa ligação artística de longa data, teve a feliz ideia de sugerir-me alinhavar uma lauda que retratasse minha admiração pelo amigo e colega musicista. Difícil missão essa que me atrevo a cumprir, já que são insuficientes as páginas de um alentado livro para descrever o gênio e o brilho do meu biografado.

Embora nunca tenha saído do País, suas músicas já chegaram aos quatro cantos do Orbe, tendo Abgar acumulado, através dos anos, experiências e conhecimentos invejáveis que ombreiam com os dos maiores artistas globalizados e enfatuados homens de letras, como se verá a seguir.

Vejamos inicialmente seus projetos atuais no campo da música erudita, sua maior especialidade a meu ver. Em julho, no próximo Inverno Cultural da UFSJ, deve fazer, em primeira audição, o solo do Concertino em forma de suíte "Mandacaru",

---

209 TIRADO, A. C.: Raízes e Coração, A Voz do Lenheiro Editora, São João delRei, 2ª edição, 1997. Conforme Eric Ponty assinalou na Apresentação ao referido livro de Abgar, "quem já leu seus poemas sabe que sua veia clássica transparece nos versos livres e metrificados, com a maestria de quem dedilha a língua como as teclas de um piano, ou seja, a virtuosidade de sempre."

para piano e orquestra, de Normando Carneiro da Silva, regente em Natal (fundador da Camerata do Conservatório Estadual Pe. José Maria Xavier, quando Abgar era seu Diretor. Consta também que Normando compôs uma missa inédita dedicada ao Prof. Abgar.) Finalmente me confessou Abgar que planeja tocar o Concerto nº 2, de Carl Maria von Weber, com acompanhamento de orquestra, no segundo semestre deste ano.

Já que falei sobre o nosso querido Conservatório, lembro que Prof. Abgar foi seu ilustre Diretor, durante o longo período de janeiro de 1977 a dezembro de 1991. Dignas de nota foram as suas realizações nesse cargo, dentre as quais importa destacar as seguintes, devido à sua importância cultural: fundação da Camerata e do Coral Opus 78; instalação de masterclasses de diversos instrumentos; duas edições internacionais do CLAMC-Curso Latino-Americano de Música Contemporânea, sob a supervisão dos seguintes compositores: o são-joanense José Maria Neves (1943-2002), os uruguaios Conrado Silva e Coriún Aharonián e a argentina Graciela Paraskevaídis; montagem das óperas *Rigoletto* e *La Traviata* de Verdi com solistas do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com participação da Camerata e coral sob a regência de Osman Giuseppe Gioia (que, além de maestro no Conservatório, era assistente de Isaac Karabtchevski, regente da Orquestra Sinfônica Brasileira). Inesquecível foi também a montagem e encenação da ópera *Tosca* de Puccini que contou só com músicos profissionais sob a regência do maestro Carlos Eduardo Prates, numa promoção do Conservatório. Na sua despedida do Conservatório, em 1991, o Diretor Abgar foi o responsável pela ópera *Bastien und Bastienne* de Mozart, bem como pela tradução para o português dos diálogos, contando só

com a participação de músicos do Conservatório; manteve, porém, os cantos em alemão, disponibilizando para os espectadores a tradução simultânea em tela. Cabe ainda lembrar a reforma do Auditório Ministro Tancredo Neves, que, devido a alterações feitas no seu projeto original, inclusive acústicas, foi promovido a "Teatro Presidente Tancredo Neves", inaugurado por Risoleta Neves. Pelo que aqui vai dito, pode-se apreciar o prestígio de que gozava o meu biografado junto às autoridades e celebridades de nosso País.

Prof. Abgar teve atuação destacada nos festivais de música erudita de Aiuruoca, no período de 1965 a 1969, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Divinópolis, como solista, com acompanhamento de orquestra. Em Ourinhos-SP, a convite do GAMO, apresentou um concerto sob a regência de Osman Giuseppe Gioia. Em Curitiba, a convite do Governo Estadual, em comemoração aos 100 anos do surgimento da Sétima Arte, apresentou-se a quatro mãos com Maria Amélia Viegas. No Rio de Janeiro tocou como solista na Capela do Palácio da Guanabara, por ocasião de um casamento.

Dentre as suas centenas de composições, destaco as mais conhecidas, com o local onde foram apresentadas no Brasil e no exterior: *Salve Regina* (Argentina), regida por José Rodriguez Fauré, que se comprometeu a levá-la como repertório para sua turnê internacional; *Panis Angelicus* (Roma e Sicília); *Ária Antiga*, bem como *Prelúdio, Marcha e Final*, trilhas sonoras para dois filmes do Festival JB-Mesbla de BH, com destaque para a segunda partitura composta para o filme "Regeneração?" do diretor são-joanense Sérgio Ratton; *Improviso em fá menor*, tocado por Humberto Rutowitsch Garrón em Wichita, Kansas; e Novena de Nossa Senhora do

Pilar, dedicada ao Monsenhor Sebastião Raimundo de Paiva, composta e apresentada em 2008 em nossa cidade. Buscando homenagear Abgar através de sua música, a WM Filmagens, com orientação de Toninho Ávila, lançou em 2009 o *DVD - São João del-Rei Barroca, Colonial e Eclética*, que é um documentário sobre esta cidade. Além de narrador e autor do texto, Prof. Abgar assina também todas as músicas da trilha sonora.

Outra área em que se impôs seu gênio artístico foi a da composição de hinos, sacros e profanos, especializando-se na autoria tanto da letra quanto da música. Vou citar apenas os mais conhecidos para as seguintes instituições são-joanenses: Albergue Santo Antônio (hino a Frei Cândido), E.E. Inácio Passos, E.E. Mateus Salomé, E.E. Pio XII, Escola Catavento (só música sobre letra das crianças), ASAP (só música, com letra do historiador e escritor Antônio Gaio Sobrinho), Centro Educacional Prof. José Américo da Costa, Coral InfantoJuvenil do Conservatório Estadual Pe. José Maria Xavier, Nossa Senhora da Lapa (de Matozinhos), Centro Educacional Frei Seráfico, E.E. Carlos Fernandes Góes (só musica), Orquestra Lira Sanjoanense (só letra, com música de Geraldo Barbosa de Souza) e CESEC Prof. José Américo da Costa. Além disso, pode-se citar os hinos compostos para as seguintes instituições de outras cidades, a saber: ASCOAP e FAP de Belo Horizonte (só música); Escola Municipal Pe. Lourival de Salvo Rios de Tiradentes (letra e música); e Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto.

Nos seus cursos de formação, Abgar teve como professores de piano Nilce Cavalcante Alves, Mercês Bini Couto e Ismênia Castelli Panzera; e como mestre de coro, Frei

Geraldo de Reuver. Frequentou ainda os seguintes cursos de reciclagem oferecidos pelos pianistas Venício Mancini, André Luis Pires, Armando Amado Júnior e Miguel Rosselini. Participou também de cursos públicos de Técnica e alta Interpretação Pianística ministrados por Jacques Klein (RJ, 1963) e Magdalena Tagliaferro (Uberlândia, 1980).

Pode-se ainda citar as grandes execuções de Prof. Abgar de obras para piano com acompanhamento orquestral. Inicialmente, executou em 1ª audição, em 30 de março de 1960, no Teatro Municipal de São João del-Rei (SJDR), a Fantasia Livre sobre Melodias Brasileiras, de Nilo Weber, aos 21 anos de idade, acompanhado pela Orquestra da Sociedade de Concertos Sinfônicos de São João del-Rei (ou simplesmente "Sinfônica") sob a regência do compositor[210]; repetiu a façanha 7 dias depois. Mais tarde, notabilizou-se, tocando em quatro ocasiões (duas no ano de 1982, e outras duas em 2006) o Concerto nº 9 em mi bemol de Mozart (em 1982, acompanhado pela referida Camerata do Conservatório, sob a regência de Osman Giuseppe Gioia: a primeira vez, no Teatro do Colégio Santo Antônio, de Ourinhos-SP, e a segunda, no Teatro Municipal de SJDR; as duas outras vezes, respectivamente em 24/6/2006, no Teatro Municipal de SJDR, e em 24/8/2006, no Teatro do citado Conservatório, acompanhado pela Orquestra dos Inconfidentes de SJDR e Prados, sob a regência de Thiago Henrique de Souza. Sobressaiu-se igualmente com o Concerto

---

210 GUERRA, A.: Pequena História de Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del-Rei: 1717 a 1967, editado pela Sociedade Propagadora Esdeva "Lar Católico", Juiz de Fora-MG, p. 306.

nº 3 em dó menor de Beethoven em duas outras ocasiões, ambas no Teatro Municipal de SJDR: a primeira, em 21/7/1973, acompanhado pela Sinfônica sob a regência de Adhemar Campos Filho, e a segunda, acompanhado pela Orquestra de Músicos Reunidos de SJDR e Rio de Janeiro sob a regência de Paulo Miranda, em 22/10/1988. Demonstrando absoluto domínio sobre técnicas de diferentes estilos de toque, Abgar interpretou em duas ocasiões, com igual maestria, o Concerto nº 5, em fá menor, de Johann Sebastian Bach: a primeira vez, em 1983, acompanhado pela já citada Camerata do Conservatório sob a regência de Osman Giuseppe Gioia, no Teatro do Colégio Nossa Senhora das Dores, e a segunda, em 1985, acompanhado pela mesma orquestra regida por Isaak Chueke, no Teatro Municipal, ambos em SJDR. Além disso, tocou a Rhapsody in Blue, de George Gershwin, acompanhado pela Sinfônica sob a regência de Teófilo Helvécio Rodrigues, no Teatro Municipal de SJDR, em 18/11/2007. Digna de nota foi ainda sua execução da 1ª parte do 1º movimento do Concerto nº 1 op. 23 em si bemol menor de Tchaikowsky, em duas ocasiões, no Teatro Municipal de SJDR, com a Banda do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, de SJDR: uma, em 11/4/1987, sob a regência do Tenente Lúcio Leitão, e outra, em 16/4/2011, tendo como regente o 2º Tenente Antenor Noé de Sousa.

Além de obras para piano solo, para piano a quatro mãos e acompanhamentos diversos, incluindo operetas e música sacra em harmônio e órgão, podemos citar ainda as grandes execuções por Prof. Abgar das seguintes obras camerísticas:

1. *Duos para piano e violino*: Sonata nº 2, op. 12, nº 2, em lá maior, de Beethoven, em 1981, com o violinista Geraldo Ivon da Silva (“Patusca”) e Sonata op. 100, em lá maior, em

1990, com o violinista Alexandre Kanji, ambas no Teatro do Conservatório Estadual, de SJDR.

2. *Duo para piano e violoncelo*: Sonata em mi menor op. 38, em 1994, no Teatro Municipal de SJDR, com o violoncelista Robson Fonseca Ferreira.

3. *Duo a dois pianos*: Apresentou Paráfrase sobre Dark Eyes, de Gregory Stone, e Marche Héroïque op. 34, de Camille Saint-Saëns, em 1994, com a pianista Mercês Bini Couto; e também tocou, em 1994, a Dança Húngara nº 5, de Brahms, e a Marcha Militar op.51 nº 1, com o pianista Humberto Rutowitsch Garrón, ambos no Teatro Municipal de SJDR.

4. *Trio para piano, violino e violoncelo*: Em Barbacena, no Teatro do Colégio Imaculada Conceição, Abgar se apresentou, em 19/10/1991, no "Concerto Mozart", tocando o Trio nº VI em si bemol de Mozart e acompanhando trechos das óperas A Flauta Mágica, Don Giovanni e Bastien und Bastienne, promovido pela Sala de Música Heitor Villa-Lobos; na ocasião, o violinista era Paulo Miranda e o violoncelista, Robson Fonseca Ferreira.

A título de exemplo, reproduzo neste espaço o programa de um recital que Abgar apresentou no Teatro Municipal de Ouro Preto (Casa da Ópera), em 21 de agosto de 1981, em comemoração ao 43º aniversário de fundação do Grêmio Literário Tristão de Ataíde, promovido pelo referido Grêmio, pela Escola Técnica Federal de Ouro Preto e pela Universidade Federal de Ouro Preto. Naquela noite memorável, Prof. Abgar solou, bem como acompanhou os seguintes músicos são-joanenses: Aluízio José Viegas (flautista), Geraldo Luzia do Sacramento (clarinetista) e Vicente de Paulo Barbosa Viegas (tenor). Eis o citado programa:

1ª Parte

C. Cesarini: Firenze sogna – canto

Abgar Campos Tirado: Ária – clarineta

Abgar Tirado: Improviso – piano solo

Gastaldon: Musica Proibita – canto

W. Popp: Noturno – flauta

Puccini: Che gelida manina – canto

2ª Parte

Abgar Campos Tirado: Ária Antiga – flauta

Franz Liszt: São Francisco de Paula caminhando sobre as ondas – piano solo

Rossini: Cujus Animam (do Stabat Mater) – canto

Abgar Campos Tirado: Prelúdio, Marcha e Final – flauta, clarineta e piano

Igualmente Prof. Abgar ganhou notoriedade em outra área que exige perícia e entendimento perfeito da harmonia: a de pianista acompanhador, fazendo a parte de orquestra nos seguintes concertos, todos executados no Teatro Municipal de SJDR: Concerto em lá menor op. 54, de Robert Schumann, com o solo a cargo de Humberto Rutowitsch Garrón (4/7/1997); Concerto nº 5 op. 73 "Imperador", de Beethoven (2008) e Concerto nº 2 em ré menor op. 40, de Mendelssohn (2009), acompanhando o solista Franz Ventura. Acompanhou também grandes cantores, como ocorreu em recital em 1986 com as sopranos Ruth Staerke e Leda Cintra, bem como com os tenores Antônio Casanova (português) e Tito Sbar (italiano).

Lembrar os artistas notáveis que frequentaram a casa de Abgar é uma obrigação. Amigo dos grandes pianistas

brasileiros, acolheu alguns dos principais, a saber: Isabel Mourão, que está residindo entre nós são-joanenses, Celina Szrvinsk, Anna Stella Schic (1925-2009), Arnaldo Estrella (1908-1981), Berenice Menegale e Magdalena Tagliaferro (Petrópolis, 1893-Rio de Janeiro, 1986). Além de pianistas, também visitaram a residência de Abgar a soprano Rute Pardini e os compositores José Maria Neves, Gilberto Mendes, Almeida Prado (1943-2010), o português Jorge Peixinho (1940-1995), o francês Michel Philipot (1925-1996), os uruguaios Conrado Silva e Héctor Tosar (1923-2002) e 278 o argentino Eduardo Bértola (1939-1996)[211].

---

211 Prof. Abgar, com sua elegância tão conhecida de todos os que convivemos ou convivem com ele, faz a seguinte ressalva, digna das pessoas finas e escrupulosas: "Citar todos meus amigos musicistas compreenderia uma lista interminável e certamente conteria omissões imperdoáveis. Mesmo assim, considerando sua relevância no cenário musical e/ou a convivência fraterna, tento fazer uma relação desses nomes, a maior parte integrantes de nossas corporações musicais. Além dos já enumerados, especialmente meus mestres de piano, como também meus parceiros em apresentações públicas, não podendo igualmente esquecer os professores de nosso Conservatório (aqui representados pela Profª Vera Bittar), de nossa UFRJ e de entidades musicais de outras localidades, ouso ainda citar os seguintes, alguns dos quais já falecidos: - os pianistas Homero de Magalhães, Eduardo Hazan, Luís Henrique Senise, Ricardo Castelo Branco, Márcio Nacif, Ronaldo Mansur, Alfredo Amaral de Carvalho, Jayme Cabral Guimarães, Anderson Daher, Thiago Bertoldy, Eduardo Tagliacci, Humberto Rutowitsch Garrón, Estela Caldi, Carla Reis, Cora Pavan Capparelli, Clara Paes Leme, Lídia Limp, Maria Lúcia Coutinho, Giselle Nacif Witkowski, Maria Inês Nacif, Hugo Adaad, Maria Salomé Moraes, Marcos Leite, Sérgio

Vianna, Lygia Cardoso de Assis, Maria Rita Bizzotto, Maria Amélia Viegas, Adriana Abid Mundim, Aline dos Santos e Ananda Nicolau; - os violinistas Diomedes Garcia de Lima, Carmélio de Assis Pereira, Milton Couto, Márcio Valadão, José Lourenço Parreira, Santino Parpinelli, Mariuccia Yacovino, Cleiton Ribeiro, Laetícia Ferreira, Jorge Sade, Geraldo Ivon da Silva ("Patusca"), Anthony C. Moura Nery, Paulo Márcio G. Amaro e Rafael Dias;

- os clarinetistas Walter Alves de Souza, Ney Franco, Luciano Trindade do Carmo, Sadik Haddad, Edson Sales, Antônio Carlos Rozzeto e Jonas Fernando; - o clarinetista e saxofonista José dos Santos; - o clarinetista e oboísta Sílvio Padilha; - os violoncelistas Santiago Sabino de Carvalho, David Chew, Robson Fonseca Ferreira e Abel Moraes; - os flautistas Joaquim da Rocha, Stael Viegas Malamut, Expedito Vianna, César Augustus Diniz, Antônio Carlos Guimarães, Maria Salomé Viegas, Fabiana Coelho, Daniel Della-Sávia, Fernando Sales, Mauro A. dos Santos, Nilson Padilha Castanheira e Edmundo da Silva Filho;

- os trompistas Celso Rodrigues Benedito, Edmar Ávila ("Mazinho") e Francisco Valim;

- a violista Ivone Cavalcante Lage;

- o violonista: José Severino de Assis (representando os demais); - o bombardinista: Ajax Zanetti de Oliveira;

- o trompetista Francisco Mangabeira;

- o fagotista Romeu Rabelo;

- as cantoras e atrizes Celma e Célia;

- o pianista e cantor Tarcísio do Nascimento Teixeira;

- os cantores Emanoel C. Velozo, José Geraldo da Silva ("Tuca"), José Raimundo de Ávila, Dêivide Ávila, Lucilene Silvério, Elisabeth Almeida, Claudiney Gouveia, Diemes Evandro, Rubens Rodrigo, Ary Rodrigues, Maria Panamá, José R. Lobato Costa, Antônio Moura (Toné), Vicente Viegas, Sérgio Silva, Belchior dos Santos, Dimas Luís, Anacleto Pimenta, Antônio Geraldo Reis, Euclides J. Corrêa, Célia Montrezor, Salete Bini, Jânice M. de Almeida, Leda Neto Zarur, Leila Taier, Maria do Carmo (Quiquinha) Hilário, Marta Hilário Teixeira, Ângela M. Tirado dos Santos, Gina

Em especial, a amizade imorredoura entre Abgar e

Biavati, Lilia Assis, Elisabete Mendonça, Kissya Oliveira, Danúbia Terra, Maria Catarina Guimarães, Maria Aparecida Fonseca, Márcia Silva, Selma Silva, Nilcéia Neves, Fátima Batista Lopes, Denise Tavares, Elenis Guimarães e Maria da Conceição Santos;

- os regentes (e instrumentistas ou cantores): João Cavalcanti, Pedro de Souza, Emílio Viegas, Carlos Eduardo Assis Camarano, Willer Silveira, Paulo Miranda, Enivaldo Arruda, Luiz Antônio Bini, Benigno Parreira, Adilson Cândido, Ilan Sebastian Grabe, Rodrigo Sampaio, Hélio Magalhães, Maria Stella Neves Valle, Anizabel Rodrigues de Lucas e Marily Assis; - Inês R. Frância (regência de coral);

- André Luis Pires (piano e órgão);

- Loló Carvalho (canto e piano);

- Lúcio Barreto (violoncelo e canto);

- Irene Sacramento (violino e teclado);

- Vicente Valle (composição);

- Gustavo de Carvalho (Maestro "Guaraná") (arranjador e regente da Rádio Nacional);

- José Rodríguez Fauré (maestro e compositor argentino);

- Geraldo Barbosa de Souza (composição, regência e instrumentos);

- Marcelo Ramos (regência, violoncelo e composição);

- Aluízio José Viegas (regência, instrumentos e musicologia);

- Francisco José dos Santos Braga (composição eletroacústica e piano);

- Ernani Aguiar e Normando Carneiro da Silva (composição e regência);

- Emmanuel Coelho Maciel (violino, composição e regência);

- Paulo André Tirado dos Santos (composição e teclados);

- Teófilo Helvécio Rodrigues (regência, composição e trompete);

- Franz Ventura (piano e composição);

- Oswaldo C. de Paula (violão e composição);

- Chekrouni Mohamed (Diretor do Conservatório Municipal de Música de Meknes, Marrocos)."

Magdalena Tagliaferro, a pianista laureada em todos os teatros do mundo e participante dos mais famosos júris de concursos internacionais, trouxe e tem trazido belos frutos e benefícios incontáveis à nossa cidade que ela amou e incluiu no circuito de suas apresentações, todas as vezes que retornava ao Brasil. Da grande amizade resultou esta comovente colaboração literária de Abgar no livro Magdalena Tagliaferro[212], um livro biográfico e de depoimentos de personalidades sobre Tagliaferro, a convite da autora Helena Beatriz Greco Laguna:

> Sob o ponto de vista artístico, considero Magda Tagliaferro uma das mais geniais pianistas de todos os tempos, uma intérprete do mais alto nível, senhora de uma profunda compreensão musical, de uma técnica exuberante, mas sempre subordinada aos superiores imperativos da Música e nunca exibicionista. Possui uma sonoridade que fascina quem a ouve, ao lado de um frasear lúcido, sutil e do mais refinado acabamento. Sua versatilidade é impressionante e seu repertório, admirável, pela extensão e pela qualidade. Com a mesma superior autoridade e mestria, domina os mais diversos autores, das diferentes épocas e como só acontece com os grandes intérpretes, da mais acurada fidelidade ao texto musical, desponta, magnífica, sua inconfundível personalidade. E sob o ponto de vista humano, poder-se-ia dizer que em Magdalena Tagliaferro, a pessoa é tão admirável quanto a artista (ou ainda mais). Inteligente, culta e sensível, Magda Tagliaferro é possuidora de uma personalidade riquíssima, com notável capacidade de comunicação, profundamente amiga de seus amigos, grande conhecedora da natureza humana, a qual

212 O elogio ao Prof. Domingos Horta, pronunciado em 1979, está estampado na Revista da Academia de Letras, Ano I, nº 1, 2005, editada pelo Setor de Gráfica da UFSJ, São João del-Rei, p. 127-136.

> sente e compreende. Demonstra amar intensamente a vida, em todas as suas manifestações e, de modo especial, no que diz respeito ao Belo. O belo dos sons, das formas, das cores e dos corações. E eloquentemente sintetizando o lado artístico e o lado humano de sua personalidade, avulta a Mestra extraordinária, responsável pela formação de tantos artistas notáveis que hoje vêm fascinando as plateias internacionais. Magda Tagliaferro é sem dúvida uma criatura eleita dos céus: uma personalidade digna de ser amada, admirada e celebrada por todas as gerações e em todos os tempos. Abgar Campos Tirado, 01/06/1982

Vale igualmente conhecer o comentário de Abgar que figurou no programa do Recital Chopin que Magdalena Tagliaferro tocou no Teatro do Colégio Nossa Senhora das Dores, em São João del-Rei, em 26 de agosto de 1983, em comemoração ao 30º aniversário do Conservatório Estadual de Música Pe. José Maria Xavier, com o apoio da Prefeitura Municipal e Secretaria de Turismo. Antes de conhecer o pensamento de Abgar, vejamos o programa que a "*Grande Dama do Piano Brasileiro*" apresentou naquela noite memorável:

Primeira Parte

Polonaise Op. 26 nº 1

Quatro Improvisos: Op. 29, Op. 36, Op. 51 e Op. 66 (Fantaisie-Impromptu)

Tarantela Op. 43

Segunda Parte

Noturno Op. 27 nº 2

Três Estudos Op. 25 nº 5, Op. 10 nº 3 e Op. 25 nº 12

3ª Balada Op. 47

Não imaginávamos que essa seria a última apresentação da pianista em São João del-Rei. Vamos agora ao

comentário de Abgar Campos Tirado sobre a concertista da noite:

> Falar sobre Magda Tagliaferro é falar sobre uma das mais célebres pianistas de todos os tempos, digna de figurar ao lado de um Liszt, de um Busoni, de um Hofmann ou de um Horowitz; e, ainda assim, ela é única, incomparável. Sobrelevando a seu magistral domínio sobre o material sonoro, tão generosamente rico das mais belas cores e dos mais sutis matizes, existe algo de imponderável, diria mesmo, de metafísico, que envolve suas execuções, conferindo-lhe uma atmosfera transcendente, que arrebata o ouvinte, colocando-o em um estado de êxtase tão intenso, que nele se eterniza, proporcionando-lhe um grau de admiração por Magda Tagliaferro, que se abeira de verdadeiro culto! Nascida em Petrópolis, discípula de seu pai, Paul Tagliaferro, já aos treze anos conquista o Mundo, ao vencer o certame internacional de piano a que se submeteu no Conservatório de Paris, após cursar apenas um ano aquela venerável Instituição. Torna-se então a discípula de Alfred Cortot, que foi seu mestre por excelência e que por ela nutria profunda admiração. E desponta a jovem Magdalena para uma das mais gloriosas carreiras internacionais já registradas na História da Música. E ao lado da celebrada concertista nasce a extraordinária mestra, criadora de escola e método próprios que se imporiam soberbamente na pedagogia pianística, quer através da Cátedra Superior de Piano no Conservatório de Paris, quer através dos Cursos Públicos de alta Interpretação Pianística, ou da Escola Tagliaferro de São Paulo e de Paris. Ocupando posição de tal destaque no cenário pianístico internacional, sua presença é solicitada nos mais vários pontos da Terra na qualidade de intérprete (solando junto às mais célebres orquestras e regentes), de mestra, ou de membro do júri dos mais famosos concursos internacionais de piano, como o Chopin de Varsóvia ou o Tchaikowsky de Moscou, o de Bruxelas,

o de Munique, o de Paris, o de Bucarest e outros (em Paris, realiza-se anualmente o Concurso Internacional de Piano Magda Tagliaferro). Possuidora de uma juventude inextinguível, Magda Tagliaferro continua a despertar o mais ardente entusiasmo do público, como em seu apoteótico retorno, em 1979, aos palcos dos Estados Unidos, quando após 39 anos de ausência, o Carnegie Hall, em Nova York, a recebeu de pé, em indescritível delírio, o que vem desde então se repetindo. Magda Tagliaferro de há muito vem gravando excelentes discos, tendo sua gravação dedicada à música de Gabriel Fauré recebido em 1981 o Grand Prix da Academia do Disco de Paris, e publicou, há alguns anos, um encantador livro de memórias, intitulado "Quase Tudo" que, a par da riqueza de conteúdo que nos transmite, revela na grande mestra respeitáveis qualidades de escritora. Desde menina, vem sendo admirada pelos maiores nomes do século como, entre muitos, Fauré, o já citado Cortot, Reynaldo Hahn, Stokowski, Furtwängler, Charles Munch, Villa-Lobos, sendo que muitos dos compositores lhe dedicaram obras. Em recente entrevista, o grande pianista Claudio Arrau falou de sua imensa admiração pela Arte de Magda Tagliaferro. Muito lhe devendo o mundo, principalmente o Brasil e a França, por sua atuação, vem recebendo dos governos os mais altos títulos e condecorações como: Grande Oficial e Comendador da Legião de Honra, Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito, Oficial das Artes e Letras de Paris, entre os franceses; a Condecoração da Ordem do Rio Branco do Brasil; o título de Baronesa de Nauplio; a Ordre Nicham Iftkar da Tunísia, além de outros títulos. Recentemente (agosto/1983) foi-lhe conferido o Título de Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito da Educação em Brasília. Neste ano de 1983, a notável pianista, que uma vez mais fascinou as plateias de Paris, Londres e Nova York, entre outras, comemora 75 anos de carreira internacional, iniciada, brilhantemente, aos quinze

> anos de idade. Por tudo o que foi dito, conclui-se que Magdalena Tagliaferro não é apenas uma artista de valor excepcional; é, sem dúvida, um dos grandes valores da humanidade e seus recitais, em São João del-Rei, perpetuar-se-ão como luminosos marcos dentro de sua quase tricentenária História Cultural. Abgar Campos Tirado, 26/08/1983

Parece-me oportuno, a título de registro histórico, consignar neste espaço a última carta escrita à mão, de Tagliaferro a Abgar:

> Paris, 1º de outubro de 1984
>
> Querido Abgar, Apenas duas linhas para agradecer sua última carta e para que saibam que estou em plena recuperação e bem melhor. Podem imaginar o quanto me entristeceu o não poder ir ao Brasil nesta temporada. Tive que me conformar. Obrigada também pelos telefonemas da Sylvia. Foi tão bom saber que vocês pensavam em mim! Sofri muito e só depois de radiografias e echografias, os Profissionais chegaram à conclusão de não me operar pois tenho, em particular, uma colite com divertículos no cólon que causou tanto sofrimento. Não fosse a presença da minha Arlette, não sei o que teria sido de mim. Esperando que esta os encontre todos em perfeita saúde e felizes da vida, aqui vae um grande abraço a São João del-Rei onde fui tão feliz, e a todos os que você sabe que quero bem. Em particular para Adair e para você, querido Abgar, muito carinho e abraços da sua Magda

Finalmente, a meu pedido, Abgar consentiu em dar o seguinte depoimento sobre sua amizade com Magdalena Tagliaferro:

> Desde que a vi pela primeira vez, em recital em Belo Horizonte, no ano de 1956 passei a manter em relação à pianista quase que um culto. Falei com ela em 1964 no Rio de Janeiro, mas somente em 1980, em Uberlândia, teve início nossa grande amizade, incluindo sua maior amiga

Arlette Muniz. A convite meu, Magdalena apresentou-se pela primeira vez em São João del-Rei, em 1981. Em 1982 ficou conosco em São João del-Rei, por sete dias, tendo eu, convidado por ela, dias antes, ido a São Paulo para concerto seu com orquestra. Em 1983 veio ela pela última vez a São João del-Rei, ficando conosco por dez dias. Dias depois fui estar com ela no Rio de Janeiro, podendo conversar bastante com ela e com Arlette, no apartamento de Myrian Dauelsberg, onde se hospedavam, indo eu inclusive até o aeroporto em sua partida para Paris. Em 1984 Magdalena tocou também em Londres, mas naquele ano não veio ao Brasil. Mas nos falávamos através de cartas e de telefone. Naquele ano ela se submeteu, na Europa, a tratamento de saúde. Em 1985, voltou ao Brasil e eu estive presente ao Recital de Gala no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro, promovido pela Dell' Arte, com a presença do presidente da República, José Sarney, e do Governador Leonel Brizola. Naquela ocasião, o presidente Sarney fez uma bela peça literária em louvor à pianista, lida pelo ator Paulo Gracindo, quando também foi condecorada pelo presidente da República. Ela, em brilhante improviso, fez o agradecimento. A seguir, houve uma recepção no apartamento de Myrian Dauelsberg, para a qual fui convidado. Ali estavam grandes personalidades, entre as quais, Francisco Mignone, Mindinha VillaLobos, Austregésilo de Athaíde, Eurico Nogueira França e sua esposa, a pianista Ivy Improta, o pianista francês Daniel Varsano, a pianista Júlia Wagner Cohen e muitos outros nomes notáveis. No dia seguinte voltei ao apartamento para despedir-me de Magdalena, que voltaria para Paris. Em 1986, Magdalena voltou ao Brasil e falei com ela, por telefone, informando-a de que no começo da semana seguinte iria vê-la no Rio, levando-lhe, inclusive, balas "candy" caseiras, que ela muito apreciava. Suas palavras de despedida: "Então, até a semana que vem!". Mas poucas horas antes de meu embarque, tive a triste notícia:

> Magdalena falecera repentinamente. Fui para o velório, no Teatro Municipal e acompanhei seu enterro, no cemitério de São João Batista. O falecimento se deu a 09 de setembro de 1986 e o funeral, no dia seguinte. De Magdalena, além de cartas, fotos e gravações, tenho velha partitura do Carnaval de Viena, de Schumann, que a ela pertenceu e com a qual estudou, ainda quase menina, essa peça musical. Há na partitura anotações de seu mestre (Marmontel? Cortot?). Tenho muito orgulho dessa posse. Sinto-me muito feliz de ser considerado como pertencente ao círculo mais íntimo, familiar, da grande pianista. Abgar Campos Tirado, 25/03/2011

Prof. Abgar também mostrou domínio absoluto do universo musical e filosófico de Nietzsche, ao discorrer e solar peças escolhidas do renomado filósofo-músico na PUC-BH, na UFJF e no Campus Dom Bosco da UFSJ.

Outra área de sua competência, pelo menos desde 1993, é a de comentarista sacro da Semana Santa de São João del-Rei. Suas explicações do texto sacro e da música constituem um ponto alto das festividades na Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar, transmitidas pela Rádio São João del-Rei e TV Campos de Minas, além de outros veículos, disponibilizadas também na Internet para todo o mundo em tempo real. São altamente comovedores os seus comentários sobre os Ofícios de Trevas, levando amiúde o público às lágrimas.

Atualmente Prof. Abgar é o Presidente de Honra da Sociedade de Concertos Sinfônicos. Também outra atividade em que se destacou foi sua participação em várias bancas julgadoras, cabendo citar as mais importantes: em Juiz de Fora e Varginha (de piano) e na UFSJ (literária).

Bacharel e licenciado em Letras Anglo-Germânicas

pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras em 1962 (atual UFSJ), Abgar foi orador pela turma saudando o paraninfo Cardeal Dom Carlos Carmello de Vasconcelos Motta (1890-1982).

Professor de Português e Inglês por concurso de provas e títulos na rede estadual, hoje Prof. Abgar está aposentado, mas atua ainda como professor voluntário de Latim no Seminário Diocesano São Tiago. Através do magistério, orgulha-se de ter colaborado para o florescimento de novas lideranças locais e até nacionais, e para a melhoria do padrão intelectual e espiritual de seus alunos. Não sei se estou cometendo uma indiscrição, mas soube de fonte segura que Prof. Abgar, aos 26 anos, submeteu-se a dois concursos realizados em Belo Horizonte, para titular, respectivamente, da cadeira de Português e da de Inglês do Colégio Estadual "Cônego Osvaldo Lustosa" de SJDR. Pois bem: em ambos, logrou alcançar o primeiro lugar no Estado de Minas Gerais.

Ainda cabe lembrar que Abgar é sempre convidado por diversas entidades a palestrar sobre assuntos variados que brilhantemente domina, tais como: Hino Nacional Brasileiro, Beethoven, Villa-Lobos, Pe. Antônio Vieira (em 2008, em comemoração pelo IV centenário do nascimento do orador sacro português) e outros.

Sobre a participação ativa de Abgar em academias, institutos e entidades beneficentes e culturais cabem algumas palavras. Inicialmente, é membro efetivo da Academia de Letras de São João del-Rei desde 1972. A cadeira que Abgar ocupa tem como patrono o saudoso Prof. Domingos Horta

(Itabira, 1904- São João del-Rei, 1967)[213]. Salvo engano, Abgar é o membro efetivo vivo mais antigo da Arcádia são-joanense.

Meu homenageado pertence também à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, que se reuniu extraordinariamente em São João del-Rei para dar posse ao nosso conterrâneo ilustre. A cadeira que Abgar ocupa tem como patrono o grande orador são-joanense Dr. Belisário Leite de Andrade (São João del-Rei, 1911-Rio de Janeiro, 1977)[214].

Devo ainda salientar que o Prof. Abgar é membro de outras ilustres entidades, tais como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei e do Rotary Club; sócio correspondente da Academia Valenciana de Letras (para a qual escreveu artigo sobre Beethoven, intitulado "*A Vitória do Espírito sobre a Adversidade*"[215].

Da Fundação Oscar Araripe em Tiradentes é membro curador. Abgar também é colaborador permanente do jornal da ASAP sobre temas os mais variados. É também conselheiro do CEREM – Centro de Referência Musicológica José Maria Neves.

Por essas razões, e por muitas outras que não foi

---

213 O elogio ao Prof. Domingos Horta, pronunciado em 1979, está estampado na Revista da Academia de Letras, Ano I, nº 1, 2005, editada pelo Setor de Gráfica da UFSJ, São João del-Rei, p. 127-136.

214 O elogio a Belisário pronunciado por Abgar por ocasião de sua posse está estampado na Edição Comemorativa do 33º Aniversário da Academia Municipalista de Minas Gerais, Edições AMULMIG, Belo Horizonte, 1996, p. 15- 24.

215 Artigo publicado no Livro Comemorativo dos 60 anos da criação da Academia Valenciana de Letras, vol. 1, nº 1, Editar Editora Associada, Valença-RJ, 2009, p. 147-152.

possível destacar aqui, mas que estão na memória dos são-joanenses, o título de "glória de São João del-Rei" para o Prof. Abgar não constitui nenhum exagero de minha parte, mas a expressão fiel da gratidão da comunidade são-joanense pelo muito que ele tem feito em prol do engrandecimento de sua terra natal.

CADEIRAS E SÓCIOS EFETIVOS - 2011

1- Tomé Portes del-Rei: José Cláudio Henriques
2- José Mattol: -
3- José Álvares de Oliveira: Nathanael Virgílio Andrade Silva
4- José Mariano da Conceição Velloso: Wanderley Mário Guilherme
5- Joaquim José da Silva Xavier: Wainer de Carvalho Ávila
6- Hipólita Jacinta Teixeira de Melo: Benito Mussolini Grassi de Lélis
7- Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira: -
8- Joaquim José da Natividade: José Roberto Câmara Vitral
9- Francisco de Lima Cerqueira: Vânia Roseli Vilela de Ávila
10- Aniceto de Sousa Lopes: Luiz Antônio do Sacramento Miranda
11- Baptista Caetano d'Almeida: José Antônio de Ávila Sacramento
12- José Antônio Rodrigues: João Bosco da Silva
13- José Maria Xavier: Ramiro José Gregório
14- Maria Teresa Baptista Machado: -
15- André Bello: Silvério Parada
16- Alexina de Magalhães Pinto: Maria Lúcia Monteiro Guimarães
17 - Severiano Nunes Cardoso de Rezende: não ocupada
18- Sebastião Sette Câmara: Hercy de Souza Filho
19- Aureliano Pereira Corrêa Pimentel: Bruno Nascimento Campos
20- Basílio de Magalhães: -
21- José Victor Barbosa: -
22- Lincoln de Souza: -
23- José Maria Fernandes: Otávio Félix Pereira da Silveira
24- Augusto das Chagas Viegas: Artur Cláudio da Costa Moreira
25- Antônio Tirado Lopes: José de Carvalho Teixeira
26- Altivo Lemos de Sette Câmara: Betânia Maria Monteiro Guimarães
27- Gentil Palhares: Gabriel Nicolau de Oliveira
28- Antônio Guerra: Neudon Bosco Barbosa
29- Luís de Melo Alvarenga: Messias Neves
30- Adenor Simões Coelho: Adenor Luiz Simões Coelho
31- Matheus Salomé de Oliveira: -
32- Fábio Nelson Guimarães: Agostinho Guimarães
33- Geraldo Guimarães: José Alberto Ferreira

34- Eduardo Canabrava Barreiros: Paulo Chaves Filho
35- Celina Amélia de Resende Viegas: Laís Medeiros Garcia de Lima
36- José de Alencar Ávila Carvalho: -
37- Sebastião de Oliveira Cintra: Ana Maria de Oliveira Cintra
38 João Cavalcante: -
39- Francisca de Paula de Jesus: Murilo Geraldo de Souza Cabral
40- Antônio Garcia da Cunha: -

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Adalberto Guimarães Menezes – Belo Horizonte / MG
Adhimar Coutinho de Freitas – Barbacena / MG
André Guilherme Dornelles Dangelo – Belo Horizonte / MG
Ângelo Oswaldo de Araújo Santos – Ouro Preto – MG
Antônio Seixas – Magé / RJ
Bárbara Freitag Rouanet – Rio de Janeiro / RJ
Dario Cardoso Vale – Belo Horizonte / MG
Dauro José Buzzatti – Belo Horizonte / MG
Elizabeth Santos Cupello – Valença / RJ
Eugênio Ferraz – Belo Horizonte / MG
Francisco de Vasconcelos – Petrópolis / RJ
Francisco José dos Santos Braga – Brasília / DF
Francisco Tomasco Albuquerque – Niterói / RJ
Geralda Aparecida Ribeiro de Alencar Araripe – Tiradentes
Geraldo José Guimarães da Silva – São Paulo / SP
Gustavo Lisboa Braga – Vassouras / RJ
Helena Teixeira Martins – Piracicaba / SP
Henrique Cintra de Carvalho – São Paulo / SP
Higino Zacarias de Souza – Ritápolis /MG
Isabel Lago Barbosa – Matosinhos / Portugal
Isolde Helena Brans – Campinas / SP
Ivan de Carvalho Teixeira – Belo Horizonte / MG
José Bernardo Ortiz – Taubaté / SP
José Carlos Hernández Prieto Belo Horizonte / MG
José Luís Araújo Lira – Fortaleza / CE
José Silva Gazar – Salvador / BA
Júlio Olivar Benedito – Vilhena / RO
Laerte Marcolino Magno Ribeiro – São Paulo / SP

Lúcia Casas de Pilla – São Paulo / SP
Luís Carlos Biasutti – Belo Horizonte / MG
Marcelo Florence Lustosa – São Paulo / SP
Maria Amélia Dornelles Dangelo – Belo Horizonte / MG
Mario Pellegrini Cupello – Valença / RJ
Nilton José Rios – Barbacena / MG
Olinto Rodrigues Filho – Tiradentes / MG
Oscar Araripe – Tiradentes / MG
Rogério Medeiros Garcia de Lima – Belo Horizonte / MG
Ronaldo Simas Thomé da Silva – Belo Horizonte / MG
Ronaldo Simões Coelho – Belo Horizonte / MG
Rosária Maria Faria Thomé da Silva – Belo Horizonte / MG
Roseli Santaella Stella – Tiradentes / MG
Sérgio Amaral Silva – Guarujá / SP
Sérgio Paulo Rouanet – Rio de Janeiro / RJ
Vanessa Borges Brasileiro – Belo Horizonte / MG
Wellington José Tibério Silva – Barroso/MG - Brasil

SÓCIOS HONORÁRIOS

Abgar Antônio Campos Tirado
Alfredo José de Campos Melo (*in memoriam*)
Aluízio José Viegas
Euclides Garcia de Lima Filho
José Geraldo Dangelo
Oyama de Alencar Ramalho

SÓCIOS EFETIVOS LICENCIADOS

Antônio Gaio Sobrinho
José Carlos Dias
José Primeiro Teixeira Neto
Ulisses Passarelli

EDITAL

O Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei agora recebe artigos em fluxo contínuo para sua revista. Os artigos devem ser encaminhados para e-mail: conselhoeditorialrihgsjdr@googlegroups.com, com o assunto – "Artigo para revista do IHG".

Para serem analisados pela comissão editorial os artigos devem respeitar os seguintes parâmetros:

1. Devem ser voltados para a difusão do conhecimento histórico, geográfico, cultural e outras disciplinas e áreas afins, no âmbito dos estudos da região da antiga Comarca do Rio das Mortes. Podem ser investigações científicas inéditas, resenhas, notas, artigos, documentos, traduções, comentários, súmulas de monografias, palestras, ensaios, relatos, revisão bibliográfica, e outros gêneros apresentados segundo as normas da ABNT.

2. Os trabalhos devem ser digitados em Word for Windows 95 ou superior, fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento 1,5, com margens 2,5 cm, papel tamanho A4; recuo de 1,25cm da esquerda para parágrafos na primeira linha dos parágrafos e 4,0cm para citações com mais de 3 linhas. Espaçamento de 1 linha entre parágrafos e títulos/subtítulos de seções. Máximo de 5 mil palavras, e com imagens, gráficos etc., máximo de 13 páginas.

Autor à direita, em Times New Roman 11, com o e-mail abaixo, e se for sócio do IHG, o número da cadeira do patrono.

O título deve ser em negrito e caixa alta. As seções secundárias devem ser em negrito, com somente a inicial em caixa alta, e as terciárias sem negrito, todos em New Times Roman 12. As *Palavras estrangeiras devem ser grafadas em*

itálico. Para ênfase ou destaque, usar negrito, 'aspas simples' ou "aspas duplas".

2.1. Os artigos precisam ter um resumo e palavras chave, conforme modelos abaixo:

RESUMO (Times New Roman 11, centralizado, negrito, caixa alta)

O resumo deve possuir entre 600 a 800 caracteres sem espaços, incluindo informações que identifiquem: problema, objetivos, referencial teórico, metodologia e síntese do estudo realizado, na fonte Times New Roman, tamanho 11 e espaçamento entrelinhas 1,0. O resumo deve apresentar entre 3 e 5 palavras-chave. Título (máximo 20 palavras), resumo e palavras-chave devem ser escritos em português, inglês e espanhol, além do idioma de origem do artigo. Os títulos, resumos e palavras-chave em línguas estrangeiras devem ser escritos em itálico.

PALAVRAS-CHAVE (Times New Roman, 11, negrito, caixa alta): Palavra-chave1; Palavra-chave2; Palavra chave3; Palavra-chave4; Palavra-chave5. (Somente a primeira letra de cada palavra em maiúsculo, separadas por ponto e vírgula (;)).

3 – Os artigos recebidos serão avaliados pela Comissão Editorial que emitirá parecer para fins de publicação.

3.a. Se necessário a Comissão Editorial enviará aos autores propostas de que alterem o texto original para que se torne publicável, sem desrespeitar opiniões historiográficas.

3.b. Se um artigo for aprovado o autor poderá solicitar um certificado de aceite.

3.c. Os autores cedem ao IHG o direito de publicação no ato de enviar o artigo para avaliação. O termo de autorização deve ser enviado pelo autor por meio eletrônico imediatamente após a comunicação de aprovação.

3.d. O conteúdo dos trabalhos será de inteira responsabilidade dos seus autores.

4 – A revista é periódica e terá um número mais ou menos exato de páginas; assim, os trabalhos serão publicados por ordem de chegada/aprovação.

5. As referências bibliográficas e citações devem seguir as normas da ABNT.